

OLISIPO

Boletim do Grupo Amigos de Lisboa



N.^{os} 142-143 — ANOS 1979-1980



OLISIPO

ANO XLII-XLIII

1979-1980

N.ºs 142-143

Direcção, Edição e Propriedade
do
GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

Redacção e Administração: Palácio da Mitra—Rua do Açúcar—Telefone 38 57 11
Comp. e Imp. de Ramos, Afonso & Moita, Lda.—S. Vicente de Fora—R. Voz do Operário, 5-A



SUMÁRIO

GRUPO AMIGOS DE LISBOA DEDICANDO ESTE NÚMERO DO BOLETIM A CAMÕES PRESTA HOMENAGEM AO POETA PROCURANDO NAS SUAS OBRAS E NOS TRABALHOS DA SUA VIDA AS LIÇÕES DO ESTUDO E DA EXPERIÊNCIA

O Enquadramento Social da Família Camões na Lisboa do Século XVI pela <i>Dr.ª Maria Clara Pereira da Costa</i>	5
Origem do Liceu Camões pela <i>Dr.ª Maria de Jesus Gomes Pais Monteiro</i>	58
Origem Lendária do Apelido Camões e Notas Camonianas de Leite de Vasconcelos pelo <i>Dr. Paulo Caratão Soromenho</i>	67
Romagem Camoniana em Lisboa pelo <i>Dr. Paulo Caratão Soromenho</i>	75

«OLISIFO» DEDICA À MEMÓRIA DE CAMÕES OS ESTUDOS SOBRE LISBOA EM SEGUIDA APRESENTADOS

Roteiro Fraseológico de Lisboa pelo <i>Dr. Paulo Caratão Soromenho</i>	87
O Palácio de Pedro de Roxas e Azevedo pelo <i>Dr. Paulo Caratão Soromenho</i>	107
Recordando João da Silva, o inesquecível medalhista Pela <i>Dr.ª Anna-Maria Pereira da Gama</i>	115
Poluição pela <i>Dr.ª Anna-Maria Pereira da Gama</i>	131
Paço da Praça do Comércio pelo <i>Dr. Francisco Santana</i>	133
Os Serviços de Incêndio em Lisboa por <i>Carlos da Silva Moniz</i> [Atribuição]	171
O Mar (Trilogia Poética) por <i>Vilians Leal</i>	179

VIDA CULTURAL DO GRUPO AMIGOS DE LISBOA

Lisboa — Cidade dos nossos Amores	
por <i>Vilians Leal</i>	181
Evocação das Origens da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa	
pelo <i>Professor Francisco D'Assis D'Oliveira Martins</i>	185
Ourivesaria Francesa do Século XVIII	
pela <i>Dr.^a Fernanda Passos Leite</i>	191
O Grupo Amigos de Lisboa e os Meios de Comunicação	200
O Palácio de S. Bento (Assembleia da República)	
pela <i>Direcção de Serviços de Divulgação</i>	206
A Propósito da Demolição do Chafariz de Dentro	
pelo <i>Dr. Paulo Caratão Soromenho</i>	215
História Sumária do Grupo Amigos de Lisboa	
pelo <i>Dr. Paulo Caratão Soromenho</i>	218
Sumária História e Nascimento do Círculo Eça de Queirós	
pelo <i>Arquitecto Jorge Segurado</i>	223
Jardim e Museu Agrícola do Ultramar	
pelo <i>Eng.^o C. M. Bugalho Semedo</i>	226
Lisboa: Exposição Temática (P. C. S.)	232

HOMENAGEM A QUATRO ILUSTRES OLISIPÓGRAFOS

Prof. Doutor D. Fernando de Almeida (P. C. S.)	237
Dr. Hermenegildo Lourinho (P. C. S.)	240
Prof. Engenheiro Júlio Eduardo dos Santos (P. C. S.)	242
No Cinquentenário da Morte do Grande Olisipógrafo Júlio de Castilho	
pelo <i>Eng. Júlio Eduardo dos Santos</i>	246
Bibliografia de Júlio de Castilho	
pelo <i>Eng. Júlio Eduardo dos Santos</i>	248

FEIRA DA LADRA

1. Apontamento sobre D. Maria I. 2. Associação de Arqueologia Industrial. 3. A Pronúncia de Olisipo. 4. O Ex-Líris do GAL. 5. Carta ao Diário de Notícias. 6. O Costume da Mudança de Residência. 7. A Ideia da Criação do GAL. 8. O I Encontro Nacional de Associações de Defesa do Património Cultural e Natural (Compilação de P. C. S.)	255
---	-----

VIDA ASSOCIATIVA

Relatório da Junta Directiva e Parecer da Comissão de Contas — 1979	261
Actividade Cultural em 1979	267
Ação Futura do Grupo (Do Plano para 1979)	269
D. Maria Raquel Carapeto de Sousa Bela Ferreira (P. C. S.)	270
Secretaria de Estado da Cultura	271
Dr. José Antunes Videira	271
Relatório da Junta Directiva e Parecer da Comissão de Contas — 1980	272
Corpos Gerentes para 1979-1981	283

O Enquadramento Social da Família Camões na Lisboa do Século XVI (1)

por MARIA CLARA PEREIRA DA COSTA

Além do prazer que sempre usufruo quando me é dado sair do isolamento dos locais de trabalho onde a documentação normalmente se encontra e repensá-la com pessoas interessadas no processo histórico, amadores ou profissionais, além desse prazer como disse, a honra em que me sinto investida por estar aqui desvanece-me.

Eis o meu cumprimento ao grupo AMIGOS DE LISBOA nomeadamente à ilustre direcção que me convidou pela voz do seu distinto Director DR. JOÃO XAVIER DE BRITO assim como a todos os que tiveram a amabilidade de aqui se deslocarem.

E não penseis que eu, arquivista de profissão, sou fácil de ouvir, pois de certo não serei capaz de ultrapassar a coordenação sindética dos *itens* que a documentação histórica geralmente impõe, nem escapar aos arcaísmos ou erros linguísticos que na minha frase já se fixaram como estigmas a demarcarem-me duma linguagem correcta e elegante.

Por outro lado, repito, sou arquivista e portanto vocacionada para o estudo directo dos documentos escritos, quer preparando tecnicamente inventários de documentação desconhecida, quer ordenando buscas sistematizadas que facilitem o trabalho do investigador. O respeito pelo documento escrito é assim a condição primeira do meu trabalho. Não que o considere testemunho único, nem a sua leitura técnica como a mais válida ou a mais certa, mas é sem dúvida da justeza dessa primeira leitura que se deve partir para a contextual

(1) Palestra realizada na sede da ACADEMIA PORTUGUESA DE EX-LIBRIS no dia 19 de Novembro de 1980.

ou crítica. Verdade simples mas tantas vezes atraíçoada, mesmo em casos consagrados como o de CAMÕES.

E começarei eu mesma por penitenciar-me, pois que a frase indicativa do tema a ser tratado nesta reunião é equívoca. A família Camões! que família? que Camões?

Gostaria de dar-vos uma resposta concludente, mas, pelo menos por enquanto não posso e não sei se alguma vez tal será possível; contudo, documentalmente, alguns esclarecimentos necessários ao enquadramento seguro do tema proposto, suponho, deixarei formulados.

Que CAMÕES? É evidente que incidi a minha busca no poeta de «*Os Lusíadas*» única obra cuja autoria não é contestável, isto é, o LUÍS DE CAMÕES a quem em 23 de Setembro de 1571 foi passado alvará de privilégio para a impressão de

«hũa obra em outava rima chamada os Lusíadas que contem dez cantos perfeitos, na qual por ordem poetica em versos se declarão os principaes feitos dos Portugueses nas partes da Índia depois que se descobrio a navegação para ellas por mandado d'el Rey D. Manuel». (2)

Lembrarei mais alguns documentos muito conhecidos, e talvez por isso, hoje superficialmente lidos.

No ano seguinte à publicação do dito alvará de facto o poema foi publicado, pois que FREI BARTOLOMEU FERREIRA examinara por mandado da *Santa e Geral Inquisição aqueles dez cantos dos Lusíadas de Luís de Camões* e neles não achara

«Cousa alguma escandalosa, nem contraria à fé e bons costumes»

e que o uso dos

«Deuses dos gentios ... he poesia e fingimento do autor como poeta ... que mostra nelle muito engenho e muita erudição nas sciencias humanas». (3)

(2) Impresso na 1.^a edição (1572) de «*Os Lusíadas*»

(3) Da «censura» impressa na 1.^a edição (1572) de «*Os Lusíadas*».

Que mais havia a dizer e não se disse? Não sei, contudo parece-me que estes dois documentos, cujos originais de certo Camões teve em suas mãos, dizem, se não tudo, pelo menos muito, pois é a leitura oficial que do poema na altura se fez.

No mesmo ano da publicação (1572) a 28 de Julho, é passado, como se sabe, outro alvará o qual começa declarando

«Eu El Rey faço saber aos que este alvara virem que avendo respeito ao serviço que Luís de Camões cavaleiro fidalgo de minha casa me tem feyto nas partes da Índia por muitos annos e aos que espero que ao diante me fará e a informação que tenho de seu engenho e habilidade e a suficiencia que mostrou no livro que fez das cousas da India ey por bem e me praz de lhe fazer merce de quinze mil reis de tença em cada hũ anno por tempo de tres annos somente». (4)

Este documento acrescenta dados pessoais: LUÍS DE CAMÕES, autor do *livro das cousas da India*, é cavaleiro fidalgo da casa del Rei e naquelas partes prestou serviço por muitos anos.

Num outro documento

«Treslado de uma apostilla que se pôs nas costas dum alvara de Luis de Camões»

(o alvará dos 15.000 reis acima referido) diz-se que foi passada certidão por

«Ayres de Siqueira escrivão da matricula dos moradores de minha casa (casa del rei) de como reside em minha corte» (5)

Então Luís de Camões, de certo o autor de «Os Lusíadas» publicados em 1572, é cavaleiro fidalgo, morador e residente da Casa Real. Mas qual a família do poeta?

A 31 de Maio de 1582 é passado também pela Chancelaria Real um outro alvará que manda

(4) A.N.T.T. — Chancelaria de D. Sebastião L.º 32 fl. 86.

(5) A.N.T.T. — Chancelaria de D. Sebastião L.º 44 fl. 119 V.

«fazer merce a Ana de Sá mãe de Luis de Camões de seis mil reis cada anno dos quinze mil reis de tença que vagarão pelo dito seu filho, avendo respeito aos serviços que elle fez na India e no reino, e a ella Ana de Sá ser muyto velha e pobre, e delle não ficar outro erdeiro» (6)

Camões teria morrido a 10 de Junho de 1579 ou 80, pois existem duas leituras possíveis do mesmo documento (7), mas a 5 de Fevereiro de 1585 é então passado um outro alvará confirmando uma tença de 15.000 reis a *Ana de Sá*.

«avendo respeito aos serviços de Simão Vaz de Camões, e aos de Luis de Camões seu filho Cavalleiro da minha Casa e a não entrar na feytoria de Chaul de que era provido e a vagarem por sua morte quinze mil reis de tença»

e o alvará segue afirmando

«ey por bem e me praz fazer merce a Anna de Sá molher do dito Simão Vaz e may do dito Luis de Sá de Camões de nove mil reis de tença em cada hũ anno e dias de sua vyda alem dos seis mil reis que já tem de tença pellos ditos respeitos para que tenha quinze mil reis de tença em sua vyda os quaes nove mil reis de tença começará a vencer de desasete dias do mez de novembro do anno passado de bcLXXXVIII em diante em que lhe fiz esta merce» (8)

Penso que a interpretação que normalmente se tem feito da leitura deste documento é errada e que o esquema pontual da mesma será:

— LUIS DE CAMÕES é filho de *Simão Vaz de Camões* e de *Anna de Sá*, pai e filho já falecidos em 1585

(6) A.N.T.T. — Chancelaria de D. Sebastião L.º 45 fl. 388

(7) EUGENIO DE ANDREA DA CUNHA E FREITAS — *Em que ano morreu Camões?* *Revista Municipal de Lisboa*, ano XXXV, n.º 138 e 139 (1973).

(8) A.N.T.T. — Filipe 1.º — Doações L.º 11 fl. 132. Os documentos referidos nas notas 4, 5, 6, e 8, foram publicados pelo SENHOR VISCONDE DE JUROMENHA in *Obra e vida de Luís de Camões*, vol. 1 pags. 169 a 173.

- Que *Simão Vaz de Camões era cavaleiro fidalgo e fora provido na feitoria de Chaul onde não chegou a entrar*
- Que em Novembro de 1584 por sua morte vagaram 15.000 reis de tença dos quais são concedidos 9.000 à viúva
- Que esta já usufruia nesta data 6.000 reis de tença, de certo os que lhe ficaram por morte do filho
- Que o pai de Luís de Camões lhe sobreviveu e usufruia tal como o filho 15.000 reis de tença por serviços prestados

Que será lícito inferir deste esquema além do que me parece evidente acima referido? Pensemos que, se a Ana de Sá em 1581 é dada mercê de 6.000 reis descontados na tença de quinze mil reis que o filho recebia «*por ser velha e pobre e dele (filho) não ficar outro erdeiro*» isto não implica que seu marido e pai de Luís de Camões não recebesse ou viesse a receber também uma tença de 15.000 reis (°).

Num manuscrito recentemente comprado pelo ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (1°) datado de 1833 (como se afirma a página 55), ao abrir o capítulo cuja epígrafe é *Camões* (pág. 47) diz-se

«Quarto apelido do actual Senhor da Casa de Cunhas das / Travessas de Braga / José da Cunha Guedes Pinto de Camões / Fidalgo Cavalleiro da Casa R. 5.º Morgado da Herdade, Condeco / rado com a medalha de R. Effigie, etc./»

A folhas 49 sem que seja alterada a genealogia tradicional ao ser referido Antão Vaz de Camões, o presumível avô do poeta, afirma-se

«que vivia em Coimbra com seu irmão João Vaz, por um crime de homicídio fugiu com sua mulher (D. Guiomar Vaz

(9) O atraso que tem sido referido no pagamento das tenças era corrente dado o processo usual destes pagamentos, pois o tesoureiro só podia efectivá-los depois do alvará ser registado no devido livro o que quase sempre não se fazia em tempo útil.

(10) A.N.T.T. — CUNHAS E SOUSAS, *senhores da Casa das Travessas na Rua de D. Gualdim em Braga* — *Genealogias*, N.º 107.

da Gama) acoutando-se em Chaves: contudo disfructou ali as rendas da Abbadia de Villar de Nantes»

De sua mulher teve filhos

«1 — Isidoro Vaz de Camões, cappellão fidalgo da Casa del rei D. João III, o qual como seu pai disfructou as rendas da Egreja do Salvador de Villar de Nantes, cujos passões em-prazou a seus irmãos com Licença Régia e Autoridade Apostolica

2 — Simão Vaz de Camões o qual viveu em Lisboa, foi The-soureiro da Casa da Índia, e da dos Reis D. Manuel e D. João III»

Terão algum fundamento estas referências? É evidente que carecem de justificação documental, o que o SENHOR CORONEL ENGENHEIRO JOSÉ GUILHERME CALVÃO BORGES, que tão proficientemente tem estudado os *Camões Flavienses*, certamente vai tentar seguindo as várias pistas que o manuscrito oferece, e do qual, por ética profissional, logo que entrou na *Torre do Tombo* lhe demos conhecimento ⁽¹¹⁾. Contudo desde já poderemos afirmar que existiu de facto um *Isidoro Vaz, capellão del rei* a quem em 8 de Abril de 1567 foi entregue um escravo jalofo de nome António a pedido do seu dono o vereador de Coimbra *Simão Vaz de Camões, por ter necessidade dele por não ter quem no sirva*. Este encontrava-se então preso com João de Paiva no Castelo de Lisboa.

O dito escravo fora mandado prender pela Inquisição da mesma cidade a 16 de Fevereiro de 1566 e autorizada a sua libertação a 24 de Março de 1567 embora só efectivada a 8 do mês seguinte como já ficou dito. Pelas declarações do mesmo sabe-se que da sua terra fora trazido para Lisboa havia cinco anos, vendido a um Bastião da Silva, morador no Porto, fora baptizado na Sé desta cidade e que tinha vindo depois para Coimbra na posse do novo senhor ⁽¹²⁾.

⁽¹¹⁾ JOSÉ GUILHERME CALVÃO BORGES; *A Família Flaviense de Camões* separata de «*Arqueologia e História*», vol. V, Lisboa 1978.

⁽¹²⁾ AVELINO TEIXEIRA DA MOTA — *A África Ocidental em «Os Lusíadas» Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga*. Secção de Lisboa LXXI — *Junta de Investigação do Ultramar*, 1972, pág. 12 a 14.

Mas se *Isidro Vaz* (talvez o *Isidro Vaz de Camões* a que se refere o documento do Arquivo dos *Cunhas de Braga*) era capelão del rei, então o Regente Cardeal D. Henrique, já no começo do século tinham sido moradores da casa real outros Camões.

A 20 de Agosto de 1515 é paga moradia de dois mil e desanove reis a *Pero de Camões, escudeiro da casa do dito senhor* (casa del Rei), sobrinho de *Jorge Dias Cabral* ⁽¹³⁾; em 1518 aquele ainda recebe moradia como escudeiro, mas em 1520 a *Pero de Camões, cavaleiro da nossa casa* são dados quarenta mil reis *que há d'aver de seu casamento* por carta feita em Évora a 6 de Maio. *Recebeo os hum Heitor Henriques por procuração feita em Castanheira.*

Outros ainda há: na folha do mesmo ano de 1518 manda-se pagar a moradia em atraso dos anos de 1515 e 1516 a *Diogo de Camões, filho de João de Lisboa*. Será este *João de Lisboa* o *Tabelião do cível da cidade de Lisboa* assim referido em vários documentos do fim do séc. XV? Mas continuemos. No livro dos anos de 1539 a 1541 no título dos escudeiros vem ainda referido *Diogo de Camões*. Neste mesmo livro no título dos moços fidalgos diz-se ainda, que *João de Camões*, filho do Licenciado *Álvaro Martins* recebia a moradia mensal de mil reis ⁽¹⁴⁾.

No fim do século anterior no entanto já outros Camões pertenceriam aos moradores da casa real pelo menos um *Lopo de Camões*

⁽¹³⁾ Vide: LUIS DE MELLO VAZ DE SAMPAYO; *Subsídios para uma Biografia de Pedro Alvares Cabral* — Coimbra 1971, pags. CXXXI a CXXXIV; N.º 299 a 303; GASPAR CORREIA; *Lendas da Índia*: colecção *Tesouros da Literatura Portuguesa*, 1975, vol. II pg. 616 Cap. XIII «*homem fidalgo cavaleiro que andara em Itália e sabia das cousas de guerra*» (1521); A.N.T.T. *Cartas Missivas*, N.º 1, doc. 250; AYRES DE SÁ, *Frei Gonçalo Velho*, págs. 109 e 117.

⁽¹⁴⁾ B. N. L. Cod. 1107, fl. 14; Os códices da *Biblioteca Nacional* N.º 269, (Colecção Pombalina), 1102 e 1105 a 1107 (Fundo Geral) são conhecidos por *Manuscritos de Lousada* e foram estudados e organizado os índices por ANTÓNIO MACHADO DE FARIA na colecção *Fontes da História de Portugal* 1934. Estes registos eram indicações referentes a livros de *ementas* ou *moradias* da TORRE DO TOMBO que desapareceram com o terramoto. Do ano de 1518 a nossa colega Dr^a Maria José da Silva Leal ainda encontrou nos *Fragmentos* uma folha.

é moço de câmara a 4 de Maio de 1469, filho de *Lopo Vaz de Camões* cavaleiro da Casa Real, morador em Avis ⁽¹⁵⁾.

Este *Lopo Vaz de Camões* está largamente documentado mas apenas quero lembrar a carta de privilégio de fidalgo que D. João II lhe deu em Évora a 7 de Agosto de 1490 pela qual faz

«graça e mercee a Lopo Vaaz de Camõees cavaleiro de nosa casa morador em a nossa cidade de Évora porquanto esta pres-tes pera nos aveer de servir com homens e armas»

e por isso

«teemos por bem e mandamos daquj em diante que sejam **priviligiados escusados e guardados todos servos e escravos e amos e mordomos e lavradores que estiveram e lavrarem nas suas quintas e casaes encabeçados**» ⁽¹⁶⁾

por este documento podemos deduzir que Lopo Vaz de Camões era homem de larga fortuna, cavaleiro fidalgo e tinha homens e armas prontos a servir o rei; não parece contudo evidente que seja fidalgo das armas dos Camões da Galiza, mas bem ao contrário um dos *novos* fidalgos que serviram o *Príncipe Perfeito*. Aliás o ramo dos Camões de Évora está já suficientemente estudado para que se possa afirmar que não usavam tais armas.

Um outro documento, que se diz referente ao poeta e dos muito conhecidos, é a espantosa carta de perdão que também o SENHOR VISCONDE DE JUROMENHA divulgou e que segundo penso, deve ser aceite com reserva. ⁽¹⁷⁾

É que tecnicamente nada obriga a que *Luís Vaz de Camões filho de Simão Vaz cavaleiro fidalgo morador em Lisboa*, seja LUÍS DE

⁽¹⁵⁾ A.N.T.T. — Chancelaria de D. Afonso V L.º 31 fls. 18 e 23. Documentos publicados por PEDRO DE AZEVEDO — *O Apelido de Camões no Século XV* in *Boletim de 2.ª classe da Academia das Ciências de Lisboa*, vol. IV (1910-1911) pág. 546.

⁽¹⁶⁾ A.N.T.T. — Chancelaria de D. João II L.º 9, fl. 103 V.º

⁽¹⁷⁾ A.N.T.T. — Chancelaria de D. João III — *Perdões e Legitimações* L.º 20 fl. 296 V.º, também publicado pelo SENHOR VISCONDE DE JUROMENHA, vide nota 8, obra citada pág. 166.

CAMÕES, o autor de «*Os Lusíadas*», filho de Simão Vaz de Camões e Ana de Sá. É possível, é mesmo provável, mas o juízo não é acertório nem mesmo necessário ou suficiente.

Bem sei que em 1533 Camões ainda não era célebre e portanto era improvável que no documento fossem referidos os seus méritos como poeta; mas quem se habitua a manusear diariamente a documentação desta época, sabe que os problemas da homonímia ou da significação do apelido-origem quando se pretende a recolha de informações para estudos biográficos e genealógicos, ou de inserção social são de certo os mais difíceis de ultrapassar; pensemos que além duma frequência espantosa de pessoas diferentes com nomes iguais, há nomes que só eles definem a alta nobreza, outros são usados por pessoas que mesmo fidalgass gravitam amesedadas à sombra daqueles de quem por vezes tomam o nome e servem, nome que até mesmo os escravos poderão usar⁽¹⁸⁾, e outros ainda que, fazendo enobrecer a sua estirpe com largas fortunas adquiridas no comércio, passam a usar o apelido que mais lhes convem. Os nomes saltam assim do seu lugar de origem para exercerem a função social de rotular quem é ou quem pretende ser poderoso e determinante no xadrez político e económico da época ou perdem todo o seu valor simbólico para se juntarem como nomes comuns aos da multidão caótica das sociedades em convulsão de que é exemplo típico a população da nossa Lisboa na primeira metade do século XVI. Assim, neste período conturbado, vulgarmente eram chamados de *nobres* aqueles que viviam à lei da nobreza como Lopo Vaz de Camões sem que para tal fosse necessário estar abrangido pelo código oficial; e quantos nobres e fidalgos tinham bens suficientes para cumprirem os preceitos a que a lei obrigava? Lembremos ainda que pelo contrário os *burgueses*, mercadores endinheirados que o mercantilismo tornou imprescindíveis aos contratos da coroa, facilmente são nobilitados e pavoneiam-se, por vezes ostensivamente, mesmo nos lugares públicos e oficiais (Vide *Suplemento Gráfico*, pág. 48).

(18) Num processo da *Inquisição de Lisboa* em que são inquiridos alguns mouros que pretendiam fugir para sua terra tal como o escravo António já referido (vide nota 12) aperece como testemunha uma *Luisa de Camões, mourisca fora*, moradora em Lisboa a São Roque. A.N.T.T. Inquisição de Lisboa M.º 19, Proc. 167, fl. 30 V.º e 31. Esta nota fica-se a dever à amabilidade do Sr. Dr. António Justino Ribeiro Alves.

Não se pode nem se deve portanto alienar esta realidade, pois será mais um risco grave a correr a que poderemos juntar outros tantos que o fazer história implica.

De certo que os mais prevenidos nestas lides camonianas estarão a pensar, desde já algum tempo, nos registos da Casa da Índia. Que dizem eles? Rigorosamente também não o sabemos, pois o texto que possuímos é da pena de *MANUEL DE FARIA E SOUSA* e traduzido em castelhano. ⁽¹⁹⁾ A linha de pensamento e a probidade crítica deste primeiro grande comentador do poeta tem sido objecto dos mais diversos juízos, o que nos leva a utilizar as suas informações com uma atenção especial. Estes registos diriam que em 1550 um Luís de Camões, filho de Simão Vaz e Ana de Sá, moradores em Lisboa, à Mouraria, escudeiro de 25 anos, barbaruiva, que trouxe por fiador seu pai, iria na nau de São Pedro dos «burgaleses» para a Índia. Não foi mas teria ido no ano de 1553 porque em lugar de Fernando Casado foi Luís de Camões filho de Simão Vaz e Ana de Sá, escudeiro e recebeu 2.400 reis como os demais. ⁽²⁰⁾

É possível que este seja o nosso LUÍS DE CAMÕES que na Índia irá encontrar a força e determinação para o poema que o ambiente literário e social de Lisboa, a cidade do mundo de então, já teria feito nascer.

Porquê esta credibilidade potencial conferida por alguns aos registos da Casa da Índia e refutada totalmente por outros? A filiação e os nomes são rigorosamente os mesmos que encontramos nos alvarás; a morada é confirmada e pormenorizada: *em Lisboa, à Mouraria*; seu pai em 1553 estaria ausente e de facto julgo como disse que Ana de Sá só ficou viúva pelos últimos meses de 1584. Teria embarcado o pai, fiador, em lugar do filho, como já foi alvitado ou estaria este preso por algum delito ou acoitado em longes terras? E porque só

⁽¹⁹⁾ RIMAS/ VARIAS/ DE LUIS DE CAMOEN/ PRINCIPE DE LOS POETAS HEROYCOS / E LYRICOS DE ESPANÁ / (...) comentadas por MANUEL DE FARIA Y SOUSA, cavaleiro da Ordem de Christo Lisboa, 1685, tomo 1, n.ºs 5 e 6.

⁽²⁰⁾ FRAZÃO DE VASCONCELOS prova que Luís de Camões embarcou na nau *Santa Maria da Barca* comandada por *Rui Pereira da Câmara* que aportou a Cochim e não a Goa como se acreditava. Vide: *Alguns Companheiros de Luís de Camões na Viagem para a Índia de 1553* in *Boletim Geral do Ultramar*. Lisboa 33, 381, Março 1957, pág. 95 a 114.

em 1553 embarcou Camões? Aqui se impõe de novo o texto da carta de perdão, porque Luís Vaz de Camões, o perdoado, *filho de Simão Vaz de Camões, cavaleiro fidalgo da casa del rei*

«he hum mancebo e pobre e me vay (ao rei) este ano servir a Índia»⁽²¹⁾

Será este o autor de «Os Lusíadas» e será o que embarcou para a Índia neste ano de 1553? Penso que estes testemunhos como dados biográficos de certo modo são frágeis pelo que já disse, mas se se optar pela afirmativa ao esquema atrás proposto teremos de acrescentar

- que Luís de Camões com seus pais morava em 1550 em Lisboa à Mouraria
- que só embarcou em 1553
- que em 1550 tinha 25 anos, nascera portanto em 1524 ou 1525
- que era de barba ruiva, mancebo e escudeiro

Escudeiro outro tema quente. Escudeiro fidalgo?

De certo escudeiro com foro de fidalgo por filiação e moradia na casa real, como vimos. *Camões era fidalgo* assim afirmou o saudoso LUÍS BIVAR GUERRA⁽²²⁾ mas direi eu, fidalgo da linhagens dos *Camões da Galiza* com solar e armas como vulgarmente se crê, ou fidalgo dos recentemente nobilitados? Por agora pensemos que Luís de Camões seria de *barba ruiva* e aí temos a iconografia: *a vera efígie de Camões*⁽²³⁾ como o PROF. GONÇALVES RODRIGUES cognominou o retrato *quinhentista* comprado em 1966 na *Feira das Antiguidades*.

⁽²¹⁾ Vide nota 17, doc. cit.

⁽²²⁾ Conferência realizada na *Academia Portuguesa de História* na sessão comemorativa do *Quarto Centenário da Morte de Camões* Separata do Boletim da referida Academia. A pág. 86 o insigne geneologista define o que se deve entender por ser ou não fidalgo segundo o direito nobiliárquico e heráldico.

⁽²³⁾ ANTONIO AUGUSTO GONÇALVES RODRIGUES — *Camões e a sua vera efígie* — A propósito de um retrato desconhecido. Lisboa, 1968.

Vale a pena reler o que nos diz MANUEL SEVERIM DE FARIA em 1624, ⁽²⁴⁾ que não conheceu o poeta mas foi amigo de amigos de Camões que muito bem o tinham conhecido, e que do mesmo traçou o seguinte retrato físico:

«Foi Luís de Camões de meã estatura, grosso e cheio no rosto e algum tanto carregado na fronte: tinha o nariz comprido, levantado no meio e grosso na ponta: afeiava-o notavelmente a falta do olho direito e sendo mancebo, teve o cabelo tão louro que atirava a açafroado. Ainda que não era gracioso na aparência, era na conversação muito fácil, alegre e dizidor, como se vê em seus motes e esparsas posto que já sobre a idade deu algum tanto em malancónico»

Este testemunho parece-me a legenda apropriada ao referido retrato e terá o mérito de vivificar a mensagem dum pintor que, mesmo sem nome, nos envia de longes séculos um Camões, nem famoso nem simbólico, mas um homem na proporção nítida do poeta certo.

Outros testemunhos no entanto ainda temos de estudar.

Tem-se dito, pelo menos a partir da biografia assinada por MANUEL SEVERIM DE FARIA de que extraímos o retrato físico acima transcrito, que *Vasco Pires de Camões* é considerado como o primeiro que em Portugal se fixou. Pertenceu ao partido senhorial e lutou ao lado da Rainha D. Leonor; era nobre de solar. Descendia duma família originária do *Castelo de Cadmon*, junto do Cabo Finis-terra. Suas armas seriam *em campo de verde, cabeça e pescoso de serpe de ouro, saindo de entre dois penhascos de prata, tocados de vermelho: Timbre-cabeça e pescoço de serpe de ouro*, mas documentos encontrados no *Arquivo de Pontevedra*, onde nem falta um *Gonçalo de Camões*, alcaide daquela vila em 1439, apontam para outra origem ⁽²⁵⁾.

⁽²⁴⁾ MANUEL SEVERIM DE FARIA — *Discursos Vários Políticos* — — Évora 1524, 1.^a ed. — Lisboa 1791, 2.^a ed.

⁽²⁵⁾ ENRIQUE FERNANDEZ VILLANIL Y ALEGRE. *Los Camoens de Pontevedra. Dos documentos y unos comentarios*. Faro de Vigo. Julho 1953; JOÃO FILGUEIRA VALVERDE. *La ascendencia Pontevedresa de Comoens*. Pontevedra 1968.

Já vimos de facto que os Camões documentados não usavam as referidas armas e muito menos podemos supor que o poeta as usasse. Só em 1624 em notável gravura o mesmo Manuel Severim de Faria acima referido cobre a cabeça do poeta de louros, impõe-lhe esplêndida armadura e fá-lo acompanhar no canto superior direito do desenho daquelas armas. O DR. FRANCISCO DE SIMAS ALVES DE AZEVEDO ao estudar a *emblemática camoniana* afirma ainda que o

«não figurarem as armas dos Camões (...) nos grandes armoriais oficiais do século XVI, *Livro do Armeiro-mor* e *Livro da Torre do Tombo* — vigente em vida do Épico — obriga-me a negar-lhe, a ele e aos seus a categoria de fidalgo de cota e armas» (26).

A idêntico juízo leva, segundo julgo, a documentação encontrada. Atentemos ainda no testemunho de Severim de Faria:

Vasco Pires casara com a filha de Gonçalo Tenreiro, o qual seguiu também a causa senhorial e foi em Espanha Mestre de Cristo. Foi *capitão de D. Fernando* como de facto é referido no documento pelo qual o nosso rei lhe afora umas casas

«em Lisboa na Rua Nova que partem ao levante com o concelho e ao poente com casas do dicto senhor que tem Catellina Anes Canellas e a guiam (norte para os menos habitados) com Rua Pública e a brego (sul) com casa dos pesos da dita cidade (Lisboa)» (27)

Segundo o ilustre Chantre de Évora, o dito Manuel Severim de Faria, as casas seriam as da *Rua do Mata Porcos* em que a filha de Vasco Pires, *Constança Pires de Camões*, fizera morgado encabeçado em seu neto *Belchior Gil* (28).

(26) *Algumas palavras sobre a emblemática camoniana* — in *Boletim da Academia Portuguesa de Ex-Libris*.

1972 — N.º 59 e 60 pags. 12 e 16.

1973 — N.º 63 e 64 pags. 8 e 9.

(27) Vide Documento N.º 1

(28) Vide Documento N.º 7.

Não, meus senhores; perguntem a *João Nunes Tinoco* e a *Vieira da Silva* ⁽²⁹⁾ onde ficam as *casas dos pesos* (Vide Mapa I N.º 8) e a *Rua do Mata Porcos* (Vide Mapa I N.º 10). As primeiras eram ao largo do *Pelourinho Vebo* (Vide Mapa I N.º 6) junto ao *Açougue Real* que como se sabe era à *Porta da Ribeira* (Vide Mapa I N.º 4). As casas doadas a Gonçalo Tenreiro (Vide Mapa I N.º 9) são portanto as do fim da *Rua Nova* (Vide Mapa I N.º 7), que em 1396 estão aforadas a Fernão Sanches (Castelão), marceiro, casado com Lionor Fernandes ⁽³⁰⁾. A *Rua do Mata Porcos* essa era quase perpendicular à *Rua Nova* que nesta abria pelo lado Norte sensivelmente a meio daquela que era «amplíssima», a mais linda, concorrida e importante artéria de Lisboa do fim do século de quatrocentos ⁽³¹⁾.

Tive a sorte de encontrar o processo da capela de *Constância Pires de Camões* e o seu testamento ⁽³²⁾ o qual já conhecia em parte por documentos que tinham pertencido ao Chantre de Évora ⁽³³⁾ hoje na posse dos herdeiros do SR. MANUEL ROSADO DE CAMÕES E VASCONCELOS. De facto será verdade que *Constância Pires* casou com *Pedro Severim*, nobre francês, que participou na conquista de Ceuta e que foram tronco dos Severins hoje representados pelos descendentes do Conde de Vila Flor ⁽³⁴⁾.

O testamento de Constança Pires de Camões não refere contudo casas junto à Casa dos Pesos nem indica os nomes dos pais. Dada a importância que tem, se me permitem, vou esquematizar o seu conteúdo ideológico:

— é datado de 16 de Maio de 1481

— Constança Pires neste ano é viúva de Pedro Anes

⁽²⁹⁾ JOÃO NUNES TINOCO, *Planta de Lisboa antes de 1650* (Vide SUPLEMENTO GRÁFICO, Mapa I, pág. 44); AUGUSTO VIEIRA DA SILVA, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, Estp. I que reproduzimos num pormenor (Vide SUPLEMENTO GRÁFICO, Mapa II, pág. 45).

⁽³⁰⁾ Vide docs. N.º 2, 3 e 4.

⁽³¹⁾ Conforme a legenda do mapa de GEORGE BRAUNIO, que reproduzimos num pormenor (Vide SUPLEMENTO GRÁFICO, pág. 47) e a perspectiva que destacamos (Vide SUPLEMENTO GRÁFICO, pág. 48).

⁽³²⁾ Vide Documento N.º 8.

⁽³³⁾ A.N.T.T. — *Casa Forte; Arquivo da Casa Cadaval* — MANUEL SEVERIM DE FARIA — *Notícias dos Severins de Faria*, 202/1 (C. A.) fl. 112 V.º 113 V.º

⁽³⁴⁾ Vide Documento N.º 3 nota final.

- pede que seja sepultada no Mosteiro da Trindade onde jaz seu marido, pais e filhos.
- herdeira Maria Anes sua filha
- nomeia seu neto Belchior Gil por terceira pessoa nos seus dois prazos de casas convem a saber

«humas de Santa Clara de par desta cidade que sam estas em que hora vivo que estam na Rua do Selvagem (Vide Mapa I N.º 13) e outras que trago da igreja de São Lourenço que estam na dita cidade na Rua do Lava Cabeças (Vide Mapa I N.º 12), os quais prazos ambos eu sam (sou) a segunda pessoa».

- nomeia o mesmo neto em sua terça nas suas casas

«na Rua Nova que estão acerca da entrada da Rua do Mata Porcos (Vide Mapa I N.º 11) que partem do levante com as casas que chamão do Chamissa (Vide Mapa I N.º 18) que são da Ordem de Cristo e do poente com casas da Sé e detrás com casas que foram de Alvaro de Mansellos e diante com a dita Rua Nova»

- deixa legados para missas por alma de seu marido e seus filhos João Coresma e Antão Pires e de seu pai e mai que jazem sepultados no Mosteiro da Trindade

«as sepulturas todas tres estam no ditto mosteyro desde o piar que esta debayxo do orgam athe debayxo do outro piar contra o altar de Nossa Senhora»

Testemunhas

«João de Proença (?) armeiro, Fernam Rodrigues escudeyro goarda da fundiçam da Armada e Martim Anes burzigueyro e Francisco Fernandes estreyreiro e Pedro Alves, mercador e Vicente Fernandes esteireiro moradores na dita cidade acerca da dita testadora».

As profissões das testemunhas terão algum significado?

Um outro documento de 1625 assinado por GASPAR ÁLVARES DE LOUSADA, *reformador dos padroados da Coroa na Torre do Tombo*, ao autenticar os documentos necessários para ser concedida a carta de armas aos Severins confirma o casamento de Constança Pires mas desta diz apenas que era

«muito chegada em sangue aos Camões da Galiza que são fidalgos de solar conhecido e a Vasco Pires de Camões muito conhecido em livros de registo» ⁽³⁵⁾

Referência de certo às doações de bens que D. Fernando a este fez ⁽³⁶⁾.

No documento já referido pertencente aos herdeiros do *Sr. Manuel Rosado de Camões e Vasconcelos* datado de 1641 enumeram-se

«as instituições dos morgados que possuem Gaspar de Faria Severim, executor mor deste Reino e D. Maria Ana de Noronha sua mulher»

a fl. 2 depois de transcrever também alguns parágrafos do testamento de Constança Pires de Camões diz-se

«O titulo destas casas da Rua Nova he o aforamento que el rey Dom Fernando fez dellas em 22 de Fevereiro de 1413

⁽³⁵⁾ Vide Documento N.º 9.

⁽³⁶⁾ A.N.T.T. — Chancelaria de D. Fernando L.º 1 fl. 103 V.º (Doação da Quinta do Judeu no termo de Santarém, 25 de Março de 1372); fl. 118 V.º, 1.º doc. (Doação dos bens móveis e de raiz que Vasco Pires de Chão do Couce havia em Penela e seu termo e em todo o Portugal porquanto os perdera por andar em Castela com el rei D. Henrique, 15 de Março de 1373); fl. 118 V.º, 2.º doc. (Doação das terras de Punhete, Sardoal Mação, Amendoa, Martincel em pagamento de seis maravedis, 28 de Março de 1373); fl. 169 V.º (Doação de todos os bens móveis e de raiz que foram de Pero Vieira, morador em Penela que os perdeu, 11 de Setembro de 1374); fl. 111 (Doação do Castelo de Alcanede, 2 de Setembro de 1377); L.º 2 fl. 27 (Doação de Gestaço e todos os bens da Infanta D. Beatriz que tinha em Estremoz e Evoramonte, 15 de Abril de 1378); fl. 39 V.º (Doação dos bens de D. Beatriz em Montemor-o-Novo e seus termos, 18 de Fevereiro de 1379); fl. 62 V.º (Doação do Castelo de Portalegre e alcaidaria, 17 de Junho de 1380); L.º 3 fl. 74 (Doação da alcaidaria da Vila de Alenquer, 28 de Junho de 1383).

a Maria Fernandes mulher de Gonçalo Tenreiro que em Castela se intitulou Mestre de Cristo que era may de Constança Pires de Camões e por esta via os herdou»

Portanto Constança Pires seria filha e não neta da esposa de *Gonçalo Tenreiro*. Por outro lado, pelo testamento referido, os seus pais estavam sepultados na Trindade, mas Vasco Pires em 1391 encontra-se em Madrid ⁽³⁸⁾ e não é provável que tenha voltado a Portugal.

Concluiremas que os Severins estavam mal informados em relação às casas do Mata Porcos e que mesmo para eles a filiação de Constança Pires era duvidosa; assim Severim de Faria afirma, de certo para justificar a filiação que aceitou de Constança Pires de Camões, que esta tinha morrido centenária ⁽³⁷⁾, não falecera contudo tão rica como quer fazer constar (Vide doc. 7), pelo menos não são os bens de Vasco Pires de Camões, pois D. João I os confiscou *na sua totalidade*, o que está explícito nos documentos da Changelaria Régia (Vide doc. 10 e 11). De facto nem mesmo a célebre *Camoeira*, junto a Évora, alguma vez ter-lhe-ia pertencido, pois foi comprada por *Lopo Vaz de Camões a Nuno Fernandes de Chaves* no ano de 1450 (Vide doc. 12) e afinal as casas da Rua Nova à entrada de Mata-Porcos eram do segundo marido de Constança, como se pode inferir do texto da *Visitação da Ordem de Cristo de 1505* publicado por JOSÉ MENDES DA CUNHA SARAIVA, informação que ficamos a dever à amabilidade do SENHOR ENGENHEIRO MANUEL CASTELO BRANCO.

Mas continuando a pensar na Rua Nova afirmarei ainda que, se *Constança Pires de Camões* tinha casas aforadas na *Rua Nova* a par da *Rua do Mata Porcos*, na mesma Rua à *porta da herva* desde 1441 uma *Maria Anes de Camões* mulher de *Pero Gonçalves, mercador*, trazia outras casas aforadas ⁽³⁹⁾. Este mercador era cunhado de *Mestre Mateus* ⁽⁴⁰⁾, que em 1392 e 1398 também trazia casas aforadas ao rei que eram à *Rua Nova a cerca de Santa Maria da Oliveira*, isto é, a parte da dita rua mais ocidental e posteriormente conhecida

⁽³⁷⁾ Vide nota 33 documento citado fl. 113 V.º.

⁽³⁸⁾ Vide nota 25.

⁽³⁹⁾ A.N.T.T. — Livro 10 da Estremadura fl. 45.

⁽⁴⁰⁾ A.N.T.T. — Livro 10 da Estremadura fl. 57 V.º.

por *Rua das Varandas da Rainha* ⁽⁴¹⁾. Lembremos ainda que em 1445 Margarida Farinha, pescadeira, doa à dita Maria Anes de Camões e a seu marido todos os seus bens ⁽⁴²⁾.

No ano fiscal de 1458-1459 Maria Anes já está viúva ⁽⁴³⁾. Do casal ficara contudo um filho João de Camões também mercador que em 1466 ⁽⁴⁴⁾ por morte de sua mãe enova o prazo das casas à *Rua Nova* junto à *Rua dos Pregos*. Seriam as casas à *porta da erva* acima referidas? Penso que sim pois no *livro velho* do dito ano junto a registo idêntico foi escrito à margem pela mesma mão

«Ponham-se no livro novo sobre Joham de Camões filho desta Maria Anes como terceira pessoa que a ellas he» ⁽⁴⁵⁾

e de facto o ENGENHEIRO AUGUSTO VIEIRA DA SILVA identifica a *porta da erva* com a *porta da rua dos pregos* ⁽⁴⁶⁾.

Estas casas sabemos nós que ficavam muito perto das de Constança Pires mas do outro lado da Rua um pouco mais para oeste. João de Camões herdou-as, pois do seu casamento com Margarida Pires ficou uma filha, Catarina de Camões, que em 1503 e 1506 traz aforadas as ditas casas ⁽⁴⁷⁾. Seu pai no entanto em 1468 comprou ainda outras casas na mesma Rua Nova que dum lado partem com D. Aldonça e do outro com a viúva de Álvaro Fernandes, mercador ⁽⁴⁸⁾. No ano de 1506 Margarida Pires, viúva traz ainda aforadas estas últimas casas ⁽⁴⁹⁾, que em 1559 são compradas por Fernão de Carvalho cevadeiro da Rainha ao Licenciado João de Camões em dote de casamento deste com a filha daquele, D. Isabel de Carvalho

«casas que estão na Rua Nova desta cidade junto do arco dos Baretos que sua maj (do Licenciado João de Camões)

(41) Vide documento n.ºs 5 e 6.

(42) A.N.T.T. — Chancelaria de D. Afonso V, L.º 5, fl. 3.

(43) A.N.T.T. — Fundo Antigo N.º 285 fl. 11.

(44) A.N.T.T. — Chancelaria de D. Afonso V L.º 14 fl. 98 V.º.

(45) A.N.T.T. — *Fundo Antigo* — Bens Próprios dos Reis N.º 319 fl. 11.

(46) Vide nota 29, Autor e obra cit. fl. 44 e 45.

(47) A.N.T.T. — *Fundo Antigo* — Bens Próprios dos Reis N.º 318 fl.9. e N.º 321 fl. 12.

(48) Chancelaria de D. Afonso V L.º 28 fl. 7.

(49) A.N.T.T. — *Fundo Antigo* — Bens Próprios dos Reis N.º 321 fl. 12.

trazia daforamento à coroa destes reinos em vida de tres pessoas de que ele era a segunda pessoa com dous mill duzentos cinquenta rs. de foro cada ano que pagava a Dom Afonso de Castelo Branco». ⁽⁵⁰⁾

De facto Margarida Pires era a 2.^a pessoa e pagava o foro referido ao dito D. Afonso de Castelo Branco pelas casas da Rua Nova que seu marido comprara a Catarina Vasques filha de Álvaro Fernandes Carvalho ⁽⁵¹⁾. Sendo assim o Licenciado João de Camões era filho do mercador do mesmo nome e neto de Maria Anes de Camões. O mercador João de Camões fora feitor do Arcebispo de Lisboa e nobilitado por este em 1469, podendo então *andar de besta muar de sela e freio e esporas*. ⁽⁵²⁾

Mais um mercador cujos descendentes de certo vão engrossar o número dos fidalgos recentes que na primeira metade do século XVI se exibiam não só na Rua Nova mas na Corte e Paços Reais como disse. De facto em 1565 um João de Camões é dono dum prédio na *Rua Nova das Varandas* que vai para o *beco dos pregos* ⁽⁵³⁾, sem dúvida descendente do Mestre Mateus, piliteiro como a localização das casas o provam e talvez o escudeiro a quem é paga moradia nos anos de 1539 a 1541, filho do Licenciado Álvaro Martins ⁽⁵⁴⁾.

E porque não lembrar que pelas trazeiras, paredes meias com este João de Camões, e não o Licenciado homónimo, como veremos, ficava segundo o documento de 1466 as casas del rei (Vide Mapa I N.º 15) emprazadas a *João Vaz de Almada* ⁽⁵⁵⁾, junto das de *Fernão Álvares* pai de *D. Violante de Andrade* a hipotética amada de Camões

⁽⁵⁰⁾ A.N.T.T. — Chancelaria de D. Sebastião L.º 6, fl. 44.

⁽⁵¹⁾ Vide nota 48.

⁽⁵²⁾ A.N.T.T. — Chancelaria de D. Afonso V, L.º 31 fl. 59 V.º — Além destes, os documentos referidos nas notas 42, 44 e 48 foram publicados por Pedro de Azevedo (Vide nota 15). No *Livro das Visitações de Santiago de Obidos* (1434-1481) publicado pelo Prof. ISAIAS DA ROSA PEREIRA fl. 65 V.º vem também referência a este recebedor do Arcebispo de Lisboa.

⁽⁵³⁾ *Livro dos Lançamentos e serviço que a Cidade de Lisboa fez a El Rei Nosso Senhor no ano de 1565*, L.º 1, fl. 223 publicado pela Câmara Municipal de Lisboa na Coleção *Documentos para a história da Cidade de Lisboa*.

⁽⁵⁴⁾ Vide nota 14.

⁽⁵⁵⁾ Vide nota 47.

tão falada ⁽⁵⁶⁾ e que umas e outras terão servido ao príncipe D. João pai de D. Sebastião para seu paço ⁽⁵⁷⁾ o qual o nosso poeta de certo frequentou, pelo menos os seus amigos João Lopes Leitão e D. António de Noronha à sua casa pertenciam ⁽⁵⁸⁾? Tê-la-ia frequentado por mão destes? Por direito próprio? Um dia saber-se-á documentalmente, assim o creio, contudo Simão Vaz de Camões e seu filho, não que o afirme senão como hipótese, vejamos bem, poderiam ser parentes destes mercadores.

Mas se estes são alguns dos Camões que no século XV e XVI encontrámos na Rua Nova, doutros temos documentada a sua estada em Lisboa ou a sua passagem pela cidade. Lembremos primeiramente um que ainda pertence ao século XIV, Aires Peres de Camões, e que em 1380 é referido como comandante de uma galé do rei de Portugal numa *súplica* que dirige ao papa para si e alguns outros clérigos ⁽⁵⁹⁾, talvez o mesmo que participou em 1385 na Batalha de Aljubarrota ao lado do rei de Castela e nela falecera ⁽⁶⁰⁾.

Contudo de mais interesse será um clérigo irrequieto que vemos saltar de Évora para Lisboa, Coimbra, Salamanca e com frequência que nos confunde; de seu nome *Vasco Anes de Camões*. Repare-se que *Anes* é também apelido de Maria Anes de Camões, a esposa de Pero Gonçalves, o mercador da Rua Nova, que também aparece em Maria Anes filha de Constança Pires. Serão todos do mesmo tronco? Não sei. Esperemos nova documentação.

Este *Vasco Anes de Camões* contudo, segundo a informação de TÚLIO ESPANCA, fora vigário geral do bispo *D. Garcia de Menezes* que se notabilizou na batalha do Toro junto da hoste real e veio

⁽⁵⁶⁾ JOSÉ HERMANO SARAIVA — *Vida Ignorada de Camões* — Publicações Europa-América 1978, fl. 90.

⁽⁵⁷⁾ QUEIROZ VELLOSO — *D. Sebastião*, pág. 14; A.C.M.L. *Tombo de 1573*, L.º 1, fl. 144 V.º.

⁽⁵⁸⁾ JORGE FERREIRA DE VASCONCELOS — *Memorial das Proezas da Tavola Redonda*, 1567, 2.ª edição — Lisboa Imprensa Panorame, 1867.

⁽⁵⁹⁾ Chartolarium Universitatis Portugalensis. Documentos coligidos e publicados por A. MOREIRA DE SÁ ed. do *Instituto de Alta Cultura*. Vol. II N.º 344, págs. 81 e 82, 1968 Lisboa.

⁽⁶⁰⁾ FERNÃO LOPES — *Crónica de D. João I*, Parte 1.ª cap. 124 e Parte 2.ª Cap. 45.

a morrer envenenado na Torre de Menagem do Castelo de Palmela, como implicado na conspiração da nobreza contra D. João II ⁽⁶¹⁾.

Outras informações também possuímos que nos autorizam a afirmar que, se Vasco Anes de Camões é o de Coimbra

- em 1450 era tesoureiro e cónego da Sé de Coimbra ⁽⁶²⁾
- em 1455 já bacharel em degredos, é vigário geral da Sé e bispado de Coimbra ⁽⁶³⁾
- que nos anos de 1458 e 1459 por irregularidades de vária ordem dirige súplicas ao papa pelas quais se pode inferir que era clérigo irrequieto e pouco escrupuloso ⁽⁶⁴⁾
- em 1472 já era falecido ⁽⁶⁵⁾

PINTO LOUREIRO não conhecia esta última documentação mas aceita que o primeiro João Vaz de Coimbra, ascendente directo do nosso POETA, como geralmente se admite, era filho deste Vasco Anes ⁽⁶⁶⁾.

Se assim for este potencial antepassado de CAMÕES recebera o grau de bacharel em Salamanca, e nesta última Universidade e na de Lisboa lera durante três anos ⁽⁶⁷⁾. É portanto o primeiro Camões letrado que encontramos.

⁽⁶¹⁾ ACADEMIA PORTUGUESA DE HISTÓRIA — *Camões e D. Jerónimo Osório na História e na Cultura Portuguesa* (Colóquio) Programa e sumários da comunicação, Lisboa 1980, pág. 3.

⁽⁶²⁾ ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA — *Documentos Avulsos* — Família Vaz de Camões.

⁽⁶³⁾ nota anterior.

⁽⁶⁴⁾ Vide nota 59, obra citada. Vol. VI, N.º 1861 (ano de 1458) pág. 91, N.º 1862 (ano de 1458) pág. 92, N.º 1900 (ano de 1459) págs. 125 e 126, N.º 1902 e 1903 (ano de 1459) págs. 128 a 130, N.º 1915 (ano de 1459) págs. 144 e 145; N.º 2053 (ano de 1463) págs. 290 e 291; N.º 2055 (ano de 1463) págs. 292 e 293 e N.º 2059 (ano de 1463) pág. 297.

⁽⁶⁵⁾ J. PINTO LOUREIRO — *Novos Subsídios para a biografia de Camões* — Figueira da Foz, 1936 pág. 50 e pág. 98 (Doc. III).

⁽⁶⁶⁾ Vide nota 65, pág. 61.

⁽⁶⁷⁾ Vide nota 59, obra citada, vol. VI N.º 1900 (ano de 1459) págs. 125 a 126 e N.º 2053 (ano de 1463), págs. 290 e 291.

Mas *Pinto Loureiro* a folhas 60 e 61 diz:

«Ao falar de Antão Vaz como filho de João Vaz, escolar de direito, nada mais faço que cingir-me à tradição, já que nada encontrei que me autorize a considerá-lo tal, nem que me leve a excluí-lo. Mas se Antão Vaz é filho de João Vaz será o escrivão e não o escolar. O que da vida e família deste conheço quase me autoriza a asseverar que não teve filho algum com o nome de Antão».

Também ANSELMO BRAANCAMP FREIRE ao referir-se aos presumíveis pais de Antão Vaz põe em dúvida o «crédito» da afirmação de Severim de Faria de que *Inês Gomes da Silva* fosse casada com *João Vaz de Camões*, e transcreve o texto do nobiliário (anterior a 1652) em que *segundo se diz* Severim colhera aquela informação e que tal é:

«Gonçalo Gomes da Silva ... e ouve bastardes Frei Gonçalo da Silva frade da ordem de S. Bento e Jorgue da Silva que não casou mas ouve bastardos 3. filhas Ines da Silva casada com hũ criado de seu pai por nome João Roiz.»

Num outro nobiliário impresso em 1685, Braancamp Freire encontrou análoga informação, pois nele se afirma que

«3. João Gomes da Silva, claveiro da Ordem de Cristo teve filhos bastardos, mas, se teve netos, vieram por linha feminina» ⁽⁶⁸⁾

É altura de também referir outro investigador empenhado nestas andanças camonianas, director do *Boletim da Academia Portuguesa de Ex Libris* em cuja sede nos encontramos e aqui presente DR. PAULO CARATÃO SOROMENHO que, pelas contas que fez desde o nascimento de Vasco Pires de Camões provavelmente em 1350 ao nascimento de Camões também provavelmente em 1524, se tivessem decorrido apenas as quatro gerações que os genealogistas indicam, a

⁽⁶⁸⁾ ANSELMO BRAAMCAMP FREIRE in *Brasões da Sala de Sintra*, vol. II, págs. 129 e 130. *Imprensa Nacional — Casa da Moeda*, 1973.

paternidade de cada ascendente directo teria ocorrido em média aos 44 anos o que parece pouco provável sobretudo sabendo nós como tal não é frequente naqueles tempos ⁽⁶⁹⁾. Parece-me então lógico inferir que o inserção de Antão Vaz nos Camões de Coimbra não estará correcta isto é, que João Vaz de Vila Franca não será filho de Vasco Pires de Camões tal como nos parece que Constança Pires não o teria sido.

Mas o testemunho de Manuel Severim de Faria sofre outra contestação. O *PROFESSOR NOGUEIRA GONÇALVES* da Universidade de Coimbra no seu trabalho sobre a «*Virgem da Anunciação*» prova que a capela que segundo aquele chantre João Vaz de Camões mandara construir na Sé de Coimbra.

«tumulo levantado em marmore, todo lavrado de figuras de meyo relevo e nos cantos duas mayores com escudos das suas armas nas mãos e em cima do tumulo a figura do nosso João Vaz armado ao modo antigo com huma espada na mão e aos pés hum rafeiro deitado com letreiros daquele que foi procurador às cortes e corregedor da Comarca»

é pura e ridícula fantasia porque

«nem ele construira uma capela nem sequer fundara (...) uma capela de missas mas se limitara a deixar simples legado para uma missa mensal, legado que não seria grande como parecem indicar os doze reis de cada vez e a sepultura deveria ser muito simples, pobre campa no chão (sayram sobre elle)» ⁽⁷⁰⁾

Pinto Loureiro já chamara atenção para este facto salientando o texto do testamento de Simão Vaz de Camões, o almotacé, que no mesmo diz

«... e para esta capela (de Simão Vaz) se trará a campa que está na Sé, na cova de João Vaz de Vila Franca, meu avô e a porão na dita capela e na cova em que me deitarem se porá uma campa grande com um letreiro» ⁽⁷¹⁾

⁽⁶⁹⁾ PAULO CARATÃO SOROMENHO — *Camões em Lisboa* — Lisboa, 1972 separata da *Olisipo* Ano XXXV N.º 134.

⁽⁷⁰⁾ A. NOGUEIRA GONÇALVES — *A Virgem da Anunciação* — separata da *Revista Ocidente* — Vol. LXVIII Lisboa, 1965 fl.

⁽⁷¹⁾ Vide nota 63, fl. 78.

Outros tempos já, outras grandezas!

Um outro Camões quatrocentista causará surpresa a muitos genealogistas: *Martim Afonso de Camões* que em 1490 mora na vila de Panoias de Campo de Ourique ⁽⁷²⁾. Por um alvará de leitura de bacharéis do licenciado *Álvaro Gonçalves de Camões* datado de 1640 poderei afirmar que este pertencia ao tronco dos Mexias a que também pertenceu D. Martim Afonso Mexia o célebre Bispo Conde de Coimbra e governador do Reino na dominação filipina e ainda D. João de Aguilar Mexia o toureiro não menos célebre, amigo dilecto de D. João IV ⁽⁷³⁾.

É evidente que deixarei de lado os Lopus, Gonçalves, Antónios e mesmo alguns Simões e Luíses de Évora, Avis e Montemor; os Álvares e Gomes de Cabeço de Vide, os Severins de Alenquer, os Cabrais de Constância e muitos outros de norte a sua do país que tenho verbetados que tinham casas em Lisboa, mas que seria despropositado aqui mencionar.

Gostaria ainda no entanto de lembrar alguns dos Camões lisboetas do século XVI pouco conhecidos, pelo menos um Luís baptizado a 5 de Outubro de 1576 na igreja de Santa Justa de Lisboa, filho de Marçal da Vitória e de Mécia de Camões, apadrinhado por Simão da Veiga e Ana de Abreu ⁽⁷⁴⁾, ou mesmo ainda o Licenciado João de Camões a que já me referi, talvez escolar em Salamanca em 1532 ⁽⁷⁵⁾ corregedor e juiz de correição por Vila Franca ⁽⁷⁶⁾ e Santarém ⁽⁷⁷⁾ em 1547 e 1549; viúvo em 1551 de Ana de Aguiar sepultada na ermida do Ameal em Torres Vedras, onde foi Juiz dos Órfãos ⁽⁷⁸⁾ e em 1559 casado em Lisboa com a filha de Fernão de Carvalho cevadeiro da rainha que, como vimos, em dote comprara ao dito Licenciado João de Camões as casas que tinham sido da mãe deste à Rua Nova junto do

⁽⁷²⁾ Vide nota 15, obra e autor citado doc. X págs. 570 e 573.

⁽⁷³⁾ A.N.T.T. — Leitura de bacharéis Letra A, M.º 9 N.º 35.

⁽⁷⁴⁾ A.N.T.T. — Registos Paroquiais de Lisboa — Santa Justa B. 1 fl. 38; livro publicado por J. N. CORDEIRO DE SOUSA, *Santa Justa. Registos Paroquiais quinhentistas de Lisboa. Publicações da C. M. L.*, 1949.

⁽⁷⁵⁾ JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO — *Portugueses no estudo de Salamanca (1250-1550)* Lisboa, 1962 fl. 116.

⁽⁷⁶⁾ A.N.T.T. — Chancelaria de D. João III L.º XV fl. 72 V.º

⁽⁷⁷⁾ A.N.T.T. — Mitra Patriarcal Vol. XIX, N.º 1.

⁽⁷⁸⁾ Segundo uma lápide sepulcral existente na igreja do Ameal junta a Torres Vedras.

Arco dos Barretes ⁽⁷⁹⁾, e que portanto não eram as casas de João de Camões mercador, que ficavam também na dita Rua Nova mas junto ao Arco dos Pregos (Vide Mapa I N.º 19), isto é no outro extremo do troço da rua que se estendia entre os dois arcos referidos. Aquele licenciado foi desembargador do Paço em 1559, aposentado em 1565 ⁽⁸⁰⁾, em 1565 vivia no Beco do Gaspar das Naus e possuía casas em toda a cidade ⁽⁸¹⁾. Já vimos que era filho do mercador João de Camões e de Margarida Pires sua mulher ⁽⁸²⁾, embora Severim o nobilite fazendo-o descendente do *Desembargador do Paço, Licenciado Álvaro Martins, casado com Margarida de Camões*. Outra incógnita: quem é Margarida de Camões? ⁽⁸³⁾; o próprio Severim não sabe, admite contudo que seja filha de um irmão ou irmã de Constança Pires de Camões ⁽⁸⁴⁾; o certo é que Álvaro Martins teve dois filhos, um João e um Pedro ⁽⁸⁵⁾. De ambos conheço muita documentação mas em nenhum documento este João é referido como licenciado, o que nunca acontece com Álvaro Martins, natural de Alcobaça, primeiro ouvidor com alçada em sua comarca, que fez por ordem régia (1519) o primeiro Tombo do Mosteiro e cujo nome é sempre precedido do grau universitário. Mais uma vez o testemunho de Severim é contestável.

Mas voltemos ao texto de Severim de Faria a que me estava referindo: este apresenta um apontamento do *Doutor* João de Camões, o desembargador mencionado, pelo qual se provava que teria jurado no processo para a concessão da carta de armas dos Severins que

«Maria Anes de Severim filha desta Constança Pires de Camões era prima comirmã de sua mãe»

⁽⁷⁹⁾ Vide nota 50.

⁽⁸⁰⁾ A.N.T.T. — Chancelaria de D. Sebastião — Doações L.º 3 fl. 380 V.º e L.º 19, fl. 85 V.º

⁽⁸¹⁾ Vide nota 53 obra citada Tomo 1 fls. 157 V.º e 300; Tomo 2 fls. 113 e 97 e Tomo 3 fl. 192 V.º.

⁽⁸²⁾ Vide nota 64.

⁽⁸³⁾ Sobre estes Camões que possuem suas quintas em Setúbal, Almada, Alcobaça e Silves, penso em breve apresentar um estudo.

⁽⁸⁴⁾ Vide nota 33; autor e obra citada fl. 114 V.º.

⁽⁸⁵⁾ Vide nota anterior obra citada Doc. 27 pág. 219 e A.N.T.T. — Notários — Cartório 7 A 1574 Agosto e Setembro fls. 61 V.º a 64 V.º) e A.N.T.T. *Alcobaça* — L.º 207 (original) L.º 91 (cópia).

Sendo assim Constança Pires de Camões seria irmã de Maria Anes de Camões mulher do mercador Pero Gonçalves.

Um outro João, João Vaz de Camões, em 1589 aparece em Lisboa; é irmão de Catarina Barbosa, filha do músico de D. João III, Gonçalo Barbosa ⁽⁸⁶⁾ e ainda um outro que em 1609 mora na Rua Formosa ⁽⁸⁷⁾. Em 1612 os registos paroquiais mencionam também um Manuel de Camões casado com Maria de Sousa moradores na Pena (Santana) que baptizou um filho de nome António. São padrinhos Cornélio Gilis e Angela de Alles ⁽⁸⁸⁾. Quem serão estes? Terá algum significado a relação destes estrangeiros com Manuel de Camões?

Chegou de certo a altura de me perguntarem, já enfadados com estes remoques documentais, qual terá sido de facto o enquadramento social da família Camões na Lisboa do século XVI (Vide SUPLEMENTO GRÁFICO pág. 46), sendo considerado este como tempo histórico, isto é, o espaço compreendido pela segunda metade do século de quatrocentos e a primeira do de quinhentos como é habitual. Mas antes de tentar convosco encontrar uma resposta, gostaria de formular uma outra pergunta: o que devemos entender nesta época por *ser pobre*? Se *ser pobre* é fazer lástima desse facto junto do rei não terá havido fidalgos ricos na Índia, pois sabe-se que é longa a lista dos nobres e fidalgos que fazem notar ao rei que são pobres para exigirem em troca dos seus méritos ao serviço do mesmo, o prémio a que se julgam com direito. Não é preciso ir longe: os amigos íntimos de Camões, João Lopes Leitão e Heitor da Silveira são exemplos concludentes. Pensemos então que *ser pobre* e *morrer de fome* para um fidalgo à medida de Camões e na época deste, isto é, na primeira metade do século XVI, quando já se avizinha a *apagada e vil tristeza*, não era ser indigente mas segundo julgo, além duma consequência necessária de circunstância

⁽⁸⁶⁾ SOUSA VITERBO — *Subsídios para a história da Música em Portugal*, Coimbra 1932.

⁽⁸⁷⁾ B. N. L. — Reservados — *Capela de Diogo Lopes de Macedo*, colecções em organização. Documentos notariais e judiciais Caixa 113 Doc. 10⁻¹ A.N.T.T. — Cartório 9 A L.º 74 fl. 106 a 108 e L.º 76 fls. 24 e 25.

⁽⁸⁸⁾ A.N.T.T. — Registos Paroquiais — Pena (Santana) B. 1 fl. 125. Devemos esta nota à amabilidade do nosso colega Sr. Luís Ferros.

específica de falta de recursos económicos vulgar na época entre fidalgos, seria talvez a maneira ainda possível de escapulizar a violência dum crise social em que o poder já não era a estirpe mantida outrora pela fazenda rural e os altos serviços militares que Camões tanto respeitou⁽⁸⁹⁾, nem já o luzimento das *novas gentes* que o mercantilismo burguês sustentara e impusera representado socialmente pela *nobreza de toga e espada* que serviu o rei na *empresa dos Descobrimentos*, e na qual se localizam os Camões que conhecemos, mas o *império dos novos grandes* (para usar o termo espanhol designativo de *alta nobreza*) que adaptando-se ao comércio⁽⁹⁰⁾, sem no entanto resolverem o problema económico, aviltam-se à luz do *Código da Nobreza*, atitude que parece inconciliável com o perfil do poeta⁽⁹¹⁾. O *desconcerto* será então assumido como *uma espécie de debate doloroso entre o eu e o mundo exterior*⁽⁹²⁾ que se corporiza numa atitude contestatária, quer sob a forma de abandono metafísico ou de boémia irreverente a que não serão alheias as teses reformistas (o que provocará, por temerário, a contensão e intolerância que caracterizam a segunda metade do século XVI), mas que na sua pujança e irreverência, vejamos bem, será a fonte catalizadora das autênticas virtuosidades nacionais. «Os Lusíadas» que plasnam o cântico heróico desta gente ficarão assim a ultrapassar os tempos e as circunstâncias e, se para D. Sebastião foram condição determinante para que o rei se evolasse na esperança messiânica, se para Filipe I constituem a glória de ser rei dum tal povo, para Camões serão «*uma reflexão conjunta sobre o destino humano e nacional (...) sem nunca deixar de ser crítica*⁽⁹³⁾ ou a *justificação filosófica do seu destino pessoal na renovada continuidade da pátria que cantou*⁽⁹⁴⁾, mas que decerto, por lúcidas e realistas,

(89) MARIA VITALINA LEAL MATOS — *Introdução à poesia de Luís de Camões* — Biblioteca Breve, pái. 35.

(90) ARMANDO CASTRO — *Camões e a sociedade do seu tempo*. Editorial Caminho, 1980.

(91) JORGE DE SENA. *A estrutura de Os Lusíadas e outros estudos camonianos e de poesia peninsular do séc. XVI*. Portuialia Editora, 1970, pág. 36.

(92) ANTÓNIO JOSÉ SARAIVA — *Luís de Camões* — Estudo e antologia Livraria Bertrand, 3.^a edição 1980 pg. 49.

(93) JORGE BORGES DE MACEDO — *Os Lusíadas e a História*, Editorial Verbo, 1979 fl. 79.

(94) HELDER MACEDO — *Camões e a Viagem Iniciática* — Moraes editores, pág. 59.

profundamente dolorosas, faticamente perturbadoras. A tença quanto a nós seria então a forma de não deixar cair no abandono total quem não convinha que tivesse mais razões para se queixar de novo contra a injustiça, a prepotência, a iniquidade, a impunidade das lei. Nesta óptica não pode ser medida pelo cômputo dos mecânicos nem dos nobres que o rei queria dóceis ao seu serviço, mas, a maneira habitual, assaz simbólica e até de estilo *clássico*, de reconhecer serviços por *armas e letras* ⁽⁹⁵⁾ sobre os quais a *majestade régia* devia *inclinarse* e a que Camões se refere tão eloquentemente ao findar o canto V do POEMA; por outro lado sem dúvida seria também o modo aceitável de responder à Nobreza que estava com Camões e via em D. Sebastião a *segurança* possível da *lusitana antiga liberdade* e que de certo afrontava o rei exigindo que alguma coisa fizesse pelo homem que era, será e foi sempre para todos nós apenas «o mi poeta», a luz do iniciado que nos guia ao limiar do desconhecido, o amador de todos os amores singulares ou colectivos.

Não sei se o ilustre chantre de Évora gostaria de ouvir-me, ele que escreveu a primeira biografia de Luís de Camões que de certo modo poderemos chamar de *científica*. Pensemos contudo que são dele as palavras em que afirma

«alguns deixaram de ser nobres por lhes faltar a fazenda que é nome com que se conserva a nobreza e sem a qual fica como hum corpo sem alma ou hum fermoso vidro sem acó em que, se lhe não tira o fermoso nega se lhe a Representação E a maior parte da História» ⁽⁹⁶⁾

De facto todos os Camões que refere com incidência são os que assentam o seu mérito social na fazenda que os nobilita. Penso portanto que os muitos Camões que tenho encontrado mesmo residentes em Lisboa e não referidos por aquele insigne genealogista, ou eram descendentes de mercadores do séc. XIV, potencialmente ligados por casamento a sangue de judeu, aos quais o chantre de Évora consagra um ódio temível, ou por terem empobrecido, haviam perdido significado no contexto social. Poderemos também pensar que não lhe interessariam para a linhagem dos Severins a que pertence, nem dos Ca-

⁽⁹⁵⁾ LUIS DE SOUSA REBELO — *Armas e letras* — in *Grande Dicionário da Literatura Portuguesa*, Vol. I, págs. 426 a 452.

⁽⁹⁶⁾ Vide nota 33, obra citada — 202/1 (C. A.) fl. 114 V.º

mões de Coimbra onde já Mariz tinha feito entroncar o poeta. Sabe-se como vimos documentalmente que LUÍS DE CAMÕES não tinha a nobilitá-lo *a fazenda que conserva a nobreza*; mas para o Chantre de Évora uma excepção se abria. Camões a aureolá-lo ostentava já o louro clássico da imortalidade que o barroquismo erudito do século XVII, de que o chantre foi ilustre representante, muito honrou. Não penso contudo que Manuel Severim de Faria deliberadamente falseasse a verdade, mas para o chantre, sempre tão bem informado, já algumas dificuldades se lhe ofereciam que de certo resolveu à maneira da época, isto é, pondo a história ao serviço da vida como *mestra*. Assim referia apenas o que lhe parecia conforme a tal finalidade, interpretando-o ao sabor dos preceitos culturais da época. Deste modo escolheu a maneira mais fácil e grata de justificar a marginalização de que o POETA parece ter sido vítima, isto é *pela inveja* ao afirmar:

«Acabando porém com a vida as armas da inveja, com que os grandes engenhos são sempre combatidos, nascem eles de novo depois da morte, e vestidos das asas da fama, alcançam a glória que suas obras mereceram (...) Daqui veio chegarem depois os Gregos a venerar, como coisas divinas, aos mesmos Homero, Sócrates, Demóstenes e Aristóteles, a quem em vida perseguiram (...) do mesmo modo vai sucedendo a Luís de Camões»⁽⁹⁷⁾

Inferir conclusões contextuais não é contudo meu intuito mas apenas estruturar pontos de apoio que sirvam o investigador. Será que durante este tempo que aqui estivemos terei criado algumas das condições seguras para que alguém possa formular uma resposta aceitável à pergunta que de começo deixei em suspenso? Penso que ainda não, mas talvez o tempo aqui gasto não fosse totalmente inútil. Poderemos assim formular votos para que novos encontros deste género se venham a realizar pois, meus senhores, embora fazer história não seja estudar documentos, sem a força do testemunho descomprometido e integrado, o superior trabalho do historiador nunca poderá ter a eficácia necessária.

(97) Vide nota 24 — Autor e obra citada 2.^a ed. pág. 352.

DOCUMENTO N.º 1

1375 — Fevereiro — 27 — Veiros

A.N.T.T. Chancelaria de D. Fernando L.º 1 fls. 164 V.

Carta per que o dicto senhor deu hūas casas de foro que elle ha em Lisboa na Rua Nova e partem ao levante com o concelho e ao poente casas do dicto senhor que tem Catellina Anes Canellas e a gujam Rua publica e a brego casas dos pesos da dicta cidade a Gonçallo Tenreiro seu capitam e a Maria Fernandez sua molher e a hūa pessoa qual ho derradeyro delles nomear por cem libras em cada hūu anno de foro etc. em Veiros XXbIj dias de Fevereiro de mil IIIc XIII annos.

DOCUMENTO N.º 2

1396 — Abril — 24 — Santarém

A.N.T.T. Chancelaria de D. João I L.º 2 fl. 118 V.º col. 2

Casas em Lisboa (a vermelho)

Carta per que o dicto senhor deu de foro hūas casas que elle ha em Lixboa no Rua Nova aos caybos que partem com casas que traz Fernam Sanchez Castellaão que forom do capitom e com casas de Joham Pirez Canellas e com o Poço do Concelho e com Rua Publica ao dicto Fernão Sanchez Castellaaõ e a Lionor Fernandez sua molher e a outra pessoa que o postumeiro delles nomear por XXXI dobras cruzadas e quarto em cada ũu anno de foro e etc. em Santarem XXIII dias d'Abril de mil IIIc XXXIII annos.

DOCUMENTO N.º 3

1396 — Julho — 4 — Lisboa

A.N.T.T. — Chancelaria de D. João I L.º 2 fl. 113 V.º col. 2

Casas em Lisboa (a vermelho)

Carta per que o dicto senhor deu de foro hūas casas que elle ha em Lixboa nos caïmbos da dita cidade que soyam a trager o capitom que partem com casas do dicto senhor que traz Pero Anes corretor e com casas do peso do concelho e com tendas e com a Rua Nova a Fernão Sanchez marceiro e a duas pessoas per XXXbj dobras d'ouro cruzadas do foro em cada hūu anno aas terças e etc. em Lixboa quatro dias de Julho de mjl IIIc XXXIIIj annos.

DOCUMENTO N.º 4

A.N.T.T. — *Tombo da Cidade de Lisboa* (1755)
L.º 14 fl. 178 (Livro velho fl, 145)

N.º 50

E logo no mesmo dia mandou o Desembargador inspector medir o chão de humas cazas que se disse serem de João Botelho de Carvalho que confinão pela banda do Poente com cazas antecedentes de Manoel Rodrigues da Fonseca e pelo Nascente com o Largo do Pelourinho para onde fazem huma face por serem as ultimas do lado direito da frente da Rua Nova, e pela banda do Sul partem com cazas de Ver o pezo (...)

DOCUMENTO N.º 5

1392 — Julho — 23 — Almeirim

A.N.T.T. Chancelaria de D. João I L.º 4 fl. 122 col. 2

Casas em Lisboa (a vermelho)

Carta per que o dicto senhor deu de foro hūas casas que elle ha em Lixboa na Rua Nova acerca de Santa Maria de Oliveira e partem ao poente e ao soaño com outras casas suas que vão acostadas da parte do mar ao muro dessas casas e com outros e a mestre Mateus piliteiro e a duas pessoas depois de sua morte por cinquenta libras de moeda antiga em cada hūu anno de foro em salvo para o dicto senhor e etc. em os paços d'Almeirim XXIII dias de Julho de mil IIIc XXX annos.

DOCUMENTO N.º 6

1398 — Agosto — 3 — Sintra

A.N.T.T. L.º 10 da Extremadura fl. 204 V.º

(A vermelho)

Aforamento de hūuas casas nesta cidade na Rua Nova a par de Samta Maria d'Oliveyra a Margayda Annes molher que foy de Tomas Duram etc.

Dom Eduarte etc. A quamtos esta carta virem fazemos saber que Margarida Annes molher que foy de Tomas Duran/Ingres morador em a cidade de Lixboa mostrou peramte nos hūua carta que o muy viturioso e de grandes virtudes el Rei meu senhor e padre cuja alma Deus aja deu a Margarida Copim framenga asinada per Jhoam Affonso seu veedor da fazenda e aseellada do seu seello pependente de cera feita por Joham Pirez em a cidade de Lixboa a dous dias de Julho da era

de Cesar de mil e IIIc RVj annos Pella quall se mostra que o dito Senhor emprazou a Copim (sic) hūuas suas casas que estam na Rua Nova a par de Santa Maria d'Oliveyra que partem com o cural homde soya a matar o guaado e com casas d'amtam do Sall em sua vida e de duas pessoas que depois ella viessem por oytemta livras de moeda antiiga de foro dellas em cada hūu anno As quaaes casas a dita Margarida Copim veemdeo como a primeyra pessoa que era ao dito Tomaz Duram marido da dita Margarida Anes por trezentas coroas d'ouro segundo sse mostrou per hūua carta de venda que parecia seer feita e asjnada per Joham Donis taballiam del Rei em a dita cidade aos C dias d'Agosto da era de Cesar de mil e IIIc RVIII annos E rrequereo a Estevam Velho almoxarife do almazem se queria as ditas casas pera o dito Senhor por a dita comtia E que o

f^o 205

dito almoxarife dissera que as nom queria porquanto dezia que o nom emtendia por serviço do dicto Senhor e lhe deu comssetimento e lugar que as vendesse ao sobredito Tomas Duram por a dita comtia comō pareceo per hūu estormento pruvico feito e asjnado per Vaasquo Lopez taballiam do dito almazem primeyro dia d'Agosto da era de Cesar de mill e IIIcRVIII E mostou mais outra carta assiinada por Gomçallo Afomso almoxarife do nosso almazem da dita cidade E per Joham Martins escrivam dos nossos comtos a que teemos dado carreggo de proveer as nossas heramças que nos avemos na dita cidade e seu termo Pella quall parece que elles viram as ditas casas e as comfromtaçōes dellas por ora som estas — a saber — que sam na Rua Nova a direito de Santa Maria d'Oliveira E partem com outras casas nossas que traz mestre Mateus e com outras que traz Affonso Gonçallves nosso buticayro e com a dita Rua Nova E paga dellas a nos em cada hūu ano de foro oytemta livras da moeda amttiga As quaes nom eram bem corregidas e ham mester rrepayramento E sse vagas fossem segundo seus alvidros valliam ao tempo dora mais quorenta livras a alem das ditas oytemta livras segundo na dicta carta se contem E pedido nos a dicta Margarida Annes que lhe confirmassemos o dito emprazamento em sua vida como terceyra pessoa que he E nos visto seu rrequerimento e posto que ora valesse mais as ditas quorenta livras porque ora estam se vagas fossem teemos por bem e confirmamos lhe o dito emprazamento em sua vida por as ditas oiteenta livras segundo na dita carta he comthendo E porem mandamos ao dito Gomçallo Affomso nosso almoxarife e ao escripvam do dito officio e a outras quaaesquer que esto ouverem de veer a que esta carta for mostrada que lhe leixem teer e aver as ditas casas pello dito for contanto que ella as correga e rrepayre a hūu tempo certo que lhe pello dito almoxarife seia assjnado E que pague a nos e a nossos subcessores as ditas oitemta livras de foro da dita moeda antiga ou aquelo que mandarmos que sse pague pellos ditos emprazamentos feitos pella dita moeda antiga E façam rregistar esta carta em os livros do dito almazem pera em cada hūu anno pera nos rrecadarem o dito foro E a sobredita Margarida Annes tenha esta pera sua guarda e all nom façades damte em Simtra tres dias d'Agosto El Rei o mandou per Diogo Fernandez d'Almeida de seu conselho e veedor da sua fazenda Fernam Gill a fez era de mil e IIIc e XXXVI annos

DOCUMENTO N.º 7

MANUEL SEVERIM DE FARIA, *Notícias dos Severins* — A.N.T.T. — Casa Forte 202/1 (Cota antiga) fl. 112.

«Não foi pequeno o dote que derão a Pero Severim com sua molher Constança Pirez de Camões, posto que o não alcançamos porem deixa sse ver da fazenda que ella pessuia que hera muita e não podia ser de seu marido que como estrangeiro não tinha bens neste Reyno. Entre os de Constança Pirez havia hũas casas na Rua Nova desta cidade de Lisboa na entrada da Rua de Mataporcos as quais forão de sua avó materna Maria Fernandez molher de Gonçalo Tenreiro seu avô que foi capitão mor da frota del Rey Dom Fernando e em Castella se chamou enquanto viveu mestre de Christo como mostraremos na famillia dos Camões por ser Vasco Pirez casado com filha deste Gonçallo Tinreiro. Aforou as El Rey Dom Fernando a dita Maria Fernandes estando em Veiros a 27 de Fevereiro da era de 1413 como se vê ao mesmo aforamento que está na Torre do Tombo no L.º primeiro do dito Rey Dom Fernando fol. 164».

DOCUMENTO N.º 8

1481 — Maio — 16 — Lisboa (data do testamento)

A.N.T.T. FEITOS FINDOS — *Hospital de São José Capelas*, M.º 109, N.º 1, fl. 13.

Trazllado do Teztamento de Constança Perez de Camois — Em nome de Deos amen Saybam quantos este instrmento de Testamento virem que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e coatrocentos e ouenta e hum annos, Aos dezaseis dias do mes de Mayo na Cidade de Lisboa na Rua do Salvagem nas Casas de morada de Costança Pirez viuva mulher que foy de Pedro Annes que Deos haja estando ella dita Costança Pirez mal sentida em todo seu inteyro juizo e sizo e emtendimento por ella foy ditto que temendo ella a certa hora de sua morte que não sabia quando seria e munto mais ao Senhor Deos a cujo poder ha de ir e que ella por dezcargo de sua consciencia e salvassam de sua alma queria hora fazer como logo defeito fez, e ordenou seu testamento e sua ultima vontade per esta guiza e por estas palavras seguintes — Dizendo primeyramente Eu Costança Pirez emcomendo a minha alma a Deos Noso Senhor todo poderoso que a creou e remiu e lhe peço que por sua santa mezericordia e piedade se queira amerciar della quando deste meu corpo sahir, e roga a Santa Maria Nossa Senhora que por mim lhe

fl. 13 V.º

queira rogar, e mando sepultar meu corpo no Mosteiro da Trindade na cova aonde jazem o corpo do dito meu marido e mando que a minha filha Maria Annes me faça meu interramento e exequias como lhes bem paresser e dezemcarregue minha alma e consciencia de **quaisquer emcargos** que sentirem eu tinha, nomeyo em Belchior Gil meo netto por terceyra pessoa a doiz prazos de duas cazas que eu trago

de emprazamento convem a saber humas da Santa Clara da par desta cidade que sam estas em que hora vivo que estam na rua do salvagem, e outras que trago da Igreja de São Lourenço que estam na dita cidade na rua do Lava Cabeças os quais prazos ambos eu sam a segunda pessoa e nomeo no ditto Belchior Gil meo netto por terceyra pessoa que elle os haja ambos com todos seus encargos, nomeyo em minha terça az minhas cazas na Rua Nova que estão acerca da entrada da Rua do Matta Porcos, que partem do levante com az cazas que chamão do Chamissa que são da Ordem de Crisssto e do poente com cazas da Sé e detras com cazas que foram de Alvaro de Mansellos e diante

fi. 14

com a dita Rua Nova e com outras confrontaçoiz com quem de direito devem de partir az quais cazas que asim tomo para minha ditto terça leixo ao ditto Belchior Gil meu netto por modo de morgado combem a saber pera que elle pessua as ditas cazas em toda a sua vida e por sua morte fiquem a seu filho varam lidimo e o mais velho que tiver e nam tendo filho varam lidimo venha a sua filha mayor lidima e desy a seu netto ou netta e assim ande para sempre em seus decedentes per linha direita lidimos baroiz e quando os ahy ouver em igual grau com as femeas e não havendo ahy Barõens em mais pegado ou igual grau emtam venham az femeas lidimas pello modo sobredito e nam havendo y decedentes do ditto Belchior Gil Lidimos emtam virão aos outros mais parentes mais chegados lidimos que ahy ouver e nam havendo y parentes muy lidimos emtão viram aos bastardos andando sempre em huma so pessoa e precedendo sempre o macho a femea em igual grau e mais velho ao mais mosso e assim este modo ande regullado pera sempre e quero e me

fl. 15 v.º

apraz que o ditto Belchior Gil e todollos outros a que socederem e houverem as ditas cazas segundo forma desta instituiçam sejam obrigados de pellas rendas daz ditas cazas me mandarem dizer no ditto mosteyro da Trindade em cada hum anno trinta missas de requia rezadas az quais se comessaram de dizer em cada hum anno pellas outavas do Natal e se acabaram nos dias logo seguintes convem a saber me diram vinte missas pella minha alma e pellas almas do ditto meo marido e de meu filho Joam Quaresma que Deos haja e que digam sette missas pelas almas de meu pay e de minha may que jazem sepultados no ditto mosteyro e as tres missaz pera comprimento das ditas trinta missas me diram por alma de Antam Pires meo filho que tambem jaz no ditto mosteiro, az sepulturaz todas tres lhes estam no ditto mosteyro desde o piar que está debayxo do orgam athe debayxo do outro piar contra o altar de Nossa Senhora e mando que em fim de cada missa o sacerdotte que a disser saya sobre as dittas

fl. 15

sepulturas com responsos e auga benta segundo bom costume da Santa Igreja; e se por ventura os possuidores do ditto morgado forem negrigentes ou algum delles nam mandar dizer todas as ditas missas em cada hum anno como hora ordeno eu por

este testamento dou poder aos Padres do ditto mosteiro que os possam constringer por justissa e mas façam mandar dizer de guiza que sempre em cada hum anno sejam dittas e lhes dem as candeyas para elles que necessarias forem, e pagaram por ellas aquella ezmolla que pellos tempos se costumarem; e quero e me aprás e mando que as ditas cazas nunca possam ser vendidas nem dadas nem duadas nem por outro algum modo aliadas em pessoa alguma mas andem sempre no administrador que por esta instituissam as ouver de soceder como atras fica declarado e quero e mando que tudo o que a minha terça mais valler alem da vallia das dittas cazas fique livremente ao ditto Belchior Gil meu netto assim rais e movel por onde

fl. 15 v.º

lhe acontecer e faça delle o que lhe prouver porque eu o faço e leyxo por meu herdeiro da ditta terça minha toda pello modo sobredito e os outros dois terços de minha fazenda ficaram a minha filha Maria Annes e a meus nettos que de direyto me devem soceder e herdar e ando da ditta minha terça a dita minha filha e a todos os outros meus nettos e parentes e duvidas em qualquer grau de parentesco que seja a todos com hum real e se mais quiserem que não hajam nada salvo o ditto Belchior Gil meu netto que herde e haja pello modo sobredito e por este testamento revogo todos os outros testamentos e cedullas condecillos que ante deste tenha feito posto que em sy continhão quaisquer clauzullas e palavras de rogatorias que todas quebram e nam valham salvo este que valha e se cumpra emteiramente como nelle he contheudo porque este hey por verdadeyro testamento em minha deradeyra vontade e porque disto me aprás mandey dello fazer este instrumento e dos e tres e quantos comprirem que foy feyto e

fl 16

outorgado em o ditto dia mes e anno testemunhas que presentes foram para isto chamadas e rogadas Joam de Prohença armeyro e Fernam Rodriguez ezcudeyro goarda da fundiçã da Armada, e Martim Annes burzigueyro e Francisco Fernandes esteyreyro e Pedro Alves mercador, e Vicente Fernandes esteyreyro moradores na dita cidade acerca da dita testadora e eu Bras Affonço tabalião que este escrevy e treslladado assim o dito testamento o concertey com o proprio a que em todo e por todo me reporto o qual me foy apresentado por Pero Sanchez de Paredes morador no lugar de Soserra que me pidiu lhe passasse delle hum tresllado em publica forma o que visto por mim lho passey neste instrumento e o proprio lhe torney e de como o recebeo asinou aquy comigo em Soserra ao primeiro de Abril de seicentos e trinta e sette e eu Antonio Nobre de Freytas taballião de publico judicial e notas nesta villa de Alhandra e seu termo pello Illustrissimo Senhor Dom Rodrigo da Cunha e Arcebispo de Lisboa Senhor desta ditta villa e do concelho

fl 16 v.º

de Estado de El Rey noso Senhor e a que este instrumento do proprio fiz trazlladar a que me reporto concertey e sobezcrevy e asigney de meu publico signal. Pagou nada lugar do signal publico // Antonio Nobre de Freytas Concertado com o proprio por mim Pero Sanches de Paredes //

E trazlladado o concertey como que se acharem serto com outros documentos em hum livro de folio emcadernado em pasta pertencente a casa e morgado do Illu-
trissimo Excellentissimo Conde de Villa Flor copeiro/mor de Sua Magestade e que
passey em publica forma a pedimento de Jeronimo Pedro Cabral por quem me foy
apresentado o dito livro e asinou de como o recebeu.

Lisboa treze de Novembro de mil setecentos e sincoenta e outto Eu Ignacio
Mathias de Mello tabeliam nesta cidade de Lixboa e seu termo o sobscrevy e
assiney em publico.

Em testemunho de verdade
(aas.) Ignacio Mathias de Mello

(ass.) Jeronimo Pedro Cabral

DOCUMENTO N.º 9

1623 — Janeiro, 23 — Lisboa

A. N. T. T. — Casa-forte; Arquivo da Casa Cadaval — MANUEL SEVE-
RIM DE FARIA — *Noticias dos Severins de Faria*, 202/1; (C. A.) fl. 15.

NOTA: *Volume constituído por uma miscelânea de documentos entre os
quais certificados genealógicos passados por Gaspar Alvares de Lousada e pelo
Marquês de Royllac afirmando ser os Severins portugueses descendentes dos de
França.*

Certifico eu Gaspar Alvares de Louzada Massado, reformador dos padroados
da coroa nesta Torre do Tombo, e escrivão della por Sua Magestade que por algũs
livros desta mesma casa, e particularmente pollo dos privilegios do ano de mil e
quinhentos e trinta e hũu fl. 26 e pollo do ano de mil e quinhentos e sesenta
e dous, consta que Antonio Gil Severim, foy chefe e sabeça de familia dos
Severins deste Rejno, e como tal tem suas armas registadas nesta mesma Torre,
precedendo primeiro a isso o exame que os reys naquelle tempo costumavão
mandar fazer por hũ desembargador do Paço como tambem consta desta mesma
carta passada ao dito António Gil Severim e por outras passadas a pessoas
nobres de sangue e calidade conhecida, e a mesma carta declara ser elle filho legi-
timo e herdeiro de João Gil Severino, outrosi filho legítimo e herdeiro de
Gil Anes Oliveira e de Maria Anes Severim, õue foy filha legitima e tam-
bem herdeira de Pero Severim que foy hũ fidalgo mujto honrado, natural do
bispado de S. Lys, nos Rejnos de França do verdadeiro tronco dos Severins
que as histórias francesas mostram serem naquelles rejnos fidalgos do solar conhe-
cido e titulado o qual Pero Severim pasou a cidade de Ceita quando el rei Dom
João o primeiro a tomou aos Mouros aomde tambem se acharão outros estrangei-
ros, dos quaes ha em geral algũa memoria na terceira parte da coronica de el Rej
Dom João ó primeiro casou Pero Severim com Constança Pirez de Camões, muito
chegada em sangue aos Camões de Galisa que são fidalgos de solar conhecido e a
Vasco Pirez de Camões, muy conhecido nos livros e registos que estão nesta Torre

do Tombo del rei Dom Fernando, e em sua coronica constando em particular delles que foy Alcaide mor de Portalegre, e de Alamquer e juntamente senhor de Punhete. Sardoal. Amendoa Mação e do concelho de Gestação, em Ribade Douro; e por me ser pedida esta a dey ex officio reportando me aos livros acima referidos; em esta mesma Torre do Tombo, aos vinte e tres dias do mes de Janeiro deste ano de mil e seiscentos e vinte e tres:

(ass.)

O Licenciado Gaspar Alvares de Lousadas Massado (sic)

Conhecimento Octaviano Manloque da Veiga tabaliam de nottas por Sua Magestade nesta cidade de Lixboa, certifico a letra e sinal da certidão atras onde comecei esta he do Licenciado Gaspar Alvares de Lousada nella conteudo Lixboa sete de Agosto de mil seiscentos e vinte seis.

(sinal publico)

DOCUMENTO N.º 10

1384 — Março, 15 — Lisboa

A. N. T. T. Chancelaria de D. João I, L.º 1, fl. 6, col. 2

(a vermelho)

Doaçam de beens a Gil Afomso

Carta per que o dicto senhor fez doaçam pera todo sempre a Gil Afomso seu escudeiro de todollos beens moves e de raiz que Vasco Pirez de Camões ha em Montemoor o novo e seu termo e em outra qualquer parte que forem achados porquanto os perdeo sendo em mujto deserviço contra estes regnos e do dicto senhor e etc. em Lixboa Xb dias de Março de mjl IIIc XXIj annos

DOCUMENTO N.º 11

1385 — Setembro, 4 — Santarém

A. N. T. T. Chancelaria de D. João I, L.º 1, fl. 91 jVº, col.2

(a vermelho)

Doaçam de beens a Lourenço Martjnz

Carta per que o dicto Senhor faz doaçam para sempre a Lourenço Martjnz seu scudeiro e thesoureyor moor e a todos seus herdeiros de todoslhos beens moves e de raiz que Vasco Pirez e Aires Piriz de Camoes aviam em Lixboa e Monte moor e Stremoz e seus termos e em outros quaesquer lugares destes regnos os quaaes os perderom sendo em deserviço do dicto Senhor alevantando se com a villa d'Alanquer e quebrantando tractos menageens e juramentos etc. em Sontarem IIIj dias de Setembro de mil IIIc XXIIj annos

DOCUMENTO N.º 12

1450 — Abril, 21 — Évora

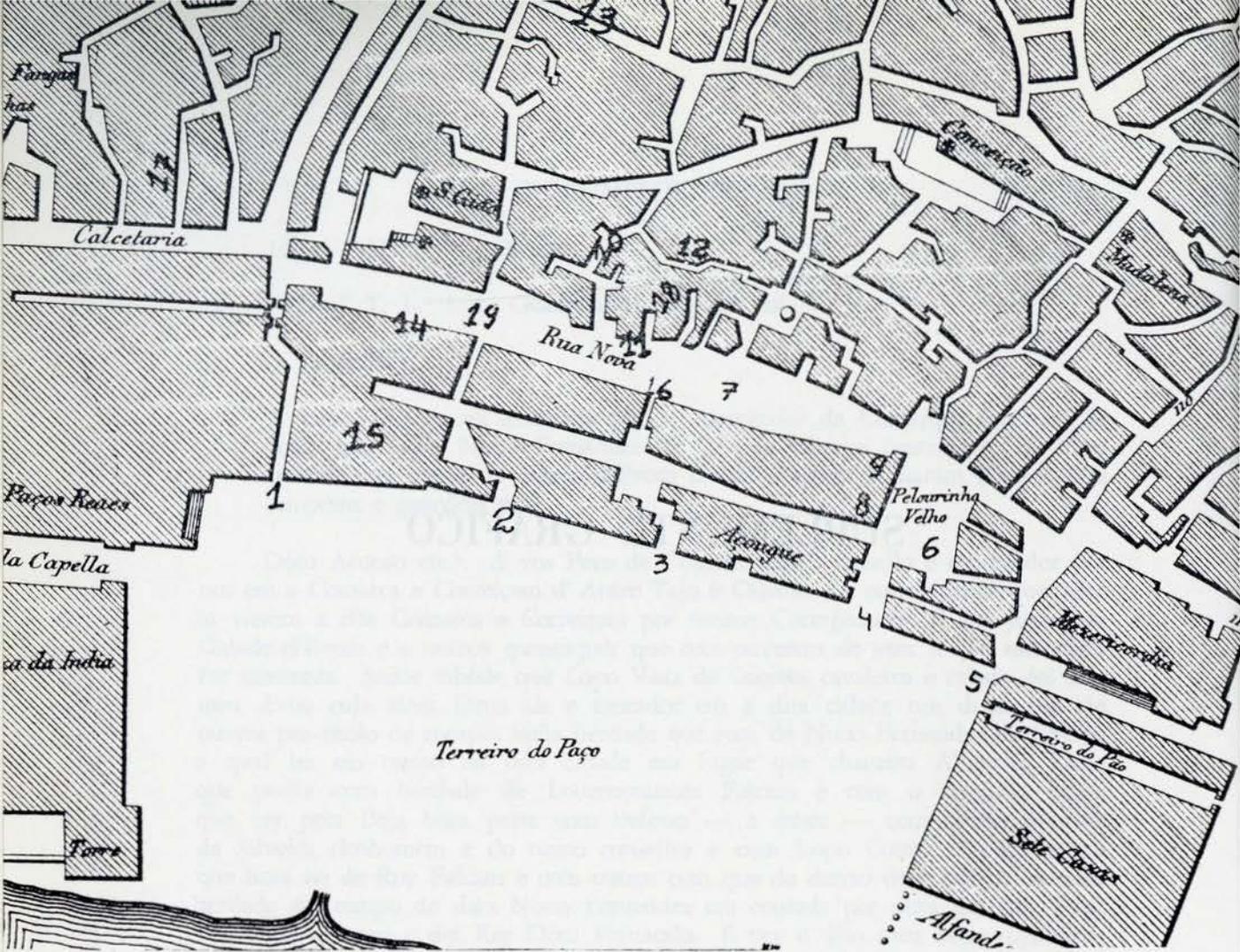
A. N. T. T. L.º 3 de Guadiana fl. 260 2.ª col.

(a vermelho)

A Lopo de Camoes mandado pera o corregedor da Comarca que veja as cartas que tinha Nuno Fernandez de Chaves sobre o coutamento de huia herdade em termo da cidade d'Évora honde chamam Almaram Deus e lhas cumpram e guardem etc.ª.

Dom Afonso etc.ª. A vos Pero de Coimbra nosso vassallo e corregedor por nos em a Comarca e Correçam d' Antre Tejo e Odiana e a outros quaaesquer que hi vierem a ella Comarca e Correçam por nossos Corregedores, E aos Jujzes da Cidade d'Évora e a outros quaaesquer que esto ouverem de veer a que esta carta for mostrada. Saude sabede que Lopo Vaaz de Camoes cavaleiro e criado del Rey meu Avoo cuja alma Deus aia e morador em a dita cidade nos disse que ele ouvera per titulo de compra huia herdade que fora de Nuno Fernandez de Chaves a qual he em termo da dita cidade em lugar que chamam Almaram Deus que partia com herdade de Lourençeanes Falcam e com o caminho velho que vay pera Beja hora parte com defesas — a saber — com Nuno Martins da Silveira ricohomem e do nosso conselho e com Lopo Comtia e com defesa que hora he de Ruy Falcam e com outros com que de dereio deve partir. A qual herdade em tempo do dito Nuno Fernandez era coutada per carta del Rey Dom Pedro nosso avoo e del Rey Dom Fernando. E per o dito meu avoo cuja alma Deus aja — a saber — que nam fosse alguum tam ousado de qualquer estado e condiçam que talhasse nem levasse lenha da dita herdade nem pacesse com guado nem com bestas herva alguia em a dita herdade segundo diz que todo esto melhor e mais compridamente sam comtheudas em as ditas cartas porque em ellas nam faz mençam senam do dito Nuno Fernandez e nam dele Lopo Vaaz em o que ele diz que receberia agravo e sem rezam e que nos pedia por mercee que lhe ouvessemos sobrello alguum remedio e lhe dessemos nossa carta pera nos em que mandassemos que lhe fossem compridas e guardadas as ditas cartas que assy o dito Nuno Fernandez tijnha em seendo vivo E nos veendo o que nos assi dizia e pedia e querendo lhe fazer graça e mercee Teemos por bem e mandamos vos que vejades as ditas cartas que assi tijnha o dito Nuno Fernandez em seendo vivo e compride as e guardade as ao dito Lopo Vaaz em todo e per todo bem e compeldamente pela guisa que em elles comtheudo e al nam façades dante em a cidade d'Évora XXI dias do mes d'Abril El Rey o mandou per o doutor Ruy Gomez d'Alvarenga seu vassallo e Pero Lobato seus vassallos e do seu desembargo e das petições. Rodrigo Afonso a ffez anno no nascimento de nosso Senhor Jhesus Christo de mill IIIIc cinquenta annos.

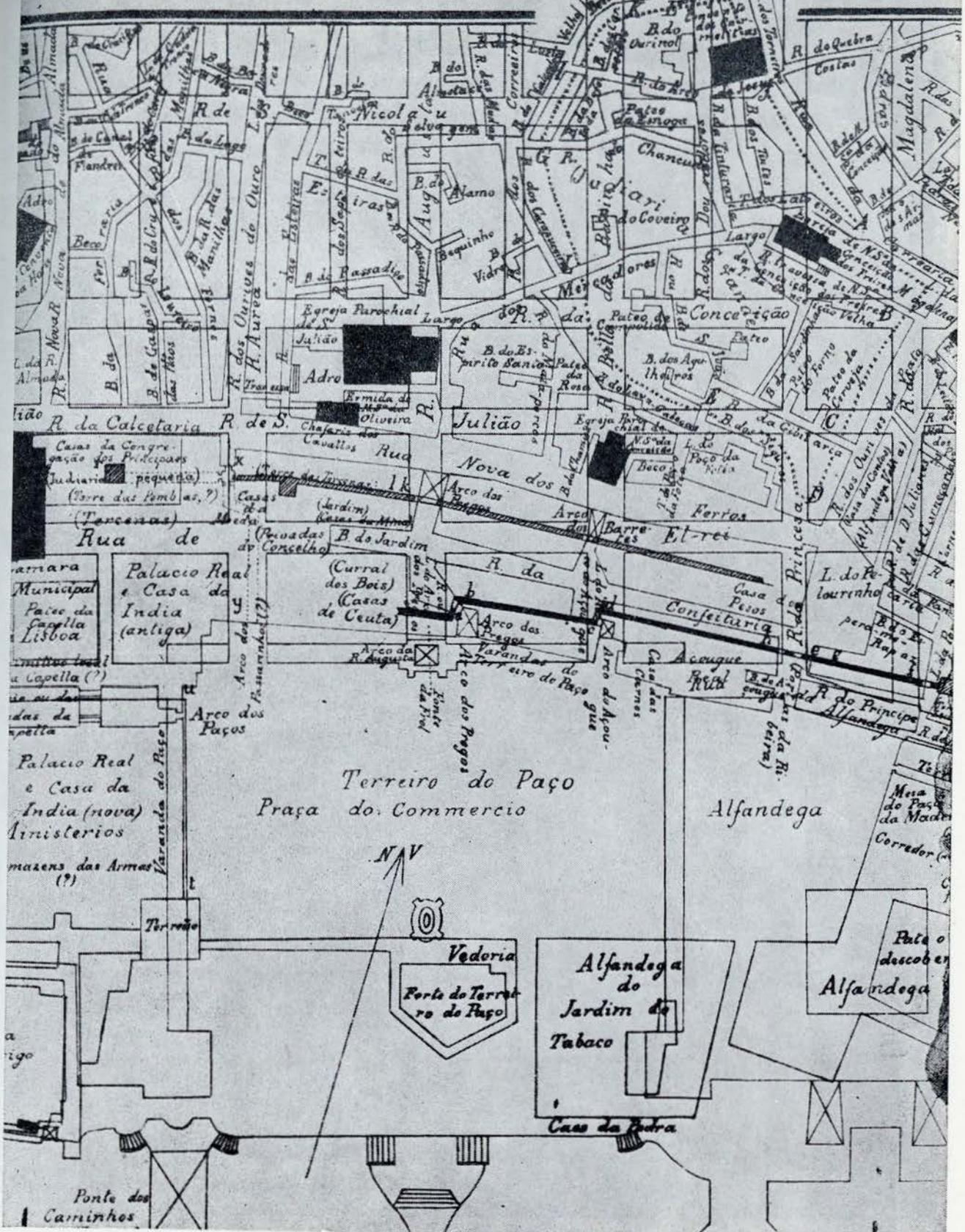
SUPLEMENTO GRÁFICO



MAPA I

Pormenor da «planta de Lisboa em 1650» por JOÃO NUNES TINOCO na qual foram colocados os números referentes à legenda seguinte (os números em tipo reduzido são do original).

- 1 — Porta da Moeda
- 2 — Porta do Arco dos Pregos
- 3 — Porta do Arco dos Barretes
- 4 — Porta da Ribeira
- 5 — Portagem
- 6 — Largo do Pelourinho Velho
- 7 — Rua Nova (*Amplissima* séc. XVI)
- 8 — Casa dos Pesos
- 9 — Casas de Gonçalo Tenreiro (século XIV)
- 10 — Rua do Mata Porcos
- 11 — Casas de Constança Pires de Camões (século XV)
- 12 — Rua do Lava Cabeças
- 13 — Rua do Selvagem
- 14 — Casas de Mestre Mateus (séc. XV) e de João de Camões (século XVI)
- 15 — Paços do Infante D. João, pai de D. Sebastião (século XVI)
- 16 — Casas do Licenciado João de Camões (século XVI)
- 17 — Beco do Gaspar das Naus
- 18 — Beco do Chamiça
- 19 — Porta da Erva mais tarde Arco dos Pregos



MAPA II

Pormenor da planta da cidade de Lisboa publicada por AUGUSTO VIEIRA DA SILVA e elaborada segundo as referências dos tombos de 1573 e 1577 e um mapa da actualidade (1900) in: *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*



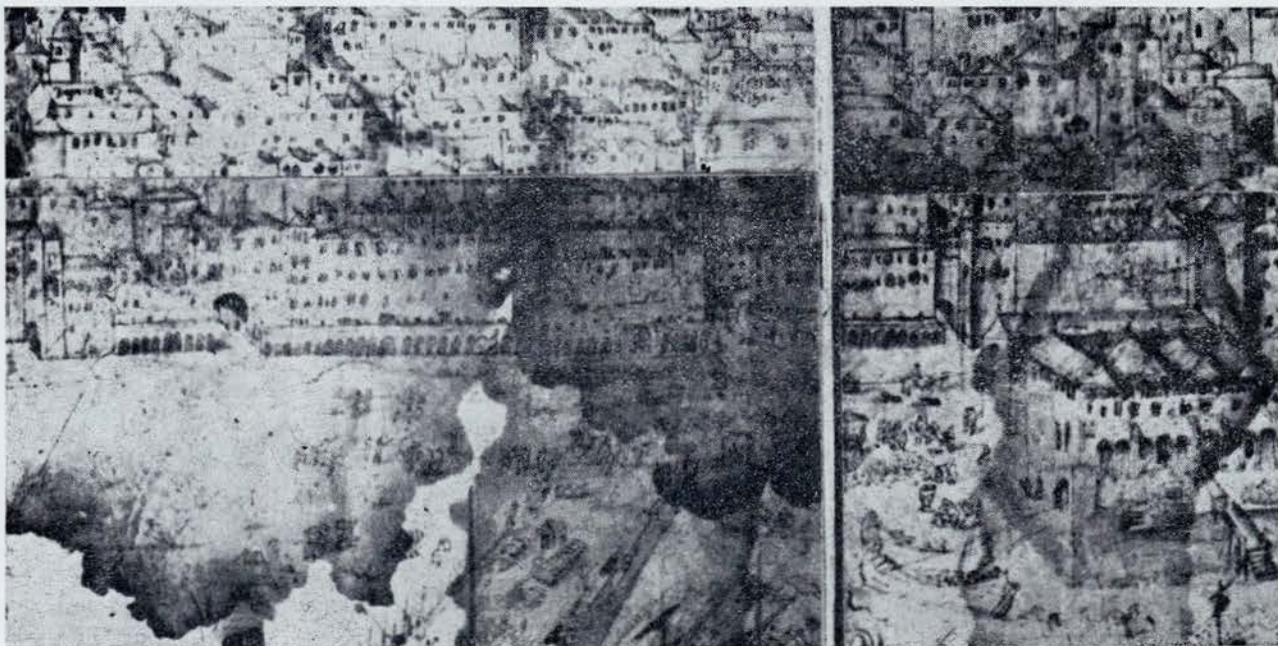
MAPA III

Pormenor da planta da cidade de Lisboa

por George Braunio Agrippinate

in: MVNDI THEATRVM QVINTVM

(S/D — posterior a 1596)



Pormenor da PANORÂMICA DE LISBOA, do princípio do século XVI, existente na *Biblioteca de Leyder*, documento que tem vindo a ser estudado pela DR.^a D. MARIA DE LURDES BARTHOLO, a quem agradecemos a aquiescência para a publicação da parte referente à Rua Nova, cuja reprodução foi feita pelo microfilme do *Museu de Arte Antiga* amavelmente cedido e a cujos serviços ficamos igualmente gratos.



Rua Nova de Lisboa segundo uma iluminura do Livro de Horas de D. Manuel que pertence ao Museu de Arte Antiga e que reproduz o funeral do dito rei; reprodução feita pelo microfilme do referido museu o que muito agradecemos.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

- Abreu (Ana de) — pág. 28
 Academia das Ciências de Lisboa — *Vide Boletim*
 Academia Portuguesa da Ex-Líbris —
 — pág. 5
 Academia Portuguesa da Ex-Líbris —
 — *Vide Boletim*
 Academia Portuguesa de História —
 — págs. 15 e 25
 Açougue Real, Lisboa — págs. 18, 44
 e 45
 Afonso V (D.), Rei — págs. 12, 22,
 23 e 42
 Afonso (Brás), Tabelião — pág. 39
 Afonso (Gil), Escudeiro — pág. 41
 Afonso (Gonçalo), Almojarife — p. 36
 Afonso (João), Vedor — pág. 36
 Afonso (Rodrigo) — pág. 42
 Afonso de Camões (Martins) — *Vide*
Camões.
 África Ocidental — pág. 10
 Agrupamento de Estudos de Cartogra-
 fia Antiga — pág. 10
 Aguiar (Ana de) — pág. 28
 Aguilar Mexia (D. João de) — *Vide*
Mexia
 Alcanede (Castelo de) — pág. 20
 Alcobaça — pág. 29
 Aldonça (D.), D. Aldonça de Meneses
 — pág. 22
 Alegre (Enrique Fernandez Villamil) —
 — pág. 16
 Alenquer — págs. 20, 28, 41 e 42
 Alhandra — pág. 40
 Aljubarrota (Batalha de) — pág. 24
 Alles (Ângela de) — pág. 30
 Almada — pág. 29
 Almada (João Vaz de) — pág. 23
 Almaram Deus, Lugar perto de Évora
 — pág. 42
 Almeida (Diogo Fernandes d'), Vedor
 — pág. 37
 Almeirim — pág. 35
 Alvarenga (Rui Gomes d') — pág. 42
 Álvares (Os) de Cabeço de Vide —
 — pág. 28
 Álvares (Fernão), de Andrade — p. 23
 Álvares Cabral (Pedro) — *Vide Cabral*
 Álvares de Lousada (Gaspar), Machado
 — *Vide Lousada*
 Alves (António Justino Ribeiro), pág. 13
 Alves (Pedro), mercador — págs 19 e
 39
 Alves de Azevedo (Francisco de Simas)
 — *Vide Azevedo*
 Ameal — pág. 28

- Amendoa — págs. 20 e 41
- Amigos de Lisboa (Grupo dos) —pág. 5
- Andrade (D. Violante de) — pág. 23
- Anes (Margarida) — págs. 35 e 36
- Anes (Maria), filha de Constança Péres de Camões — págs. 19, 24, 38 e 39 ou
- Anes Severim (Maria) — págs. 29 e 41
- Anes (Martim), borzegueiro — págs. 19 e 39
- Anes (Pero), 2.º marido de Constança Pires de Camões — págs 18 e 37
- Anes (Pero), correor — pág. 34
- Anes (Vasco) — Vide *Camões*
- Anes de Camões (Maria) — Vide *Camões*
- Anes de Camões (Vasco) — Vide *Camões*
- Anes Canellas (Catelina) — Vide *Canellas*
- Anes de Oliveira (Gil) — Vide *Oliveira*
- António — pág. 30
- António, escravo — págs. 10 e 13
- Antónios (Os) de Évora — pág. 28
- Antre Tejo e Odiana — pág. 42
- Arco dos Barretes, Lisboa — págs. 22, 29 e 44
- Arco dos Pregos, Lisboa — págs. 29 e 44
- Aristóteles — pág. 33
- Armeiro-Mor (Livro do) — pág. 17
- Arqueologia e História (Revista de) —
— Vide *Revista*
- Arquivo da Casa Cadaval — págs. 18 e 40
- Arquivo dos Cunhas de Braga —pág. 11
- Arquivo dos Feitos Findos, Anexo do Arquivo Nacional da Torre do Tombo — pág. 37
- Arquivo do Hospital de São José — pág. 37
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo — págs. 7 a 13, 17, 18, 20 a 23, 28 a 30, 34, 35, 37 e 40 a 42
- Arquivo de Pontevedra — pág. 16
- Arquivo da Universidade de Coimbra — pág. 25
- Avis — págs. 12 e 28
- Azevedo (Francisco de Simas Alves de) — pág. 17
- Azevedo (Pedro de) — págs. 12 e 23
- Barbosa (Catarina) — pág. 30
- Barbosa (Gonçalo) — pág. 30
- Barca (Santa Maria da), nau — Vide *Santa Maria*
- Barretes — Vide *Arco e Porta*
- Bartholo (Maria de Lurdes) — pág. 46
- Beatriz (D.), Infanta — pág. 20
- Beco do Chamissa, Lisboa — págs. 19, 38 e 44
- Beco do Gaspar das Naus, Lisboa — págs. 29 e 44
- Beco dos Pregos, Lisboa — pág. 23
- Beja — pág. 42
- Biblioteca de Leyden — pág. 46
- Biblioteca Nacional de Lisboa —pág. 11
- Bivar Guerra (Luís) — Vide *Guerra*
- Boletim Geral do Ultramar — pág. 14
- Boletim da 2.ª classe da Academia das Ciências de Lisboa, pág. 12
- Boletim da Academia Portuguesa de Ex-Libris, págs. 17 e 26
- Borges (José Guilherme Calvão) — pág. 10
- Borges de Macedo (Jorge) — Vide *Macedo*
- Botelho Carvalho (João) — Vide *Carvalho*
- Braamcamp Freire (Anselmo) — Vide *Freire*
- Braga — pág. 9
- Branco (D. Afonso de Castelo) — Vide *Castelo Branco*
- Branco (Manuel Castelo) — Vide *Castelo Branco*
- Braunio Agrippinate (George) — págs. 18 e 47
- Brito (João Xavier de) — pág. 5
- Burgaleses (Nau São Pedro dos) — Vide *nau*
- Cabeço de Vide — pág. 28
- Cabrais (Os) de Constância — pág. 28
- Cabral (Jerónimo Pedro) — pág. 40
- Cabral (Jorge Dias) — pág. 11
- Cabral (Pedro Álvares) — pág. 11

- Cadaval — Vide *Arquivo da Casa Cadaval*
- Cadmon (Castelo de) — Vide *Castelo Calvão Borges* (José Guilherme) — Vide *Borges*
- Câmara (Rui Pereira da) — pág. 14
- Câmara Municipal de Lisboa — pág. 23
- Camoeira — pág. 21
- Camões, o poeta — 6
- Camões (Os) — págs. 11, 17 e 28
- Camões, família — págs. 5, 25, 30 e 37
- Camões (Aires Peres de) — págs. 24 e 42
- Camões (Álvaro Gonçalves de), pág. 28
- Camões (Antão Vaz de) — avô do poeta (?) — págs. 9, 26 e 27
- Camões (Catarina de) — pág. 22
- Camões (Constança Peres de) — págs. 17, 18, 20 a 22, 27, 29, 30, 37, 41 e 44
- Camões (Diogo de) — pág. 11
- Camões (Gonçalo de) — pág. 16
- Camões (Isidro ou Isidoro Vaz de) — págs. 10 e 11
- Camões (João de) — págs. 23 e 44
- Camões (João de), mercador — págs. 22, 23 e 29
- Camões (João de), filho do Licenciado Álvaro Martins — pág. 11
- Camões (João de), Licenciado — págs. 22, 23, 28, 29 e 44
- Camões (João Vaz de), de Coimbra — págs. 25 a 27
- Camões (João Vaz de), de Lisboa — pág. 30
- Camões (José da Cunha Guedes Pinto de) — pág. 9
- Camões (Lopo da), filho de Lopo Vaz de Camões — pág. 11
- Camões (Lopo Vaz de) — págs. 12, 13, 21 e 42
- Camões (Luís de), o poeta — págs. 6 a 9, 12 a 16, 23, 32 a 33
- Camões (Luís de Sá de), o poeta, pág. 8
- Camões (Luís Vaz de) o poeta — págs. 12 e 15
- Camões (Luísa de), escrava — pág. 13
- Camões (Manuel de) — pág. 30
- Camões (Margarida) — pág. 29
- Camões (Maria Anes de) — págs. 21 a 24 e 30
- Camões (Martim Afonso de) — pág. 28
- Camões (Mécia de) — pág. 28
- Camões (Pero de) — pág. 11
- Camões (Simão Vaz de) ,pai do poeta — págs. 8 a 15 e 24
- Camões (Simão Vaz de), vereador de Coimbra — págs. 10 e 27
- Camões (Vasco Anes de) — págs. 24 e 25
- Camões (Vasco Pires de) — págs. 16, 17, 20, 21, 26, 27, 37, 41 e 42
- Camões (Os) de Coimbra — pág. 27
- Camões (Os) de Évora — pág. 12
- Camões flavienses — pág. 10
- Camões da Galiza — págs. 12, 15, 20 e 41
- Camões lisboetas — pág. 28
- Camões e Vasconcelos (Manuel Rosado de) — Vide *Vasconcelos*
- Campo de Ourique — Vide *Panoias*
- Canellas (Joham Pirez), pág. 34
- Canellas (Catellina Anes), págs. 17 e 34
- Caratão Soromenho (Paulo) — Vide *Soromenho*
- Cartografia Antiga (Agrupamento de Estudos de) — Vide *Agrupamento*
- Carvalho (Álvaro Fernandes) — pág. 23
- Carvalho (Fernão de), cevadeiro da Rainha — págs. 22 e 28
- Carvalho (D. Isabel de) — pág. 22
- Carvalho (João Botelho de) — pág. 35
- Casa Cadaval — Vide *Arquivo*
- Casa da Índia — págs. 10, 14, 18 e 28
- Casa da Moeda — pág. 26
- Casa dos Pesos, Lisboa — págs. 17, 18, 34 e 44
- Casas do Chamissa, Lisboa — págs. 19 e 38
- Casas de Ver-o-Peso — pág. 35
- Castanheira — pág. 11
- Castela — págs. 20, 21, 24 e 37
- Castelo Branco (D. Afonso de), pág. 23

- Castelo Branco (Manuel) — pág. 21
 Castelo de Cadmon — pág. 16
 Castelo de Lisboa — pág. 10
 Castelo de Portalegre — pág. 20
 Castelhana (Fernão Sanchez) — Vide *Sanchez*
 Castro (Armando de) — pág. 31
 Ceuta ou Ceita — págs. 18 e 41
 Chamissa — Vide *casas e beco*
 Chantre de Évora — págs. 17, 18 e 32
 Chão de Couce — pág. 20
 Chaul (Feitoria de) — págs. 8 e 9
 Chaves — págs. 10, 21 e 42
 Cochim — pág. 14
 Coimbra — págs. 9 a 11, 24, 25, 27, 30 e 42
 Coimbra (Arquivo da Universidade de) — Vide *Arquivo*
 Coimbra (Bispo Conde de) pág. 28
 Coimbra (Universidade de) — Vide *Universidade*
 Coimbra (Pero de), corregedor, pág. 42
 Conde de Vila Flor — págs. 18 e 40
 Constância — Vide *Cabrais*
 Contia (Lopo) — pág. 42
 Copin (Margarida), flamenga, pág. 36
 Coresma (João) — págs 19 e 38
 Correia (Gaspar) — pág. 11
 Cristo (Mestre de) — págc. 17, 21 e 37
 Cristo — Vide *Ordem*
 Cunha (D. Rodrigo de), Arcebispo — pág. 40
 Cunha e Freitas (Eugénio de Andrea) — Vide *Freitas*
 Cunha Guedes Pinto Camões (José da) — Vide *Camões*
 Cunha Saraiva (José Mendes de) — Vide *Saraiva*
 Cunhas de Braga (Arquivo dos) — Vide *Arquivo*
 Cunhas e Sousas — Vide *Sousas*
 Cunhas das Travessas de Braga, pág. 9
 Demóstenes — pág. 33
 Dias Cabral (Jorge) — Vide *Cabral*
 Donis (João) — pág. 36
 Douro — Vide *Riba Doura*
 Duarte (D.), rei — pág. 35
 Durão (Tomás) — págs. 35 e 36
 Erva — Vide *Porta*
 Espanca (Túlio) — pág. 24
 Espanha — pág. 17
 Estremadura — págs. 21 e 35
 Estremoz — págs. 20 e 41
 Évora — págs. 11, 12, 17, 18, 21, 24, 28, 32, 33 e 42
 Evoramonte — pág. 20
 Ex-Libris, Vide *Academia Portuguesa*
 Falcão (Lourenceanes) — pág. 42
 Falcão (Rui) — pág. 42
 Faria (António Machado de) — pág. 11
 Faria (Manuel Severim de) — págs. 16 a 18, 21, 26, 27, 29, 33, 37 e 40
 Faria Severim (Gaspar de) — Vide *Severim*
 Faria e Sousa (Manuel de) — Vide *Sousa*
 Farinha (Margarida), pescadeira, pág. 22
 Feitos Findos — Vide *Arquivo*
 Fernandes (Álvaro), mercador, pág. 22
 Fernandes (Francisco), esteireiro, págs. 19 e 39
 Fernandes (Leonor) — págs. 18 e 34
 Fernandes (Maria) — págs. 21, 34 e 37
 Fernandes (Nuno) de Chaves — págs. 21 e 42
 Fernandes (Vicente), esteireiro — págs. 19 e 39
 Fernandes de Almeida (Diogo) — Vide *Almeida*
 Fernandes Carvalho (Álvaro) — Vide *Carvalho*
 Fernandez Villanil y Alegre (Enrique) — Vide *Alegre*
 Fernando (D.), rei — págs. 17, 20, 34, 37, 41 e 42
 Ferreira (Frei Bartolomeu) — pág. 6
 Ferreira de Vasconcelos (Jorge) — Vide *Vasconcelos*
 Ferros (Luís) — pág. 30
 Figueira da Foz — pág. 25

- Filgueira Valverde (José) — Vide *Valverde*
- Filipe I, rei — págs. 8 e 31
- Finisterra (Cabo de) — pág. 16
- Fonseca (Manuel Rodrigues da), pág. 35
- França — págs. 40 e 41
- Freire (Anselmo Braamcamp), pág. 26
- Freitas (António Nobre de), tabelião — pág. 40
- Freitas (Eugénio de Andrea da Cunha e) — pág. 8
- Gama (Guiomar Vaz da) — pág. 9
- Gaspar das Naus — Vide *beco*
- Gestaçó — págs. 20 e 41
- Gil (Belchior) — págs. 17, 19, 38 e 39
- Gil (Fernão) — pág. 37
- Gil Severim (António) — Vide *Severim*
- Gil Severim (João) — Vide *Severim*
- Gilis (Cornélio) — pág. 30
- Goa — pág. 14
- Gomes (Os) de Cabeço de Vide — pág. 28
- Gomes d'Alvarenga (Rui) Vide *Alvarenga*
- Gomes da Silva (Gonçalo) — Vide *Silva*
- Gomes da Silva (Inês) — Vide *Silva*
- Gomes da Silva (João) — Vide *Silva*
- Gonçalo (Afonso), almoxarife, pág. 36
- Gonçalves — pág. 28
- Gonçalves (Afonso), boticário, pág. 36
- Gonçalves (Nogueira) — pág. 27
- Gonçalves (Pero), mercador — págs. 21, 24 e 30
- Gonçalves de Camões (Álvaro) — Vide *Camões*
- Gonçalves Rodrigues (António Augusto) — Vide *Rodrigues*
- Gualdim (D.), Vide *Rua*
- Guedes Pinto de Camões (José da Cunha) — Vide *Samões*
- Guerra (Luís Bivar) — pág. 15
- Henrique (D.), Cardeal Regente — pág. 11
- Henrique (D.), rei de Castela, pág. 20
- Henriques (Heitor) — pág. 11
- Homero — pág. 33
- Hospital de S. José — Vide *Arquivo*
- Igreja de S. Lourenço, Lisboa, págs. 19 e 38
- Índia — págs. 7, 8, 14 e 15
- Índia — Vide *Casa*
- Índia (Lendas da) — pág. 11
- Inquisição (Santa e Geral) — pág. 6
- Inquisição de Lisboa — págs. 10 e 13
- Itália — pág. 11
- João — pág. 29
- João (D.), Príncipe, pai de D. Sebastião — págs. 24 e 44
- João I (D.), hei — págs. 21, 24, 34, 35, 41 e 42
- João II (D.), rei — págs. 12 e 25
- João III (D.), rei — págs. 10, 12, 28 e 36
- João IV (D.), rei — pág. 28
- Judeu (Quinta do) — Vide *Santarém*
- Junta de Investigação do Ultramar — pág. 10
- Juromenha (Visconde de) — Vide *Visconde*
- Lava-Cabeças — Vide *Rua*
- Leal (Maria José da Silva) — pág. 11
- Leal de Matos (Maria Vitalina) — Vide *Matos*
- Leitão (João Lopes) — págs. 24 e 30
- Leonor (D.), Rainha — pág. 16
- Leyden — Vide *Biblioteca*
- Lisboa — págs. 5, 8, 11, 13, 14, 15, 17, 18, 23, 24, 28, 30, 32, 34, 35, 37, 40 a 42 e 44 a 46
- Lisboa (Câmara Municipal de) — Vide *Câmara*
- Lisboa (Ribeira de) — pág. 18
- Lisboa (Arcebispo de) — págs. 23 e 40
- Lisboa (João de), pai de Diogo de Camões — pág. 11
- Lisboa (Revista Municipal de) — Vide *Revista*
- Lisboa (Universidade de) — Vide *Universidade*

- Lobato (Pero) — pág. 42
 Lopes (Fernão), cronista — pág. 24
 Lopes (Vasco), tabelião — pág. 36
 Lopes Leitão (João) — Vide *Leitão*
 Lopes de Macedo (Diogo) — Vide *Macedo*
 Lopus (Os) de Évora — pág. 28
 Loureiro (Pinto) — págs. 25 a 27
 Lousada (Gaspar Álvares), Machado —
 — págs. 20, 40 e 41
 Lousada (Manuscritos de) — pág. 11
 Luís — pág. 28
 Luíses (Os) de Évora — pág. 28
 Lusíadas (Os) — págs. 6, 7, 10, 13,
 15 e 31
- Mação — págs. 20 e 41
 Macedo (Diogo Lopes de) — pág. 30
 Macedo (Helder) — pág. 31
 Macedo (Jorge Borge de) — pág. 31
 Machado (Massada) — Vide *Lousada*
 (Gaspar Álvares de)
 Machado de Faria (António) — Vide
Faria
 Madrid — pág. 21
 Manloque da Veiga (Otaviano) — Vide
Veiga
 Manselos (Álvares) — págs. 19 e 38
 Manuel (D.), rei — págs. 6, 10 e 48
 Marquês de Royllac — pág. 40
 Martincel — pág. 20
 Martins (Licenciado Álvaro) — págs.
 11, 23 e 29
 Martins (João), escrivão — pág. 36
 Martins (Lourenço), escudeiro, pág. 42
 Martins Silveira (Nuno) — Vide *Sil-*
veira
 Machado, Massado (Gaspar Álvares de
 Lousado) — Vide *Lousado*
 Mata-Porcos — Vide *Rua*
 Mateus (Mestre), piliteiro — págs. 21,
 23, 35, 36 e 44
 Matias de Melo (Inácio) — Vide *Melo*
 Matos (Maria Vitalina Leal de), pág. 31
 Melo (Inácio Matias de), tabelião —
 — pág. 40
- Melo Vaz de Sampayo (Luís de) —
 — Vide *Sampayo*
 Mendes da Cunha Saraiva (José) — Vi-
 de *Saraiva*
 Meneses (D. Garcia de), Arcebispo de
 Évora — pág. 24
 Mexia (D. João de Aguilár), pág. 28
 Mexia (D. Martim Afonso) — pág. 28
 Mexias — pág. 28
 Mitra Patriarcal — pág. 28
 Moeda — Vide *Porto*
 Moeda (Casa da) — Vide *Casa*
 Montemor — págs. 28 e 41
 Montemor-o-Novo — págs. 20, 41 e 42
 Moreira de Sá (Artur) — Vide *Sá*
 Mosteiro da Trindade — págs. 13, 18,
 19, 21 e 38
 Mota (Avelino Teixeira da) — pág. 10
 Mouraria, Lisboa — págs. 14 e 15
 Museu de Arte Antiga — págs. 46 e 48
- Nau São Pedro dos Burgaleses, pág. 14
 Naus (Gaspar das) — Vide *beco*
 Nobre de Freitas (António) — Vide
Freitas
 Noronha (D. António de) — pág. 24
 Noronha (D. Maria Ana de) — pág. 20
 Nunes Tinoco (João) — Vide *Tinoco*
- Óbidos (Livro da Visitação de Santiago
 do) — pág. 23
 Ocidente — Vide *Revista*
 Olissipo — Vide *Revista*
 Oliveira (Gil Anes de) — pág. 41
 Oliveira (Santa Maria de), Lisboa, págs.
 21, 35 e 36
 Ordem de Cristo — págs. 14, 19, 21,
 26 e 38
 Ordem de Cristo (Visitação da), pág. 21
 Ordem de São Bento — pág. 26
 Osório (D. Jerónimo) — pág. 25
 Ourique (Campo de) — pág. 28
- Paiva (João de) — pág. 10
 Palmela (Castelo de) — pág. 25
 Panoias de Campo de Ourique, pág. 28

- Panorâmica de Lisboa — pág. 46
Paredes — Vide *Sanchez* (Pero)
Pedro — pág. 29
Pedro (D.), rei — pág. 42
Pelourinho Velho, Lisboa — pág. 18
Pelourinho Velho (Largo do), Lisboa —
— págs. 35 e 44
Pena (Santana), Lisboa — pág. 30
Penela — pág. 20
Pereira (Isaias da Rosa) — pág. 23
Pereira da Câmara (Rui) — Vide *Câmara*
Peres de Camões (Aires) — Vide *Camões*
Peso (Ver-o-) — Vid *Casas*
Pesos — Vide *Casas*
Pinto de Camões (José da Cunha Guedes) — Vide *Camões*
Pires (Antão), filho de Constança Pires de Camões — págs. 19 e 39
Pires (João) — pág. 36
Pires (Margarida) — págs. 22, 23 e 28
Pires (Vasco) — Vide *Camões*
Pires (Vasco) do Chão de Couce —
— pág. 20
Pires de Camões (Constança) — Vide *Camões*
Pontevedra — pág. 16
Pontevedra (Arquivo de) — pág. 16
Porta do Arco dos Barretes, Lisboa —
— pág. 44
Porta do Arco dos Pregos, Lisboa —
— pág. 44
Porta da Erva, Lisboa — págs. 21, 22, 44
Porta da Moeda, Lisboa — pág. 44
Porta da Ribeira, Lisboa, págs. 18 e 44
Porta da Rua dos Pregos, Lisboa —
— pág. 22
Portagem — pág. 44
Portalegre (Alcaide-mor de) — pág. 41
Portalegre (Castelo de) — Vide *Castelo*
Porto — pág. 10
Portugal — págs. 16, 20, 21, 24 e 38
Pregos — Vide *arco, beco, porta e rua*
Príncipe Perfeito — pág. 12
Proença (João de), armeiro — págs. 19 e 39
Punhete — págs. 20 e 41
Rebelo (Luís de Sousa) — pág. 32
Revista de Arqueologia e Histórica —
— pág. 10
Revista Municipal de Lisboa — pág. 8
Revista Ocidente — pág. 27
Revista Olisipo — pág. 27
Riba Douro — pág. 41
Ribeira de Lisboa — Vide *Porta*
Ribeira de Lisboa (As Murallas da) —
— págs. 18 e 45
Ribeiro Alves (António Justino) —
Vide *Alves*
Rodrigues (António Augusto Gonçalves) — pág. 15
Rodrigues (Fernão), escudeiro, guarda da Fundação da Armada — págs. 19 e 39
Rodrigues, Roiz (João) — pág. 26
Rodrigues da Fonseca (Manuel) — Vide *Fonseca*
Rosa Pereira (Isaias) — Vide *Pereira*
Rosado de Camões e Vasconcelos (Manuel) — Vide *Vasconcelos*
Roillac (Marquês de) — Vide *Marquês*
Rua Formosa, Lisboa — pág. 30
Rua de D. Gualdim, Braga — pág. 9
Rua do Lava-Cabeças, Lisboa — págs. 19, 38 e 44
Rua de Mata-Porcos, Lisboa — págs. 17 a 19, 21, 37, 38 e 44
Rua Nova, Lisboa — págs. 17 a 24, 28, 29, 34 a 38, 44, 46 e 48.
Rua Nova das Varandas, Lisboa — pág. 23
Rua dos Pregos, Lisboa — pág. 22
Rua do Selvagem, Lisboa — págs. 19, 37 e 44
Rua das Varandas da Rainha, Lisboa — pág. 22
Sá (Ana de), mãe do poeta — págs. 8, 9, 13 e 14

- Sá (Artur Moreira de) — pág. 24
 Sá (Ayres de) — pág. 11
 Sal (Antão do) — pág. 36
 Salamanca — págs. 24 e 25
 Salamanca — Vide *Universidade*
 Sampayo (Luís de Mello Vaz de) — pág. 11
 Sanchez (Fernão), *marceiro* — pág. 34
 Sanchez (Fernão), castelhano — págs. 18 e 34
 Sanchez (Pero), de Paredes — págs. 39 e 40
 Santa Clara, Lisboa — págs. 19 e 38
 Santa Maria da Barca — pág. 14
 Santa Justa, Lisboa — pág. 28
 Santarém — págs. 20, 28, 34 e 41
 Santarém, quinta do Judeu — pág. 20
 Santiago de Óbidos — Vide *Óbidos*
 São Lourenço (Igreja de), Lisboa — Vide *igreja*
 São Pedro dos Burgaleses — Vide *nau*
 São Roque, Lisboa — pág. 13
 Saraiva (António José) — pág. 31
 Saraiva (José Hermano) — pág. 24
 Saraiva (José Mendes da Cunha) — pág. 21
 Sardoal — págs. 20 e 41
 Sebastião (D.), rei — págs. 7, 8, 23, 24, 29, 32 e 44
 Selvagem — Vide *Rua*
 Sena (Jorge de) — pág. 31
 Serrão (Joaquim Veríssimo) pág. 28
 Setúbal — pág. 29
 Severim (António Gil) — págs. 40 e 41
 Severim (Gaspar de Faria) — pág. 20
 Severim (João Gil) — pág. 41
 Severim (Maria Anes) — Vide *Anes*
 Severim (Pero) — págs. 18, 37 e 41
 Severim de Faria (Manuel de) — Vide *Faria*
 Severino (Os) — págs. 18, 20, 21, 37, 40 e 41
 Severins (Os) de Alenquer — págs. 28, 29, 32
 Silva (Augusto Vieira da) — págs. 18, 22 e 45
 Silva (Bastião da) — pág. 10
 Silva (Frei Gonçalo da) — pág. 26
 Silva (Gonçalo Gomes da) — pág. 26
 Silva (Inês da) — pág. 26
 Silva (Inês Gomes da) — pág. 26
 Silva (João Gomes da) — pág. 26
 Silva (Jorge da) — pág. 26
 Silva Leal (Maria José da) — Vide *Leal*
 Silveira (Heitor da) — pág. 30
 Silveira (Nuno Martins da), rico-homem — pág. 42
 Silves — pág. 29
 Simas Alves de Azevedo (Francisco de) — Vide *Azevedo*
 Simões (Os) de Évora — pág. 28
 Sintra — págs. 26, 35 e 37
 Siqueira (Ayres de) — pág. 7
 Sócrates — pág. 33
 Soromenho (Paulo Caratão) — págs. 26 e 27
 Sousa (Cordeiro de) — pág. 28
 Sousa Rebelo (Luís) pág. 32
 Sousa (Manuel de Faria e) — pág. 14
 Sousa (Maria de) — pág. 30
 Sousas (Cunhas e), Braga — pág. 9
 Sosserra, luger — págs. 39 e 40
 Susserra — Vide *Sosserra*
 Távola Redonda — pág. 24
 Teixeira da Mota (Avelino) — Vide *Mota*
 Tenreiro (Gonçalo) — págs. 17, 18, 21, 37, 34 e 44
 Tinoco (João Nunes) — págs. 18 e 44
 Toro (Batalha do) — pág. 24
 Torre do Tombo — Vide *Arquivo Nacional*
 Torre do Tombo (Livro da) — pág. 17
 Torres Vedras — pág. 28
 Travessas (Casa das), Braga — pág. 9
 Trindade — Vide *Mosteiro*
 Universidade de Coimbra — pág. 27
 Universidade de Coimbra — Vide *Arquivo*
 Universidade de Lisboa — pág. 25
 Valverde (João Filgueira) — pág. 16

- Varandas — Vide *Rua*
 Varandas da Rainha — Vide *Rua*
 Vasconcelos (Frazão de) — pág. 14
 Vasconcelos (Jorge Ferreira de) — pág. 24
 Vasconcelos (Manuel Rosado de Camões e) — págs. 18 e 20
 Vasques (Catarina) — pág. 23
 Vaz (Antão), avô (?) do poeta — Vide *Camões*
 Vaz (Isidoro ou Isidro) — Vide *Camões*
 Vaz (João), escolar — Vide *Camões*
 Vaz (João), bisavô (?) do poeta — Vide *Vila Franca*
 Vaz (Simão), pai do poeta — Vide *Camões*
 Vaz de Almada (João) — Vide *Almada*
 Vaz de Camões (Antão) — Vide *Camões*
 Vaz de Camões (Isidoro ou Isidro) — Vide *Camões*
 Vaz de Camões (João), de Coimbra — Vide *Camões*
 Vaz de Camões (Lopo) — Vide *Camões*
 Vaz de Camões (Simão), pai do poeta — Vide *Camões*
 Vaz da Gama (Guiomar) — Vide *Gama*
 Vaz de Sampayo (Luís de Mello) — Vide *Sampayo*
 Veiga (Ovtaviano Manloque da), tabela — pág. 41
 Veiga (Simão da) — pág. 28
 Veiros — págs. 34 e 37
 Velho (Estêvão) — pág. 36
 Velho (Frei Gonçalo) — pág. 11
 Velloso (Queiroz) — pág. 24
 Ver-o-Peso — Vide *Casas*
 Veríssimo Serrão (Joaquim) — Vide *Serrão*
 Vieira (Pero) — pág. 20
 Vieira Silva (Augusto) — Vide *Silva*
 Vigo (Faro de), revista — pág. 16
 Vila Flor — Vide *Conde*
 Vila Franca — pág. 28
 Vila Franca (João Vaz de) ou de Coimbra — págs. 9, 25 e 28
 Vilar de Nantes (Abadia de) — pág. 10
 Villanil y Alegre (Enrique Fernandez) — Vide *Alegre*
 Visconde de Juromenha — págs. 9 e 12
 Viterbo (Sousa) — pág. 30
 Vitória (Marçal de) — pág. 28
 Xavier de Brito (João) — Vide *Brito*

ORIGENS DO LICEU CAMÕES

pela DR.^a MARIA DE JESUS G. PAIS MONTEIRO

O *Liceu de Camões* começou a ter este seu honroso e honrado nome no dia 9 de Setembro de 1908. Até então chamava-se *Liceu Nacional Central de Lisboa, 1.^a zona escolar*, depois de ter sido o *Liceu Nacional de Lisboa*.

É uma pequena história que vale a pena contar.

Havia mais de sessenta anos que Lisboa tinha um único liceu. Criados em Novembro de 1836, os liceus traziam consigo energias que talvez nem o seu autor, Passos Manuel, imaginasse tão fortes e tão duradouras. Destinou-se um para cada capital de distrito. Era óbvio que Lisboa precisava mais; mas tinha o Real Colégio dos Nobres, e assim, pareceu que também aqui bastaria um só.

Esse liceu bem merece que lhe recordem a vida, as suas dificuldades, as suas realizações, os seus particularismos. Mas a este breve estudo interessa apenas assinalar que, finalmente, em Maio de 1902, foi criado um segundo liceu. Possivelmente foi uma criação em alegria e em esperança; mas foi também uma criação a medo, pois era a primeira vez que, numa mesma cidade, iam funcionar dois liceus. Gente responsável receou pela boa ordem, pela disciplina, pelo prestígio do ensino ... E arranjou-se uma solução: o novo liceu seria apenas *nacional* (ou seja, não tinha cursos complementares, que existiam no outro por ser *central*) e — coisa estranha — não tinha reitor. A reitoria ficou a ser comum aos dois liceus, daí resultando que o reitor do Liceu Central — era então o Dr. Clemente Pinto, lente da Escola Médico-Cirúrgica do Porto — passou a ser reitor dos Liceus Central e Nacional de Lisboa (assim é designado oficialmente). Mas conservou-se no Liceu Central, daí cuidando do novo, e muito espe-

rançado no regresso ao liceu único logo que se arranjasse um edifício de tamanho capaz, pois as distâncias em Lisboa, dizia ele, eram pequenas.

A esse propósito alguém ironizou que o reitor, se tivesse salas suficientes, de bom grado reuniria num só liceu todos os alunos deste pequeno país...

Ao liceu novo foi dado um vice-reitor. Mas também lhe foi dado um secretário, o que não era normal, pois nos liceus nacionais esse cargo era desempenhado cumulativamente por um professor.

O Liceu Central estava então instalado no Largo do Carmo, e o Nacional foi para o Palácio Regaleira, no Largo de S. Domingos, onde actualmente se encontra a Ordem dos Advogados.

Reparado, adaptado, este edifício oferece agora beleza e conforto. Mas naqueles tempos estava muito envelhecido e dava problemas constantes.



Palácio Regaleira em 1903, Largo de S. Domingos
(Lisboa, de Alfredo Mesquita)

O rés-do-chão não pertencia ao Liceu. Aí se encontrava, de um lado, uma loja de mobílias e estofos; e do outro (no lugar onde dantes os donos do palácio recolhiam os seus cavalos) encontravam-se vacas leiteiras. E há notícia de que esta vizinhança se fazia sentir pelos seus odores nas salas do primeiro andar...

Não havia lugar para o recreio dos alunos. Gabinetes de Física, Química, Zoologia, etc., que a lei previa, não existiam. Vivia-se de improvisações. Era esse o caso da secretaria, onde, por muito tempo, não houve aquele mínimo de mobília necessário para o trabalho e para a conveniente arrumação dos livros e papéis referentes a uma população escolar, que andava pelas três centenas.

A situação foi sensivelmente esta durante os três anos que durou o Liceu Nacional de Lisboa, isto é, em 1902-1903, 1903-1904 e 1904-1905. No entanto, a qualidade humana e profissional de quem ali trabalhava parece ter superado as deficiências.

Em Janeiro de 1904 um grupo de professores liceais — entre eles, Marques Braga, Pires de Lima, Sá Oliveira, Teles Palhinha, Acácio Guimarães, Northway do Vale, Agostinho Campos — tomou a iniciativa de organizar uma associação da classe, a que deu o nome de Associação do Magistério Secundário Oficial. Decorridos seis meses eram os respectivos estatutos aprovados pelo então governador civil substituto Conde de Sabrosa.

O que a Associação se propunha realizar merece ser lembrado. Eram seus «fins gerais»:

- «a) fomentar todos os progressos da Pedagogia que devam introduzir-se em Portugal;
- b) imprimir a todos os ramos de ensino uma unidade de acção educativa com um carácter profundamente nacional;
- c) contribuir por todos os meios ao seu alcance para o progresso científico do país.»

E eram «fins especiais»:

- «a) promover a solidariedade entre os professores;
- b) defendê-los em seus interesses colectivos;
- c) defender os sócios em tudo quanto sejam interesses individuais relacionados com o exercício do magistério.»

Para a realização dos fins gerais, a Associação criou um Boletim, e pensava num museu pedagógico e numa biblioteca pedagógica a instalar em Lisboa, pensava em congressos, e até nos problemas da ortografia portuguesa e da uniformização da nomenclatura científica.

Tinha em vista, quanto aos «fins especiais», a «comunidade de interesses morais e pedagógicos», desejava criar «um centro permanente de consultas e informações para os trabalhos profissionais», e «atender ao bem-estar económico dos seus sócios, usando de quaisquer meios legais.»

Esta Associação, que logo ganhou prestígio, veio a ter directa influência na reforma do Ensino de 1905.

Pois foi o Liceu Nacional de Lisboa, apesar das suas muitas carências, que deu acolhimento a esta Associação. O vice-reitor Arsénio Mascarenhas ofereceu-lhe uma sala, a qual serviu também para a Redacção do Boletim, até que em 1907 ela mudou para a Rua do Ouro. Este acolhimento foi ponto alto na vida do Liceu Nacional de Lisboa, foi prova de que ali se tomava a sério a dignidade do Ensino e a de quem ensina.

A 4 de Janeiro de 1906 um decreto repartiu Lisboa em três zonas escolares, dotando cada uma com um liceu completo e independente.

Na primeira zona ficava o Liceu Nacional, que ascendeu a Central; na segunda encontrava-se o antigo Liceu Central; para a terceira, foi criado um novo liceu.

Ao Liceu Nacional Central de Lisboa, 1.^a zona escolar, correspondiam as freguesias de S. José, S. Sebastião da Pedreira, S. Vicente, Santo André, Santa Cruz do Castelo, Charneca, Lumiar, Campo Grande, S. Jorge de Arroios, Pena, Anjos, Socorro, Carnide, Ameixoeira e Benfica.

O Liceu Nacional Central de Lisboa, 2.^a zona escolar, integrava as freguesias de Olivais, Beato, Santa Engrácia, Santo Estêvão, Sé, S. João da Praça, S. Miguel, S. Tiago, S. Cristóvão, S. Lourenço, Santa Justa, Madalena, S. Nicolau, Conceição Nova, S. Julião, Sacramento, Mártires, Encarnação, Mercês e Santa Catarina.

Para o Liceu Nacional Central de Lisboa, 3.^a zona escolar, ficavam as freguesias de Santa Isabel, Lapa, Belém, Ajuda, Alcântara, Santos, S. Mamede, S. Paulo e Coração de Jesus.

No último dia desse memorável mês de Janeiro de 1906 outro decreto transformou a Escola Maria Pia (que a Câmara de Lisboa fundara em 1885 para educação de meninas) em Liceu Nacional Maria Pia. Surgiu assim o primeiro liceu feminino do país. Não lhe foi atribuída zona escolar, pois, sendo único, se destinava a toda a cidade.

Voltemos ao Largo de S. Domingos.

O Liceu continua na sua velha casa, com a população escolar em aumento e as consequentes dificuldades.

O cargo de reitor foi confiado a Rui Teles Palhinha, que pertencia ao quadro do Liceu Nacional desde a sua fundação, e era lente substituto de Botânica na Escola Politécnica. Tomou posse a 20 de Janeiro e desde logo, com lucidez e perseverança e com toda a energia dos seus trinta e cinco anos, se dedicou a procurar a solução possível para os inúmeros problemas que lhe caíram nas mãos.

Vejamos, por exemplo, como foram as coisas no sector basilar, que é a secretaria.

Já dissemos que o lugar de secretário existia apenas nos liceus centrais. No entanto, o Liceu Nacional de Lisboa tinha o seu secretário, que era o Visconde de S. Boaventura. Foi ele um intelectual de certo modo notável na época, e até um homem de acção, sobretudo quando esteve no Brasil e aí lutou pela abolição da escravatura. Mas, parece que por falta de saúde, descuroou muitíssimo as obrigações deste seu cargo.

Um sinal de que a secretaria não ia bem surgiu logo nos primeiros meses de vida do Liceu: uma pequena informação pedida em Janeiro e, de novo, em Março pela Direcção-Geral da Instrução Pública, em fins de Abril ainda não fora enviada.

Refere o reitor, em ofício de Setembro de 1906, que, ao assumir as suas funções, encontrou a secretaria desordenada, com livros de matrículas incompletos e indevidamente selados, e que o secretário «quase coagido assinou os termos de 1902, 1903, 1904 e 1905 que ainda estavam por assinar.»

De resto, a própria instalação da secretaria era muito deficiente. Em Maio de 1903 o vice-reitor oficiara ao Director-Geral a pedir «um armário-estante onde estejam devidamente reservados e guardados os livros de matrícula dos alunos, os livros de termos de exames

e quaisquer outros documentos importantes». Também pedia «uma secretária para uso do secretário». E três anos depois o secretário ainda não tinha mesa sua...

De tudo isso resultava uma situação difícil, que Teles Pallinha minimizou como pôde. Elucidativo é um ofício de Setembro de 1908 onde relembra:

«O liceu tem *um único* empregado na secretaria, ... não existe secretário, porque na verdade é um inválido, que há mais de dois anos não comparece ao serviço ... Grande parte do serviço de secretaria é feito por mim, podendo eu acrescentar que algum outro, como, por exemplo, o registo individual da frequência, é feito a expensas minhas ...»

As aulas de Educação Física foram outro problema para o reitor. Dada a total impossibilidade de se ministrarem no edifício de S. Domingos, os alunos, nesse ano de 1905-1906, iam ao ginásio da Escola Central n.º 1, na Rua Arantes Pedroso, mais conhecida então por Rua da Inveja, lá para Santana. Mas no começo do ano seguinte o reitor protestou: «..... obrigar crianças a deslocarem-se perto de dois quilómetros, depois das aulas, num terreno quase constantemente em declive, para chegarem lá cansados e em plena transpiração e irem em seguida despir os casacos para fazer exercícios ginásticos, não é racional e é anti-higiénico. Além disso, a fiscalização não se pode tornar efectiva ...».

Propôs que fosse cedido para o efeito um salão do Teatro de D. Maria, que era ali mesmo ao lado do Liceu e parecia disponível. Não conseguindo isso, sugere depois o Real Ginásio Clube. Também não consegue. Dá novo alvitre, e é finalmente atendido: a Ginástica passa a ser dada no Centro Nacional de Esgrima, instalado então no Teatro de S. Carlos.

Foi assim o ano de 1906-1907. Entretanto o reitor observa. Antes que novo ano decorra, volta a protestar, porque também aquilo não serve: não podendo mudar de roupa, porque não há vestiário, os alunos ou se arriscam a ficar «em mangas de camisa, ou hão-de fazer exercícios de Ginástica, por exemplo, exercícios respiratórios, com colete e casaco vestidos e, às vezes, com sobretudo por cima, exercícios de marcha e de salto com botas de tacão...».

E aponta a única solução aceitável — um edifício apropriado onde haja ginásio e onde este tenha vestiário, e balneários também.

A dificuldade permanente, que era um liceu a funcionar em casa demasiado pequena e demasiado envelhecida, obrigou Teles Palhinha a muitas diligências em busca de remédio, ainda que parcial e transitório.

Começou por tentar mudança para outro edifício, na Rua de Santo Antão, onde ficaria «menos inconvenientemente», mas o resultado foi nulo.

Na casa onde se encontra o Liceu a higiene degrada-se. Provi-dências pedidas ao Delegado de Saúde resultam no reconhecimento do mau estado dos esgotos e na indicação de que se façam obras durante as férias, e entretanto se use a creolina, o formol.

Também o Director-Geral é solicitado para «que seja mandada fazer por funcionários técnicos das construções escolares e da inspecção sanitária uma vistoria ao edifício»

Um mês depois, em Agosto, é presente ao Ministro dos Negócios do Reino uma extensa exposição sobre o mesmo assunto, com insistência em dois pontos: a falta de acomodações e a necessidade de um edifício novo. Para lá de medidas imediatas que resolvam os problemas piores, sugere-se «a construção dum edifício em local próprio, construção que obedeça aos princípios da mais estrita economia, tendo em vista que uma escola precisa de ar e de luz, que são de graça, e prescinde de cantarias lavradas e de madeiras ricas.»

Este alvitre foi a origem primeira de quantas acções e diligências foram necessárias até se chegar, pelos fins de 1909, ao edifício que Ventura Terra architectou, e que em Lisboa foi o primeiro a ser construído expressamente para nele funcionar um liceu.

Com ele veio a identificar-se o Liceu de Camões por tal forma que muita gente pensa que foi sempre ali, na Praça José Fontana...

Enquanto a falta de espaço, lá em S. Domingos, tornava impossível a existência de gabinetes de Física, de Química, de Geografia, etc., que a lei exigia e a realidade recusava, fazia o reitor continuar diligências para acudir ao mais urgente e preparar um futuro um pouco mais desafogado.

Por exemplo: em Maio de 1906 (tem quatro meses de reitoria) queixa-se, em officio, ao Director-Geral — «O material *único* existente neste liceu para o ensino da Zoologia e da Botânica consiste

numa ave oferecida por um aluno e em dois equinodermes colhidos e mandados preparar por um professor». Informa sobre os «exemplares que o Conselho deste Liceu entende serem os indispensáveis», e facilita a aquisição informando do orçamento respectivo.

A partir de Agosto desse mesmo ano foi este acanhado Liceu utilizado como uma espécie de distribuidora de material escolar. Em meses sucessivos, Teles Palhinha foi remetendo caixas para Braga e Viana, para o Porto e Faro, Viseu e Santarém...

Depois, sobretudo em 1908, munido da precisa autorização, lançou-se em diligências directas junto de fornecedores franceses, ingleses e alemães. Organizou listas do que era mais necessário. Tratou com a alfândega. E lá seguiram outras caixas para Castelo Branco, Leiria, Portalegre...

Quem escreve estas linhas sabe agora como é que chegaram ao remoto liceu da sua adolescência aqueles quadros coloridos que ainda então serviam de apoio ao ensino de línguas estrangeira.

A par dos gabinetes, foi lembrada a biblioteca.

Teoricamente ela começou em 1902, com o Liceu Nacional. Mas parece que, nesse ano, da biblioteca havia apenas ... o guarda, nomeado logo em Outubro.

Teles Palhinha encontrou-se perante «um pequeníssimo núcleo, quase exclusivamente composto por obras de literatura portuguesa.» São, de facto, muito poucos os livros onde se acha o carimbo do *Lyceu Nacional*. Os que foram adquiridos nos três anos seguintes, e que se reconhecem pelo carimbo do *Lyceu Nacional Central* — 1.^a zona escolar são mais numerosos. Uns entraram por compra e outros por oferta, mas todos por diligência do reitor.

Todavia a organização da biblioteca, com livro de registo de entradas e a numeração das obras existentes, só começou mais tarde, mas foi ainda na velha casa do Largo de S. Domingos. A data desse começo ficou registada: 12 de Maio de 1909. E já muitos livros tinham um novo carimbo — o do *Lyceu Camões*.

Como surgiu esse nome, que se tornou tão conhecido e respeitado, é o que passamos a ver.

O nome dos Liceus Nacionais Centrais de Lisboa, que apenas a indicação da zona escolar distinguia, dava lugar a confusões e trocas, o que era incómodo e prejudicial.

Além disso, eram nomes demasiado extensos, que o uso corrente rejeitava. Era mais rápido e mais elucidativo dizer *Liceu de S. Domingos* do que dizer *Liceu Nacional Central, 1.^a zona escolar*; e *Liceu do Carmo* em vez de *Liceu Nacional Central, 2.^a zona escolar*, ou ainda *Liceu da Lapa* em vez de *Liceu Nacional Central, 3.^a zona escolar*.

No Porto, onde, pelo decreto de 4 de Janeiro de 1906, havia dois liceus também designados segundo a zona escolar, parece que os inconvenientes eram idênticos.

Surgiu então o desejo de tomarem o nome de um patrono com que se honrassem e que, por outro lado, os identificasse melhor.

O primeiro a pôr essa ideia em prática foi o Liceu da 2.^a zona de Lisboa. Lembrado de que era o continuador directo do mais antigo liceu do país, escolheu para seu patrono o criador dos liceus. Quis, portanto, chamar-se *Liceu de Passos Manuel*.

O Liceu da 1.^a zona — de que nos vimos ocupando — em conselho de 8 de Julho de 1908 aprova o nome de Alexandre Herculano para seu patrono, em «homenagem ao grande historiador», e transmite o seu desejo ao Director-Geral da Instrução Pública.

No dia seguinte, vem do Ministério a informação de que o nome de Alexandre Herculano já tinha sido proposto pelo Liceu da 1.^a zona escolar do Porto.

Então, nesse mesmo dia — 9 de Julho de 1908 — o reitor faz seguir um novo ofício, que é textualmente o seguinte:

«O conselho d'este Lyceu ignorava o pedido feito pelos seus collegas do Porto; se tivesse d'elle conhecimento não teriam proposto o nome de «Alexandre Herculano».

Por isso rogo a Ex.^{cia} se digne de propôr para este lyceu a denominação — Lyceu Camões —

O reitor

Ruy Telles Palhinha »

Dois exactos meses depois — 9 de Setembro de 1908 — o Diário do Governo n.º 207 oficializava este nome, de que sucessivas gerações se têm orgulhado e de que têm procurado ser dignas.

Origem lendária do apelido Camões e notas camonianas de Leite de Vasconcelos

pelo DR. PAULO CARATÃO SOROMENHO

Em *Enigmas de Grandes Portugueses*, apresentados por A. Pedro Gil, com a colaboração de A. Martins Lopes, E. Metzner Leone, L. Mendes Lima e Pedro Reis, obra publicada por Amigos do Livro, Editores, Lda., Lisboa, no capítulo «Aventuras e desenganos de Camões», pp. 161-228, lê-se na p. 192 a seguinte lenda, extraída dos *Vários Discursos Políticos. Vida de Luís de Camões*, de Severim de Faria:

«Quanto à origem do apelido, conta uma velha lenda, segundo a qual uma dama da Galiza, em tempos muito antigos, teria no seu palácio um pássaro a que chamava *Caman*, que tinha o raro destino de morrer, quando na casa do seu dono se quebrava a fidelidade coniugal. A dama era moca, linda e requestada. Algum amante mal correspondido espalhou uma calúnia e o marido ciumento quis matá-la, mas a dama lembrou-lhe que havia o *Caman* e que deveria vê-lo, antes de morrer. O marido ciumento atentou então na ave, viva e bem disposta: quebrou-se-lhe o fero ciúme e amou ainda mais a esposa. E para que o caso ficasse deu ao novo castelo que construiu o nome de *Caman*, que com o tempo se adulterou para *Camaño*, depois para *Camaños* e na passagem para Portugal se fixou em *Camões*. Nas terras desse castelão se criavam os peros mais belos da Galiza, os camoneses ou camoeses, ainda hoje famosos.» [Anote-se que em espanhol existem as formas *camuesa* e *comesa* (J. M. Almoyna, Dicionários «Editora»)].

A tal lenda o próprio Camões dedica duas quintilhas nas *Rhythmas* (edição da Sociedade de Língua Portuguesa, comemorativa do

Quarto Centenário d' *Os Lusíadas*, Lisboa, 1972), organização e notas do Dr. José Pedro Machado (p. 330):

Exprimentou-se algũa hora
da ave que chamão Camão,
que, se da casa onde mora
vê adúltera a senhora,
morre de pura paixão.

A dor he tão sem medida,
que remedio lhe não val,
mas o ditoso animal,
que pôde perder a vida,
quando vê tamanho mal.

* * *

O estudo filológico preocupou muito os eruditos, mas nos nossos tempos vinga a opinião do Dr. Joaquim da Silveira, de quem se transcrevem os textos seguintes:

a) Da *Revista Lusitana*, XXIV, pp. 212-213:

«Sobre a origem do apelido *Camões*, que entrou em Portugal em 1370-71, com o já mencionado Vasco Pires de Camões, fidalgo galego, 3.º avô do imortal autor dos *Lusíadas*, vid. Dr. Leite de Vasconcelos, *Lições de Filologia Portuguesa*, 116, e *Filologia Portuguesa*, prelecção publicada no *Jornal do Comércio*, de Lisboa, de 22 de Março de 1907, primeira página. Deste nome *Camões* tratarei também em outra parte.

Em Portugal há presentemente um lugarejo, dito *Camões*, na freguesia da Sé, da cidade de Évora. Todos tiraram o nome do apelido dos seus povoadores ou proprietários.»

b) Da revista *Biblos*, III (1927), pp. 425-446, faz-se o resumo: Em qualquer outro país já tudo se saberia a propósito de *Camões*. Em Portugal tudo são incógnitas. Apresentam-se simples conjecturas: I. Em 1925, a Comissão Executiva das festas camonianas



PANA
RETE-02E
FERQUINHO

DEV NOTAS LUYO
DI ASSEPERA
MARIJO

DIV NOTAS
MENIQUE
MAICARENA

COA 1581
PINTO
25!!!

AS
LUSIADAS
1581

VERNA TEN
PARSEN
TOO

publica as opiniões do galego Carré Aldao, que considera idênticos os apelidos Camões e Camaño — o que não pode aceitar-se nem filologicamente nem realmente, porque Camões e Camaño figuram lado a lado em documentos da mesma época. II. Nega a existência do Castelo de Camões, que é citado pela primeira vez por Severim de Faria. III. *Camões*, que é precedido sempre da preposição *de* é forçosamente nome de uma terra. IV. Vasco Perez de Camões vem para Portugal, porque nas lutas entre Pedro, o Cruel, e Henrique de Trastâmara, tomara partido pelo rei português D. Fernando I, que acolhe os seus partidários, naturalmente. V. Há a freguesia de Santa Eulália de Camos, Camones ou Camues, no século XIII, no vale do Miñor, a légua e meia de Bayona. VI. A origem deve ser *calamone* (nome de ave pernalta ribeirinha). VII. Modernamente há a povoação de *Camós* de Miñor.

* * *

Em 1928, o Doutor Leite de Vasconcelos publica a sua importante obra *Antroponímia Portuguesa* (Lisboa, Imprensa Nacional), onde se encontra esta nota sobre «Camões» (p. 298):

«Apelido célebre na pessoa do nosso maior Poeta, e ainda hoje usado no Alentejo. — Do étimo tratou proficientemente o Dr. Joaquim da Silveira, na *Biblos*, III, 425 segs.: segundo o autor, a palavra *Camões* corresponde ao topónimo galego *Cámos*.»

O problema, contudo, já o interessara — como não podia deixar de ser — e tinha tomado apontamentos em cerca de noventa verbetes, alguns deles muito documentados. Guardava-os numa costaneira, a que juntara outros para o segundo volume dos *Respigos Camonianos*, que nunca chegou a organizar. O primeiro volume saiu em 1904, e teve segunda edição, publicado como separata do *Boletim* da Academia Portuguesa de Ex-Líbris, com prefácio e revisão de Paulo Caratão Soromenho (n.ºs 67-68, de 1974), autorizado pelos Testamenteiros.

Para o segundo volume estabelecera um plano, com seis capítulos: «1. Da Etimologia de *Camões*; 2. Glosa de uma oitava de *Os Lusíadas*; 3. Poesia alemã em honra de Camões; 4. Ex-líbris camonianos; 5. Camoniana; 6. *Alma minha* em galego e catalão.» O material existente não é totalmente publicável, mas inúmeras

notas têm interesse. Destas, para facilidade de consulta de quem estude Camões, se reproduzem os verbetes, que indicam os trabalhos leitianos sobre o Poeta.

A. *O adjectivo camoniano*: in *Revista Lusitana*, IV, 126, em que defendeu a ortografia com *i*, penitenciando-se de por vezes ter empregado *e* [Isto vem a propósito, porque ainda em 1980 pessoas responsáveis persistem no erro]. O estudo vem reproduzido nos *Opúsculos*, I, 425-426.

No atado de que se falou acima, para o segundo volume dos *Respigos*, cap. 5, vem um verbeito sob o título «Excurso Filológico. *Camoniana*», que deve estar inédito e, por isso se introduz agora. Nada tem com *O adjectivo camoniano*, atrás citado, e convém reproduzir-se já, para evitar qualquer suposição precipitada e confusa. Ei-lo:

B. «*Camoniana* propriamente é um adjectivo neutro no plural, tomado substantivamente, e significa colectivamente 'coisas a respeito de Camões.' Mas, como termina em *-a*, e à nossa língua repugna dizer 'os camoniana', por isso que não temos plural em *-a*, e para o espírito há pois uma falta aparente de concordância entre «os» e um nome terminado em *-a*, letra que indica geralmente os nomes femininos em português, começou a dizer-se 'a camoniana', dando-se ao nome o significado de substantivo no singular. De algum modo é de inferir-se, mas conservando-se-lhe a significação colectiva que teve a princípio. (*Catilinária*, que é hoje substantivo feminino no singular: *uma catilinária*, e *verrina*. Estes fenómenos são recentes nas línguas românicas, porém, são comuns: *debita*, *pigmenta...*)

A introdução do uso de *camoniana* data sobretudo de 1880 para cá.»

C. *Qual do cavalo voa que não dece* (*Os Lusíadas*, VI, 64): in *Revista Lusitana*, XVIII, 186. Vem reproduzido nos *Opúsculos*, I, 453.

D. *Nunca de antes navegados*: in *Revista Lusitana*, XIX, 334. Vem reproduzido nos *Opúsculos*, I, 465-466.

E. *Disquirição*: in *Revista Lusitana*, XI, 351. Palavra usada numa carta atribuída a Camões. Vem reproduzido nos *Opúsculos*, I, 518.

F. Neste primeiro volume dos *Opúsculos* vem reproduzido, pp. 411-420, «Da palavra *respigo* e de outras de significação congénere (Ensaio de Geografia Linguística)», que aparecera primeiramente com o título de «Excurso Filológico», em apêndice aos acima citados *Respigos Camonianos*, mas agora com pequenas alterações.

G. No III volume dos *Opúsculos*, p. 88, artigo *Camões*, diz: «Exemplos desta palavra — apelido em 1473: *joham de Camões*, recebedor do Arcebispo de Lisboa (in *Rev. Arqueo.*, I, 174); B. el *Lopo Luís de Camões*, em D. José Barbosa, *Mem. do Collegio de S. Paulo* (1727), p. 159. Vid. também Storck & D. Carolina Michaëlis, *Vida de Camões* § 4, e p. 93 e nota, e p. 96, notas. Vid. *Lições de Filologia*, pp. 433 ss. [talvez da 2.^a edição, de 1926; a 1.^a é de 1911, e a 3.^a é de 1959].»

A esta pequena lista de pessoas com o apelido *Camões*, podem ser acrescentadas as informações de verbetes agora retirados do atado para o segundo volume dos *Respigos*: a) O correspondente do Doutor Leite, A. Martinez Salazar, em cartas de 14 e 28 de Outubro de 1905, fala (e envia transcrição) de um documento de Pontevedra, de 1437, do qual uma testemunha é *gonçaluo de camoens*, mercador, talvez nosso compatriota; b) Em Pedro de Azevedo, o Doutor Leite obteve a notícia de um Frei *Martinho de Caamões*, em 29 de Fevereiro de 1448 (Torre do Tombo, Livro IX de São Domingos de Lisboa, fl. 371).

H. No III volume dos *Opúsculos*, p. 200, o autor escreve esta nota (do estudo «Fauna Toponímica Portuguesa», 1922): «B) Aves (bravas e domésticas) 30. De *camão* (provavelmente: *Camões*, lugar, *Camoeira*. Não sei se o *a* é aberto nestas palavras: cf. *Lições de Filologia*, p. 162, e o que escrevi na *Estrela do Minho*, 26-IX-1920).

Há sítios e herdades com o nome de *Camões*, que provêm, porém, de apelido.»

Por semelhança ou por probabilidade filológica, o Doutor Leite reuniu, através de recolha própria ou por informações conseguidas na

Galiza, uma lista de vocábulos, de que se fornece um apontamento, a título complementar, embora pareça em muitos casos de diminuto ou nenhum interesse: *a)* Nebrissa, *Lexicon*, 1520: *calamón*, «ave de lagunas, porphyrio,-onis», fol. 13 v. e s.v. *porphyrio*, «calamón, ave conhecida»; *b)* Topónimos: Caamanho (Pontevedra); Caamouco (Corunha), forma arcaica de Camouco, cf. Calamocos (Léon); Calambre (Oviedo); Calamal (Pontevedra); Calamela (Lugo); Calamo-cha (Saragoça); Calamón (Oviedo), e também rio em Badajoz; Càm-eira, apelido português; Camões, lugar no distrito de Leiria; Camoeira, aldeia no ayuntamiento de Friol (Lugo), existente também no onomástico português, talvez de **Calamonaria*, e Camoeiro, igualmente em Lugo, caso não seja forma que alterna com o seu aparente feminino; Camoira, aldeia do ayuntamiento de Palas de Rey (Lugo), e paróquia do ayuntamiento de Lugo; Camondes (Pontevedra); Càmouça: cf. Pedrouço, etc.; Camos, palavra grave, em Santa Eulalia de Camos (Vigo, Pontevedra); Camoucho, em português; Cañamones (Alicante); *c)* Bilhete postal de R. Menendez Pidal, datado de Madrid, 12 de Dezembro de 1902: «Mi querido amigo; Gracias por la nota de la Rev. Lusit., que pido por mi librero. — Nada hallo de Calamón; no figura tal palabra en el vocabulario de Vigón q U. conoce, ni en dos manuscritos que tengo del Occidente de Asturias. En Rato se halla *Calamión* = el gancho de las calami-eres, y supone **calamiyon* que nada tiene que ver con lo que U. busca. — Le envio un Discurso academico. Suyo siempre R. Menendez Pidal. Oxalá veamos pronto frutos de mi viaje a Galicia.»

I. *O Texto d'«Os Lusíadas» segundo as Ideias do Sr. F. Gomes de Amorim*: Este trabalho é reprodução de um opúsculo que com o mesmo título se publicou em 1890 no Porto (in *Opúsculos*, IV, pp. 1137-1190).

J. *«Os Lusíadas» de Camões e as tradições populares portuguesas*: Publicado no *Anuário das Tradições Populares Portuguesas*, Porto, 1882, pp. 56-60. Reproduzido nos *Opúsculos*, VII, 1232-1237.

L. *A Etnografia de «Os Lusíadas»*: in *Album Literário*, Porto, 1880, p. 26 (cit. na p. 355 dos *Ensaio Etnográficos*, I).

- M. *A Dor de Camões*: s.l.n.d. [Porto, 1880], folha volante.
- N. *A Estátua de Camões (Aos estudantes de Coimbra)*: in *O Pantheon*, I, 1880-1881, 210-211. Separata. Porto, 1881, 7 pp. Reed. in *Baladas do Ocidente*, 234-237.
- O. *A Morte de Natércia (Fragmento)*: in *Tirocínio* (Barcelos), n.º 109, de 15-VI-1884. Sep. Barcelos, 1884, 4 pp. Reed. in *Baladas do Ocidente*, 211-212.
- P. *Rimas Portuguesas (Comemoração Camoniana)*, Porto, 1881.
- Q. *O Dr. Storck e a Literatura Portuguesa*, Lisboa, 1910.
- R. «Manual de Citações Camonianas», coleccionadas por Narciso José de Moraes, Porto, 1884 [Crítica bibliográfica] in *Júlio Dinis*, 23-XI-1884.

* * *

Finalmente — dois verbetes que se completam, num dos quais o Doutor Leite escreveu: «A minha ideia (provisória) quanto ao étimo de Camões:

De *calamus*: existiu no latim vulgar da Península; justificado por cañamo = cannabis + calamus. O galego Cámos (Pontevedra) não serve, porque a forma antiga é Cámues.

De calamus veio o derivado *ca(l)amone(m): cf. o francês *chardon* (acaso o asturiano *Calamon* e todos os nomes de plantas portuguesas em -ão, arcaico -*om). No plural: *ca(l)amoes > Caa-mões (século XV) > Cãmões.»

* * *

Ao recolher hospitaleiramente estas informações de carácter camoniano, *Olisipo* permite que se salvem do esquecimento, contribuindo deste modo para o enriquecimento do património bibliográfico respeitante ao Poeta — nunca de mais estudado, tesouro inesgotável de lições e de surpresas.

ROMAGEM CAMONIANA EM LISBOA

Dias 8 e 15 de Novembro de 1980

pelo DR. PAULO CARATÃO SOROMENHO

1 — *ALFAMA*: Largo do Chafariz de Dentro: local de concentração, pelas 10,30 horas, e de partida — Colunas Jónicas (Período Romano); Chafariz de Dentro (antigo Chafariz dos Cavalos, séc. XIV); Cubelo da Muralha Fernandina; nascentes termais desaproveitadas.

Nota — Camões refere-se a Alfama na *Carta III* e no *Auto dos Anfitriões*.

2 — *CAPELA DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS*: Designada por ermida (Meados do séc. XVI), fundada pelos pescadores e homens do mar de Alfama, dedicada ao Espírito Santo e à Senhora dos Remédios: poço de água santa, portal manuelino, 5 quadros de Gregório Lopes, azulejos historiados, o Compromisso iluminado da Irmandade, as imagens de Nossa Senhora da Saúde, de S. Pedro Gonçalves Telmo e de Santa Clara.

Nota — Camões recorda a festa de São Pedro Gonçalves na *Carta IV*.

3 — *BECO DO CARNEIRO*: Em Alfama, tão estreito e abalado por tremores de terra que os telhados se tocam. Aparece na Planta de Lisboa de 1650, de Tinoco.

Nota — Camões cita-o na *Carta III*.

4 — *O MALCOZINHADO*: Casas de vendas de comidas e bebidas ao longo da Ribeira Velha, desde o Campo das Cebolas à Rua

da Alfândega. Acompanhava a Muralha Moura. Alguns palácios e outros edifícios notáveis. Arco de Jesus.

Nota — Camões refere-se-lhe na *Carta II*.

5 — *PAÇO DA RIBEIRA*: No Terreiro do Paço. Existiu de 1505 a 1755.

O Poeta tê-lo-á frequentado.

Nota — Sem referência camoniana, «encontra-se, lendo nas entrelinhas da Lírica».

6 — *A RUA NOVA*: Dos Ferros, de El-Rei, dos Capelistas, actualmente do Comércio.

Nota — Camões refere-se-lhe no *Auto de El-Rei Seleuco*.

7 — *SÃO FRANCISCO*: Da Cidade, a «Cidade» de São Francisco, do primeiro quartel do séc. XIII ao terramoto de 1755: grandioso e com recheio riquíssimo, construído no chamado Monte Frágoso e depois Alto de São Francisco. Reconstruído depois do terramoto, não foi terminado conforme o plano.

Nota — Camões cita-o na *Carta II*.

8 — *PRAÇA DE CAMÕES*: Velhas ruínas do terramoto de 1755 desapareceram completamente em 1859, para se fazer a Praça em 1863, em preparação de uma homenagem a Camões.

9 — *ESTÁTUA DE CAMÕES*: De Vítos Bastos, inaugurada em 9-X-1867. Nela se concretiza o sonetinho de João de Deus «Camões comparado/ aos mais escritores/ nem entre os maiores/ foi sempre igualado (...)».

10 — *IGREJA DAS CHAGAS*: Fundada em 1542, destruída pelo terremoto de 1755. Lugar do primeiro encontro do Poeta com Catarina de Ataíde: tradição erudita, consagrada num poema de Gonçalves Crespo e num desenho de Columbano.

11 — *RUA DE LUÍS DE CAMÕES*: Planeada possivelmente por altura das comemorações camonianas de 1880.

12 — *RUA DE «LUSÍADAS»*: Assim chamada desde 1887.

13 — *RUA JAU*: Aberta nos primeiros anos do nosso século, por 1905, pelo futuro Marquês de Val Flor.

14 — *PRAIA DO RESTELO*: A origem de Belém foi na Praia do Restelo, a partir do séc. XV, povoado por famílias nobres, enriquecido com os Jerónimos (1502) e a Torre (1515). Aqui colocou o Poeta o Velho do Restelo apostrofando os navegadores pela «glória de mandar» e «a vã cobiça».

Nota — «Os Lusíadas», C. IV, 94-104.

15 — *O TÚMULO DO POETA*: Na igreja dos Jerónimos, os «ossos prováveis» no dizer de António Nobre, ou os «supostos ossos» do Poeta, como os qualificou D. Tomás de Melo Breyner, estão depositados num túmulo de estilo manuelino, trabalho de Costa Mota.

16 — *O ROSSIO*: Desde a regência do Infante D. Pedro, irmão de D. Duarte, existiu no extremo desta praça o Paço dos Estaus, que veio a ser do Tribunal da Inquisição. O Rossio foi Feira da Ladra e o seu principal edifício foi o Hospital de Todos os Santos. À entrada do Largo de São Domingos ficava um chafariz. Talvez aqui tivesse sido «Denis Boto espancado... numa boca da noite (...)», conta o Poeta.

Nota — *Carta III*.

17 — *A PORTA DE PÊRO VAZ*: Admita-se que este Pêro Vaz morava no Rossio, próximo do chafariz talvez, quando em 16 de Junho de 1552 se deu o conflito entre Camões e Gaspar Borges Corte-Real. Preso o Poeta imediatamente, segue o destino, que irá conduzi-lo a repartir a vida em pedaços pelo Mundo.

Nota — *Carta III*.

18 — *ADRO DE SÃO DOMINGOS*: Neste sítio, Garrett imaginou o derradeiro encontro entre Camões e Telmo Pais, no drama «Frei Luís de Sousa», por meados de Maio de 1580: diálogo impres-

sionante de singeleza e realismo! O convento e a igreja datam do séc. XIII.

19 — *O TRONCO*: Agora só lá vemos, num pátio da Rua das Portas de Santo Antão «o sítio», onde se encontrava a prisão. Aqui sofreu Camões de 16 de Junho de 1552 a 7 de Março de 1553 — oito meses e três semanas de privações e humilhação.

20 — *RUA DAS PORTAS DE SANTO ANTÃO*: De São Domingos ao Tronco «tudo é caminho chão». O Poeta mal suporia quanto lhe reservava agora o futuro. Nesta rua há construções que merecem referência especial.

21 — *PALÁCIO DA ANUNCIADA*: Pertença da Família Gomes da Silva e mais tarde da Família Rio Maior. Nele nasceu Saldanha. A Senhora Marquesa de Rio Maior adquiriu, nos fins do séc. XIX, o famoso retrato do Poeta, pintado em 1581, em Goa, provavelmente por um artista japonês (conforme indicações do marinheiro Lúcio da Ascensão, de José Penquinho, de Henrique Mascarenhas e de Francisco Mascarenhas).

A autorização da visita foi amavelmente concedida pelo Ex.^{mo} Senhor Conde da Azinhaga — circunstância que anotamos e muito agradecemos.

22 — *ATENEU COMERCIAL DE LISBOA*: Os Amigos de Lisboa almoçam no restaurante desta Instituição pelas 13,30 horas. O Ateneu: fundado em 1880 por gente do comércio lisboeta, ligado às comemorações do 3.º centenário da morte de Camões (seu patrono) centro cultural, educativo e instrutivo. Pertenceu o edifício, construído no séc. XVI, a Damião de Águiar, cujos descendentes foram Condes de Povolide.

23 — *BAIRRO CAMÕES*: Projectado para homenagem ao Poeta, tem a sua espinha dorsal na Rua do Conde de Redondo.

24 — *SANTA BÁRBARA*: Centrado este local no Largo de Santa Bárbara, muito rico de águas, como o prova a designação de há cerca de 300 anos: Fontainhas. O sítio pertencia a um grande

proprietário — Inácio Lopes Moura — e ali existiu uma ermida, que desapareceu em 1885. Também foram ali proprietários os Azevedos Coutinhos, de Santo Estêvão de Alfama.

Nota — Camões refere-se-lhe na *Carta II*.

25 — *IGREJA DE SANT'ANA*: Do séc. XVI. Nela repousou Camões. Desde 1900 está instalado no local o Instituto Bacteriológico Câmara Pestana. Três lápides — entre as quais uma do Grupo Amigos de Lisboa, de 1972 — recordam o Poeta.

26 — *CASA DA CALÇADA DE SANT'ANA*: Uma lápide de 1867 diz ter nesta Casa falecido o Poeta. A erudição nega. Uma certeza existe: a de que por este sítio, algures, viveu e faleceu Camões.

27 — *A MOURARIA*: Criada no reinado de D. Afonso Henriques, foi o bairro dos Mouros até fins do séc. XV. No séc. XVI, foi construída a Ermida de São Sebastião, mais tarde paroquial, e consagrada popularmente como de Nossa Senhora da Saúde. Uma tradição erudita informa de que Camões nasceu na Mouraria; um documento informa de que morava na Mouraria, quando partiu para o Oriente.

28 — *COSTA DO CASTELO*: Afirmou-se que «Os Lusíadas», impressos em Lisboa, em 1572, teriam nascido por aqui. Fixemos, por comodidade, a Torre de São Lourenço; mas pensemos que a Baixa lisboeta poderá, igualmente, ter sido o berço do «Livro de todos nós».

29 — *SANTO ELÓI*: Convento fundado em 1286 por D. Domingos Jardo, Bispo de Lisboa, e destruído pelo terramoto de 1755. No Século XVI, a sua igreja muito rica e próxima do Paço de D. Leonor de Lencastre era ponto de atracção da sociedade Lisboeta.

Nota — Camões refere-se-lhe na *Carta II*.

30 — *O RIO TEJO*: De muitos pontos lisboetas, Camões viu o Tejo «sereno, suave e brando», mas de nenhum como do velho castelo, conhecido de Romanos, Alanos e Mouros.



NESTA CASA
SEGUNDO TRADIÇÃO
DOCUMENTAL
DE 1580
LUIZ DE CAMÕES

139

CALÇAÇA
DE
SANTANA

NESTA CASA
SEGUNDO TRADIÇÃO
DOCUMENTAL
FALLECEU EM 10 DE JUNHO
DE 1580
LUIZ DE CAMÕES

O ACTUAL PROPRIETÁRIO
MANOEL JOSÉ CORREIA
MANDOU PÔR ESTA LAPI-
DE EM 1867

Jose A.
VIDEIRA.
XXI-X-72

31 — *NOSSA SENHORA DA GRAÇA*: Aqui estiveram os companheiros de Afonso Henriques com o seu Rei, na conquista da cidade, durante o longo Verão de 1147. Aqui nasceu o Convento da Graça, ainda no Século XII, tornado célebre no decorrer dos séculos e já integrado na Cidade, desde a construção da Muralha Fernandina (1373-1375).

Nota — Camões refere-se-lhe na *Carta II*.

32 — *NOSSA SENHORA DO MONTE*: Lugar do martírio de S. Gens, embora não exactamente no sítio da Capela. A cadeira de S. Gens está ligada a uma antiquíssima tradição: nela se vão sentar as grávidas de Lisboa.

Nota — Camões refere-se-lhe na *Carta II*.

33 — *SANTA CLARA*: Neste vasto campo existiu um convento desde fins do Século XIII. Junto dele, a célebre Infanta D. Maria mandou construir uma casa — o Paço de Santa Clara — para estar próxima das freiras. A tradição erudita acredita que Camões visitou aqui a Infanta [Tribunais militares].

34 — *SANTA ENGRÁCIA*: Das homenagens permanentes a Camões, nenhuma alcança o poder evocativo e a grandeza consagrada do Cenotáfio em Santa Engrácia — onde seis túmulos vazios, seis estátuas e seis corpos recordam figuras notáveis da História Nacional e da História da Humanidade.

— *Observações*: 1. Neste percurso não seria fácil incluir sítios «camonianos», que exigissem a passagem por locais já atravessados (Liceu Camões e Escola Luís de Camões) ou ainda Xabregas, muito desviada dos nossos caminhos. 2. Houve a intenção de nestes apontamentos indicar apenas o essencial. 3. Recordamos ainda a existência de estátuas de Camões no Padrão dos Descobrimentos, em Belém, e no exterior da Biblioteca Nacional; de um medalhão do Poeta na fachada do edifício da Companhia das Águas (EPAL), nos Restauradores, e o monumento do Adamastor, no Alto de Santa Catarina; num retrato na fachada da Faculdade de Letras.

— Nota bibliográfica:

1. *Camões em Lisboa*, Paulo Caratão Soromenho, Lisboa, 1972 (Separata de «Olisipo»).

2. *Estudos Camonianos*, Biblioteca de Estudos Olisiponenses da C.M.L., Lisboa, 1972: «Lisboa e Os Lusíadas na formação da Pátria», Hernâni Cidade; «A Vida de Camões em Lisboa», Hernâni Cidade; «O Problema da Casa onde morou e faleceu Camões», por vários; «O Problema da data da morte de Camões», Jordão de Freitas e João Fernandes.

3. *Nocturnos*, Gonçalves Crespo, Lisboa, 5.^a edição, 1923: «Camoniana» — Na Igreja das Chagas; A Leitura dos Lusíadas; Anos Depois. (pp. 78-82): sonetos.

4. *Camões*, João de Deus, sonetinho in «Campo de Flores», Coordenação de Teófilo Braga, 5.^a edição, p. 319.

5. *Camões*, Almeida Garrett: Obras Completas coordenadas por Teófilo Braga, edição da Empresa da História de Portugal.

6. *Peregrinações em Lisboa*, descritas por Norberto de Araújo, acompanhadas por Martins Barata: 15 fascículos em 3 volumes, Lisboa, Parceria António Maria Pereira.

7. *Ateneu Comercial de Lisboa* — 90.^o Aniversário: «A Sede do Ateneu Comercial de Lisboa», Paulo Caratão Soromenho, Lisboa, 1970.

8. *A Estremadura Portuguesa n'Os Lusíadas de Camões*, Luís Chaves, Lisboa, 1973 (Separata do Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa).

9. *A Ribeira de Lisboa*, Júlio de Castilho, 2.^a edição, publ. pela Câmara Municipal de Lisboa, anotações de Luís Pastor de Macedo.

10. *Lisboa Antiga* — *Bairros Orientais*, Júlio de Castilho, 2.^a edição, publ. pela Câmara Municipal de Lisboa, anotações do Eng.^o Vieira da Silva.

11. *Retrato de Camões e O Segredo d'Os Lusíadas*, António Pedro de Sousa Leite, Teresa Schedel de Castelo Branco, António Telmo e Outros: Conferências no Palácio Foz, edição da Secretaria de Estado da Comunicação Social [1980].

12. *Camões «Último Acto»*, Luís de Sá Cunha, fotos de Henrique Cayolla, in «Espaço T Magazine», n.º 1, Julho de 1980.

13. *Na Comemoração do Quarto Centenário de «Os Lusíadas», recordam-se as Cinzas de Camões*, Francisco de Assis de Oliveira Martins, Lisboa MCMLXXII (Separata de «Arqueologia e História», 9.ª série das publicações, volume IV).

14. *O Lendário Camoniano*, Paulo Caratão Soromenho, in Boletim da Academia Portuguesa de Ex-Líbris, n.º 3, 2.ª série, Lisboa 1980.

15. *Estudos Camonianos*, Luís da Cunha Gonçalves. I. Estado actual do problema de identificação da Ilha Namorada. II. Emendas inexactas de um verso exacto de «Os Lusíadas». III. O retrato de Camões na miniatura de Goa — Porto, 1947.

16. *Memórias de Castilho*, Júlio de Castilho, 2.ª edição, tomo III [1834-1840]. Coimbra 1929, Imprensa da Universidade: Cap. XIII a XVI.

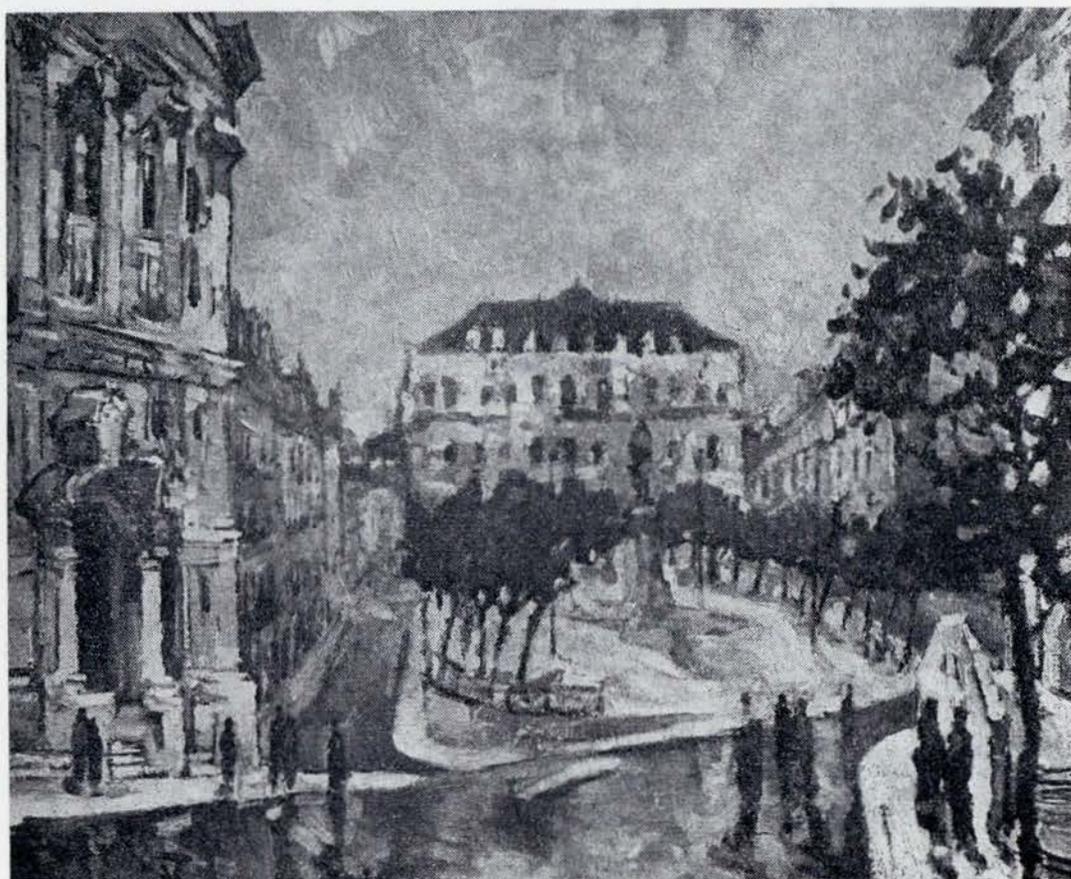
17. *Lírica*, de Camões, edição dos Drs. José Maria Rodrigues e Afonso Lopes Vieira.

18. *Comédias* de Luís de Camões, edição popular de A. L. Leitão, para comemorar o tricentenário, Lisboa, 1880.

19. *Os Lusíadas*, edição do Doutor Mendes dos Remédios (2.ª).

— *Observação suplementar* — Para os Leitores mais curiosos ou mais pacientes, transcreve-se das *Memórias de Castilho*, de Júlio de Castilho, 2.ª ed., III v., p. 89: «Quando por 1860 o conhecido e honrado alfaiate desta Cidade, o Snr. Manuel Nunes Corrêa, mandou

edificar o seu sumptuoso palácio da Rua Oriental do Passeio Público (hoje Avenida), no sítio do antigo solar dos Condes da Ericeira, desejou adornar a frontaria com bustos e medalhões de homens notáveis, nacionais e estrangeiros, antigos e modernos. Lá estão, seguindo da frente do Largo da Anunciada, e por esta ordem, os seguintes: Newton (medalhão), Meyerbeer, Dante, o 1.º Duque de Palmela, Cristóvão Colombo (bustos), Molière (medalhão), Gutenberg (medalhão), Miguel Ângelo, João de Barros, Cuvier (bustos), Volta e Galvani (um só medalhão), Camões (medalhão), Shakespeare, Castilho, Rousseau (bustos) e Rafael (medalhão).»



Largo do Camões — Santos Vieira

6.º prémio de temática da exposição de pintura, desenho e gravura sobre o tema Lisboa, no Palácio Foz

ROTEIRO FRASEOLÓGICO DE LISBOA

(Quinto e último... talvez)

por DR. PAULO CARVALHO SOBRINHO

«OLISIPO»

DEDICA À MEMÓRIA DE

C A M Õ E S

OS ESTUDOS SOBRE LISBOA

EM SEGUIDA APRESENTADOS

ROTEIRO FRASEOLÓGICO DE LISBOA

(Quinto e último... talvez)

pelo DR. PAULO CARATÃO SOROMENHO

«Quinto e último ... talvez» — eis um subtítulo bem-intencionado, que decerto por força das recolhas paremiológicas ficará longe da exaustão: a língua é um organismo vivo, que não pára de evoluir e de dispersar-se, e quanto escapa aos observadores é sempre superior ao admissível. Daí o facto de estes roteiros se manterem incompletos: mas desta vez, o autor espera chegar ao fim! Tanto mais que deseja limitar a procura à fraseologia toponímica, conforme foi sua intenção primeira. Simplesmente tem acontecido que, no contacto da paremiologia, surgem prolóquios aliciantes, indiscutivelmente criados pela gíria lisboeta e localizáveis no tempo e no espaço, que se não resiste a enlistar: isto explica o aparecimento de exemplos fraseológicos, que só com algum esforço e muita subtileza — se introduzem nestes roteiros. Querem ver?

Não apetecerá mesmo lembrar aqui, entre muitos, os que se seguem? Ora, vejam: *a)* O vulgar problema infantil, feito com as mãos fechadas, «Adivinha o que eu achei, nas escadinhas de el-rei», parece mesmo nado e criado na nossa Cidade, onde em muitos, se não em todos os palácios reais, os miúdos, brincando nos degraus, achavam possível descobrir, por perda negligente dos ricos, preciosidades de contos de fadas; *b)* O disparate linguístico «Deixá-los falá-los, qu'eles calarão-se-ão» usou-se muito, ainda neste século, até à geração seguinte à minha, para exprimir com certa bonomia a indiferença pela má-língua dos outros. É, contudo, muito anterior, pois foi utilizado com pequena variante por Garrett na comédia *Um Noivado no Dafundo* (ou *Cada terra com seu uso, cada roca com seu fuso*), composta no Verão de 1847: «E os janotas deixá-los falá-los

/Que, por fim, eles se calarão», c) E a exclamação «Essa é de cabo de esquadra», que se diz para caracterizar grossa tolice ou bojarada dita por qualquer pessoa, é expressão muito velha, dada a antiguidade dessa graduação. A função policial foi vítima de particular antipatia, de modo muito especial em Lisboa, em vários períodos da vida citadina, mormente durante a República Democrática; d) O grito agudo, muito rápido, dos vendedores de sorvete «Esquimó fresquinho!» apareceu nas ruas de Lisboa pelo decorrer da terceira década do século, e serviu, em 1949, para título de uma revista do Teatro Maria Vitória; e) A frase «Nenhum porco tem nojo do seu chiqueiro» tomou uma forma olisiponense na boca de um músico ilustre, italiano (1812-1891), o célebre autor do Hino da Maria da Fonte, ao responder a um amigo, que lhe estranhava o lavar a cara na água em que lavara os seus «países baixos»: *E que tiene? Tutto Frondoni!*, frase que chegou aos meus primeiros tempos de vida, na sua forma trilingue (português, espanhol e italiano); f) Por todas as bandas de Lisboa se deram «vivas à Cristina», ao saber-se aqui que Portugal fizera o tratado de amizade e de colaboração comercial com a Suécia (1641); g) «As clausuras chamavam os ricos e socorriam os pobres. A uns davam-lhes amparo espiritual, ofereciam-lhes jazidas e capelarias; a outros davam-lhes o caldo à portaria, a que chamavam o *bródio*. E como era em geral barulhento e festivo, com a ingresia do apetite e a exuberância das graças, o *bródio* passou a exprimir a ideia de uma estúrdia alegre, em vez de uma sopa de misericórdia.» (*Lisboa. Oito Séculos de História*, II vol., cap. «A Cidade de D. João V», de Gustavo de Matos Sequeira, p. 475). No *Dicionário*, de Faria & Lacerda, quarta edição, *bródio* é definido como: «caldos com restos de sopa, ervas, etc.; (fig.) banquete, festim, galhofa.» Dá-se como tendo origem no italiano *brodo* (caldo), por sua vez, do grego *brazó* (ferver). O Dr. José Pedro Machado navega nas mesmas águas, quanto ao significado, mas indica origem obscura. O articulista da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* inclina-se para uma etimologia alemã (*Brot*, pão). Seja como for, aventure-me a crer que algum convento, de fundação e comunidade alemãs, terá sido em Lisboa o autor involuntário da expressão: donde *ser um bródio* ou *jazer-se um bródio*; h) O Dr. Alexandre Carvalho Costa recolheu para os seus *Entretimentos*, vol. XIV, p. 18, nos arredores de Lisboa, uma frase: «Andar aos cachapinhos», que poderá incluir-se num

trabalho como este, dada a proximidade geográfica; i) É muito natural que a alcunha dos monárquicos «talassas» tenha nascido em Lisboa, quando em 1907, os portugueses do Brasil louvaram João Franco pela energia com que se propusera combater a indisciplina parlamentar, e exclamavam «Thalassa! Thalassa!» como os gregos, regressados da Pérsia, perante o mar. (Vid. «Unidade e Variedade da Língua Portuguesa», de Manuel Paiva Boléo, in *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, tomo XX, 2.^a série, n.º 1, 1954, pp. 18-19); j) *Andar o Diabo à solta*: «1356, 24 de Agosto — Dizem que o terremoto, que nesta data sobressaltou a população de Lisboa, durou mais de um quarto de hora, sendo tais os movimentos do solo que por bastante tempo se ouviram tanger os sinos das igrejas. É de crer que causasse numerosas vítimas.

Derrubou muitos edifícios e fendeu de alto a baixo a capela-mor da igreja da Sé, mandada reedificar por D. Afonso IV que na mesma capela instituiu o seu jazigo e o de D. Brites de Castela, sua mulher.

Os abalos sísmicos ainda se repetiram diversas vezes durante os meses subsequentes.

É tradicional dizer-se desde então que a 24 de Agosto, dia de São Bartolomeu, *anda o Diabo à solta*.

Pouco tempo depois deste grande terramoto caiu um raio na referida capela-mor, causando-lhe destroços e tornando-se necessário que D. João I a fizesse reconstruir.» (*Elementos para a História do Município de Lisboa*, Eduardo Freire de Oliveira, Lisboa, 1910, Tomo XVI, p. 136).

Existem outras explicações para a origem da frase, mas reproduz-se esta por ser lisboeta.

Estes foram exemplos que documentam a «elasticidade» do nosso *Roteiro*. E agora vem à baila lembrar que nas vozes lisboetas não esquecemos nas recolhas anteriores os famosos pregões. Essa a razão de reproduzir um artigo, de cujo autor não tenho notícia, inserto no *Diário de Notícias*, de 22 de Maio de 1907, onde se lêem observações valiosas, concedidas em bom estilo aos «Pregões de Lisboa»: «Que diria Caminha se voltasse agora ao mundo a presenciar as transformações extraordinárias de Lisboa! Como ele ficaria estonteado, cerrando os ouvidos para não ensurdecer de chofre com a vozearia insana, a orquestra nevrótica de tantas e tão estranhas formas da actividade! Quantos calafrios lhe não percorreriam a espinha dor-

sal, sentindo o rodar de tantos veículos, o sibilar das locomotivas, o tilintar irritante dos eléctricos, o ulular dos automóveis, monstros que a sua fantasia jamais houvera concebido! Ah! como ele se veria embaraçado para conter o seu nervosismo diante de um espectáculo tão inesperado!

Uma coisa, porém, não lhe seria difícil reconhecer como evocação antiga, familiarizando-se desde logo com ela — os pregões. O coro necessariamente deve ter experimentado variantes, mas no seu conjunto conservar-se-á o mesmo, reatando firme os elos da cadeia tradicional. Os pregões podem denominar-se a sinfonia tempestuosa das ruas, a rude orquestra do trabalho, onde se casam todas as vozes, desde a mais agreste até à mais argentina, admirável rapsódia, onde se traduzem todos os sentimentos e atribulações da canceirosa vida popular.

Não falta quem os tenha já estudado sob o ponto de vista folclórico e musical, sendo certo que alguns deles oferecem sob este último aspecto motivos de consideração, dignos de apreço.

Uns, tristes e lamentosos, como o dos vendedores de ostras, fazem lembrar a melancolia do fado; outros parecem compassos de partitura, como o pregão dos morangos de Sintra. Existe, porém, uma fase, sob a qual ainda não foram encarados e que se presta a reflexões bem sérias. A vida económica de Lisboa está resumida em grande parte no pregão. Se fizéssemos a análise de cada um deles e de cada um dos pregoeiros, teríamos o mais realista e o mais instrutivo de todos os romances. Como seria curioso e ao mesmo tempo pungente saber as dificuldades com que luta, as misérias que atravessa, essa enorme multidão ambulante de trabalhadores obscuros, que percorre as ruas de Lisboa, cantando sempre, talvez para espantar seus males, como diz a trova popular! [...]

Um dos pregões que na actualidade se ouve com mais frequência é o desses rapazitos, de voz estrangeirada, que vendem rendas. Escutando-os, estremecemos, porque involuntariamente fulgura no nosso espírito a fúnebre cena das chamas e os infernais planos de incendiários.

O pregão dá-nos a nota mais sugestiva da maneira como se nutre Lisboa, e do papel tão sofredor como pitoresco que desempenham os intermediários da alimentação pública.» Texto incompleto, sem nome de autor e sem título. (Recorte do Doutor Leite de Vasconcelos).

Mais uma achega: Jaime Cortesão, em *O que o povo canta*, «Pregões de Lisboa», p. 275, indica-nos, acompanhados de notação musical, os seguintes — «Mil trezentos e vinte e um!» (do cauteleiro), «Couves portuguesas!», «O queijo saloio!», «Quem quer figos, quem quer almoçar?!», «Mercò cabaz, o cabaz com morangos!», «Olha do ramo alto, olha a laranja boa!», «Trinta réis o salamim/Quem quer azeitonas novas?!».

E pronto. Vamos agora apresentar a quinta série paremiológica da nossa Capital. Contudo, os Leitores, que estejam interessados pelo tema, poderão encontrar em *Olisipo* os estudos anteriores, sob o título geral *Roteiro Fraseológico de Lisboa*, nos n.ºs 136 (1973), 137-138 (1974-1975), 139-140 (1976-1977) e 141 (1978): deles existem separatas.

Partimos de Alfama e seguiremos o caminho, que o complicado trânsito actual nos permita...

* * *

1) *Na típica Graça e Alfama só o pão da Pregal tem fama!...*
— Não pertence propriamente à paremiologia olisiponense, pois que é apenas frase de reclamo, com *saboroso* solecismo. Vem, porém, à conversa porque, para além das citações alfacinhas, permite lembrar quanto a linguagem das actividades económicas, com fins publicitários, pode proporcionar um estudo de muito interesse psicológico, estilístico e sociológico.

2) *Ir para o Terreiro do Paço com uma toalha às costas:*
«Olha, põe a toalha às costas e vai para o Terreiro do Paço!» Diz-se (ou dizia-se) àqueles a quem se quer chamar homossexuais. A pessoa, que deu a informação, explicou que essa gente usava a toalha ao ombro, como sinal para identificação. De facto, os sexualistas indicam que tais doentes se reconhecem entre si — ou se conheciam — por indicações, como determinadas flores, lenços em certas posições, etc. Raul Brandão conta, num dos seus livros de memórias, que havia um dono de um quiosque, no Rossio, o qual avisava com uma lanterna, ou coisa que o valha, da presença próxima de um ou vários desses então marginalizados.

3) *Não estavam todos os judeus na Rua Nova*: Ditado recolhido por Adolfo Coelho (*apud* J. A. Pires de Lima, *Mouros, Judeus e Negros na História de Portugal*, 1940, Livraria Civilização, Porto, p. 54) e por José Maria Adrião (p. 143), significando que — salvo melhor interpretação — não só na Rua Nova (à beira da Judiaria Grande, em Lisboa) havia gente dessa raça. A Rua Nova corresponde hoje, mais ou menos, à Rua do Comércio.

4) *Serolico, berolico, quem te deu tamanho bico?* — A aceitar que não se trata de efeito literário e pitoresco para a admirável evocação da Lisboa setecentista pelo Dr. Júlio Dantas (*O Amor em Portugal no Século XVIII*, 3.^a edição, cap. «O Faceira», pp. 13 e 15), e muito ao contrário foi circunstância autêntica do brilhante período joanino, teremos que esta fórmula para escolha de elementos dos jogos infantis foi usada pelo povinho para se intrometer com os faceiras [os elegantes alfacinhas de 1720], quando saltitantes passavam desafiando o sentido crítico alheio. Com este aspecto burlesco constituiu frase de vida efémera, mas na sua origem um tanto misteriosa e na sua idade incalculável immortalizou-se nas brincadeiras das crianças, com variantes aqui e além.

5-6) E, ainda da obra citada no número anterior, um trecho, em que o faceira novamente é vítima (p. 33):

«E enquanto o faceira parava no Rossio a tomar o vento, fazendo beicinho, arregaçando o quitó, afagando os mostachos da cabeleira, emborcando-se para os coches, para as seges, para os florões, para as cadeirinhas que passavam — que a tudo isto obrigava o namoro bufarinhado — os michos, os negrinhos, os saltarelos, os palmilhas surdas guinchavam-lhe, cantavam-lhe, ganiam-lhe nas costas um *minuete maroto*:

Olha o faceira,
Com o seu requeijão,
Vem ao Rossio
Comê-lo com pão ...»

Júlio Dantas nada mais diz, mas não será difícil ver aqui uma semelhança encontrada pelos malandrins lisboenses entre as saloias

vendedeiras de requeijão e leite — ali pacientes, à espera dos fregueses passantes — e os peralvilhos aguardando a hora feliz da visão dos seus amores:

Sou saloia, vendo leite,
Também vendo requeijão,
Também falo ao meu Manel [meu amor]
Quando tenho ocasião...

Sou saloia, vendo leite,
Na cedade de Lisboa.
Digam todos os janotas:
— Ó saloia, és tão boa!

Estas quadras foram recolhidas da tradição oral, no Alentejo e na Estremadura, pelo Doutor Leite de Vasconcelos, podendo a primeira datar-se de 1860 — o que não significa ser a sua criação dessa altura apenas: vid. *Revista Lusitana*, volume 37.º, n.ºs 1-4, 1939, pp. 292 e 297.

7) E a propósito, aproveitam-se ainda da recolha leitiana, indicada no número anterior, três quadras de inspiração lisboeta, admitindo-se que nas duas primeiras (ouvidas em 1922) aparece um processo popular, com largo uso, para reflectir distâncias longas, e de que já conhecemos exemplos nestes *Roteiros* — «Desde Alfama até Belém», «Do Mocambo intés Alfama»:

Não há sapato que ature
Nem perna que possa andar,
Que acompanhe uma saloia
De Loures ao Lumiar.

Não há sapato que ature
Nem perna que tanto ande,
Que acompanhe uma saloia
De Loures ao Campo Grande.

Quem me dera em Lisboa,
À porta duma taberna,
Pra ver dançar as saloias
De bota à meia perna!

Por curiosidade se informa que o Doutor Leite ouviu esta terceira quadra na Beira Baixa e, claro, também no território saloio (Veja-se o n.º 51 do *Roteiro* de 1978).

8) *Os Senhores do Rossio*: Assim foram designados os «regentes» ou membros da Junta de Regência, que se fixaram no antigo edifício do Paço dos Estaus, no Rossio, construído pelo Regente D. Pedro, Duque de Coimbra, na primeira metade do século XV, mais tarde Paço da Inquisição e Paço do Tesouro e finalmente (ainda lá está) o Teatro Nacional, desde 1846. Os *Senhores do Rossio* eram o General Francisco Xavier de Noronha, o General Francisco da Cunha Meneses, o Conde de Castro Marim, o Marquês das Minas, o Bispo do Porto, D. António José de Castro, e os secretários António Salter de Mendonça e D. Migue! Pereira Forjaz — nomeados em 1808 (Vid. *Lisboa de lés-a-lés*, IV, 198, Lisboa, 1968, Luís Pastor de Macedo).

9) E agora uma anedota da nossa Cidade, em que a graça dos seus habitantes mais uma vez se confirma: Quando foi denominada a Rua Ivens, ao Chiado, para homenagear o notável explorador, logo surgiu naturalmente a dificuldade da pronúncia do apelido inglês: *áivens*, *ívens*, *ivéns*. E daí o diálogo entre a patroa, adepta da terceira prosódia, e a criada de espírito precipitado:

— Olha, Maria, vais à rua *Ivéns*...

— Vou e venho... e o que é que lá vou fazer?

10-11) A leitura desta colecção paremiológica tem provocado algumas amáveis informações e, o que não vale menos, a correcção de um ou outro erro.

O *Roteiro* do n.º de *Olisipo* de 1978 exigiu duas correcções, a saber:

A Casa Travassos, muito conhecida dos Lisboaetas, teve também (e terá...) um galo como emblema, que figurava nos seus anúncios pelo que a expressão referida sob o n.º 37 poderia ser sugerida por esse caso: esta a sugestão do meu Amigo e Colega Dr. Francisco Santana, ilustre olisipógrafo.

No mesmo *Roteiro*, com o n.º 57, tratei da origem de «Ou é da minha vista ou estás a pedir Baptista», dando a opinião de que Baptista seria o capitão Jaime Baptista, que se tornou famoso na terceira década desta centúria, como homem de coragem. O meu ilustre Amigo Senhor Coronel Rodrigo Pereira Botelho esclareceu-me que quem deu causa ao prólogo foi o Coronel António Maria Baptista, que granjeou fama semelhante nas décadas anteriores (faleceu em 6 de Junho de 1920), combatente nas guerras de África de 1914-1918 e interveniente na política dos primeiros tempos da República, tendo sempre desempenhado papel de excepcional relevo.

12) «Todos bebem» é o nome de um anfiguri, recolhido por César das Neves no seu *Cancioneiro*, a que apôs a nota seguinte:

«Esta cantiga é muito antiga; parece datar do reinado de D. Maria I. Deve ter mais letra, mas não nos foi possível obtê-la.»

Talvez não repugne pensar que seja do reinado de D. Maria II.

Rapazes, meninos
Fazem desatinos,
E bebem os vinhos
Na venda, senhora.

Nizas e casacos,
Capas e capotes,
Bebem aos potes
Na venda, senhora.

Também o Quintela,
Com fama de rico,
Também molha o bico
Na venda, senhora.

Também o vigário,
Com o seu cantochão,
Bebe p'lo cangirão
Na venda, senhora.

Também os Antónios,
Que são capitães,
Bebem aos tostões
Na venda, senhora.

Freiras e frades,
Repicam os sinos
E bebem dos finos
Na venda, senhora.

A referência ao Quintela — realmente serão os Quintelas, riquíssimos por gerações — sugere origem lisboeta a esta cantiga (Vid. os *Roteiros*, de 1977, p. 8; e de 1978, pp. 11-12).

13) Uma estudante da Faculdade de Ciências de Lisboa foi, como costumava fazer diariamente, repousar um pouco no jardim botânico, anexo a este estabelecimento de ensino. Sentou-se num banco, onde já se encontrava uma humilde mulherzinha. Meteram conversa e, em certo momento, a mulher olhando para as placas com a classificação botânica latina perguntou-lhe o que estava escrito nelas. E a estudante leu-lhe algumas e, quando se preparava para a esclarecer, a outra adiantou-se-lhe e disse com vivacidade:

— Agora já sei! Isto é o cemitério dos estrangeiros!

(Contada pela Ex.^{ma} Senhora Dr.^a D. Anna-Maria Pereira da Gama).

14) «Na Rua da Rosa — a *Rua do Ouro* do Bairro Alto, como lhe chamava a rapaziada do sítio — havia [...]» p. 58 de *Bairro Alto (Romance de Costumes Populares)*, Lisboa 1944, Livraria Popular de Francisco Franco, por Avelino de Sousa. Este romance foi pelo próprio autor a transformação da sua peça com o mesmo nome, estreada em 22 de Abril de 1927. A acção do romance inicia-se em 1896.

15) *Freguesia dos Alarves* — Trecho do estudo «Os Saloios» (*Revista Lusitana*, volume 37.º, n.ºs 1-4, 1939, p. 275), do Doutor Leite de Vasconcelos: «Na Rua de S. Sebastião da Pedreira ainda por meados de 1888 se via uma padaria de pão saloio; e é acaso por pertencer a rua ao território saloio que chamam *freguesia dos Alarves* à de S. Sebastião da Pedreira; [...]»

Esta designação *alarve* — adjectivo com que são mimoseados os indivíduos rudes, agrestes e até os vaidosos sem ter de quê — é palavra arábica.

A gente de outrora tratava as pessoas do campo utilizando-a e, no caso lisboeta, em alternativa com *saloio*. Anote-se já o seguinte: enquanto *alarve* mantém hoje em dia todo o seu conteúdo desagradável, *saloio* perdeu muito do carácter ofensivo e emprega-se de brincadeira. Há até quem o use com certa vaidade por viver ou ter crescido nos arredores da Capital. E isto deu-se no decorrer das últimas cinquenta rotações da Terra na sua órbita.

16) *O Jardim Jaleco*: É graça ainda corrente nos nossos dias para designar o Jardim Zoológico de Lisboa, fundado em 1884 (Vid. o *Roteiro* de 1977, n.º 22, p. 10).

17) Num velho número de *O Século* (jornal de Lisboa há pouco desaparecido) do princípio da nossa centúria, em referência à festa e à romaria de Santo Amaro — os grandes dias dos galegos alfacinhas — podemos ler o parágrafo, em seguida transcrito, no qual a tradicional piada lisboeta se apresenta, a brincar com os então chamados «cidadãos de Tui»:

«Pelo que acima deixamos escrito, já o leitor sabe doravante explicar aquele antigo dito do povo, quando se refere à romaria de Santo Amaro, afirmando que *a festa é de 14, faz-se a 15 e não vê nada quem vai a 16.*»

18) Das *Memórias* do Professor Thomaz de Mello Breyner, 4.º Conde de Mafra, II vol. (1880-1883), pp. 77-78 (Lisboa, 1934): «As irmãs dominicanas da enfermagem, as da farmácia, as da roupa-ria largaram o que estavam fazendo para virem ajoelhar-se aos pés dos Reverendos Mitrados e outro tanto fizeram as que estavam na cozi-

nha. Entretanto pegava-se uma açorda, bem como um arroz, ao fundo dos tachos, e logo cheirava a queimado em toda a casa.

Deve ser esta a origem de se dizer que *entrou* em casa o bispo, quando a comida cheira e sabe a queimado. Ora, quando isto acontece quando entra um bispo, não admira quando entraram quatro ao mesmo tempo.»

Pelo texto antecedente, este caso ocorreu nos princípios de 1895, quando D. Tomás dava assistência a crianças no dispensário de Alcântara (fundado pela Rainha D. Amélia), na presença desta e da Rainha D. Maria Pia, e ali chegaram o Bispo-Conde e os Bispos de Viseu, de Portalegre e outro.

19) De *Lisboa. Oito Séculos de História*, II, 552, tomemos nota de um trecho, onde se referem comentários a certas circunstâncias, que *obrigariam* a uma fraseologia quase estereotipada:

«Ansiava-se pelo regresso do rei, e conta-se a modo de anedota que as obras do Paço da Ajuda serviam de indicativo para o lisboeta: se recomeçassem, é que o Príncipe [D. João VI] regressava breve; se se suspendiam, é que a estadia na América se prolongava».

20) *Oxalá que tantos raios te partam, como de chaminés tem Lisboa!* — Uma de uma lista de pragas — e há lá cada uma! — recolhida em Óbidos pelo Doutor Leite de Vasconcelos, há cerca de um século, a qual será publicada no IX volume da *Etnografia Portuguesa* (no prelo). [«Tantos (ou tantas) como de chaminés tem Lisboa», já fora indicada no *Roteiro*, de 1973, sob o n.º 60].

21) *Há fogo... na casa da bomba!* — Nos princípios do século XX, ainda era normal, para avisar de incêndio, gritar pelas ruas (principalmente o rapazio) que havia fogo em tal sítio: alertava a população, que acorria para ir auxiliar ou simplesmente ver. A ineficiência ou a impossibilidade muitas vezes não impediam que o caso se transformasse em tragédia, pelo que os bombeiros tinham de se sujeitar a críticas, normalmente cruéis, as quais tomavam em algumas circunstâncias um tom caricatural, como o grito em epígrafe. E agora vem aqui a piada contada em Paço de Arcos (ou talvez antes em Oeiras...). Uma ocasião houve em Paço de Arcos um incêndio em

frente da casa da bomba... e os bombeiros de Oeiras chegaram primeiro ao local do sinistro! E já agora: Conta-se também que a generosidade proverbial dos habitantes de Paço de Arcos facilitou o arranjo das instalações, do material e dos carros de incêndio em moldes modernos. E como remate citava-se a frase de um membro da corporação, que se lamentava: «E é isto! Quando nada ou pouco tínhamos, havia incêndios. Hoje, que estamos bem apetrechados, nunca há um fogo!» Claro que tais graças em nada ofendem o brio, a competência, a coragem dos abnegados soldados da Paz da linda e histórica vila.

22-23) No *Cancioneiro Português*, coligido pelo Doutor Leite de Vasconcelos, coordenado pela Dr.^a Maria Arminda Zaluar Nunes, II, 493, lê-se o terceto:

Dom Pedro vai,
Dom Pedro vem,
Mas não entra em Santarém.

Reconhece-se aqui uma referência política que se relaciona formalmente com outras estudadas nos *Roteiros* de 1973 (n.º 4) e de 1978 (n.º 65): e ela mesma foi por nós incluída no primeiro daqueles roteiros (p. 5). É caso para se perguntar pela causa da repetição. A razão é a seguinte: Também no *Cancioneiro* leitiano (p. 496) deparou-se-nos outra frase, de crítica idêntica, mas em que a personagem atingida é Saldanha. Encontrava-se o famoso general no Cartaxo, à frente de uma divisão, donde seguiria para o Norte; contudo numa singular indecisão — muito pouco de acordo com a energia e a impetuosidade tão suas características — «não passava dali».

Resultado — a observação popular:

Anda pra cima e pra baixo:
Não passa do Cartaxo!

24) *Arte Nova e Artes Novas*; A mistura de estilos artísticos, o gosto exagerado pela curva, a abundância de elementos decorativos provocaram a reacção popular, pelo que aos observadores vulgares parecia *muito esquisito*, e daí o passar-se a alcunhar de *arte nova*

tudo quanto, em qualquer condição ou meio, brigasse com o costumeiro.

E as modificações sensíveis nos usos diários — um novo instrumento utilitário, uma novidade mais aberrante do vestuário, um facto acontecido fora da moral corrente, até talvez (por exemplo) a mudança na contagem das horas diárias: de 0 a 24, em vez de 0 a 12, em cada parte do dia — designavam-se em crítica derrotista por *artes novas*, expressão plural que vincava mais fortemente a estranheza estimulada. «Arte nova» e «artes novas» foram empregadas durante décadas até quase entrarem no esquecimento do Zé Povinho e, na forma primitiva singular — arte nova — ficar, como tinha de ser, na linguagem artística apenas.

Tanto quanto suponho, a mais antiga referência à arte nova no nosso País data de Março de 1874, num estudo publicado em Lisboa por Luciano Cordeiro, parcelarmente em fins de Março e princípios de Abril, e depois no seu livro *Estros e Palcos*, também e ainda de 1874, sob o título «Alma e Arte Nova» (pp. 1-34), e que bem merece ser relido.

A expressão «Arte Nova» divulgou-se de tal forma que até apareceu numa oração «ad petendam pluviam», cantada em Alcochete, durante a procissão de penitência, quando se faziam preces pela chuva. Foi dita ao organizador deste Roteiro, há dezenas de anos, por uma mulher de nome Clotilde, costureira em Alfama, e que seria hoje nonagenária. A procissão fazia-se em honra de Nossa Senhora da Conceição do Campo. Eis uma quadra da oração:

Batatinha de arte nova
Está toda a secar;
Feijão carrapato
Nem folhas quer dar.

25) *Que ratão!* — Usada esta frase exclamativa como comentário incisivo a uma pessoa — ou um caso — que se mostre esquisita ou extravagante, e ainda com simpatia ou mesmo ternura para uma atitude alegre ou engraçada.

Deve estar muito documentado, mas é trazida para aqui, porque por uma referência de Camilo parece poder estabelecer-se a data do seu aparecimento: no final do cap. XXI, pp. 180-181, e ainda 213,

da primeira edição de *O Retrato de Ricardina*, datada de 1868. A acção inicia-se em 1828 e precipita-se para cerca de um quarto de século depois. É então que decorre um diálogo em Lisboa, durante o qual uma das personagens pronuncia a frase exclamativa, em epígrafe — repetindo-a e usando-a despropositadamente como é normal acontecer com este tipo de frases de vida efémera. Contudo, neste caso, a frase — e em especial o substantivo ou adjectivo, pois tem as duas funções — durou uma dezenas de anos, e hoje em dia tem raro uso. A sua origem lisboeta será indiscutível.

26) *Atchim! Atchim!* — Há um tipo curioso de pessoas, melhor, de homens, que apresenta características muito definidas e é relativamente frequente nos caminhos da existência. São comunicativos, sociáveis, activos, prestáveis, atenciosos, simpáticos. Deparam-se-nos, de modo especial, nas reuniões familiares, no meio associativo, nos transportes de viagens demoradas (comboios e navios), nas salas de espera. Conhecem imensa gente, com seus parentes e antepassados, situação e actividades, anedotas e até os podres — se percebem que podem falar à vontade. Sorriem, gargalham, oferecem cigarros e não perdem a oportunidade de serem confiados com os homens, amáveis com as senhoras e carinhosos com velhos e crianças. A delicadeza, manifestada na oportunidade certa, é a sua principal arma de insinuação. Geralmente não têm grandes estudos escolares, mas falam de tudo e emitem opiniões sobre qualquer assunto: são funcionários do Estado ou bancários, empregados de companhias e empresas importantes, comerciantes ou industriais médios, e por vezes filhos ricos simplesmente.

Claro que há um ou outro que falha, e a um tal se refere esta anedota.

Num comboio, num antigo compartimento de primeira classe, seguiam algumas pessoas — uma senhora de idade, um padre, um casal jovem, um preto ... e ainda um desses característicos animadores de conversa. Logo à saída do túnel do Rossio, em Lisboa, no rápido do Porto, a propósito ou a despropósito, iniciou o diálogo, que lentamente se estendeu aos outros viajantes, intervenientes apenas de vez em quando, se lhes era possível dizer alguma coisa. Por uma janela estabeleceu-se corrente de ar, e o homem espirrou. Então

muito fino, atento, não querendo esquecer as regras da delicadeza, voltou-se para o passageiro preto e disse discretamente:

— Oh! Desculpe!...

X X X

O espirro reproduz-se normalmente pelo onomatopeia «atchim», que se emprega por vezes como substantivo e de um modo geral numa interjeição sarcástica — nesse caso para irritar a gente de cor. E irritava mesmo. A pretensiosa intenção, que a partir de meados do nosso século surgiu, de não ofender os pretos (até porque eles começaram a não o consentir) foi em grande parte prejudicada pela guerra colonial (1961-1974).

Contudo no Portugal europeu, onde os pretos e mulatos eram tolerados apenas, passaram a ser acolhidos, recebendo consideração e ganhando simpatia.

Claro que a lembrança da rudeza e do atraso dos escravos negros criou um acentuado desprezo por todos, de resto confirmado com as notícias sobre o seu primitivismo, trazidas pelos que vinham das colónias. A escravidão acabou, mas ficou tradicionalmente a troça que se fazia, de modo especial à algarviada da sua linguagem, da qual se encontram ecos em Gil Vicente e Henrique da Mota (Vid. do Doutor Leite de Vasconcelos, *Língua de Preto*, que incide principalmente num texto de Henrique da Mota, no *Cancioneiro Geral*, de Garcia de Resende). Nestes autores não aparece, porém, a onomatopeia *atchim*. Na *Etnografia Portuguesa*, do Doutor Leite, IV, 51, lê-se: «Quando os rapazes encontram na rua um preto ou uma preta imitam um espirro, para não terem o azar que o encontro lhes causaria. Cf. dar um espirro e dizer *Jesus*, etc. (Lisboa).»

Em Maio de 1977, foi publicado em Lisboa em edição das Selecções do Reader's Digest *O Grande Livro do Maravilhoso e do Fantástico*, de onde se transcreve o artigo seguinte (p. 55), sob o título «Todos cáimos mortos»:

«Inocentemente, as crianças cantaram, ao longo dos séculos, uma canção de embalar eivada das mais sinistras sugestões:

Ponham uma coroa de rosas,
Encham o bolso de flores.
Atchim! Atchim!
Todos nós cáimos.

A canção surgiu nas ruas de Londres em 1665, durante uma epidemia de peste. A *coroa de rosas* é uma referência às pequenas manchas vermelhas de erupção, que surgiram na pele das vítimas da peste.

A advertência *encham o bolso de flores* relacionava-se com a crença, vigente desde tempos antigos, de que os maus cheiros eram o bafo venenoso dos demónios que afligiam com a doença, e que poderiam ser afastados com ervas e flores aromáticas.

Actualmente ainda, em algumas ocasiões solenes, os juízes em Inglaterra levam um ramo de flores, uma recordação dos dias distantes em que os seus predecessores traziam flores como uma protecção contra a febre tifóide. *Atchim! Atchim!* Os espirros eram um sintoma da peste. *Todos nós caímos* — tal como, de facto, milhares e milhares de pessoas caíram mortas.» Um desenho, reproduzindo um baile infantil, acompanha o texto e tem a seguinte legenda: «Ao brincarem à coroa de rosas, as crianças cantam e representam uma paródia sinistra da terrível peste.»

O informador não encontrou o texto inglês desta cantiga.

As muitas procissões, que em Lisboa se realizavam no decorrer do ano, de modo assinalável pela devoção, pelo pitoresco, pela suntuosidade ou por certas características pagãs, causavam o interesse da população e estranheza entre os estrangeiros. Um deles, que deixou memória da viagem, referiu o pasmo causado à sua sensibilidade, quando assistiu a uma, na qual seguia uma irmandade de pretos — cuja passagem era estrondosamente acompanhada por um coro geral de espirros, «atchins» forçados, saídos dos narizes de toda a qualidade: crianças e velhos e adultos — homens e mulheres —, gente de pé-descalço, burgueses e nobres.

27) No nosso *Roteiro Fraseológico (Achegas)*, sob o n.º 61, trata-se do Pai Paulino, a propósito da expressão «Pai Paulino tem olho», que terá falecido, já nonagenário, à volta de 1870. Aí pusemos a hipótese de ter sido ele próprio o criador da frase como reclamo pessoal. A verdade é que ela se vulgarizou rapidamente: Eça, em *A Tragédia da Rua das Flores*, romance composto em 1878, usou-a três vezes (pp. 203, 240 e 392, da edição de 1980, de Lisboa, Moraes-Editores).

28) Para terminarmos esta jornada, temos um roteiro cómico, *mais ou menos poético*, recolhido em 1966 por Margarida da Soledade da Silva Soromenho. Parece uma rábula revisteira, de teatro de sociedade de recreio, e que é de facto muito engraçada. Com ela me despeço, risonhamente, até mais ver.

Pela referência ao Cristo-Rei, verifica-se a sua data relativamente recente.

Dei três voltas ao Rossio,
Desci ao Arco do Bandeira,
A pensar no senhorio,
Sem ter vintém na algibeira.

Cheguei ao Terreiro do Paço,
Cansado de andar a pé,
E com grande desembaraço
Fui falar a D. José.

Pus-lhe as minhas razões.
D. José diz-me afinal:
«Vai falar com o Camões
Ou co' Marquês de Pombal.»

Depois subi ao Chiado,
Arreliado, sem cheta.
No seu banquinho sentado
Fui encontrar o poeta.

Contei-lhe todo o meu mal,
E o poeta resolveu assim!
«Arranja um pedestal,
Vem aqui prò pé de mim

Eu falo com o Camões,
Tu ficas bem, logo vês.
Cantas as nossas canções
E ele ganha pra nós três.»

Mas ele não tinha trabalho,
Não ganhava pra água-pé.
Despedi-me do poeta
E fui ao Duque de Loulé.

E contei a pouca sorte:
«Estou farto de andar nisto!»
E ele me respondeu:
«Já é tempo de ter juízo.

Os tempos estão bem maus,
E tudo isto é manha.
Mas ainda te digo mais:
Vai ao Duque de Saldanha.

E com isto acaba tudo.
Eu outra coisa não sei.
Para o outro lado do Tejo
Vai ter com o Cristo-Rei.»

Do Cristo-Rei fui a Setúbal.
Isto já era de mais!
E lá ainda falei
Com o poeta Bocage. ⁽¹⁾

Ele me respondeu:
«Deixa-me agora pensar.
É melhor ires para casa
E deixares de brincar.»

Cheguei a casa cansado,
Farto de andar a pé:
Mas inda fui agradecer
Ao meu amigo D. José.

[(1) Repare-se na pronúncia popular *Bocais*, que permite a rima com *mais*].

Eis mais uma produção da musa popular, que não desdiz da feição especial que tem presidido à organização destes *Roteiros*. Claro que os Leitores encontraram neles, entre algumas centenas de frases, aquelas «frases pandilhas, afadistadas como só Lisboa as pode criar», no dizer de Eça. No entanto o escritor ouvia — decerto com agrado — «muito cantada, fina, aflautada» a voz de Lisboa, a mesma que encantara António Nobre, ao escutar as Lisboetas:

Senhoras, rezai por mim um Padre-Nosso,
Nessa voz que tem beijos e é de arminhos

e que, já séculos antes, embevecera Camões (na Carta IV) com o sotaque mais doce em gargantas femininas:

«que chia como pucarinho novo com água...»

Grande terra é esta nossa!

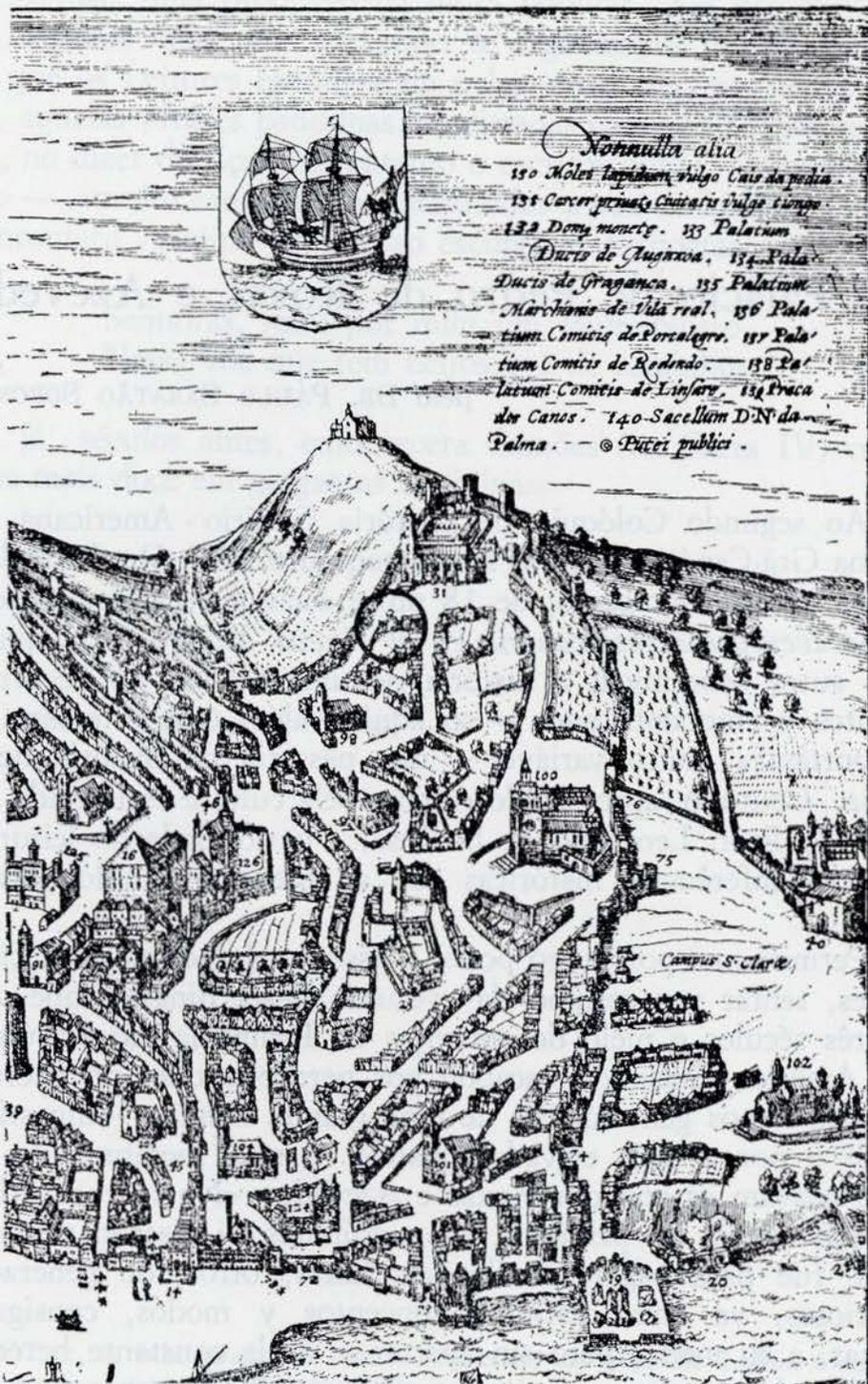
NOTA: A bibliografia de temas referentes ao falar de Lisboa é escassa. Por este motivo, recordo a dissertação de licenciatura, em 1954, da Dr.^a D. Maria Helena Farmhouse da Graça Mira (que creio não ter sido publicada, infelizmente) sob o título *Algumas Contribuições para o Estudo da Fonética, Morfologia, Sintaxe e Léxico da Linguagem de Lisboa*.

O Palácio de Pedro de Roxas e Azevedo

pelo DR. PAULO CARATÃO SOROMENHO

Ao segundo Colóquio de História Canário - Americana, realizado na Grã-Canária, em 1977, apresentou o Prof. Dr. Leopoldo de la Rosa uma comunicação, de 18 pp. e duas ilustrações, sobre *Una familia aventurera luso-canaria en el Nuevo Mundo*. Em qualquer outro autor sem nível, a história de uma família no decorrer de trezentos e cinquenta anos — só aqui e além com interesse social e importância muito variável — não passaria da história de uma família. Contudo, aproveitado o tema pela culta e esclarecida inteligência do Prof. Leopoldo de la Rosa, a curiosidade da leitura e o valor das inferências históricas dão ao presente estudo particular relevo.

Permito-me, pois julgo poder o assunto despertar a atenção dos leitores, tentar um resumo da evolução desta dinastia que, passados três séculos e meio de andanças na Península, no Arquipélago e na América Espanhola, acabou por perder-se quer no anonimato quer nos ramos genealógicos de uma grande família — dinastia que atingiu o ponto mais elevado, quando os seus membros de maior brilho usavam os apelidos Roxas e Azevedo. «No fueron ni héroes ni santos: unos, los primeros, sin escrúpulos, si pisaron tierra americana, fue para pagar en élla sus faltas; otros, de generaciones posteriores, ya com distintos conceptos y modos, consiguieron triunfar, a su modo, pero sin apartar-se de la constante hereditaria del afán de aventura» (primeira página). Tudo começa nos fins do século XV, com o estabelecimento de uma família de origem portuguesa em Tenerife. Três membros «sin escrúpulos», os irmãos Silvas, comportaram-se de tal forma que, julgados, são condenados



Trecho da gravura de Bráunio (de 1596), onde se vê circulado o local em que Pedro de Roxas e Azevedo construiu o seu Palácio, pelo terceiro quar-
 tel do século XVII

durante várias gerações de proprietários, comerciantes, funcionários administrativos e membros da Igreja. Sobem em importância social, e deles se notabilizam: Pedro de Roxas y Acevedo que se fixa em Buenos Aires, onde desempenha elevadas funções, e aqui falece em 1642, deixando grande fortuna; Gregório de Roxas y Acevedo, filho do anterior, estudou em Lima, celebrizou-se pelo seu saber como



*O brasão de Lemos e Carvalhos sobre a entrada do Palácio
(Século XVIII)*

jurisconsulto, e nesta cidade morreu em 1680; Fernando de Roxas y Acevedo foi bispo de Santiago do Chile, e de la Paz, e finou-se em 1730; João Afonso de Roxas foi secretário de Estado de D. Pedro II de Portugal, depois de sair de Buenos Aires, onde nascera, e de ter vivido em Castela. É o filho, parece que único, de João de Roxas, Pedro de Roxas e Azevedo, que, em alta posição, manda construir «un noble palacio en Lisboa, junto al convento de Gracia.»

O Prof. Leopoldo de la Rosa, da Universidade de La Laguna, Santa Cruz de Tenerife, desejou saber se tal palácio ainda existia na nossa cidade, para o que se dirigiu ao Prof. Dr. Sebastião Pestana, que encarregou o autor destas linhas de averiguar.

A investigação foi mais fácil do que poderia admitir quem nunca ouvir falar de tal família e, portanto, nada sabia de tal palácio.

Começou por confirmar na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* a existência de João e de Pedro Roxas. Daqui partiu para as *Peregrinações em Lisboa* (Lisboa, 1938), de Norberto de Araújo e no 1.º vol., livro 8, p. 49, encontrou o subcapítulo «Palácios Velhos da Graça» e, pelas dimensões, aspecto exterior, nobreza de linhas e situação relativa ao Convento escolheu o Palácio dos Senhores da Trofa (em cuja fachada vemos o brasão de Carvalhos e Lemos), conhecido popularmente por «Ilha das Cobras», designação que esclarece desde logo a sua degradação. A *Lisboa Antiga. Bairros Orientais*, de Júlio de Castilho, 2.ª edição, VII vol., não o refere no texto, mas o Eng. Augusto Vieira da Silva, que anotou a obra do grande olisipógrafo, introduziu uma planta dos arredores dos Mosteiros de S. Vicente e da Graça (desenho do Engenheiro



Aspecto actual do Palácio de Pedro de Roxas e Azevedo (1980)

A. E. Abrantes), em cuja legenda, sob o n.º 7, se indica o Palácio dos Senhores da Trofa. Regressando então à *Grande Enciclopédia* aí lê o artigo sobre esta família (s.v. *Trofa*). A genealogia que se lhe depara difere da que o Prof. Leopoldo de La Rosa indica no seu estudo, baseando-se no notável genealogista Manuel José da Costa Felgueiras Gayo (*Nobiliário das Famílias de Portugal*), — mas há muitas correspondências.



Aspecto actual do pátio de entrada do Palácio (1980)

As dúvidas desaparecem: está encontrado o palácio. As limitações actuais do edifício enquadram-se *mutatis mutandis* no que vem na planta de Lisboa de 1650, de Tinoco, data muito aproximada da construção de Pedro Roxas.

Ao terramoto de 1755 *não terá sido indiferente* a nobre casa, a que tanto cuidado dedicara o seu fundador, setenta ou oitenta anos antes.

Recuemos à última década do século XVI: a gravura de Bráunio (de 1596, mais ou menos) mostra-nos no local, com «suficiente» exactidão um bloco de edifícios, em forma de trapézio, conjunto de aparente grandeza, com um vasto pátio interior (como existe na actualidade).

Talvez possamos admitir que Pedro de Roxas e Azevedo, herdeiro ou comprador, terá aproveitado parte do existente ou, fazendo dele tábua rasa, erguera tudo de novo desde os alicerces.

Em Março de 1980, identificado o Palácio de Pedro de Roxas, na calçada da Graça e enfrentando o majestoso templo, foi obtido um grupo de cinco fotografias, três das quais, com mais três gravuras, ilustram este apontamento — tarefa em que o autor ocupou com prazer algum do seu tempo livre.

NOTA — As fotografias são de Marcos Pedro Soromenho Silva Santos.

RECORDANDO JOÃO DA SILVA O INESQUECÍVEL MEDALHISTA

No Centenário do Seu Nascimento

pela DR.^a ANNA-MARIA PEREIRA DA GAMA

Em 1 de Dezembro de 1880, nasceu em Lisboa um dos maiores escultores portugueses do nosso século, de nome João da Silva, e digo do nosso século, porque a maior parte da sua obra foi executada no século XX.

Os seus trabalhos foram inúmeros. Foi uma vida árdua de labor insano, na procura de formas e movimentos, conjugando estes a um equilíbrio admirável de compensação de volumes na sua plena criação artística inigualável.

Revelou-se excepcionalmente na difícil especialização de medalhista, quer sob o aspecto comemorativo quer como religioso, sem no entanto desprezar as outras formas escultóricas.

O seu início foi como ourives, trabalhando durante sete anos na tão conhecida Casa Leitão & Irmão e frequentando ao mesmo tempo um curso na Escola Industrial Príncipe Real. Aí teve como professores M. M. Cristofanete e Casanova, tendo estado em seguida um ano na Escola Afonso Domingues, onde foi aluno do professor Fuller. Mas em Agosto de 1900, Paris tenta-o e parte para lá disposto a aprender mais e, se possível, a trabalhar aí.

Visita frequentemente nesta cidade a Grande Exposição de Artes Decorativas, procurando enriquecer os seus conhecimentos. Consegue ser admitido no atelier de Mr. Fleuret, dirigido pelo escultor Eugène Doumenc, primeiro atelier de cinzelagem. Por intermédio de António Arroyo, a quem foi apresentado por Amorim Pessoa, quando o primeiro regressava da Alemanha passando por Paris, consegue obter uma bolsa de estudo por três anos para a École des Arts Décoratifs de Genève, uma das suas principais ambições. O curso é

de cinco anos mas, devido às suas faculdades excepcionais, é introduzido logo no 4.º ano, terminando portanto em 1903 com a mais alta das distinções. O trabalho apresentado nessa altura e que ficou propriedade da Escola é um prato cinzelado em prata, representando *Toilette de Diana*. O director da Escola classificava-o deste modo, dirigindo-se ao artista:

— Votre plat reste toujours un des meilleurs diplômes de l'école.



Esta instituição de ensino em Genève adquiriu ainda três obras do escultor português: duas fivelas, uma representando um pavão, a outra um ciclame, e um vaso cinzelado em cobre e bronze. A bolsa de estudo, ao terminar o seu curso em Genève, é-lhe então prolongada por mais três anos para ele poder frequentar um curso de Belas-Artes em Paris.

João da Silva escolhe o curso de Medalhística, sob a direcção do grande mestre Chaplain, tendo sido um aluno brilhante e conquistando no 2.º e 3.º anos (o último do curso) os primeiros prémios, mas não recebendo o Prix de Rome por ser estrangeiro.

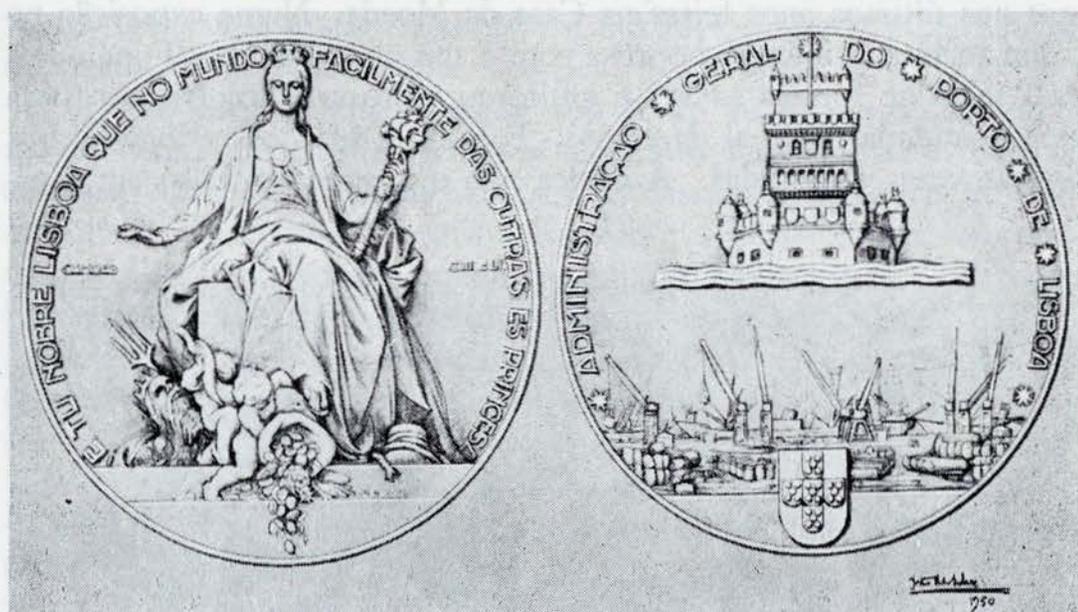
João da Silva na ânsia de saber e se aperfeiçoar era sempre o primeiro do atelier, e um dia o grande Mestre Chaplain disse-lhe:

— Da Silva, naturaliza-te francês, que serás tu a ter o prémio de Roma [classificação dada no fim do curso ao artista mais bem classificado e que consistia em dois anos de estudo em Roma a expensas do Estado francês].

João da Silva respondeu que gostaria bem de ir para Roma, mas tinha nascido português e morreria português.

Para ele foi uma grande honra, pois era sinal de que o grande Mestre Chaplain lhe encontrava valor.

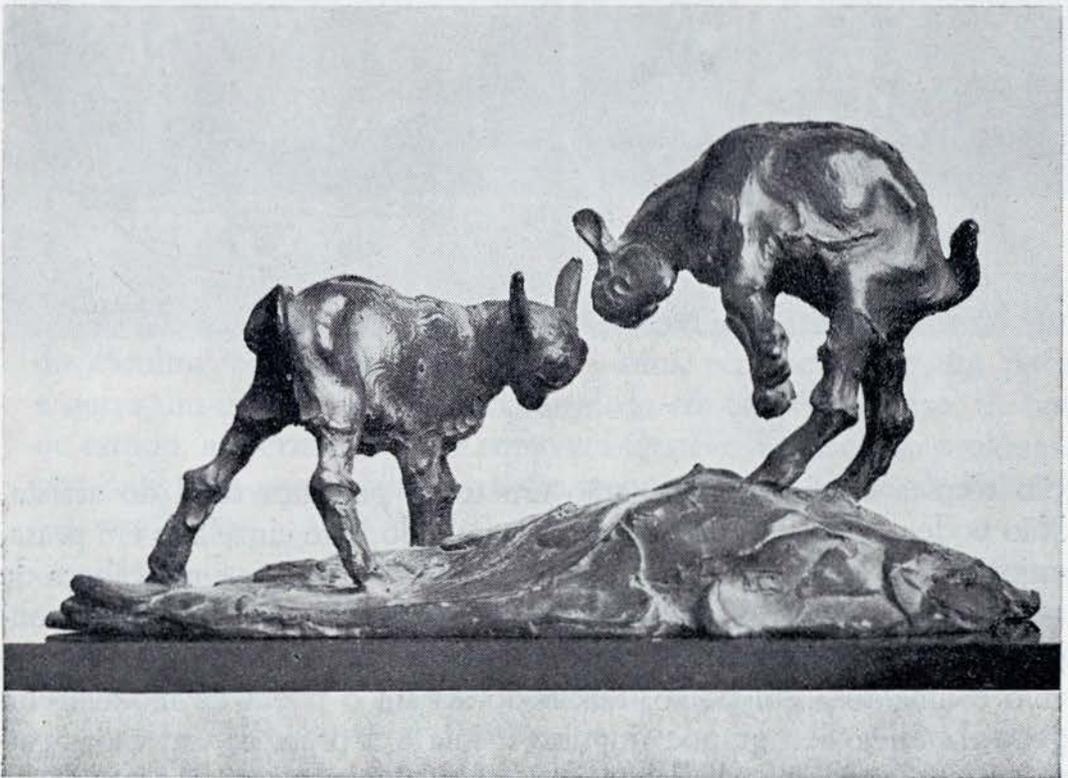
O artista considerava que todo o cinzelador necessitava de ser medalheiro para não ser apenas um simples técnico. A cinzelagem deve ser feita por quem executa o original, porque então a coordena-



ção técnica e criadora formarão um todo, pertença total do artista. Não podemos aqui deixar de recordar o belo bule cinzelado em prata, cujo modelo decorativo é a planta do chá. Na tampa uma cabeça de ninfa de atitude sonhadora é dum encanto poético. Também o conjunto tinteiro, sinete e outras peças acessórias, cujo motivo decorativo é uma rosa em botão, fazem do artista o poeta da modelagem. João da Silva deu grande impulso à jóia e à prata consideradas sob o aspecto artístico. A beleza associada a um estudo cuidadoso na

sua concepção fazem das suas peças, admiravelmente cinzeladas por ele mesmo, um encanto insuperável.

Em 1906, o artista em plena forma vem para Portugal, mas continua a trabalhar muitas vezes em Paris. De 1909 a 1914 é professor da Escola Marquês de Pombal. É classificado em primeiro lugar num concurso para professor de Desenho e Modelagem, mas prefere voltar para Paris, onde fica até 1932, voltando definitivamente para Portugal, sem deixar contudo de ir frequentemente à capital francesa, e aí funde várias das suas obras e retoca as ceras desses mesmos trabalhos. As gravuras dos seus cunhos foram sempre feitas nas melhores casas da especialidade: Huguenin Frère em Le Locle, Suíça, Vert & Ozana, Janvier Berchot e Arthus Bertrand em Paris. Houve algumas nos últimos anos feitas na Casa da Moeda. Numa exposição no Salon teve uma menção honrosa com a sua plaquete «Les Funérailles de Atala» de formas suaves e muito ao gosto artístico francês (peça essa executada no final de curso). E assim a sua obra atinge alturas poucas vezes alcançadas. A crítica não o apanha em falso em qual-



quer deslize pois sob o ponto de vista criativo o assunto a ser representado é previamente estudado com todos os cuidados, escolhendo os motivos com discriminação, critério e gosto. Quando da elaboração dos mesmos à procura da exactidão, há encontro entre a verdade e o belo, sem esquecer o conjunto. Todo o pormenor é considerado, até uma letra será devidamente estudada esteticamente não só em relação à forma como ao equilíbrio da sua posição no lugar a ocupar na palavra ou em relação às demais. Tem por mestre ele próprio; é crítico da sua própria obra; emenda-a, até se necessário, na sua modelagem ou composição, cortando, aumentando, alterando de qualquer modo, sem falseamento ou deturpação.

Estive muitas vezes no seu atelier, que desde criança frequentei. Aí admirei como o seu trabalho se valorizava sempre desde o início à procura da perfeição plena.

Como escultor distinguiu-se sob todos os aspectos, principalmente como medalhista, tendo-se dedicado também ao estudo de animais. Quem não viu ou admirou as chamadas cabrinhas de João da Silva? E os patos, o burrico, o galgo e o galo? Todos estes animais são apanhados num movimento rápido mas, apesar de por vezes haver posições difíceis, a sua anatomia não foge à realidade. Criados por ele, cheios de encanto parecem as reproduções destes animais querer dum momento para o outro mudar de posição, tão rápido foi o artista no colher dos seus movimentos. O seu trabalho é no entanto variado e fecundo: as mais diversas cabeças de velhos, jovens ou crianças, figuras de pé ou a cavalo e tantas outras mais. Destaquemos entre as principais os campinos. O artista escolheu como modelos verdadeiros campinos para poder dar toda a realeza, naturalidade e graça às suas produções. Um deles era o Galamas, o outro o Charuto, ambos ribatejanos, o primeiro já entrado nos anos, o outro jovem ainda. As caras bem marcadas pelas intempéries, as posições próprias de longos anos de andarem a cavalo, os pampilhos compridos colocados com garbo, os estribos, as próprias selas, etc., etc.: todo o pormenor é realizado duma maneira fiel e natural.

João da Silva era artista, mas verdadeiro; não procurava enganar, pois a sua criação baseava-se na realidade. Era leal consigo mesmo. Um homem destes não podia como crítico senão também dizer a verdade. Se era por vezes duro nas suas críticas é porque, se era verdadeiro consigo, o tinha forçosamente de ser com os outros;

senão não haveria concordância com o seu próprio ser justo e leal. A perfeição segundo ele nunca seria possível de alcançar no seu todo. Era homem de trato agradável, contudo.

Estudara primeiro em Portugal, depois na Suíça e em Paris, onde as suas obras tinham nome e onde era considerado no meio artístico. A soberba no entanto não o atingia, era simples; as próprias obras simbolizam o seu carácter e até mesmo um pouco a sua figura. Gostava de modelos secos e altos como ele, e as suas composições primavam pela simplicidade. Podia haver uma certa composição rica em elementos; mas estes não se atropelavam. Os vários planos eram muito bem estudados (talvez na parte medalhística seja um dos pontos mais difíceis), eliminava situações confusas ou demasiadamente pesadas. Era um verdadeiro artista.

Lembro-me, quando criança, de pedir-lhe para me desenhar um cacto. Ingenuidade a minha, não sabia o que lhe pedia, mas foi uma das maiores lições de arte! Cada bico do cacto era tratado de modo diferente, consoante a sua posição e portanto a luz recebida. Havia-os quase invisíveis, outros pelo contrário marcados. Não pensemos, porém, que foi executado rapidamente. Levou horas explicando e procurando toda a beleza da planta pedida para me ensinar a desenhar. E deste modo compreendi a sua paixão pelo trabalho: tantas obras, cujos gessos enchiam o seu atelier! Nessa altura admirei o grande escultor, não só na qualidade de trabalhos executados, mas também na procura da sua realização e da beleza artística, deles emanada.

João da Silva, meu querido amigo, como pudeste tu perder tanto tempo comigo nesse cacto? Hoje não teria coragem de te tirar um momento. Mas não foi só esse dia, outros se seguiram junto dele.

Fazia-me às vezes ver livros de arte e mostrava-me a beleza de uma obra, a imperfeição de outra. Ensinou-me a ver e a amar a arte. Encorajava-me nos meus modestos trabalhos em plasticina, mas criticando sempre, ensinando-me que a crítica começa por nós mesmos.

O seu atelier concebido dentro dos seus ideais foi acrescentado de uma galeria para exposição das suas obras. O mestre deu-lhe ambiente. O próprio pátio tinha qualquer coisa de muito seu. Quatro árvores foram escolhidas para a entrada: quatro ciprestes, árvores austeras, mas de tradição na antiga Grécia. Os ciprestes conjugavam-se com o pátio, cujo centro era ocupado por um pequeno lago quadrado. A porta de acesso à galeria é sóbria, mas tem certa dignidade.

Tudo pensado por ele para executar tinha sempre uma razão de ser. Espírito irrequieto, só serenava quando encontrava o seu ideal, e por pouco tempo, pois logo a imaginação excepcionalmente fecunda lhe impunha novas buscas para novo trabalho.

Político perseguido, quanto tempo por vezes não ficou preso numa enxovia e, segundo ele próprio me contou, devido à sua altura, não tinha espaço suficiente para se deitar ao comprido. Mas não temia. Vergá-lo, só se o matassem.

Uma vez um ministro achou na obra encomendada (uma medalha) tempo demasiado longo para a sua entrega. A resposta dirigida ao ministro foi clara e rápida:

«Já estaria há muito pronta se não me tivessem prendido».

O corpo podiam-no ter cativo, já o espírito não. Esse voava alto, tão alto que mesmo em qualquer lugar ele podia conceber e criar as suas obras. Não precisava de lápis nem papel. Criava-as primeiro, entretinha-se com elas, brincava com a própria imaginação. Depois, para poder transmitir a sua arte, procurava realizá-las procurando modelos que lhe servissem para fixar as suas ideias e se aproximassem o mais possível por sua forma e expressão delas mesmas: isto no seu trabalho de composição, porque após emendaria estas se o modelo não tivesse as proporções agradáveis ou desejadas. No entanto não falsearia nunca a parte anatómica — essa mantinha-a sempre. O equilíbrio de volumes era procurado do mesmo modo, resultando uma obra de grande beleza e acabamento. As cabeças cheias de expressão, as figuras por ele realizadas são resultado também duma observação constante e intransigente. Estudava as expressões peculiares a cada um, as suas características, sem lhes dar a perceber que já estava a planear o trabalho: queria a naturalidade e alcançava-a por estes meios. Depois executava desenhos para estudos prévios, seguidos de desenhos já bastante acabados e só após começava o seu trabalho de modelagem. Eis como nascia e se desenvolvia uma obra feita pelo grande João da Silva. Mas havia outros cuidados. A arte não é só inspiração, é preciso muito estudo para ser uma verdadeira obra artística a perpetuar-se pelos tempos vindouros. É necessário um conjunto, difícil de descrever: gosto, alma de artista, técnica e conhecimentos. Sem isto tudo a obra não resulta.

Ora João da Silva estudou toda a sua vida: o número de ouro, a secção áurea, o valor destes nas obras de maior renome da Antigui-

dade, demorando-se na Renascença, procurando-as até nas obras mais recentes, quando não as verificava directamente na própria Natureza. Colhia folhas, arquivava-as, secando-as a fim de estudá-las devidamente para possíveis modelos decorativos.

Leu Matila Ghyka, o grande escultor das proporções, e outros, procurando saber mais matemática, mais geometria para poder compreender melhor o mistério dos números e das proporções e o segredo que certos destes encerram desde os tempos mais remotos. Dedicava-se a história, lia muito e daí a sua facilidade de execução de certas medalhas: à frente, a grande intuição que tinha de escolher a figura ou objecto, cujo primeiro plano numa medalha se evidenciaria melhor com o assunto a que esta se referia. Era um estudioso na plena concepção da palavra.

Muitos artistas há que podem pelos seus trabalhos fazer vibrar os outros perante a beleza das suas obras; mas sabê-lo transmitir, levar os outros a irem além do que vêem ou sentem, compreendê-las é difícil encontrar. Mas João da Silva era um desses.

Aqui fica nestas palavras escritas o meu reconhecimento ao grande Amigo e Mestre pelo muito que me ensinou a mim e a outros. Há muito modo de viver, mas viver a arte é mais, é crescer em nós.

E até à última hora, João da Silva trabalhou, sendo o seu trabalho final a medalha comemorativa do Infante D. Henrique, cujo reverso foi terminado por ele, tendo sido a face acabada pelo escultor Vasco da Conceição.

João da Silva para muitos morreu no dia 6 de Março de 1960, mas para aqueles seus conhecidos ou admiradores das suas obras continua vivo, influenciando-nos com elas, como se estivesse sempre presente.

NOTA: Agradeço à boa amiga Gabriela da Silva, filha do escultor João da Silva, o ter-me dado tão gentilmente as informações necessárias que lhe pedi, e ainda aproveitou para elogiá-la pelo trabalho constante que tem em conservar devidamente os trabalhos do seu pai.

1. MEDALHAS

ANO	REFERÊNCIAS	MATERIAL	FORMATO	DIMENSÕES
1904	Retrato de criança	Prata	Plaq.	30 x 20
1904	Retrato DAMMANN	Galvano	Redondo	170
1905	Retrato de desconhecido	Gesso	Plaq.	25 x 16 cm
1906	Funerais de ATALA (Trabalho apresentado no final do Curso)	Bronze	Plaq.	12 x 90
1906	Homenagem ao Eng.º ANTÓNIO ARROYO	Bronze	Plaq.	82 x 57
1906	MARIA JOSE ARROYO	Cobre	Oval	80 x 65
1906	A. F. SALAZAR MOSCOSO	Bronze	Plaq.	78 x 55
1906	ALDA SALAZAR MOSCOSO	Bronze	Plaq.	70 x 50
1906	Desconhecida	Metal	Redondo	40
1907	AMÁLIA SARAGA	Prata	Redondo	25
1907	Associação de Soc. Mút. dos Empregados no Comércio de Lisboa ...	Bronze	Redondo	37
1908	CELESTINA SALGADO ZENHA	Prata	Redondo	25
1909	DINAH SARAGA	Prata	Redondo	25
1910	República Portuguesa (com barrete frígio)	Metal	Redondo	25
1911	AUGUSTO GIL	Galvano	Redondo	22
1912	República Portuguesa (com barrete frígio)	Metal	Redondo	25
1912	República Portuguesa (minhota)	Alumínio	Redondo	8
1913	Desconhecida	Galvano	Redondo	26,5
1914	Concurso Nacional de Tiro	Prata	Redondo	80 x 55
1914	MARIE DE SOUZA	Galvano	Plaq.	170
1914	JULIA DE SOUZA	Galvano	Redondo	250
1914	Centenário da Guerra Peninsular	Gesso	Redondo	23
1916	Moeda de oiro de cinco escudos	Metal	Redondo	50 x 45
1917	MIMI CID DOS SANTOS	Bronze	Redondo	170

ANO	REFERÊNCIAS	MATERIAL	FORMATO	DIMENSÕES
1918	Os Filhos da Marmeleira (1914-1918)	Bronze	Redondo	
1919	PIERRE AMENIL	Galvano	Redondo	
1920	Medalha da Vitória	Cobre	Redondo	35
1925	Centenário de CAMILO CASTELO BRANCO	Bronze	Redondo	40
1925	MANUELA NOVA-GOIA	Gesso	Redondo	300
1925	1.º Centenário da Faculdade de Medicina do Porto	Bronze	Redondo	50
1926	JÚLIO DINIS (pela Maternidade do Porto)	Bronze	Redondo	29
1927	DR. ESTEVÃO FRANQUINI	Bronze	Plaq.	80 x 65
1928	Exposição Internacional de Sevilha	Prata	Redondo	40
1928	Exposição Internacional de Sevilha	Bronze	Redondo	25
1929	Assoc. Industrial Portuguesa (Ao Mérito Industrial)	Bronze	Redondo	50
1929	Jornal do Comércio do Porto	Bronze	Redondo	60
1930	Exposição Internacional de Antuérpia (2 dimensões)	Bronze	Redondo	40 e 25
1930	Viagem do Presidente CARMONA a África (Comemorativa)	Bronze	Redondo	90
1931	3.º Jubileu da Academia de Ciências de Lisboa	Bronze	Redondo	60
1931	1.º Congresso Nacional de Engenharia	Bronze	Redondo	40
1932	Grande Exposição Industrial Portuguesa	Bronze	Redondo	50
1935	Academia Nacional de Belas Artes	Bronze	Redondo	80
1935	Santo António de Lisboa (Festas da cidade)	Porcelana	Redondo	60
1935	FERREIRA MADAIL	Bronze	Plaq.	70 x 50
1935	General NORTON DE MATTOS	Bronze	Plaq.	90 x 60
1936	Dr. JOSÉ GENTIL (Homenagem)	Bronze	Plaq.	90 x 60
1936	Rainha Santa Isabel (VI centenário)	Porcelana	Redondo	83
1937	Transferência da Universid. de Lisboa para Coimbra (1.º Centenário)	Bronze	Redondo	80
1937	Companhias Reunidas Gás e Electricidade	Bronze	Redondo	90
1937	Companhias Reunidas Gás e Electricidade	Prata dourada e bronze	Redondo	35

ANO	REFERÊNCIAS	MATERIAL	FORMATO	DIMENSÕES
1938	Escola Médio-Cirúrgica/Academia Politécnica (1.º Centenário) ...	Bronze	Redondo	80
1938	Mestre VIANA DA MOTTA (Homenagem) ...	Bronze	Plaq.	70 x 50
1938	Centenário da Academia Portuguesa de História ...	Bronze	Redondo	80
1939	GUILHERME SPRATLEY ...	Gesso	Plaq.	400
1940	Dr. AUGUSTO MONJARDINO (Homenagem do Inst. C. Pestana)	F. em bronze		
1940	Duplo centenário, 8.º e 3.º — Fundação e Restauração ...		Redondo	90
1943	Mestre VELOSO SALGADO ...	Bronze	Plaq.	
1944	Professor EGAS MONIZ (Homenagem) ..	Bronze	Redondo	70
1945	VIRGINIO LEITÃO — Fundador do Instituto Pasteur ...	Bronze	Plaq.	80 x 65
1945	25.º Aniversário da Companhia Portuguesa de Pesca (2) ...	Bronze	Redondo	90 e 35
1946	Coroação de N.ª S.ª de Fátima ...	Bronze	Redondo	70
1946	3.º Centenário da Consagração de N.ª S.ª da Conceição de V. V. ...	Bronze	Redondo	80
1947	8.º Centenário da conquista de Lisboa aos Moiros ...	Bronze	Redondo	90
1948	JOÃO PEREIRA DA ROSA (Homenagem) ...	Bronze	Redondo	80 e 50
1948	Dr. ANTÓNIO LUIS GOMES (Homenagem do artista) ...	Bronze	Plaq.	90 x 70
1948	3.º Centenário da Libertação de Angola (CORREIA DE SÁ) ...	Bronze	Redondo	80
1949	Galo — Posto Central de Avicultura ..	Bronze	Redondo	
1950	Dr. REYNALDO DOS SANTOS (Homenagem) ...	Bronze	Redondo	90
1950	1.º Centenário do Pintor ANTÓNIO DA SILVA PORTO ...	Bronze	Redondo	80
1951	Banco de Angola — (25 anos ao serviço de Angola) ...	Bronze	Redondo	90
1951	1.º Congresso de Marinha Mercante ...	Bronze	Redondo	80
1951	25.º Aniversário da Fundação da Companhia Marconi ...	Bronze	Redondo	90
1951	150.º Aniversário da Fundação da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda Pública ...	Bronze	Redondo	100
1951	Encerramento do Ano Santo ...	Prata	Redondo	50
1952	Inauguração da Ponte Marechal Carmona ..	Bronze	Redondo	90
1952	Administração Geral do Porto de Lisboa 2 ...	Bronze	Redondo	90 e 40

ANO	REFERÊNCIAS	MATERIAL	FORMATO	DIMENSÕES
1952	MARTIN SAIN — Fundador da Sacor (Homenagem)	Bronze	Redondo	90
1953	Inauguração do Hospital Escolar de Lisboa	Bronze	Redondo	90
1953	Papa JOÃO XXI — (Prémio Internacional de Deontologia)	Bronze	Redondo	90
1953	25 anos de Estabilidade Governativa (Presença das Bandeiras de Todo o Mundo Português)	Bronze	Redondo	90
1953	25 anos da Companhia Colonial de Navegação	Bronze	Redondo	90
1953	Moeda de 20 Escudos — Renovação Financeira e Ressurgimenta ...	Prata	Redondo	24
1953	Dr. ALBERTO MAC-BRIDE (Homenagem)	Bronze	Redondo	90
1954	4.º Centenário da Cidade de S. Paulo (Homenagem de Portugal) ...	Bronze	Redondo	90
1954	1.º Centenário da Assoc. de S. M. dos Emp. do Com. e Indústria ...	Bronze	Redondo	50
1955	Dr. MANUEL MONTEIRO (Homenagem dos Rotários de Braga)	Bronze	Redondo	90
1956	75.º Aniversário da Fundação do Jornal «O COMÉRCIO»	Bronze	Redondo	90
1956	1.º Centenário dos Caminhos de Ferro Portugueses (2)	Bronze	Redondo	90 e 50
1958	2.º Congresso da Marinha Mercante	Bronze	Redondo	80
1958	Inauguração do Hospital Escolar do Porto	Bronze	Redondo	90
1960	5.º Centenário da morte do Infante D. Henrique	Bronze	Redondo	100
1960	Instituto para Alta Cultura (modelo)	Latão	Redondo	45
1960	Junta da Educação Nacional (1 reverso com um livro)	Gesso	Redondo	150
1960	Junta da Educação Nacional (1 reverso com a Esfera e o Escudo) ...	Gesso	Redondo	150

2. TRABALHOS DE ESCULTURA MAIS IMPORTANTES

Aux Morts de la Guerre 1914-1918 — Pouliguen, France

Aos Mortos da Guerra de 1914-1918 — Évora

Aos Mortos da Guerra de 1914-1918 — Valença do Minho

Augusto Gil — Guarda

Júlio Diniz — Porto

Sousa Lara — Angola

Alegoria da obra diplomática do Barão de Rio Branco no vestíbulo do Palácio Itamarati no Rio de Janeiro — Brasil.

3. BUSTOS, FIGURAS, PEÇAS DE OURIVES E OUTROS TRABALHOS MENORES NÃO SÃO MENCIONADOS DADA A SUA QUANTIDADE

4. GALVANOS

1	Coração de Jesus	Plaquete Niquelado	(face)	44 × 26,5	Positivo
1	Coração de Jesus		(face)	12 × 8	Negativo
1	Coração de Jesus		(face)	16	Negativo
1	Coração de Jesus	Niquelado	(face)	10	Positivo
1	Coração de Jesus		(face)	27	Positivo
1	Coração de Jesus		(reverso)	28,5	Positivo
8	Coração de Jesus			13	
3	Coração de Jesus	Plaquete Niquelado		15 × 12	Positivo
1	Cristo (só cabeça)			11	Positivo
1	Cristo (só cabeça)			9	Positivo
1	Cristo (só cabeça)			15	Positivo
1	Cristo (só cabeça)			15	Negativo
1	Cristo (só cabeça)			10	Positivo
1	Cristo (só cabeça)			8	Positivo
1	Cristo (só cabeça)			9	Positivo
2	Cristo (só cabeça)			10	Positivo
1	Cristo (só cabeça)			6	Positivo
1	Cristo (só cabeça)		(reverso)	10	Negativo
1	Cristo (só cabeça)			10	Negativo
1	Cristo (só cabeça)			6	Negativo
1	Cristo (só cabeça)	Niquelado	(reverso)	12,5	
1	Cristo (só cabeça)		(reverso)	9,5	
1	Ecce Homo		(face)	40 × 26,5	Positivo
1	Santo António		(oval)	30 × 23	Positivo

1	Santo António	Plaquete Niquelado	32 x 21	Positivo
1	Anjo		35	Positivo
1	Santa Isabel		28,5	Positivo
2	Virgem do Pilar	Niquelado (reverso)	15,5	Positivo
1	Virgem do Pilar	(oval)	26,5 x 10,5	Negativo
1	Virgem das Açucenas		26,5	Positivo
3	Virgem do Carrapito	Plaquete Niquelado	25 x 14,5	Positivo
2	Virgem do Carrapito	Plaquete Niquelado	12 x 7,5	Negativo
1	Virgem do Carrapito	Plaquete Niquelado	25 x 14,5	Negativo
2	Virgem do Carrapito	Plaquete Niquelado	11	Positivo
1	Virgem do Carrapito	(Cálice) Niquelado (reverso)	18 x 14	Positivo
1	Virgem do Carrapito	(Açucenas) (oval) (reverso)	21	Positivo
1	Sr. ^a da Conceição	Ramo (reverso)	20	Positivo
1	Senhora do Carmo	Ramo (reverso)	16 x 11	Negativo
1	Senhora do Carmo		15	Positivo
1	Senhora do Carmo		15 x 12,5	Negativo
1	Santa Teresa		20 x 40	Positivo
1	Santa Teresa		49 x 29,5	Positivo
1	Santa Teresa		40 x 20	Negativo
1	Santa Teresa		50 x 29,5	Positivo
1	Santa Teresa		6	Negativo
1	Santa Teresa		22,5 x 12	Negativo
1	Santa Teresa	Niquelado	19	Negativo
1	Santa Teresa		21 x 11	Positivo
1	Santa Teresa	Niquelado	22	Negativo
1	Santa Teresa	Niquelado	20	Positivo
1	Santa Teresa	Niquelado	22 x 16	Positivo
1	Senhora da Conceição		12 x 7,5	Negativo
2	Senhora da Conceição	(meio corpo) Niquelado	15	Positivo
1	Senhora da Conceição	(meio corpo)	15	Positivo
1	Senhora da Conceição	(corpo inteiro)	15	Negativo
1	Senhora da Conceição	(busto) Niquelado	21,5	Positivo
1	Senhora da Conceição		14,5 x 11	Positivo
1	Senhora do Sameiro		20	Positivo
1	Senhora de Lourdes	(reverso)	18,5	Positivo
1	Senhora da Conceição	(só cabeça) Niquelado	4	Positivo
1	Senhora da Conceição	(reverso) Niquelado	18,5	Positivo
1	Senhora da Conceição	Niquelado	14,5 x 11	Positivo
1	Senhora da Conceição	Niquelado	15 x 10,5	Positivo
1	Senhora da Fátima	(Coroada)	24	Positivo
2	Senhora da Fátima	(Coroada) Niquelado	24	Positivo
2	Senhora da Fátima	(C/pastores, na azinheira)	24	Positivo
1	Senhora da Fátima	(Perolada)	17,5	Positivo
1	Senhora da Fátima	(C/pastores e armas) Niquelado	17,5	Positivo
1	Senhora da Fátima	(Coroada)	15	Negativo
2	Senhora da Fátima	(Coroada)	24	Positivo

1	Senhora da Fátima (Azinheira		23	Negativo
1	Senhora da Fátima e pastores)	Niquelado	23	Negativo
1	Senhora da Fátima (Perolada)	Niquelado	10	Positivo
1	Senhora da Fátima (Perolada)		10	Negativo
1	M.º para o crucifixo	Niquelado	20	Negativo
1	M.º para o crucifixo	Niquelado	18	Negativo
1	Santa Isabel	Niquelado	27	Positivo
1	Santa Isabel (reverso)	Niquelado	15	Positivo
1	Santa Isabel	Niquelado	24,5	Positivo
1	Santa Isabel		11,5	Positivo
1	Santa Isabel	Niquelado	10,5	Positivo
1	Santa Isabel	Niquelado	11,5	Negativo
1	Santa Isabel	Niquelado	11,5	Negativo
1	Santa Isabel		10,5	Positivo
1	Santa Isabel		10	Negativo
1	Santa Isabel (reverso)		10,5	Negativo
1	Senhora de Lourdes		15	Negativo
1	Virgem das AÇucenas	Niquelado	26,5	Positivo
1	Santo António		16 × 9,5	Negativo
1	Santo António	Niquelado	16,5	Positivo
1	Santo António	oval	16,5 × 12	Negativo
1	Santo António	Plaquete	16,5 × 9,5	Positivo
1	Santo António		19	Negativo
1	Santo António (reverso)	Niquelado	19	Positivo
1	Santo António (face)	Niquelado	26	Negativo

MOEDAS
REPÚBLICA PORTUGUESA
GALVANOS

5 de Outubro	12 cm	1910	positivo reverso	(não executada)
Barrete frígio	11 cm	1910	positivo face	(não executada)
Barrete frígio	11 cm	1912	positivo face	(não executada)
lenço minhoto	12 cm	1912	positivo face	(não executada)
Cornucópia Oiro 5\$00	12 cm	s/d	positivo face	(não executada)
Cornucópia Oiro 5\$00	12 cm	1916	positivo face	(não executada)
Cornucópia Oiro 5\$00	12 cm	1916	negativo face	(não executada)
Cornucópia Oiro 5\$00	12 cm	s/d	positivo reverso	(não executada)
Cornucópia Oiro 5\$00	12 cm	s/d	positivo reverso	(não executada)
Cornucópia Oiro 5\$00	12 cm	s/d	negativo reverso	(não executada)
Caravela prata (10\$00, 5\$00, 2\$50)	20 cm	1931	positivo face	(executada)
Caravela prata 20\$00	10 cm	s/d	negativo face	(executada)

O reverso desta moeda em relação aos 10\$00 foi mais tarde modificada (ver nas classificações dos gessos a primeira moeda doscriminada)

GESSOS

Prata 10\$00	25 cm	s/d	positivo 2.º reverso (executada)
			escudo em cima esfera em baixo
Prata 2\$50	20 cm	s/d	positivo 2.º reverso (não realizado)
Prata 2\$50	20 cm	s/d	positivo 2.º reverso (realizado)

— A primeira moeda de 2\$50 indicada distingue-se facilmente da segunda por ter 2\$50 ao meio e não em baixo como a segunda, mas ambas com esfera armilar e escudo, sendo este último diferente.

cavador		20 cm	1931	positiva face
charrua		20 cm	1942	positiva face
barco rabelo				
cobre	— 20 cent. —	20 cm	s/d	positiva reverso
barco rabelo				
cobre	— 10 cent. —	20 cm	s/d	positiva reverso

— Estes dois últimos reversos têm por face uma charrua, a outra o cavador, não se sabendo bem qual das faces corresponde à de 20 cm ou à de 10.

Obs.: As dimensões dos diâmetros das moedas em galvano e gesso são por aproximação.

Poluição

pela DR.^a ANNA-MARIA PEREIRA DA GAMA

Muito há numa cidade a ser feito para nela se encontrar um acolhimento benéfico, agradável e por vezes inesquecível não só aos visitantes, como a todos os moradores para assim se sentirem felizes e gozarem duma saúde psíquica e física razoável.

Se a falta de higiene pode levar a criar doenças, afectando todo aquele que vive em meios infectos, também o ruído pode em muitos casos ser a causa de doenças não menos graves. Assim prejudicam todo o intelectual, o qual necessita de descanso longe de ruídos para trabalhar condignamente, o estudante pela mesma razão e o operário que sem dar por isso após um dia, por vezes fatigante, entre os mais diversos ruídos, é ainda afectado por outros, não o deixando recuperar o seu estado de tranquilidade com um sono reparador.

Vimos apelar para haver uma maior vigilância contra os ruídos permanentes. Estes poderão ser eliminados no seu todo ou quase todo na nossa cidade lisboeta, dando o exemplo a todas as cidades e povoações do nosso Portugal. Evitar-se-á assim tanta doença nervosa provocada pelo ruído excessivo, causador cada vez mais de maior número de doenças pela falta de sono.

O barulho, quando não afecta directamente o sistema nervoso, tem muita responsabilidade nas doenças provenientes do *stress*, provocado por ele.

Por isso chamamos a atenção para as motos e carros com escape livre. Certos egoístas, pelo prazer de serem centro de atenção, molestam-nos, provocando ruídos desagradáveis e perturbadores. Temos também os eléctricos com eixos mal oleados, calhas não devidamente limpas, perturbando principalmente em cruzamentos e curvas.

Os homens do lixo gritando desalmadamente a altas horas e fazendo imenso ruído com o atirar dos recipientes para os carros.

Os foliões de *boîtes*, ébrios ou não, no seu falar em gritos, acordando os moradores.

Os aviões, por vezes, na passagem da barreira de som ou voando muito baixo sobre a cidade.

Aquí os mais importantes; mas se houver possibilidades de atenuar os principais, pouco a pouco nos iríamos libertando deste mal nefasto que, se não dermos conta, será cada vez maior e irá certamente tornar Lisboa numa cidade irritante e centro de doenças por vezes incuráveis.

O PAÇO DA PRAÇA DO COMÉRCIO

(1780 - 1821)

Já no anterior artigo se referiu o sabido facto de em 1780 a família real ter vindo habitar o quarteirão do Terreiro do Paço situado entre as ruas Augusta e do Ouro, dando-lhe assim jus a ostentar a designação de Paço da Praça do Comércio. Continuemos a ver como essa instalação da rainha e seus familiares e dependentes nos fornece algumas indicações a respeito dos serviços que no edifício funcionavam.

Um aviso de 11 de Agosto de 1780 ⁽¹⁾ mandava que se fizesse «a mudança da Caza do Despacho da Junta do Commercio com todas as suas dependencias, assim do Pano nobre, como dos Mezaninos». A Junta passaria «para as Cazas do Torreão em que se faz a Aulla do Commercio; porem no cazo de que não sejam necessarias para as accomodaçoens, que a Mesma Senhora manda fazer, as Cazas do Plano terreo, em que se faz a Meza do Seguro, e a Junta entender, que se pode ahi accomodar, o poderá exercitar assim».

De facto a Junta teve de abandonar o edifício a cuja construção superintendera, até porque já um aviso de 9 ⁽²⁾ determinava «que na Caza em que se faz o despacho da Meza dos Seguros» fossem recebidas «as Mezas, e mais moveis, que são das Chancellarias da Corte, e Caza da Supplicação, e da Cidade; para nella se fazer o despacho das ditas Chancellarias nas Segundas, Quartas, e Sextas Feiras de tarde.» De qualquer modo, em representação de 25 de

⁽¹⁾ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Cartório da Junta do Comércio, L.º 120, F. 9 V.

⁽²⁾ A.N.T.T., Cart. da Junta do Com., L.º 120, F. 9.

Setembro ⁽³⁾ refere-se que «passou a Junta com todas as suas Dependencias a accomodar-se nas Cazas do Torreão (...) e tambem as manufacturas das Reaes Fabricas de Lannificios».

O outro principal ocupante, o Conselho da Fazenda, de igual modo teve de se resignar a novas acomodações, conforme, nos termos seguintes, estipulava aviso de 8 ⁽⁴⁾: «Sua Magestade tem mandado mudar a toda a preça o Conselho da Fazenda das Cazas em que se acha para a Alfandega, ao fim de logo ficarem despejadas as suas Cazas, e as dos Mezaninos: E por que a acomodação interina para onde vai, não pode dar Lugar a poder caber todo o Cartorio, e moveis do mesmo Conselho, se faz precizo, que das Cazas dos Mezaninos, que pertencem á Junta do Commercio, se lhe franqueem as que forem bastantes, para nellas se recolher alguma parte do dito Cartorio, e moveis (...)».

Presenças da família real

Respiguemos algumas indicações avulsas a respeito da presença da família real no seu paço da Praça do Comércio.

Teve ela início em 22 de Agosto de 1780, conforme relata a «Gazeta de Lisboa» no seu número de 25 ⁽⁵⁾: «A Rainha, e El Rei nossos Senhores com a Real Familia, exceptuando S. M. a Rainha Viuva, que ainda se demorou em Queluz, voltárão para esta Cidade no dia 22, e forão habitar parte dos edificios, que fórmão a Praça do Commercio, para poder el Rei mais commodamente tomar os banhos das Alcacerias (...)».

Em 31 de Outubro regista a Gazeta o fim dessa presença: «Hontem SS. MM. e Altezas forão jantar a Queluz, e de lá se recolhêrão ao Palacio d'Ajuda (...)».

(3) A.N.T.T., Cart. da Junta do Com., L.º 120, F. 38 V.

(4) A.N.T.T., Cart. da Junta do Com., L.º 120, F. 8 V.

(5) E também consta de carta de 29/8/1780 de António Domingos Paço para Cenáculo; esta carta foi-me indicada pelo distinto olisipógrafo Ex.º Senhor Dr. Fernando Castelo Branco, o seu original encontra-se na Biblioteca de Évora e está sumariada em catálogo da correspondência dirigida a Fr. Manuel do Cenáculo Vilas Boass (Évora, 1944, p. 23, n.º 146).

A basearmo-nos nas informações fornecidas pelo periódico referido, a utilização do paço lisboeta não seria muito frequente. De facto, só em 6 de Agosto de 1783 tornamos a encontrar referido que «SS. MM. e Altezas vierão a 2 deste mez a esta cidade, forão ao Palacio da Praça do Commercio e voltarão no mesmo dia para Queluz».

Em 1785 encontra-se referênciã a manifestações festivas. Do «Suplemento extraordinario» à Gazeta de 30 de Abril consta «Relação das solemnes funções, com que se celebrou em Lisboa o Desposorio de Serenissima Senhora Infanta D. Marianna Victoria com o Serenissimo Senhor D. Gabriel, Infante d'Hespanha, nos dias 11, 12 e 13 d'Abril de 1785», tendo o embaixador espanhol sido recebido por Suas Magestades e Altezas «no Palacio da Praça do Commercio, que se havia adornado competentemente para este effeito». E sabemos, pela Gazeta de 14 de Junho, que «A 10 do corrente SS. MM. e AA. forão ao Palacio da Praça do Commercio ver deitar hum magnifico fogo d'artificio, que alli se achava armado na fórma d'hum jardim, tendo no seu fundo hum edificio de boa architectura, ornado de figuras emblemáticas, o qual, depois da variedade de vistas executadas no jardim, ficou todo illuminado, com a mais brilhante perspectiva. Seguiu-se hum vistoso e muito variado fogo do ar, que acabou de satisfazer o innumeravel concurso d'espectadores, que enchia a Praça, e cubria todas as eminencias da cidade».

Notícia de 30 de Junho de 1786 deixa presumir que alguns membros da família real estariam habitando o palácio: «A Rainha N.S. havendo de tomar os banhos dos Alcacerias, foi sangrada a 27 deste mez, como preparativo para o dito remedio. A Serenissima Senhora Princeza do Brazil, já ha alguns dias, toma os mesmos banhos». Mas, sem lugar a dúvidas, informa-nos a Gazeta de 11 de Julho de que no dia 6 «S.M. e toda a Real Família forão dormir ao Palacio da Praça do Commercio, onde actualmente se achão. S.M. desde o dia 7 tem tomado os banhos das Alcacerias».

A confirmação da data da acima indicada deslocação bem como outras indicações encontram-se em curioso documento intitulado «Receita e Despeza das Jornadas de Lisboa e Caldas desde 6 de Julho athe 26 de Outb.º de 1786»⁽⁶⁾.

(6) Arquivo Histórico do Ministério das Finanças e do Plano, XX/V/6.

Pela referida relação sabemos que a mudança da residência régia da Ajuda para a Praça do Comércio implicou a deslocação de uma verdadeira caravana de 54 seges, 84 carros de cordas, 8 bestas de sela e 71 carros de bois (7).

Indica-nos o mesmo documento que do Paço da Praça do Comércio para o das Caldas se deslocaram em 25 de Agosto o príncipe D. José e a princesa sua esposa e em 9 de Setembro a rainha e os príncipes D. João, D. Carlota e D. Maria Ana. (8).

Sabendo assim que a rainha permaneceu na Praça do Comércio de princípios de Julho a princípios de Setembro, sabemos também que nesta residência se passaram os seguintes factos referenciados na Gazeta: registam as de 28 de Julho e 25 de Agosto o concurso da corte e diplomatas por ocasião dos aniversários, respectivamente, de D. Maria Benedita e do príncipe herdeiro, D. José; a de 1 de Agosto seguinte as primeiras audiências concedidas ao novo núncio apostólico e a Robert Walpole e também a dada ao cavaleiro de Malta Bernardo Pais de Castelo Branco que, em nome do grão-mestre, apresentou «os Falcões, de que costuma fazer presente todos os anos a S.M.».

Terá a família real até Junho do ano seguinte habitado, provavelmente, nas Caldas da Rainha e na Ajuda.

A Gazeta de 29 de Junho de 1787 descreve-nos a festiva chegada da soberana de regresso ao seu palácio da Cidade Nova: «A Rainha N.S. e toda a Real Família voltarão a esta cidade na tarde de 26 do corrente, e se recolhêrão ao Palacio da Praça do Commercio por meio dos vivas d'hum concurso immenso que enchia a dita Praça, e que exprimia nas suas aclamações o prazer que infunde no

(7) Esta enumeração de veículos e animais faz lembrar a saborosa descrição feita por Carrère na «Voyage en Portugal, et particulièrement a Lisbonne, en 1796» do «tableau singulier, pittoresque, incroyable» que eram as viagens da corte.

(8) As pessoas, as bagagens, os móveis, os mantimentos iam para as Caldas directamente e também de Lisboa para Vila Nova e daí para as Caldas. Na deslocação da rainha foram de Lisboa para Vila Nova utilizados 20 barcos e, de Vila Nova para Caldas, 30 bestas de sela e 10 de carga e 74 carros de bois, enquanto que no transporte directo foram utilizados 81 carros de cordas, 30 seges, 123 bestas de carga e 131 de sela. A viagem dos príncipes tornou necessários 15 barcos e, depois, 127 carros de bois, 26 bestas de sela e 5 de carga e, no trajecto por terra, 19 seges, 50 carros de cordas, 119 bestas de carga e 96 de sela. O regresso fez-se empregando 16 bestas de sela e 353 carros de bois de Caldas para Vila Nova e 25 barcos daqui para Belém e 48 seges, 141 carros de cordas, 145 bestas de carga e 225 de sela de Caldas para a Ajuda.

animo de todos a presença de tão benigna Soberana. No rio huma grande multidão de barcos pescadores ornados com remos de bandeiras, e cobertos de povo, formavão uma extensa ala, presentando o mais vistoso espectáculo, e o mais interessante, pelas demonstrações com que, ao passar o escaler de S.M., aquella industriosa gente significava a sua gratidão pelas graças que lhes concedêra a Real beneficencia. Aos repetidos clamores se unia o som dos timbales que havia nos barcos, e hum chuveiro de foguetes hia espalhar no ar os testemunhos do jubilo, que redundava nos corações. S.M., sensível á affeição do seu povo, não quiz servir-se dos coches que a esperavão no Caes, e por entre a multidão foi a pé até ao Palacio, dando todas as Pessoas Reaes os sinaes mais urbanos de quanto lhes erão gratos os applausos d'hum povo, que sabe bem apreciar a urbanidade dos seus Principes».

Embora a ela não tivesse assistido, Beckford descreve esta manifestação e aponta-lhe motivo: «Ouvi dizer que a Rainha anulou o imposto sobre o bacalhau e, por conseguinte, foi recebida com invulgares aclamações. Mais de mil barcos e barcaças, transformados em caramanchéis de flores e grinaldas, acompanhavam-na com música e foguetes. Seguiu a pé desde o cais de desembarque até ao seu Palácio, sem escolta, por entre a multidão, cujo reconhecido entusiasmo atingiu o delírio»⁽⁹⁾.

É ainda o mesmo elegante memorialista que nos informa de outra manifestação festiva que, presumivelmente, terá chegado a ter lugar; refere-se-lhe no seu diário no dia 29 de Junho, 6.^a feira: «Quando ia para Belém, esta tarde, cruzei grande número de caruagens a caminho da Grande Praça, que vai ser iluminada com luzes no estilo das do Vila Nova, ao que suponho⁽¹⁰⁾. Espera-se que a Família Real apareça às janelas da Casa do Senado, e deve haver fogo de vistas e uma grande fogueira à volta da qual os pescadores e as ninfas do Tejo dançarão o fandango, dando estalos com os dedos. Seria bom que a chuva não viesse perturbar a festa mas as nuvens estão baixas e pesadas».

(9) «Diário de William Beckford», Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1957, pág. 104.

(10) Trata-se do 7.^o conde de Vila Nova de Portimão e 3.^o marquês de Abrantes que da véspera à noite iluminara e abriu os seus jardins («Estava tudo iluminado com balões vermelhos, azuis e cor de púrpura, muito rotos e desbotados»)-

No seu diário, com data de 30 de Junho, regista Beckford um pitoresco apontamento descritivo da praça e do palácio: «A Grande Praça (...) regurgitava de ociosos de toda a espécie e de todos os sexos, os olhos arregalados para as janelas iluminadas do Palácio na esperança de verem Sua Magestade, o Príncipe, as Infantas, o Confessor e as damas de honor circulando de sala para sala e dando ampla margem a divertidas conjecturas. Dizem-me que o Confessor, posto já algo avançado em anos, está longe de ser insensível aos atractivos da beleza, e costuma perseguir as jovens ninfas do Palácio, de janela para janela, no meio de grande alacridade».

Talvez sem que para isso contribuíssem as improváveis exhibicionísticas manifestações dos serôdios ardores de Fr. Inácio de S. Caetano em que se compraz o libertino Beckford, o paço deveria constituir chamariz da atenção de basbaques, e não só dos nacionais: em relação ao domingo 15 de Julho regista o memorialista que a «Grande Praça estava cheia de gente a olhar para as janelas do Paço» e refere que entre a multidão se encontravam «alguns oficiais da marinha francesa». Também num outro domingo em que foi ao paço e subiu aos aposentos do marquês de Marialva, assomando a «uma varanda que domina uma das maiores vias públicas de Lisboa» (varanda por cujas grades os pedintes metiam a ponta dos varapaus, com os gorros amarrados), contemplou o quadro que assim descreve: «A tarde estava deliciosa e andava na rua uma grande multidão, de todas as classes, cores e nações, velhos e novos, válidos e inválidos, frades e oficiais. Cardumes de mendigos vinham ali desaguar de todos os quarteirões da cidade, na esperança de arranjamem lugar junto dos portões do Palácio para verem sair a Rainha (...)»⁽¹¹⁾.

Ao longo do Diário, ainda alguns outros pormenores se respigam: no apontamento acima refere «vastos corredores»; no que dedica à visita feita em 19 de Julho às Lacerdas, «duas jovens e bonitas irmãs, damas de honor de Sua Magestade, que vivem, no Palácio, num miserável andar, de paredes caídas, só Deus sabe a quantos degraus de altura», exprime o seu desagrado pelo calor e pelo «cheiro a bafio» das instalações das visitadas, regista que os «corredores e escadarias do Palácio, de magníficas proporções, são

(11) Diário, 25/11/1787.

iluminados por um grande número de tochas de cera metidas dentro de lindas lanternas», ter andado perdido através de «diferentes galerias e passagens abobadadas» e ter saído do edifício por «uma ampla escadaria»; quando, em 3 de Julho, passou pelo palácio, estavam «abertas todas as janelas» e o vento agitava «as ricas cortinas de damasco amarelo dos augustos aposentos».

Até quase ao final de 1787 foi o paço utilizado pela família real. A ele concorreram em 25 de Julho (disso somos informados pela Gazeta de 27) «os Ministros Estrangeiros e toda a Corte (...) para cumprimentarem a S.M. e A.A. em razão de ser o dia Anniversario do nascimento da Princeza N.S.: á noite ouve Serenata (...) na vespera se tinha illuminado a Praça do Commercio em celebridade de tão fausto dia». Em 21 de Agosto um outro «fausto dia», o do aniversário do príncipe, foi celebrado: houve cumprimentos e, à noite, a família real e a Corte assistiram «a huma excellente Serenata»⁽¹²⁾. É ainda a «Gazeta de Lisboa» que nos diz que em 10 de Setembro a «Rainha N.S. e toda a real Familia» partiram para Cintra, que dali voltaram em 30 de Outubro e que, finalmente, em 6 de Dezembro «se restituirão do Palacio do Terreiro do Paço ao de N. Senhora da Ajuda»⁽¹³⁾.

De nova instalação dos régios utentes nos dá conta a Gazeta de 8 de Julho de 1788: «No dia 4 do corrente pelas 6 horas da tarde S. M. e as demais Pessoas Reaes se restituirão da villa das Caldas a esta capital (...) e forão residir para o Palacio do Terreiro do Paço. Em 25 deu a rainha a mão a beijar aos deputados da Junta do Comércio (Ratton, Vandelli, Jacinto Bandeira, etc.) que lhe foram apresentados pelo presidente da mesma, visconde de Vila Nova de Cerveira⁽¹⁴⁾. No dia 21 de Agosto, pela última vez «concorrerão ao Palacio do Terreiro do Paço toda a Corte, e Corpo Diplomatico para cumprimentarem a S.M. e AA. por occasião dos annos de S.A.R. o Principe N. Senhor», tendo nessa noite havido, «pelo mesmo plausível motivo, huma bella Serenata» que menos nos interessa por ter tido lugar «na parte do Palacio que faz frente á Praça do Pelouri-

(12) Cfr. «Gazeta de Lisboa» de 24/8/1787.

(13) Cfr. n.º de 11/9, 2/11 e 11/12/1787.

(14) A.N.T.T., Cart. da Junta do Com., L.º 126, F. 14.

nho»⁽¹⁵⁾. Logo em 13 de Setembro a Gazeta relata o, talvez, mais doloroso acontecimento ocorrido durante as presenças régias no seu (e nosso) paço da Praça do Comércio: «Os sinos das Igrejas desta capital, havendo ante-ontem á noite começado todos a dobrar, annunciarão o triste acontecimento que tinha havido na perda do Senhor D. José, Príncipe do Brazil, Herdeiro da Coroa de Portugal, que, por efeito das bexigas que lhe havião sobrevindo faleceo nessa tarde pelas 4 horas e meia, em idade de 27 annos e 21 dias, no Palacio do Terreiro do Paço (...)». O número de 19 descreve as pompas fúnebres e informa de que no sábado, 13, depois de embalsamado, o corpo foi exposto, de que no domingo de manhã houve missa de corpo presente, celebrada pelo cardeal-patriarca, «assistindo a este acto tudo posto no mais pezado luto, de capa e volta», e de que à tarde todas as comunidades religiosas foram fazer a encomendação.

Informa-nos ainda o prestante periódico, na sua edição de 23 de Setembro, que «S.M. e AA. (...) se transferirão hontem do palacio do Terreiro do Paço para o de Queluz».

Diz-nos a Gazeta no seu número de 2 de Junho de 1789: «S.M. e AA. forão ante-hontem jantar ao Real sitio de Queluz, donde de tarde se transferirão para o Palacio do Terreiro do Paço». Para esta deslocação nos fornece informes documento idêntico a outro já utilizado, uma relação da «Receita e Despeza das Jornadas de Lisboa Queluz e Ajuda desde 31 de Maio até 4 de Novbr.º de 1789»⁽¹⁶⁾. Por ela ficamos a saber que a familia real se deslocou em 31 de Maio da Ajuda para Lisboa, em 7 de Setembro do palácio da Praça do Comércio para o de Queluz e deste para o da Ajuda em 4 de Novembro. Foi de 1436\$845 o dispêndio realizado nestas deslocações, resultante da utilização, em cada uma delas de, respectivamente, 52 seges, 91 carros de cordas e 113 carros de bois, 68 seges, 132 carros de cordas, 63 bestas de carga, 11 bestas de sela e 161 carros de bois, 45 seges, 81 carros de cordas, 34 bestas de carga, 4 bestas de sela e 156 carros de bois.

Logo em 3 de Junho foi o filho do conde de Cantanhede, Pedro, «Chrismado no Oratorio do Real Palacio de Lisboa pelo Exm.º e R.º»

(15) Cfr. «Gazeta de Lisboa» de 26/8/1788.

(16) Arq. Hist. do Min. das Fin. e do Plano, XX/V/16.

Senr. D. Jose Maria de Mello Bispo do Algarve Confessor de S. Mag.^o Sendo Seu Padrinho o Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Duque de Alafoens» (17).

Em 22 foi recebido o embaixador de Carlos III, conde de Cifuentes, o qual, em 2 de Julho, apresentou à corte o filho, marquês de Alconchel, e outros dois cavaleiros espanhóis; a marquesa, nora do embaixador, foi por sua vez apresentada pela esposa do ministro de Nápoles, princesa de Castelcicala, no dia 25; também neste dia, por nele ocorrer o «anniversario do nascimento da Serenissima Senhora D. Maria Francisca Benedicta Princeza do Brazil viuva, concorrerão toda a Nobreza, Corpo Diplomatico, e mais Pessoas de distinção ao Real Palacio do Terreiro do Paço para comprimentarem a S.M. e AA. por tão fausto objecto, em applauso do qual houve, no mesmo Palacio á noite, huma bella Serenata» (18).

Em 31 de Julho «enfermou S.A.R. o Principe N.S. d'huma inchação no pescoço, que logo ao principio se conheceo ser huma Erisipela»; contra a moléstia se fizeram preces nas igrejas da capital e uma junta médica em 5 de Agosto e, finalmente, em 8 «se fez a S.A. a operação (...) abrindo com admiravel destreza todo o tumor» o cirurgião Chalbert. Será este tumor ainda o responsável pelas últimas referências à presença da familia real no paço em 1789: na manhã de 30 de Agosto, em «acção de graças pelo restabelecimento da saude do Principe Nosso Senhor» foi cantado «na Capella Real hum Te Deum» e no dia 4 de Setembro, «o Juiz do Povo, assistido da Casa dos Vinte e Quatro, e mais Corporações mecanicas desta cidade, como igualmente do Senado da Camera», tendo feito «celebrar na Igreja de Santo Antonio huma solemne Missa em acção de graças», dirigiram-se depois «todos ao Real Palacio do Terreiro do Paço, aonde tiverão a honra de beijar a mão a S.M. (...) e ao Principe Nosso Senhor» (19).

Escassa foi a utilização do paço lisbonense em 1790. Em 6 de Julho se transferiram «S.M. e AA. (...) do Real Palacio d'Ajuda

(17) Anotação à margem do registo de baptismo lançado a F. 121 do L.^o 12 de Baptismos da Freguesia da Ajuda (A.N.T.T.).

(18) Cfr. «Gazeta de Lisboa» de 26/6, 7/7 e 28/7/1789.

(19) Cfr. «Gazeta de Lisboa» de 15/8, 1/9 e 12/9/1789; Franz Paul de Almeida Langhans («A Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa», pp. 189 e 190) data de 5 o beija-mão da Casa dos Vinte e Quatro.

para o do Terreiro do Paço»⁽²⁰⁾, nesta transferência sendo empregues 37 seges, 110 carros de cordas e 132 carros de bois. O aniversário de D. Maria Francisca Benedita, em 25, originou, como de costume, o concurso de «toda a Nobreza, Corpo Diplomatico, e mais Pessoas de distinção» e, à noite, «huma bella Serenata»⁽²¹⁾. Em 17 ou 18 de Agosto (conforme aceitarmos a indicação das notícias publicadas na Gazeta em 20 e 24 ou a da relação de despesas com as deslocações régias) «S.M. e AA. se transferirão (...) do Palacio do Terreiro do Paço para o Real sitio de Queluz», à excepção da princesa viúva que permaneceu «para proseguir por mais algum tempo no uso dos Banhos das Alcacerias» (tempo, aliás, bem curto, pois na manhã de 30 partiu «para o Real sitio de Mafra, para a companhia das demais Pessoas Reaes», conforme noticia a Gazeta de 31). Registe-se que a «caravana» de Lisboa para Queluz foi constituída por 40 seges, 111 carros de cordas, 71 bestas de carga e 32 de sela e 185 carros de bois (além de 15 que se dirigiram directamente do paço da Praça do Comércio para o da Ajuda).

Decorre todo o ano de 1791 sem que seja utilizado o paço de Lisboa. Em 7 de Fevereiro de 1792 noticia a Gazeta: «A Rainha N. Senhora, e toda a Real Familia se restituirão na tarde de 3 do corrente do Real sitio de Salvaterra de Magos a esta Capital, e forão residir para o Palacio da Praça do Commercio, a fim de poder S.M. mais commodamente fazer uzo dos banhos das Alcacerias».

Mas os males da rainha não eram curáveis com as águas de Alfama e é datado de 10 e do «Palácio de Lisboa» o decreto pelo qual o príncipe D. João decide substituí-la no despacho⁽²²⁾. É ainda ao estado de saúde de D. Maria I que respeitam as referências de que é possível dispor para o curto período de permanência da corte: em 11 foi sangrada a «nossa amabilissima Soberana»; na tarde de 19, domingo, «sahio da Santa Igreja Patriarcal, e se encaminhou á Capella do Real Palacio de Lisboa huma procissão de preces»; ali dirigindo

(20) «Gazeta de Lisboa» de 9/7/1790 e relação da «Receita e Despesa da Jornada do Terreiro do Paço e Queluz desde 6 de Julho até 12 de Novembro de 1790» (Arq. Hist. do Min. das Fin. e do Plano, XX/V/105).

(21) «Gazeta de Lisboa» de 27/7/1790.

(22) Pode consultar-se no maço 199 dos Avulsos do Reino do Arquivo Histórico Ultramarino.

«ao Altissimo fervorosas deprecações pelo restabelecimento da interessante saude de S.M.»; verificadas algumas melhoras, «na esperança de que o beneficio d'hum ar mais livre complete o seu restabelecimento, S.M. e toda a Real Familia» partiram em 26 de Março para Queluz» (23).

A doença da rainha significou o abandono do paço de Lisboa que deixou de servir como residência régia passando a, só episodicamente, ser utilizado por ocasião de cerimónias ou festividades. Assim, em 13 de Agosto de 1793, informa-nos a «Gazeta de Lisboa» de que «O Principe e a Princesa NN. SS. vierão ver hum magnifico, e bem ideado fogo d'artificio, que por motivo do feliz Nascimento da Serenissima Princeza da Beira fez o Intendente Geral da Policia lançar ante-hontem (24) á noite na Praça do Commercio, e que attrahio hum immenso concurso de espectadores. Ao fogo precedêrão varias danças executadas pelos habitantes dos arredores de Lisboa: e no rio se achava grande numero de bateis vistosamente embandeirados». É de novo a Gazeta, no seu número de 21 de Novembro de 1795, que se refere ao paço, na minuciosa descrição que faz das festas realizadas desde 4 «em applauso do feliz nascimento do Serenissimo Principe da Beira»; e, em relação ao dia 11, pormenoriza que querendo Suas Altezas ver uma cavalgada também fora da Praça do Comércio, «ella se dirigio nesse dia pela rua nova d'El Rei, por se acharem SS. AA. nas janelas do Real Palacio, que dão para aquella parte».

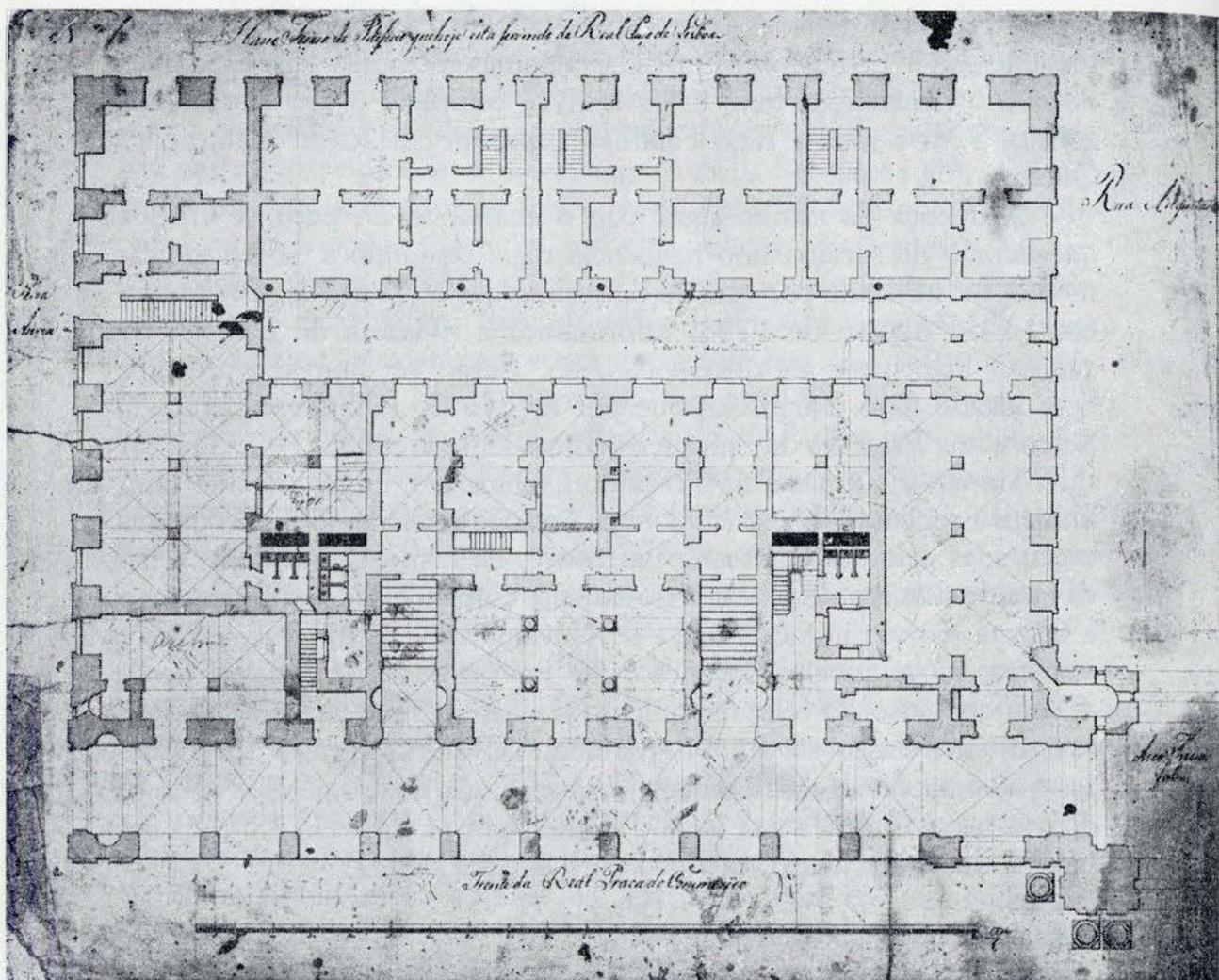
Apontamento descriptivos do paço

Tentemos fazer uma ideia do que era este paço. Comecemos por observar a planta do seu piso térreo (25) e passemos ao desenho

(23) Cfr. «Gazeta de Lisboa» de 14 e 24/2 e 27/3/1792.

(24) Neste mesmo dia 11 terá o intendente apresentado os primeiros membros do corpo de guardas da polícia que tentava constituir (Ofício de 5/8/1793 a F. 49 V do L.º IV da Intendência da Políca — Secretarias).

(25) Encontram-se exemplares desta planta do Gabinete de Estudos Arqueológicos da Direcção da Arma de Engenharia (com a cota $\frac{2397}{2/22/31}$) e na Academia das Belas Artes (com o n.º 732).



«Plano Terreo do Edifício que hoje esta servindo de Real Paço de Lisboa»

copiado por Júlio de Castilho. Referindo-se ao paço da Praça do Comércio dizia o grande olisipógrafo: «Possuo, por favor de umas ilustre senhoras, netas de um alto funcionário da côrte dêsse tempo, um plano antigo, a tinta, das salas dêste paço temporário (...)»⁽²⁶⁾. Foi, com alguma persistência, possível localizar o referido plano⁽²⁷⁾. E recorramos ao saber de dois estudiosos de velharias lisbonenses para tornar um pouco mais precisa a, infelizmente, tão incompleta descrição do paço: «A parte principal do chamado «Palácio do Terreiro do Paço» na sua parte Nascente que não era a do edifício municipal, ou seja a situada entre as Ruas Áurea e Augusta, era servida por uma escadaria de pedra — a sua entrada principal logo de início — e que é a mesma que lá se vê hoje, a desdobrar-se no segundo patamar em escadas laterais, que servem, uma a ala direita do edifício (Junta do Crédito Público)⁽²⁸⁾ e, outra, a ala esquerda (Ministério da Justiça).

Na ala direita, cujo topo Nascente cai sobre a Rua Augusta, situavam-se salas reais e quartos, ficando os de D. Pedro III, antes de 1786, do lado da frente, sobre o Terreiro do Paço, e os do príncipe D. João sobre a Rua Nova de El Rei.

Sensivelmente ao centro das duas alas ficava a Sala dos Arquivos. Em sequência para a ala esquerda situavam-se a Sala dos Porteiros da Cana e a Primeira Sala da Corte, esta maior, já no topo do edifício do lado da Rua Áurea, e que comunicava directamente com um dos passadiços (...)»⁽²⁹⁾.

A referência ao plano copiado por Castilho justifica o recurso a esse mesmo plano para desde já, embora dando um salto no tempo, esclarecer alguns aspectos. Segundo a «Gazeta de Lisboa» foi em 20 de Março de 1817 lido o elogio histórico de D. Maria I na sala da Aula do Comércio «que el-Rei Nosso Senhor foi servido destinar para se fazerem daqui em diante as assembleias públicas da Academia Real das Ciências»⁽³⁰⁾. Na sessão pública de 24 de Junho de

(26) Júlio de Castilho, «Lisboa Antiga — Bairros Orientais», vol. X, pág. 71.

(27) A.N.T.T., Legado de Júlio de Castilho, Pasta 12.

(28) Serviço que já há bastantes anos ali se não encontra instalado.

(29) Luís Pastor de Macedo e Norberto de Araújo, «Casas da Câmara de Lisboa», pág. 122.

(30) Cit. por Júlio de Castilho, «Lisboa Antiga — O Bairro Alto», vol. III, pág. 92.

1817⁽³¹⁾ Sebastião Francisco Trigoso, vice-secretário da Academia, refere-se à necessidade que houvera da sala para as sessões públicas, sala pela primeira vez utilizada para ser proferido o elogio fúnebre de D. Maria I: «(...) a que se lhe destinara em consequencia desta rogativa, a que hoje occupamos, e que nos servio pela primeira vez para aquelle funebre acto, he justamente a mesma Salla que, quando Suas Magestades habitavão este seu palacio, servia de Capella Real (...)». Sublinhemos o essencial destes dados: em 20 de Março de 1817 a Academia tem uma sessão pública efectuada na sala da Aula do Comércio, sala que, na sessão de 24 de Junho, é identificada como sendo a que «quando Suas Magestades habitavão este seu palacio, servia de Capella Real». Se o confrontarmos com as indicações fornecidas por Pastor de Macedo e Norberto de Araújo (do lado Nascente, sobre a Rua Nova de El-Rei, eram os aposentos do príncipe D. João) e pela planta copiada por Castilho, verificamos que as nela indicadas «Casas para o docel do Príncipe onde era a capella» devem coincidir com a sala onde perorava Sebastião Trigoso e onde os aulistes do Comércio seguiam as lições dos seus mestres⁽³²⁾.

Desinteressados do paço de Lisboa os seus régios e episódicos ocupantes, que utilizações veio ou voltou ele a ter? Para tentar determiná-lo partamos de dois documentos a que foi já feita referência e, porque bem o merecem, serão agora transcritos. Trata-se de um officio de 20 de Maio de 1814, subscripto por João Henrique de Azevedo, almoxarife da Casa das Obras e Paços Reais, e da relação datada de 16 e assinada pelo mesmo e pelo escrivão Gervásio Protásio da Costa⁽³³⁾.

(31) Cfr. o Tomo V (Primeira Série) das Memórias da Academia Real das Ciências.

(32) Não esqueçamos que: a ter a Aula regressado às suas primeiras instalações no edificio, estas eram, como ficou visto, do lado da Rua Nova de El-Rei, no 2.º andar; este é precisamente o do plano desenhado, dado que era no andar nobre que existia o passadiço indicado, estabelecendo ligação, sobre a Rua do Ouro, com o edificio onde hoje está instalado o Ministério da Administração Interna (cfr. Vieira da Silva, «As Muralhas da Ribeira de Lisboa», vol. I, pág. 200).

(33) Encontram-se no maço 281 da coleção do Ministério do Reino (A.N.T.T.).

Ocupantes do edificio em 1814

O officio é como segue: «Em observancia das Ordens que recebi de V. Ex.^a em que me determinava passasse a examinar no Paço de Lisboa na Praça do Commercio, que serve dos Tribunaes da Real Junta do Commercio, e do Conselho da Fazenda e onde tambem se faz a Junta da Serenissima Casa de Bragança, quem habitava nos differentes quartos, Lojas do mesmo Paço cujas acendem Lumes cada hum por si por refferidos andares, o fis hindo na Minha Companhia o Escrivão do Meirinho da Real Casa das Obras, e Paços Reaes e pella Rellação que junto me persuado satisfazer a dita Determinação».

É a seguinte a «Relação das pessoas que abitaõ nas Lojas, e primeiros andares das Cazas do Palacio de Lisboa, Sitto na Praça do Commercio; as cujas assendem Lumes cada hum por sy nos refferidos andares; e segundo o exame a que se procedeo, abaixo se declara.

RUA DOS CAPELLISTAS

- N.^{os} 28 Huma Loja de Capella de Joaquim José Bonjardim; este disse que não abitava de noite na d.^a nem seus Caixeiros.
- 29 Hum primeiro andar occupado com o Tribunal da Chancellaria; e abitando nelle o Fiel Grigorio José da Cruz; neste quarto há huma Cozinha onde se faz Lume com carvão; e a sua construção hé dabobada.
- 30 Huma Loja de Capella de Francisco Mendes Lopes; este disse que não abitava de noite na d.^a nem seus Caixeiros.
- 31 Outra ditta de Antonio Liornye. Idem em tudo como acima.
- 32 Outra ditta de Pedro Paulo Ferraro; este disse que ficava de noite na d.^a Loja, e que o Lume que assendia hera som.^e huma Lamparina.
- 33 Hum primeiro andar em que abitta Manoel Cypriano da Costa; neste quarto há huma Cozinha com sua xaminé; esta hé construida de abobada; e na d.^a xaminé se não assende Lume, e som.^e serve de armario.
- 34 Outro ditto como acima, occupado pelo ditto com outra Cozinha onde se assende Lume esta tambem de abobada, e repartida com hum Sotto de madeira p.^a despejos.

- 35 Huma loja de Capella de Francisco de Almeida Brandam; este disse que não abitava de noite na d.^a nem Seus Caixeiros.
- 36 Outra ditta de Louça de Manoel de Moraes Frias; este disse que ficava de noite Seu Caixeiro; porem que não assendia Lume senão som.^o o de Lamparina.
- 37 Outra ditta, acha-se fixada sem abitação de pessoa alguma.
- 38 Outra ditta de Capella de Miguel Carlos da Silva; disse que não abitava de noite na d.^a nem seus Caixeiros.

RUA DOS OURIVES DO OURO

Hum quarto de primeiro andar occupado por Felipe Jozé Roiz de Aguiar cazado com D. Mariana Doroteia; neste quarto há huma Cozinha com sua xamine; e por cima hé de abobada, com hum grande Sotro por cima para despejos.

O Tribunal de Meza do Bem Commum; Som.^o este abre-se nos dias de meza.

Hum Armazem de Venda de Neve de Joaq.^m Coelho de Atahide, não faz Lume algum.

ARCADA DO CONSELHO

- N.^o 1 Huma Loja da venda de Livros da imperção Regia; nesta se não assende Lume de qualidade alguma.
- 2 Hum quarto occupado pelo P.^o Joã Luiz; neste quarto fez-se huma pequena Cozinha, entre hum pequeno vaõ de duas abobadas que deitaõ para hum Saugaõ que dá Claridade para os Quartos do Conselho da Fazenda, onde faz o comer com carvaõ; e tudo o mais hé de abobada. Segue-se a Caza da Guarda onde se não assende Lume; porem todos os quartos saõ construidos de abobada.
- 3 Hum Armazem Occupado na venda de varias Fazendas manufacturadas na Corduaria cujo Caixeiro não abita de noite, nem assende Lume de qualid.^o alguma.
- 4 Outro ditto occupado na venda do papel da Real Fabrica de Alenquer; Idem.

RUA AUGUSTA

- 1 Huma Loja de venda de Livros occupada por João Henriques, com hum primeiro andar; cuja construção he de abobada; essa Loja em baixo tem hum pequena fornalha de pedra fazendo Lume com carvão, com seu resfolgadoiro para o Saugaõ grande.
- 2 Huma Loja de Ferrage occupada pela Viuva Chaves e f.^{os}, com trez portas p.^a a d.^a rua, e duas para a dos Capellistas; nesta se não assende Lume de qualidade alguma».

Inquilinos comerciais — Rua Augusta

Tentemos, finalmente, ainda que de modo incompleto e arriscando inúmeras possibilidades de erro, apurar algo quanto aos successivos inquilinos comerciais instalados nas faces Nascente, Norte e Poente do edifício. Neste trabalho algumas vezes foi ultrapassado o limite cronológico proposto e, para os tão incertos resultados conseguidos, foi essencial o recurso não só aos documentos acima transcritos como aos livros de registo de cobrança da Décima e aos rois de desobriga da freguesia de S. Julião e aos códices existentes no Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa em que se registam os arrendamentos pela edilidade efectuados.

Um inquilino comercial que durante muito tempo ocupou as suas instalações foi João Henriques. A partir de 1790, numa propriedade de Sua Magestade nesse ano indicada sob o n.º 116, apparecem diversos inquilinos algo surpreendentes num edifício que era residência régia: vendedores de loiça ou de fruta, um barbeiro, um cabeleireiro, tabernas, etc.. No meio destes ocupantes, que estão relacionados por uma ordem que não permite qualquer esperança de os localizar, encontram-se os nossos já conhecidos Tavares Nogueira e Julião Pereira; encontra-se também «João H.^{es} homem cego que vende livros e tem loja delles». E continua a encontrar-se até 1802. Terá depois desaparecido, até reaparecer em 1813, em prédio com o n.º 133, com a sua loja na vizinhança inquietante de Mariana Antónia. Inquietante, desde já se esclareça, porque a loja de Mariana Antónia bem como uma de Rosa Maria Simões se situavam «junto ao Arco da R. Áurea» e se indicavam como «Casas e lojas por baixo do Sena-

do» num livro de resumo de arrendamentos de propriedades camarárias⁽³⁴⁾. Não ajudam a deslindar a confusão os elementos que podem colher-se nos rois de desobriga: em 1807, num denominado segundo quarteirão do paço, aparecem Mariana Antónia e a sua loja; em 1808, 1809 e 1811, no «Quarteirão do Senado», temos indicadas lojas de Mariana Antónia, João Henriques e um Bessone (no último ano referido a loja de Mariana Antónia é indicada como «Loja do Arco»).

Convém relembrar aqui que quando D. Maria I, em 1780, veio ocupar o edifício cujas utilizações, glórias e vicissitudes vamos coligindo, decidiu depois alastrar para Poente esse seu paço e por isso mandou «que o Senado da Camara com as suas dependências desocupe logo todas as cazas em que se acha, assim no Plano nobre como nos mezaninos»⁽³⁵⁾. Comunicando ambos os edifícios, foi construído na entrada da Rua do Ouro um arco, conhecido por «Arco do Terreiro do Paço», «Arco da Rua Áurea» e, ainda, «Passagem da Rainha-Mãe». Recorde-se também que no segundo semestre de 1796 o Senado da Câmara voltou às suas instalações⁽³⁶⁾.

Logo, sendo junto ao arco da Rua do Ouro e por baixo do Senado, as lojas de Rosa Maria e Mariana Antónia estariam, provavelmente, encostadas a bases do próprio arco (ou nelas incorporadas) e ao edifício em que hoje está instalado o Ministério da Administração Interna⁽³⁷⁾. Ora não só nos registos de arrendamento efectuados pelo Senado não se encontra referência a João Henriques, como o estanco de Mariana Antónia (ou Mariana Antónia de Jesus) não aparece registado nos livros da Décima, no edifício que nos interessa, mais que nos anos de 1812 e 1813. Claro que também poderá admitir-se que tivesse a estanqueira mais de um estabelecimento e que o do cego livreiro houvesse efectuado algumas deambulações. De qualquer modo, Henriques continua a constar dos Livros da Décima até 1833 (isto é, até aos últimos existentes). E em 1814 a relação acima transcrita permite localizá-lo com razoável aproximação.

(34) Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa, VIII Colecção, Códice 153 (Cota 153/41).

(35) Aviso do Secretário de Estado ao presidente do Senado, de 8/8/1780, referenciado por Pastor de Macedo e Norberto de Araújo, ob. cit., pág. 118.

(36) Pastor de Macedo e Norberto de Araújo, ob. cit., pág. 126.

(37) O códice 155 do cartório camarário esclarece em relação a ambas as lojas de Rosa Maria Simões e Mariana Antónia (n.ºs 1 e 2, respectivamente): foi «demolida esta pequena Loge, quando o foi o Arco da Rua Aurea» (isto é, em 1814).

Os rois de desobriga da freguesia de S. Julião podem também favorecer-nos com modesta achega, pois nos dão Henriques residindo no prédio n.º 1 da Rua Augusta os de 1822, 1824, 1827, 1830 e 1832 (e igualmente um anúncio inserto no número de 16 de Janeiro de 1835 de «O Periodico dos Pobres» refere «a loja de J. Henriques, rua Augusta n.º 1»); convém todavia que não nos desoriente o facto de os livros da Décima de 1818 indicarem o n.º 134 de polícia, os de 1823 e 1824 o n.º 139 e os de 1825 a 1833 o n.º 138.

Mas, talvez mais do que achega, nos trazem os rois um novo elemento de incerteza. Os de 1824 referem que o prédio tinha duas lojas: a de João Henriques e outra, em que são arrolados Angélica Rita e mais dois familiares; os de 1830 e 1832, numa loja n.º 4 que não separam do prédio n.º 1, registam a presença de João Alves Chaves. Por seu lado, o livro de Arruamentos de 1826 indica, sob o n.º 138, um «P. de S. Magd.º que consta de 2 L pertencentes as obras publicas», na primeira estando as referidas «obras publicas» e Henriques na segunda; esta situação mantém-se até 1833.

Avancemos um facto: a parte do quarteirão hoje ocupada pelo Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa foi, em 1821, arrematada por três particulares, um dos quais chamado Inácio José Fernandes; donde, «prédio de Sua Magestade» ser, em 1826, designação só applicável às actuais instalações do Ministério da Justiça. Aventemos agora hipóteses que, embora ousadas, não deixam de ser plausíveis: são uma e a mesma as lojas ocupadas em 1824 por Angélica Rita e a partir de 1826 pelas «obras publicas» e corresponderão ao actual n.º 7 da Rua Augusta; o João Alves Chaves dos rois seria caixeiro e parente de Ezequiel Henriques Chaves, que tinha loja na rua dos Capelistas, a n.º 4 do prédio de Inácio Fernandes; a loja n.º 2 do «prédio de Sua Magestade», a do livreiro, a que tinha uma fornalha «com seu resfolgadoiro para o Sauguão Grande», seria no actual n.º 9 da Rua Augusta ⁽³⁸⁾; no actual n.º 11 terá sido a efémera instalação

(38) A livraria de Henriques permaneceu no mesmo local até meados do século passado. No «Diario do Governo» de 14/10/1850 um anúncio continua a situá-la no n.º 1 da R. Augusta. Um livro, publicado em 1897, que, devido às circunstâncias da sua publicação, é extremamente raro («Saudades de Pae — Notas biographicas de um expedicionario d'Africa», de Carlos do Valle) e cuja consulta devo à muita gentileza de uma descendente do Autor, refere-se a «José Marques dos Santos, antigo livreiro casado com a viúva Henriques, estabelecido na Rua Augusta n.º 1 (junto ao Arco do Triumpho, livra-

de Angélica Rita em 1822 (sabemos pelos registos da Décima que lhe esteve alugada durante o segundo semestre deste ano a primeira loja do prédio de Inácio Fernandes, o qual corresponde, no edifício do Banco Espírito Santo, à face oriental e a parte da face setentrional); a outra loja do prédio 138 corresponderá a algum dos números 1 a 7 (em anúncio publicado na «Gazeta de Lisboa» de 18 de Fevereiro de 1806 o intendente das Obras Públicas referiu a «casa das Arrematações das ditas obras no fim da Rua Augusta, junto à Praça do Commercio»; é, talvez, a mesma).

O actual n.º 11 da Rua Augusta foi arrendado por 60\$000 ao mercador de lã e seda António de Lima e Costa em 1768, ano em que os livros da Décima o indicavam como a primeira loja da «Propried.º de S. Mag.º de que estão arendadas algumas loges e alguns quartos da maneira seguinte cujo rendim.º pertence ao Senado da Camera».

No 2.º semestre de 1769 passa a ser ocupado pelo mercador António da Silva Ferreira e a renda sobe para 96\$000; mas já em 1770 se reduz a 72\$000. Ferreira que, esclarece o livro de 1770, «vende mercaria», devia viver na própria loja pois os rois de desobriga de 1772 e 1773 o indicam com familiares e dependentes que, no segundo dos anos referidos, são em número de 13. Em 1774 morreu António Ferreira e do S. João desse ano em diante passa a sua loja a ser ocupada pelo que já ocupava a seguinte, Francisco Maurício dos Santos, «q vende ferragens».

A loja a que a Décima atribuía o n.º 2 e que, penso, ocuparia o actual n.º 13 da Rua Augusta foi por 60\$000 anuais arrendada em 1768 ao mercador de lã e seda João Baptista Guimarães. Era um mercador da mesma corporação, António da Silva de Carvalho, o que a ocupou (com a mulher, duas criadas, criado e caixeiro, informa-nos o rol) no 1.º semestre de 1769. No 2.º semestre estava já ocupada por Francisco Maurício dos Santos.

ria que acabou ha quarenta annos)». É tentador pensar que a memória de Carlos do Valle o tenha atraído e que o «antigo livreiro» José Marques dos Santos outro não seja que António Marques da Silva, livreiro que variados anúncios surgidos, por exemplo, nos Diários do Governo de 1838 e de 1845 nos indicam como instalado no n.º 2 da R. Augusta; nesta hipótese, teria sido com o vizinho que a viúva Henriques se teria decidido a apaziguar as exigências do sentimento e da concorrência

A renda em 1770 desceu ligeiramente, passando a 57\$600, e, de novo, em 1774, passando a 50\$000. A loja tinha um caixeiro que vencia 24\$000 anuais e que, pelo menos entre 1774 e 1776, era António do Santos.

A renda das duas lojas agora juntas passou a ser 122\$000, e, em 1781, subiu para 134\$600. O caixeiro ganhava (Décima de 1779) 2\$400 mensais e a loja, em 1780, é indicada como «loge de pregos».

Em 1787 Francisco dos Santos é substituído por Domingos Gonçalves Chaves, também «com loge de ferrage».

Em 1790 os Livros da Décima deixam de designar separadamente as duas lojas a que até agora nos referimos e passam a englobá-las sob a designação de 1.^a loja, assim como a até aqui indicada como 3.^a e que deve corresponder ao actual n.º 15 da Rua Augusta.

A 3.^a loja fora arrendada em 1768 por 40\$000 ao capelista Manuel Dias da Silva (registam-no os rois de desobriga deste ano e do seguinte com a mulher, um criado, uma criada e uma escrava; o de 1772 regista ainda duas filhas e um caixeiro em vez de um criado). A renda em 1774 desceu para 33\$600.

Em 1786 Manuel Dias da Silva é indicado «sem exercicio por se achar falido» e a loja devoluta no 1.º semestre de 1787, sendo ocupada no 2.º por um outro capelista, José Ângelo. De novo está devoluta em 1789 e em 1790 é a «Logea mistica que ocupa o mesmo Dom.º Glz. Chaves».

Temos então, a partir de 1790, uma loja de ferragens, designada em 1792 como loja «que compreende uma mistica a q se uniu outra», abarcando os n.ºs 11 a 15 da Rua Augusta (numeração actual, como é óbvio). A renda era de 169\$816, com ligeiras subidas para 172\$800 em 1793 e para 173\$420 em 1805.

Os registos de arrendamentos do Senado da Câmara já desde 1803 indicam esta loja como arrendada a Isabel Maurícia das Neves, viúva de Domingos Gonçalves Chaves. Também há a assinalar que mantém a tripartição desaparecida dos Livros da Décima, registando as lojas n.ºs 10, 11 e 12 com rendas, respectivamente, de 100\$000, 60\$000 e 40\$000 (rendas respeitantes ao período de arrendamento iniciado em Janeiro de 1806). Imediatamente se verifica que a renda dada à Décima é inferior à efectivamente paga à Câmara o que, aliás, por diversas vezes se verifica (e perfeitamente se com-

preende se nos lembrarmos de que a décima destes prédios era paga pelos próprios inquilinos). De notar também que a numeração atribuída pela Câmara às lojas começa da esquina da Rua do Ouro, terminando na da Rua Augusta (em sentido inverso do modo como é feita a numeração nos livros da Décima), devendo portanto corresponder estas lojas 10, 11 e 12 às 3.^a, 2.^a e 1.^a, respectivamente, de 1768; mas, se compararmos os preços de umas e outras, concluiremos que ao longo de quase 40 anos terá havido alguns arranjos e redistribuições no espaço atribuído a cada uma delas.

A união das três lojas manteve-se até ao 1.^o semestre de 1819 em que a viúva Chaves e seu filho são dados por falidos. Em 1814, como acima ficou visto, a loja era indicada na Rua Augusta, sob os n.^{os} 2 e 3, como «Huma Loje de Ferrage occupada pela Viuva Chaves e f.^{os}, com trez portas p.^a a d.^a rua, e duas para a dos Capellistas». A partir de 1 de Julho as lojas 10 e 11 (n.^{os} 15 e 13 da Rua Augusta?) passam a ser ocupadas por José Manuel Ferreira, também com ferragens, e a 12 (o 11 da Rua Augusta?) por Domingos Gomes Loureiro, com fazendas. As rendas subiram, respectivamente, de 100\$00 para 161\$000, 60\$00 para 96\$500 e 50\$000 (desde o 2.^o semestre de 1817) para 80\$500.

Todas estas lojas são desocupadas em virtude de incêndio ocorrido em 10 de Junho de 1821 e só tornarão a ter inquilinos no 2.^o semestre do ano seguinte.

Inquilinos comerciais — Rua dos Capelistas

A actual janela com o n.^o 95 (Rua do Comércio) corresponde à loja em que no 2.^o semestre de 1767 já estava instalado o capelista Simão Ribeiro de Campos, pagando 55\$000 anuais. Nos Livros da Décima é indicada nesse ano como 6.^a loja, como 4.^a em 1768, como 2.^a a partir de 1790. Simão de Campos, que os rois indicam vivendo na loja com criada e dois caixeiros, passou em 1774 (ano em que desceram as rendas de quase todas as lojas do prédio) a pagar 50\$000 e estava em 1778 substituído por Joaquim José Luís, também capelista, com o qual a renda voltou a ser de 55\$000 (até 1812, em que passou a 70\$000).

Joaquim José Luís (ou Joaquim José Luís Bonjardim) podemos, pelo rol, concluir que em 1779 era solteiro e vivia na sua própria

loja. Em Maio de 1814 Bonjardim «disse que não abitava de noite» na sua loja, na qual, a partir de um de Julho desse ano, já estava substituído por Ezequiel Henriques Chaves.

Este, também capelista, passou a pagar 71\$000 em 1 de Julho de 1817, renda substancialmente aumentada para 130\$000 em 1822, ano em que nos registos da Décima a loja é indicada como a 4.^a do prédio de Inácio Fernandes.

Antes de prosseguir, avancemos algumas suposições que nos permitam ajustar, quiçá arbitrariamente, as peças deste intrincado puzzle. A loja da viúva Chaves e filhos, loja de ferragens, tinha três portas para a Rua Augusta e duas para a dos Capelistas. Suponhamos: que a viúva se casou com o capelista Bonjardim; que o almoxarife, em 1814, ao indicar o número de portas da loja de ferragens, nêle englobou as duas que teria a loja de Bonjardim; que esta loja, indicada com o n.º 28 na relação do almoxarife bem como num aviso inserto em 13 de Agosto de 1827 no n.º 183 de «O Periodico dos Pobres», teria duas portas (28 e 28 A) correspondentes aos actuais n.ºs 95 e 97 mas que, entre 1814 e 1821, teria passado a corresponder unicamente à primeira delas. Aduzamos, como frágil argumento que escore estas hipóteses, que o capelista que em 1814 substitui Joaquim Bonjardim se chama Ezequiel Henriques Chaves ou, como é designado no anúncio acima referido, Ezequiel Henriques Chaves Bonjardim.

No n.º 97 passa a estar instalado, em 1822, Francisco Mendes Lopes.

A janela que hoje tem o n.º 99 corresponde à porta de escada com o n.º 29; por ela era o acesso ao «primeiro andar occupado com o Tribunal da Chancellaria», no qual habitava «o Fiel Grigorio Jozé da Cruz».

Na porta que hoje ostenta o n.º 101 abriu no 2.º semestre de 1767 a loja de capela de Agostinho Marques da Silva, que por ela pagava 55\$000. A loja era indicada nos registos para a cobrança da Décima como 5.^a até 1789 e como 3.^a a partir do ano seguinte e era a n.º 8 dos registos de arrendamento da Câmara; na relação apresentada pelo almoxarife Azevedo em 1814 tinha o n.º 30.

Em 1774 a renda desceu para 43\$200 e no 2.º semestre de 1782 Marques da Silva foi substituído por um outro capelista, Manuel Jerónimo, por sua vez substituído no 2.º semestre de 1791 por

José da Costa Matos Simões, também capelista. Manteve-se o mesmo ramo de negócio com Francisco Mendes Lopes, que em 1804 substituiu Simões. Pagaria (segundo a Décima) 80\$000 desde 1808, mas os registos da Câmara já indicam essa importância desde o segundo semestre de 1806.

Reconstruído o prédio, após o incêndio de 1821, a esta entrada passará a corresponder a 6.^a loja do prédio de Inácio Fernandes, ocupada agora por António Leone, pagando 120\$000.

O n.º 103 da actual Rua do Comércio foi, a partir de 1822, a 7.^a loja do prédio de Inácio Fernandes e dava-se-lhe em 1814 o n.º 31. Nos registos da Câmara, até 1821, essa loja foi a n.º 7 e nos da Décima foi a 4.^a desde 1790, a 6.^a desde 1768 e a 4.^a em 1767. Neste ano ocupou-a o capelista Luís António Pereira Lopes, por ela pagando a renda de 72\$000. Lopes que, a crer no rol de 1769, devia habitar a loja com dois caixeiros, só a ocupou até ao 1.º semestre de 1770.

Devoluta no 2.º semestre de 1770, foi a loja ocupada no ano seguinte por José da Rocha Pereira, também capelista. O rol de 1773 elucida-nos de que nesse ano já a loja estaria ocupada por Jerónimo José Gomes, que nela habitaria com um caixeiro⁽³⁹⁾. A renda, 60\$000, era inferior à paga por Pereira e é a que continua a pagar, a partir de 1775, o novo inquilino, Manuel Pereira Vale, mais uma vez um capelista.

A presença de Vale, também assinalada nos rois de 1784 a 1786, é substituída em 1788 pela de um outro capelista, João António Vieira, que para esta loja, a 6.^a, se mudou de outra, a 8.^a.

Capelista também era António Leone, que passa a ocupar esta loja em 1799, por ela pagando em 1805 renda de 66\$00, logo aumentada em 1806 para 86\$000. Em 1822, pagando a renda de 120\$000, o inquilino será o capelista Belisário Ernesto do Vale.

Foi o capelista Dionísio Ferrari o primeiro ocupante do n.º 105 actual. Era, em 1767, a 3.^a loja (7.^a em 1768, 5.^a a partir de 1790)

(39) Da mudança de inquilino também nos informa um aviso remetido em 5 de Outubro de 1772 pela Secretaria da Junta do Comércio à Mesa do Bem Comum dos Mercadores participando ter sido concedida a «Jozé da Rocha Pereira, Mercador da Classe da Capella, licença para o trespáço da sua Logem a Jeronymo Jozé Gomes, da Corporação da Mizericórdia» (A.N.T.T., Cart. da Junta do Com., L.º 114, F. 139).

e a renda era de 72\$000, tendo baixado para 62\$000 em 1774 e para 60\$000 em 1782.

Outro Ferrari (reduzo a esta forma mais provável as de Ferrara e Ferraro que com ela concorrem e indistinta e sucessivamente vão sendo atribuídas aos diversos ocupantes), Luís André, aparece a partir de 1790; era também mercador de capela e o rol desse ano regista-o, assim como a dois caixeiros e a Francisco de Almeida Brandão e Sousa. Nenhuma alteração de renda se assinala na Décima, mas dos livros de registo da Câmara consta que a renda da loja n.º 6 era, pelo menos a partir de Janeiro de 1807, de 72\$000.

Desde 1 de Julho de 1813 o arrendamento passou para Pedro Paulo Ferrari e suas irmãs; Pedro Paulo, pelo meno, em 1814, «ficava de noite na d.^a loja», à qual é atribuído o n.º 32.

A renda foi de 76\$000 a partir do 2.º semestre de 1816; por despacho de 15 de Abril de 1820 o arrendamento passou a ser em nome de Belisário Ernesto do Vale e Joaquim Ferrari.

A Décima de 1822 dá-nos nesta loja, a 8.^a do prédio de Fernandes, um outro capelista, Jerónimo de Almeida Brandão, como inquilino.

Os actuais 107 e 109 eram portas de escada que davam acesso a duas casas no primeiro andar, ocupadas ambas, em 1814, por Manuel Cipriano da Costa; neste ano a essas entradas correspondiam os n.ºs 33 e 34.

No 2.º semestre de 1767 o capelista Manuel Luís da Silva ocupou a 2.^a loja da recém-construída edificação, pagando 57\$600; nas referências da Décima a loja passa a ser, a partir do ano seguinte, a 8.^a e, depois de 1790, a 6.^a. Corresponde ao actual n.º 111.

Em 1769 o inquilino é substituído por outro, igualmente mercador de capela, Francisco da Costa Barroso, e a renda sobe para 60\$000. Barroso talvez vivesse na loja, assim como um caixeiro, de acordo com o constante dos rois de 1772, 1779 e 1780. O de 1781 também nos sugere que aí morasse o novo inquilino, o capelista João António Vieira, a quem, em 1788, a loja «somente lhe cerve de Armazem», por nesse mesmo ano ocupar já também a 6.^a loja.

No ano seguinte será José Luís Nogueira Viana o ocupante da loja, «em q vende ferrage»; é substituído em 1790 por João Manuel da Silva, que os livros de 1791 nos indicam como vendedor de

quinquilharia, e os de 1792 de ferragem. Deste último ramo era também a loja de Joaquim José Baptista, inquilino em 1799.

Em 1800 a loja (a n.º 5 dos registos municipais) é de novo ocupada por um capelista, Francisco de Almeida Brandão, que, pelo menos a partir de 1806, por ela paga 80\$000 e, a partir do 2.º semestre de 1820, 81\$600. Os livros da Décima indicam-no ainda como ocupante em 1821; continuará a sê-lo em 1822, pagando a renda de 120\$000.

Os actuais n.ºs 113 e 115 correspondem à loja n.º 4 dos registos camarários, indicada como 10.ª loja no livro de Arruamentos da Décima referente a 1768. Foi ocupada a partir do 2.º semestre pelo capelista Manuel Ferreira da Silva, que por ela pagou 108\$800; em 1769 passou a ser indicada como 9.ª loja. Em 1774 já o estabelecimento está em nome da viúva de Ferreira da Silva, a renda desceu ligeiramente para 108\$000 e aparece indicação de um caixeiro, Duarte da Costa, que vencia 28\$800 (Costa está também indicado no rol da «derisca» de 1779 e na Décima dos dois anos seguintes); o nome da viúva, Ana Joaquina Ludovina, aparece indicado nos livros de 1781 a 1784. Um fugaz inquilino, Tomás Montano, aparece na loja em 1785, «sem exercicio nella» e com uma renda mais elevada, 118\$000.

De novo 108\$000 paga o capelista João Baptista Massa, inquilino de 1786 a 1806; em 1790, ano em que a loja passa a ser designada como 7.ª, a renda alça-se episodicamente a 112\$000, para no ano seguinte regressar à importância anterior. Em 1792 a loja passa a ser dedicada à venda de loiça.

Loiça da Índia era também o que vendiam os ocupantes de 1807 em diante, Frias, Bessone e Companhia. Frias era Manuel José de Moraes Frias que nos registos camarários aparece como único inquilino até 1810; mas o seu sócio, Tomás Maria Bessone, logo em 1807 aparece indicado na Décima e, nos rois de desobriga, em 1808 e 1809 (arrolado também está Bento José Monteiro dos Santos). A renda paga pelos novos inquilinos passou a ser de 200\$000.

Em 1814 ficaria de noite na loja (com o n.º 36 na relação desse ano do almoxarife dos Paços Reais) um caixeiro de Moraes Frias. Em 1822 é Frias ainda o ocupante da loja (agora a segunda do prédio de outro dos autores da arrematação posterior ao incêndio, Ambrósio Ribeiro dos Santos).

Os n.ºs 117 e 119 dos nossos dias passaram, em 1822, a fazer parte do prédio de Cláudio José Marrocos.

No 117 se terá episodicamente instalado o capelista Manuel Ferreira da Silva no segundo semestre de 1768, substituído no ano seguinte pelo seu colega Manuel Luís da Silva, que aí foi vendendo as suas tafularias até 1785. Devoluta durante dois anos, a loja é de novo ocupada, em 1788, por outro capelista, Dâmaso Rodrigues Freire. Entre 1807 e 1811 ali terão estado estabelecidos os capelistas João Baptista Massa e Francisco de Almeida Brandão, o primeiro durante três anos e o segundo nos dois subsequentes. A partir de 1812 o inquilino é o capelista Miguel Carlos da Silva.

A terminar esta tentativa de identificação dos inquilinos da Rua dos Capelistas, arrisquemos mais algumas afirmações respeitantes ao n.º 119: foi ocupado por diversos capelistas, provavelmente da mesma família, Félix da Silva, Margarida da Silva, Sérgio Justiniano da Silva e Miguel Carlos da Silva, a partir, respectivamente, de 1769, 1784, 1800 e 1805. Em 1812 Miguel da Silva passa para a loja vizinha (o actual 117), sendo substituído por um armazém de Joaquim de Ataíde, neveiro na Rua do Ouro.

Inquilinos comerciais — Rua do Ouro

Outra loja de bebidas e neve terá existido em local não muito facilmente determinável no lado ocidental do edifício. Os livros da Décima de 1789 registam um Francisco José Gonçalves «com loge de bebidas virada p.^a a Rua Auria», pela qual pagava 85\$000. Provavelmente aí viveria, pois os rois de desobriga da freguesia de S. Julião (de 1784, 1786 e 1790) registam a sua presença, bem como a de três empregados no primeiro dos anos indicados e quatro nos restantes; o nome indicado em 1786 é Francisco José Gonçalves de Leiros. O rol de 1790 localiza-lhe a loja, de modo não muito esclarecedor, no 3.º quarteirão do paço.

O documento de Maio de 1814 que por diversas vezes temos utilizado informa-nos da existência, na Rua dos Ourives do Ouro, de «Hum Arm. de Venda de Neve de Joaq.^m Coelho de Athaide». A loja de Gonçalves vizinharia a esquina para a Praça do Comércio, a de Ataíde estaria próxima da esquina com a Rua Nova de El-Rei

ou situar-se-ia aproximadamente a meio da face ocidental do edifício.

É-nos possível determinar a presença da loja de Joaquim Coelho de Ataíde ao longo de alguns anos.

Em 24 de Julho de 1804 foi-lhe arrendado «hum Armazem n.º 1 nas cazas p. baixo do Cons.º da Faz.^{da} para guardar Asucar» por 100\$000 anuais (40). Mas um livro de resumo dos arrendamentos das propriedades da Câmara Municipal (41), enumerando as «Cazas e loges por baixo do Conselho da Fazenda, e Junta do Commercio», indica o armazém n.º 1 como ininterruptamente alugado a Ataíde de Julho de 1801 a Junho de 1814. E de um outro códice existente no cartório municipal (42) constam sucessivas renovações de arrendamentos trienais entre 1811 e 1825 (sendo a renda agora de 180\$000).

Em 1821 (ano em que o Senado deixa de usufruir os rendimentos das lojas do edifício) a loja de Ataíde é indicada nos livros da Décima como a primeira das cinco de um prédio do qual eram usufrutuários Filipe José Rodrigues de Aguiar e sua mulher. Esse prédio é indicado nos livros de 1823 e 1824 com o n.º 137; a loja de neve, no primeiro desses anos, é mantida pela viúva de Ataíde, achando-se encerrada no seguinte.

Inquilinos do 1.º andar — Rua dos Capelistas

E nos andares do lado da Rua Nova de El-Rei, quem terá morado? Indicam os livros da Décima que entre o segundo semestre de 1767 e 1771 habitaram os «quartos» do 1.º andar o capelista Félix da Silva, José Rodrigues dos Santos, pintor do Arsenal, o negociante João Teixeira e Jacinto Isidoro, mestre pedreiro, cada um deles pagando a renda de 80\$000. Este último é substituído em 1772 por Sebastião José Carrilho, abegão-mor do Arsenal, o qual por sua vez dá lugar em 1774 a João Paulo Álvares Serrão, guarda-mor do Senado, que não pagava renda.

(40) Arq. Hist. da C.M.L., VIII Colecção, Códice 60 (Cota 41/60), F. 25 V.

(41) Arq. Hist. da C.M.L., VIII Colecção, Códice 153 (Cota 153/41) .

(42) Arq. Hist. da C.M.L., VIII Colecção, Códice 154 (Cota 154/41) .

Os registos não fornecem indicações muito claras entre 1777 e 1780, ano em que todos os inquilinos serão mandados «despejar para acomodação de Sua Mag.^o»; só permanece João Teixeira (relacionado nos rois como João Teixeira de Melo), já não indicado como negociante mas como criado de Sua Magestade e não pagando renda, em virtude de ter sido encarregado de «ter conta em varias alfaias do Paço».

Outros ocupantes

Depois do abandono do paço pela família real, diversos ocupantes mais ou menos duradouramente terão por ele passado. Assim, José Rodrigues, mestre pintor do Arsenal (provavelmente o antigo inquilino do 1.^o andar), requer em 8 de Abril de 1794, não sabemos com que resultado, que lhe seja cedida «interinam.^{te} huma caza das que se achão vagas da Familia de Sua Magestade». ⁽⁴³⁾ No número de 19 de Junho de 1804 da «Gazeta de Lisboa» depara-se com a seguinte notícia: «Quem quizer comprar huma Quinta no Lugar de Camarate, procure o Beneficiado João José Martins, assistente em hum quarto do Palacio do Terreiro do Paço, defronte da loja do Casaca». Numa relação de papéis remetidos ao almoxarife da Casa das Obras ⁽⁴⁴⁾ refere-se portaria de 30 de Janeiro de 1805 «para acomodação de dois Clerigos Inglezes em algum dos Quartos das Cazas do Terreiro do Paço». Ofício remetido pelo conde das Galveias ao patriarca de Lisboa em 25 de Novembro de 1813 ⁽⁴⁵⁾ comunica que o príncipe regente, deferindo pretensão de Elias da Cruz, ordenava «que os Governadores do Reino lhe mandem dar para sua habitação a Casa, que pretende nos baixos do Palacio do Terreiro do Paço, que occupou em outro tempo o Patrão Vieira». A relação do almoxarife Azevedo informa-nos de que em 1814: habitava no

(43) Arquivo Histórico do Ministério da Habitação e Obras Públicas, Ministério do Reino, maço 44.

(44) Que se encontra no mesmo maço do já muitas vezes citado officio do almoxarife Azevedo.

(45) Arquivo Histórico Ultramarino, Rio de Janeiro, 1.^a série, 1812-1813 (documento indicado pelo meu prezado Amigo e devotado investigador o Ex.^{mo} Senhor José Mártires dos Santos).

1.º andar (do n.º 99 da Rua Nova de El-Rei?) o fiel do Tribunal da Chancelaria, Gregório José da Cruz; no mesmo piso, talvez, do actual 107, vivia Manuel Cipriano da Costa; na Rua do Ouro havia um «quarto de primeiro andar ocupado por Fellipe Jozé Roiz de Aguiar cazado com D. Mariana Doroteia», debaixo da arcada «Hum quarto ocupado pelo P.º João Luiz» e na Rua Augusta João Henriques ocupava, além da loja, «hum primeiro andar.»

Algo mais se pode afirmar no que respeita à presença de Manuel da Costa e de Filipe de Aguiar. Os pouco seguros elementos fornecidos pelos rois permitem admitir que nos quartos do 1.º andar da Rua dos Capelistas habitaram D. Antónia de Jesus Maria, D. Francisca de Assis, Jerónimo Martins da Costa e D. Caetana Maria Inácia; em 1810 D. Francisca de Assis foi substituída por Manuel Cipriano da Costa ⁽⁴⁶⁾, oficial maior do Senado, a quem as instalações eram cedidas para habitação própria e «para o alojamento dos Cartórios de que está incumbido». Na Gazeta de 31 de Janeiro de 1811 insere-se um anúncio do médico José Salgado, «residente agora em casa de seu cunhado, o Procurador da Cidade Manoel Cypriano da Costa, na rua nova d'El Rei N.º 34». E os livros da Décima continuam a indicá-lo até ao primeiro semestre de 1821, data até à qual também Aguiar continuou ocupando o andar de que era usufrutuário.

Serviços instalados a partir de 1796

Para alívio de algum improvável leitor de tão rara paciência que até aqui tenha chegado, aproxima-se o momento de terminar. Façamo-lo tentando a determinação de quais os serviços que, uma vez deixando o paço de ser utilizado pelos seus régios ocupantes, começaram a instalar-se ou reinstalar-se nele.

Assim como o Senado da Câmara regressou às suas instalações do Pelourinho no segundo semestre de 1796, pela mesma altura o terão feito a Junta do Comércio e suas dependências e o Conselho da Fazenda. Pelo menos em relação a este foi possível encontrar referência, de Agosto desse ano, à «mudança do mesmo Tribunal»⁽⁴⁷⁾.

⁽⁴⁶⁾ Arq. Hist. da C.M.L., cód. 41/188.

⁽⁴⁷⁾ A.N.T.T., Conselho da Fazenda, Próprios Nacionais, L.º 236, F. 40.

E na relação de 1814 tantas vezes citada lá aparecem a «Arcada do Conselho» e «hum Saugaõ que dá Claridade para os Quartos do Conselho da Fazenda», sendo de 28 de Maio do mesmo ano de 1814 uma consulta ⁽⁴⁸⁾ que sublinha a insuficiência das instalações do Conselho comparativamente com as da Junta («sendo onze as Janelas deste Edifício, e tendo a Contadoria da Real Junta do Commercio os vaons de dez...») e refere a acomodação do Cartório da Inconfidência, a passagem para o Conselho «dos Cartorios da Junta dos Trez Estados» e a carência de espaço que levava a «acomodar-se o Oratorio no vão de huã Janela da Sala do Cons.^o».

É também de 1814 outro documento que igualmente nos esclarece um pouco a respeito das instalações do Conselho e de outro organismo também regressado, a Junta da Sereníssima Casa de Bragança. Fez esta subir, em 29 de Abril, a seguinte consulta ⁽⁴⁹⁾: «Tendo Vossa Alteza Real sido servido mandar demolir, por se achar arruinado, o Arco que estava construido sobre a Rua Aurea, e que servia de Passadiço, dos Reaes Palacios da Praça do Commercio desta Cidade, se removeu por Ordem de Vossa Alteza Real a Secretaria da Fazenda da Serenissima Caza de Bragança, que estava no pavimento superior do dito Arco, e tambem o Arquivo da mesma Serenissima Caza, para huma Sala do edificio do Conselho da Fazenda, que faz frente para a rua nova de El-Rey. E ainda que a dita Secretaria da Fazenda, e Arquivo se achão commoda, e decentemente alojados na referida Sala, e em hum Gabinete que lhe fica contiguo: he do dever desta Junta representar a Vossa Alteza Real que todo o primeiro andar daquelle edifficio está occupado por diferentes inquilinos, que nelle habitão. E que sendo tão frequentes nesta Capital os incendios, he e não pouco de reciar que ateando-se algum nas cazas de habitação dos ditos inquilinos, venha infelizmente a devorar-se todo o mesmo edificio, e com elle não só o Cartório da Fazenda, e Arquivo da Serenissima Caza de Bragança, mais os dos outros Tribunaes que tambem nelle existem». E solicitava a Junta da Sereníssima Casa que os inquilinos fossem despejados e destinadas as instalações que ocupavam «para outros Estabelecimentos publicos (...)

(48) A.N.T.T., Cons. da Faz., L.^o 23, F. 88 V.

(49) A.N.T.T., Ministério do Reino, maço 525.

entre elles, para a Chancellaria da Sereníssima Caza de Bragança que actualmente se está fazendo até com indecencia em huma caza no pavimento terreo do Real Palacio da Bemposta, e para o Cartorio do Registo das mercês da mesma Serenissima Caza, que se acha sugeita ao mesmo perigo nas cazas em que rezide o Escrivão della, no sitio do Bairro Alto, e q̃ he muito importante por ser o unico Cartorio da Serenissima Caza, que não foi devorado no incendio sucessivo ao Terremoto de mil setecentos sessenta (sic) e cinco». No mês seguinte, a Junta está mencionada na relação do almoxarife Azevedo. E de que ambas as instituições, Casa de Bragança e Conselho da Fazenda, permaneceram nestas suas instalações até 1821, quando outras provas não houvesse como tal nos serviria a consulta de 12 de Novembro de 1824 ⁽⁵⁰⁾ em que é afirmado: «Esta Secretaria assim como o Archivo, e o tribunal da Serenissima Caza de Bragança mudaram para a Caza dos vinte e quatro, por occasião do incendio que consumio o quarteirão do Terreiro do Paço, seguindo nisto a sorte do Conselho da Fazenda, cuja Caza era a mesma das Sesoens do Tribunal».

Sobre o funcionamento da Real Junta do Protomedicato nas instalações da Junta do Comércio informa-nos uma consulta não datada mas que deve ser de finais de 1808 ⁽⁵¹⁾. Pronuncia-se sobre representação da «Real Junta do Proto-Medicato sobre se fazerem as suas sessoens na mesma Casa da Real Junta do Commercio em virtude de hum Aviso de Novembro de 1798 ⁽⁵²⁾, cuja execução fora interrompida pelo Governo Francez, em razão de ser a Casa necessaria á Real Junta do Commercio por conta da contribuição commercial; e que tendo cessado este motivo devia ser-lhe restituída a mesma Casa». A Junta (que, como por este documento se confirma, estaria já reinstalada na Praça do Comércio pelo menos em 1798) expressa a esperança de que «Haja V.A.R. de repartir o incomodo desta hospedagem, que tem soffrido ha perto de 10 annos:

(50) A.N.T.T., Ministério do Reino, maço 526.

(51) A.N.T.T., Cart. da Junta do Com., L.º 136, F. 190.

(52) Não será de Novembro mas sim de 7 de Dezembro e está registado a F. 154 V do L.º 131 do Cartório da Junta (A.N.T.T.). Comunica: «A Raynha Minha Senhora tem determinado que por ora, em q.º não houver hua Caza propria, as Sesoens da Junta do Proto Medicato se hajaõ de selebrar as segundas, e sextas feiras de tarde de Cada Semana na mesma Caza em q a Real Junta do Commercio costuma fazer as suas Cessoens (...)».

muito mais quando tendo sido ella mesmo (encarregada a principio das Obras Publicas de Lisboa) quem dirigio a construcção da Casa das suas Sesoens, que conserva com limpeza e decencia; não he de razão que a veja todos os dias enxovalhada por pessoas do povo, que concorrem ás Sesoens do Proto-Medicato a responder pelas suas condemnaçoens».

Detenhamo-nos, uma última vez, na preciosa relação de Maio de 1814 e destaquemos alguns ocupantes a que ainda não tenha sido feita referênciã: na Rua dos Capelistas encontramos «Hum primeiro andar occupado com o Tribunal da Chancellaria»; na arcada, caminhando de Ocidente para Oriente e depois da «Loja de venda de Livros da imperção Regia» de que já nos ocupámos, encontra-se a «Caza da Guarda», um «Armazem Occupado na venda de varias fazendas manufacturadas na Corduaria» e outro «na venda do papel da Real Fabrica de Alenquer».

A Chancelaria ali continuava em 1821, conforme nos informa a declamatória notícia do incêndio ocorrido em 10 de Junho inserta no número do dia 12 de «O Patriota»: «Memoravel será este dia para os Lisbonenses!!! Virão entregue ás devoradoras chamas huma parte do mais bello Edificio da sua cidade! O quarteirão, aonde estavam os Tribunaes — Concelho da Fazenda — Junta do Commercio — Casa de Bragança — Chancellaria — immensas lojas de Capelistas, e outras foi reduzido a cinza».

Aproveita-se a, além do mais, contraditória prosa do noticiarista para esclarecer que, embora gravissimamente danificado, o edificio não ficou, propriamente, «reduzido a cinza». Em consulta de 13 de Agosto de 1821⁽⁵³⁾, na qual a Junta indica as instalações que pretendia depois da reedificação, enumera «as Officinas inferiores, que escaparão do incendio, e que erão destinadas para as Matriculas, e para os Depozitos das Tomadias grossas»⁽⁵⁴⁾. E noutra, de 23 de

(53) A.N.T.T., Cart. da Junta do Com., L.º 150, F. 6.

(54) Ainda que o «Armazem das Tomadias, debaixo da arcada» tenha sido transferido para junto da Alfândega e os géneros dele retirados por ocasião do incêndio tivessem sido provisoriamente guardados «no edificio novo que se anda construindo na Praça do Commercio» (o quarteirão entre a Rua Augusta e a Rua da Prata). O fiel do armazem alegava não poder indicar muito exactamente as quantidades dos salvados «e som.º podia dizer, q sendo todos os que existião no Armazem baixo 206 barris d'agoardente de Hes-

Outubro de 1823 ⁽⁵⁵⁾, reconstruído já o edifício mas destinado «para as Secretarias d'Estado que se achavão acomodadas no Rocio e Palacio da Inquizição», recorda a Junta que admitira pudesse ficar «a Meza do Bem Commum na mesma Caza em que dantes se achava por se ter salvado do incendio». De facto, melhor ou pior, nas suas instalações ou noutras muito vizinhas, a Mesa manteve-se no edifício ainda mais de um ano: em 14 de Junho de 1821 ⁽⁵⁶⁾ a Junta fez subir consulta em que se refere que «A Meza do Bem-Commum dos Mercadores achando-se privada da Casa em que fazia as suas Sessões pelo lamentavel incendio acontecido no dia 10 de corr.º supplica a V. Mag.º (...) queira (...) conceder-lhe outra contigüa ao mesmo Tribunal, onde possa continuar no exercicio das suas obrigações»; portaria de 17 de Setembro de 1822 ⁽⁵⁷⁾, «Sendo preciso para o serviço Publico o local que occupa no Terreiro do Paço a Meza do Bem Commum», determina que a Junta sugira local para onde a mesma seja transferida; logo em 27 ⁽⁵⁸⁾ a Junta expende o parecer de que poderia a Mesa acomodar-se na «Casa dos Padres da Congregação do Oratorio, denominada do Espirito Santo», o que teve lugar em 11 de Outubro ⁽⁵⁹⁾. A persistência de ocupantes posteriormente ao incêndio é-nos revelada por consulta de 19 de Setembro de

panha, 2 pipas de d.º da França; e quanto ao mais huma grande porção de genébra, e vinho de Champanha em botijas, frascos, e garrafas, alguns bezerros, e huns poucos de ceiroens com candieiros de latão (...)» (A.N.T.T., Cart. da Junta do Com., L.º 150, F. 126).

⁽⁵⁵⁾ A.N.T.T., Cart. da Junta do Com., L.º 153, F. 173.

⁽⁵⁶⁾ A.N.T.T., Cart. da Junta do Com., L.º 148, F. 204. Esta consulta veicula representação da Mesa, da mesma data: «Senhor = A Meza do Bem Commum dos Mercadores penetrada da mais pungente magua representa a V. Mag.º que tendo igualmente participado do incomodo cauzado pelo incendio no dia dez do corrente mez, por que tudo que lhe pertencia foi entre a maior confuzão removido para diferentes partes se acha fora da Caza que V. Mag.º lhe havia concedido para as suas Conferências, arrecadação e guarda dos seus respectivos papeis; ou para melhor dizer se acha impossibilitada de poder continuar ali o seu expediente pelo perigo que ameação as Abobadas superiores já em parte fendidas pelo pezo que lhes sobreveio». (Arq. Hist. do Min. da Habit. e O. Púb., Mesa do Bem Commum dos Mercadores, L.º 2, F. 41 V).

⁽⁵⁷⁾ A.N.T.T., Cart. da Junta do Com., L.º 151, F. 52 V.

⁽⁵⁸⁾ A.N.T.T., Cart. da Junta do Com., L.º 152, F. 128 V.

⁽⁵⁹⁾ Conforme se verifica por documento respeitante aos 22\$670 gastos com a mudança (A.N.T.T., Cart. da Junta do Com., maço 369, doc. n.º 26).

1822 ⁽⁶⁰⁾: «Senhor = A Junta do Commercio em observancia das Portarias da Secretaria d'Estado dos Negocios do Reyno de 9 e 10 do corrente mez de Setembro, leva á Real Prezença de V. Mag.^{de} as Chaves do Armazem dos Algodoeiros que occupava Antonio dos Santos no Edificio incendiado, bem como da Sobreloja onde existião alguns livros respectivos ao mesmo Tribunal (...)».

O despejo de António dos Santos foi precedido da averiguação de a que título lhe tinham sido concedidas as instalações; essa averiguação respeitou também a outro occupante, o armazém da fábrica de Alenquer, e foi determinada por portaria de 16 de Julho de 1822 ⁽⁶¹⁾ mandando que a Junta «faça presente em Consulta (...) o titulo porque Antonio dos Santos com Armazem de Algodoeiros, occupa debaixo da arcada hum vão de portas, o preço da locação, e o tempo do Contracto; e o mesmo declarará a respeito de outro Armazem, em que se acha o papel da fabrica de Alenquer, que occupa hum vão na quelle dito sitio, e quatro vãos para a Rua Augusta».

A consulta subiu em 29 de Agosto de 1822 ⁽⁶²⁾ e contém bastantes informações a respeito dos dois occupantes mencionados na portaria assim como de outros e, por isso, vai a seguir quase totalmente transcrita:

«Para satisfazer-se a esta Determinação, mandou o Tribunal informar a sua Contadoria, expondo o respectivo Contador Geral, que ali nunca constára officialmente couza alguma a respeito dos dois Armazens de que se tracta, e por tanto fica claro que o Tribunal não recebia por elles renda alguma; sabe porem elle Contador particularmente; que tendo o Armazem da esquina servido para a venda dos galões manufacturados na Fabrica Nacional das Sedas, passara depois a servir para a venda das Fazendas de huma Fabrica de Estamparia, de que era Proprietario, ou Administrador Joze Nicoláo Garrido, hoje Guarda livros das Administraçoens na Caza da India, e que em 1807 servia para a venda das Fazendas da Fabrica da Cordoaria. Que ordenando-se nesse anno em Resolução de Consulta deste Tribunal, que as Fazendas de Contrabando apprehendidas fossem arrematadas em leilão para

⁽⁶⁰⁾ A.N.T.T., Cart. da Junta do Com., L.º 152, F.125 V.

⁽⁶¹⁾ A.N.T.T., Cart. da Junta do Com., L.º 151, F. 36.

⁽⁶²⁾ A.N.T.T., Cart. da Junta do Com., L.º 152, F. 109 V.

serem pelos Arrematantes exportadas para fora do Reyno, exegindo-se para o dito fim maiores Armazens, o Barão de Sobral então Deputado deste Tribunal, e Inspector da Contadoria, conseguira pelas suas particulares diligencias, e consumado zelo o dito Armazem, passando as manufacturas da Fabrica da Cordoaria, que em muito pequena quantidade nelle exestião, para o primeiro referido Armazem de hum vão de portas em que então estava o livreiro do Tribunal. Que seguindo-se pouco depois a invasão dos Exercitos Francezes, privou esta o expediente da quellas leiloeñs, e o mencionado Armazem da esquina fôra então aplicado para a venda do papel da Fabrica de Alenquer, então deregida por Francisco Antonio dos Santos ha pouco fallecido em Deputado ás Cortes. (...) informando a Secretaria que só lhe constava o que informava a Contadoria; mandou o Tribunal que os Administradores da Fabrica de Alenquer, e Antonio dos Santos, satisfizessem ao exegido, apresentando os titulos por que ocupão os Armazens apontados; em consequencia do que representou o dito Antonio dos Santos, que elle fôra chamado em 4 de Junho de 1820 por Pedro Mariz já fallecido, para ser encarregado como Fiel do sobre dito Armazem, onde se recolhião as Fazendas das Fabricas Nacionaes, de que o mesmo era Inspector, offerecendo ao Supp.^{te} o salario de 320 rs diarios, pagos pelo Thezouro Publico, como tinha o antecessor Fiel que acabava de ser despedido. Que elle não aceitara o sallario promettido, e sim o ficar no Armazem ligado ás mesmas obrigaçoẽs que tinha o seu antecessor, só com a vantagem de poder ali recolher e vender algumas das suas proprias fazendas, e da quellas mesmas que elle tem vendido para o Arcenal da Marinha, sendo este o motivo por que occupa o sobredito Armazem, podendo-se claramente vereficar que o Estado nunca mais dependeo salario algum neste Serviço, depois da referida data, o que devia constar dos competentes assentos. Que elle por occasião do grande incendio, que ali houve, tivera huma perda muito excedente a 1:600\$000 rs, e que alem disto estava reduzido a hum estado bastante precario, pelo empate de 16:300\$000 rs que tanto se lhe deve pelo Arcenal da Marinha, de fazendas que lhe vendeo, sendo metade desta importancia depois de 1820: pelo que, Pede a V. Mag.^{de} a sua conservação no dito Armazem, com preferencia a outro qualquer, arbitrando-se huma renda proporcionada, se V. Mag.^{de} o julgar conviniente.

Em quanto á Fábrica de Papel de Alemquer, respondeo o Director Antonio Francisco Machado, que a Administração da mesma Fabrica, ha annos se acha de posse do Armazem, desconhecendo o motivo, por não ter visto titulo algum, e ser do tempo dos Directores fallecidos Sebastião Antonio da Cruz Sobral, ou Francisco Antonio dos Santos (...).

Pelo texto transcrito se verifica que o armazem da fábrica de Alenquer se terá instalado por ocasião das invasões francesas. No mesmo local continuava em 1822 (ocupando os actuais n.ºs 1 a 7 da Rua Augusta?) e talvez por algum tempo tenha aí permanecido. Sinais de uma presença ininterrupta encontramos em 1814, na relação do almoxarife Azevedo, e em 1811, num anúncio de que «Debaixo d'Arcada do Terreiro do Paço no Armazem de papel da Real Fabrica d'Alenquer, se vende Agoa de Pirmont»⁽⁶³⁾. Prova de que se deslocou para algumas portas adiante ou ampliou as suas instalações, temo-la nos livros da Décima, pelos quais se verifica que à fábrica de Alenquer esteve arrendada a 2.ª loja do prédio de Inácio Fernandes entre o 2.º semestre de 1822 e o 1.º de 1830.

Ao estudioso da Aula do Comércio que é, simultaneamente, o contrito responsável por este informe amontoado de indicações, perdoe-se-lhe o ter guardado para final a referência a essa já então velha escola. Regressada, talvez, em 1796 às instalações de que fora desalojada em 1780, é comprovável a sua permanência⁽⁶⁴⁾ até ser definitivamente expulsa pelo incêndio de 1821, em virtude do qual foi transferida para o «Convento de Nossa Senhora da Boa Ora de Lisboa»⁽⁶⁵⁾.

É, há muito já, tempo de terminar. O incêndio que consumiu «hum dos mais bellos Quarteirões da Cidade Nova»⁽⁶⁶⁾ marcou na história deste um marco decisivo. História que, esquecido já o velho paço da Praça do Comércio, teria, não obstante, do início da terceira década do século passado até aos nossos dias, alguns aspectos interessantes. História que será, talvez, um dia tentada.

(63) Publicado no n.º de 4/7 da «Gazeta de Lisboa».

(64) Cfr. Francisco Santana, «Locais de funcionamento da Aula do Comércio».

(65) A.N.T.T., Cart. da Junta do Com., L.º 149, F. 43.

(66) Aviso de 12 transcrito no «Diario da Regencia» de 13/6.

Os Serviços de Incêndios em Lisboa ⁽¹⁾

O autor começa por informar de que as primeiras providências oficiais, tomadas em Lisboa para se acudir aos frequentes incêndios, datam de 25 de Agosto de 1433. Determinavam que, todas as noites os pregoeiros, em cada freguesia, recordassem aos moradores os cuidados a ter contra os perigos do fogo. E no caso de algum — «o q. ds. ñ queira» — todos os carpinteiros e calafates deveriam comparecer no local, com machados, e que as mulheres igualmente fossem com cântaros e potes.

Por nos parecer de interesse conservar as informações — que vão da data destas determinações à da publicação do estudo no *D N*, cerca de cinco séculos da História olisiponense — aqui se transcrevem, com a devida vénia, para proveito de interessados. Cremos que é autor deste estudo: Carlos da Silva Moniz.

Após a pequena nota introdutória, acabada de resumir, o articulista do prestigiado diário da nossa Cidade prossegue:

«Este regime vigorou por mais de dois séculos, tendo sofrido em determinada altura uma ligeira ampliação, que diria respeito aos mestres das duas Ribeiras — Velha e Nova — aos quais ordenado foi que sempre às suas ordens tivessem tantos «machados», quantos fossem os oficiais (operários) moradores na cidade. Estes, por sua vez, encontravam-se registados em livro especial, tendo por obrigação acudir e formarem, aos sinais de fogo dados pelas torres,

(⁶) Recorte do *D. N.*, a que falta a data de publicação, na posse de P. C. S.

junto das portas das casas dos respectivos mestres, marchando depois, em massa, para o lugar do incêndio.

O município da cidade, organismo de muita respeitabilidade e peso, que administrava nesse tempo a capital, consultou, em 29 de Outubro de 1677, o príncipe regente do Reino, mais tarde D. Pedro II, sobre a conveniência duma nova organização destes serviços, à semelhança da que então se fazia em Paris, alegando que não davam resultados práticos, pela mudança constante das pessoas detentoras de ferramentas distribuídas, e na posse de cada um, em suas casas.

Anteriormente à diligência que junto do príncipe foi feita, tinha sido apresentada no município uma fórmula para aquisição de escadas, alguns bicheiros com 200 galões de almude cada, alguns croques com baldes de lona contendo água, que se despejava sobre o incêndio e, ainda e sobretudo, o recrutamento de pessoal assalariado.

Na consulta oficial a que findámos de nos referir, para obter a devida autorização régia, a fim de reorganizar os serviços de socorros a fogos, o plano, subordinado ao figurino de Paris nessa data, era como segue:

Na casa das obras (oficinas de construção) haverá:

- a) Escadas ferradas, de diversas medidas;
- b) Hastes de pau;
- c) Calões de couro cru, para tirar águas das tinas; e
- d) 30 oficiais assalariados (carpinteiros, pedreiros e trabalhadores) que, armados de picaretas, alviões e alavancas, acudam por obrigação aos incêndios.

Era também opinião expendida que esses oficiais tivessem mestres à sua disposição, com idêntica obrigação de acudir aos incêndios, ficando todos à ordem do vereador das obras, e tendo o município a faculdade de os castigar, quando faltassem a seus deveres.

A divisão do pessoal, além dos 30 oficiais, foi desta forma solicitada:

- 6 mestres do ofício de carpinteiro;
- 6 mestres do ofício de pedreiro;
- 8 trabalhadores.

A remuneração anual estabelecida para estes 20 homens foi de 140 mil réis, soma que nesta data era cobrada para o pago dos trabalhos e perigos dessas funções públicas.

Com este sistema aproveitaram também os ministros superiores, a quem por lei especial estava confiada a direcção da segurança pública, e que se não veriam a sós com o povo, que mais acudia aos fogos «para confundir do que para remediar», conforme as considerações do relatório apresentado.

Além destas providências, foi solicitado ainda a Sua Alteza que recomendasse ao vedor da repartição dos armazéns que sempre os oficiais da Ribeira das Naus acudissem também prontamente e que as justiças, que no local comparecessem, tomassem as ruas, não deixando passar outra gente que não pertencesse à corporação dos mestres, oficiais, trabalhadores ou todos os que fossem julgados como úteis, porque os demais apenas embaraçariam ou iriam furtar.

Era igualmente o município de opinião que deviam estabelecer-se, em Lisboa, aproveitando a reforma, estações ou armazéns para arrecadação de aparelhos e ferramentas, confiados aos mestres de ofício, continuando, como antigamente, na Ribeira, a mesma quantidade de machados, e os carpinteiros existentes na cidade, mantendo a antiga obrigação de comparência nos locais de incêndio.

Só no dia 28 de Março de 1678 se obteve despacho régio a tal projecto municipal, criando-se nessa ocasião 3 armazéns para arrecadação dos aparelhos e ferramentos, sendo:

«Um a meio do bairro Alto, outro a meio do bairro de Alfama e o outro no bairro intermédio a estes, com todos os apetrechos usados nessa época: e escadas dobradiças de altura competente em relação à altura das propriedades então existentes, sendo distribuídas as chaves dos armazéns a um dos mestres, ao vedor da fazenda da repartição dos armazéns e ao presidente da junta do comércio geral.»

Em 24 de Outubro de 1681, começaram as aquisições ao estrangeiro das primeiras peças próprias para o serviço, sendo encomendadas na Holanda, por intermédio de Pedro Matos, negociante. Vieram 200 baldes de couro, 2 esguinchos (bombas), 2 arpias e algumas ferramentas mais, tudo no custo de 2 mil cruzados.

Nessa ocasião, a cidade estava dividida em dois bairros, tendo sido distribuídos 50 baldes a cada e ficando de reserva os restantes 100, na posse do tesoureiro do município.

Desses 50 baldes a cada bairro, tomaram conta os carregadores e juizes do crime, distribuindo-os, bem como 12 ferramentas de cada espécie (machados, picaretas, enxadas e alavancas), por homens da sua confiança, sendo também nessa ocasião alistados todos os pedreiros e carpinteiros com a obrigação de correrem a sítios de incêndio sob pena de 2 meses de prisão, imposta aos que faltassem.

O primeiro regulamento publicado sobre o assunto, imposto pela urgência de metodizar serviços distribuídos por tão grande número de oficiais com ferramenta, data de 24 de Outubro de 1681. É muito curioso. Nele se faz, por exemplo, a seguinte distribuição de ferramentas: machados, aos carpinteiros e serradores; picaretas, a pedreiros e cabouqueiros; enxadas, alavancas e baldes, aos trabalhadores; lanternas, por outros ofícios mecânicos.

Por bairro, cada um destes misteres tinha dois oficiais mais idóneos, chamados cabos, que estavam sempre em contacto com as pessoas da sua quadrilha. As chaves dos armazéns, onde estavam guardadas as ferramentas, foi resolvido que ficassem em poder dum homem do povo, aquele que mais próximo habitasse e cujo ofício o obrigasse a conservar-se por mais tempo em casa. Quando este depositário se ausentasse, passariam às mãos dum vizinho nas condições exigidas.

Do transporte dos três esguichos (bombas) tinham sido encarregados os capatazes do Terreiro, com seus grupos de homens. A estes, quando faltassem aos incêndios, era imposta a pena de 30 dias de cadeia e multa de 2 mil réis.

Pelo mês de Julho de 1697, verificando-se o descaminho das ferramentas distribuídas, foram os juizes, que exerciam o seu cargo por 3 anos, obrigados, quando substituídos, a fazer a entrega das ferramentas à sua responsabilidade na casa das obras.

Em 6 de Junho de 1701, o mestre correeiro João Rodrigues, a quem tinha sido confiada a conservação dos 3 primeiros esguichos por 10 mil réis anuais, pretendeu guardá-los em sua própria casa, num prédio detrás do convento de S. Domingos, alegando que só dessa forma se encontrariam sempre em condições de servir.

Na petição feita ao Senado Municipal, o correeiro Rodrigues obteve opinião favorável do respectivo presidente, D. Francisco de Sousa, que entendia que o sistema das bombas espalhadas pela cidade não convinha ao serviço da Câmara, pois o estado de abandono

em que se encontravam era flagrante, não se utilizando também, quando eram precisas, por ninguém as ir buscar. Esta opinião, contudo, não venceu, e por proposta do vereador Diogo da Cunha Soto Maior, que entendia que as bombas guardadas num só local demoravam a ser transportadas para os extremos da cidade, foi assente ficar um esguicho numa loja do meio da cidade, e os outros dois em lojas nos fins ou extremos, contratando-se um almocreve, para fornecimentos de cavalgadas, quando fosse distante e muito urgente a saída. Esta deliberação não invalidou o dever de as companhias de pão do Terreiro comparecerem sempre, quando os sinos chamavam a fogo.

Em 3 de Outubro de 1714, foi feita nova organização de socorros, e elaborado o segundo regulamento dos serviços de incêndio na capital. Por ele foram criados em cada bairro: 1 armazém, com 2 bombas; 4 escadas dobradiças com 20, 30, 40 e 50 palmos cada; 12 baldes de pau, com cordas em linho e alcatroados, tendo as braças precisas, e, havendo como guarnição, em cada armazém, 8 homens com o respectivo capataz.

Este pessoal, quando não comparecia a serviço, pagava a despesa daquele que o substitua. O vencimento destes homens era pago pelos capatazes, que recebiam 40 mil réis anuais, ficando ainda por sua conta, além dos salários, a renda do armazém.

O correeiro Rodrigues, a cargo de quem ficou a sua conservação, seria multado em 30 cruzados, se as bombas não estivessem em bom estado, quando houvessem de ser utilizadas.

Por uma infracção ao que fora disposto anteriormente, quanto à responsabilidade do juiz do crime do bairro, que era obrigado, ao deixar o cargo, à entrega das ferramentas a si confiadas, o Senado da Câmara oriental queixou-se contra o juiz do crime do bairro da Mouraria, Luís Borges de Carvalho, em 23 de Dezembro de 1719, acusando-o de negligência. É uma nota interessante, e parece que rara, pois dessas atitudes municipais não há muito conhecimento nos apontamentos colhidos.

Em 28 de Janeiro de 1734, veio para Lisboa, por compra feita na Inglaterra, uma segunda remessa de 4 bombas, que foram distribuídas pelos armazéns à data existentes.

Essa nova aquisição de bombas deu origem a que fossem aumentados os capatazes, também conhecidos por cabos, em número de 11, na data de 6 de Setembro de 1745, e já nessa altura classificados como bombeiros. Convém aqui dizer, que a tais bombeiros a Câmara devia 5 anos de salário, em 1 de Fevereiro de 1745. Neste dia, os reclamantes alegavam na sua exposição que estavam na miséria, tendo vendido ou empenhado os seus haveres, a fim de poderem manter-se à frente dos seus cargos, nos quais haviam por fim servir o povo no bem-comum.

A Câmara, vivendo com dificuldades, e tendo apenas consignada no orçamento a verba de 196 mil réis, para um grupo de 3 bombeiros e pagamento de conservação de material ao correeiro, depois da reclamação, resolveu distribuir 13 818 réis por cada bombeiro, e 44 000 réis pelo correeiro! A cada bombeiro pertencia nessa ocasião 40 mil réis!

Ainda esta organização teve de ser posta de parte, por várias dificuldades, entre elas as de ordem material.

Em 30 de Julho de 1746, foi resolvido aproveitar os capatazes do Terreiro, entregando-lhes as bombas, ao tempo 12, nas condições seguintes:

Como existissem, ao tempo, além das capatazias do carvão, as 5 da palha, da lenha, de Abrantes, de Santarém e da terra, e mais 31, com cerca de 300 homens, eram distribuídas à do carvão 50 barris de galé; às segundas, 58 barris iguais; e às últimas, 150 baldes de coiro e 100 cestos de calhau para remoções. Este pessoal era obrigado a comparecer todos os dias e a receber ordens do vereador das obras, que o distribuía pelos lugares, que julgasse necessário.

Mas ainda esta experiência não deu o resultado requerido, porque sempre que tocava a fogo muitos fugiam e se escondiam, dificultando o trabalho de extinção de incêndios.

Essa falta mais se fez sentir e mereceu as mais acerbas censuras, quando um violento incêndio, em 10 de Agosto de 1750, destruiu por completo o Hospital Real de Todos os Santos, onde estavam internados cerca de 800 doentes, que muito dificilmente, mas felizmente, se salvaram.

Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, que assistiu aos trabalhos de extinção, apavorado com o deplorável estado do material e procedimento dos bombeiros, impôs à Câmara inadiá-

veis medidas, resultando, que, dois dias depois, em 12 de Agosto de 1750, o Senado Municipal ordenou que fossem retiradas do poder dos tais capatazes todas as bombas e fossem suspensos os mestres carpinteiros e pedreiros e o vedor das obras, funcionários estes que superintendiam nos serviços de extinção de incêndios.

Na mesma ocasião, foi deliberado que as bombas fossem entregues aos juizes do povo, a fim de estes magistrados as distribuíssem por pessoas competentes, capazes de acudir com elas aos fogos.

Durante muitos anos se manteve este regime, evidentemente com deficiências e tais e a tal ponto que em 17 de Janeiro de 1766, foi nomeado Domingos da Costa, mestre dos calafates da Ribeira das Naus, para dirigir os serviços e organizá-los de maneira a tornar-se mais útil o material e mais disciplinado o pessoal.. Mestre Domingos da Costa não deu conta do recado, porque mais tarde foi demitido pelo seu préstimo insuficiente.

Em 21 de Junho de 1786, um célebre maquinista, homem de bastante influência, tendo prestado grandes serviços à cidade, Mateus António da Costa, foi convidado a organizar os serviços de socorros. Aceitou esse indivíduo tal encargo, sendo nessa data criado o lugar de inspector.

Em 1794, conseguiu Mateus da Costa que se reunisse a administração dos chafarizes à dos incêndios, passando o seu orçamento anual de 250 mil réis para 600 mil réis.

O pessoal industriado e nomeado para acudir aos incêndios subiu a cerca de 3000 homens, compondo-se de patrões de bomba, aguadeiros e companhias de serviço público, formadas por pessoal dos diversos serviços camarários, que pelas portarias de 13 de Julho de 1796 e 31 de Janeiro de 1799, ficaram sob as ordens do Inspector dos Incêndios.

Começa nesta data a sentir efeitos a nova organização. Pouco a pouco foram adquiridas mais bombas e feitos carrinhos ligeiros para transporte de material miúdo, ferramentas, etc. Os aguadeiros já cobravam um vintém por cada barril de água que transportavam para o incêndio, de forma que ela assim não faltava nunca.

Em 1852, era inspector dos serviços Joaquim Júlio Pereira de Carvalho, mais tarde substituído por José Augusto Correia de Barros, funcionário dos correios, que exerceu o cargo o melhor que lhe foi

possível com os elementos que então possuía, e sendo a corporação já denominada «dos bombeiros municipais».

Foi no período de D. Maria II que os serviços de salvação pública de Lisboa sofreram reformas consideráveis, entre elas a vigilância nas casas de espectáculo feita já por bombeiros, constituindo nessa época um corpo técnico devidamente organizado.

Foi ainda nesse tempo que se criou a «medalha de mérito filantropia e generosidade», tão largamente concedida a pretextos vários, neste últimos tempos.

Veio mais tarde, em 1868, Carlos José Barreiros, o inspector, que bastantes melhoramentos introduziu na corporação, reorganizando-a em 1869. Adquiriu a primeira escada de lanços, que se denominou «Fernandes», e foi feita nas oficinas da Câmara.

No seu tempo, e sob a sua indicação, foram construídas as primeiras bocas de incêndio em Lisboa; os bombeiros começaram a usar espias e capacetes, e foi organizada a actual corporação dos Bombeiros Voluntários de Lisboa.

Em 1889, foi Carlos José Barreiros substituído por Augusto Ferreira. Durante o tempo em que este inspector esteve à frente dos serviços, a instrução do pessoal e sua constituição, como Corpo de Salvação Pública, mereceu-lhe toda a atenção. Foram adquiridas por sua indicação as primeiras viaturas a gado, as bombas a vapor e escadas «Magyrus», que ainda hoje fazem serviço digno de apreço.

Vieram depois António Maria de Avelar, Emídio Lino da Silva, adquirindo este os primeiros carros automóveis de pronto-socorro, e Francisco Carlos Parente, que fez a adaptação a automóveis das bombas a vapor, accionadas mecanicamente pelo motor dos carros.

Ultimamente, os serviços estão a cargo do capitão-aviador Rodrigues Alves. A Câmara Municipal tem-lhe facilitado enriquecer a corporação que dirige em autotanques, auto-Magyrus e auto de projectores, material este que, sob a sua indicação e depois dos seus aturados estudos, a comissão executiva adquiriu.

A sua obra está em marcha, e dela se aguardam os melhores e mais úteis resultados para a cidade de Lisboa.»

O MAR

(Trilogia Poética)

O Mar é abundância, imensidão,
grande massa e extensão de água salgada,
o ponto crucial e a encruzilhada
dos caminhos de Paz em comunhão.

O Mar é ir à sorte ou devoção,
afeito às amarguras da jornada,
abrasar uma esperança acrisolada
no fanal duma mística paixão.

No Mar eu me desvelo de noite e dia,
ao sabor da etérea fantasia
como a unha na carne interligados...

Cedo me habituei a respeitá-lo,
vou sentar-me na praia a venerá-lo:
choram-me os olhos roxos e cansados!...

Dantes, o Mar não era conhecido.
Mas saibam todos quantos irão ler
que foi preciso para o conhecer
os Portugueses terem existido.

Eles levaram o peito engrandecido,
queriam na fé a Pátria enaltecer,
levar o sacrifício até morrer,
se a Pátria lhes fizesse esse pedido.

Em Sagres o Infante-Capitão
para sempre desfez essa ilusão
dos Elfos e dos Monstros infernais...

E o Mar se tornou mais dilatado!...
Falam assim as brumas do passado,
São tempos que não voltam nunca mais!...

No princípio foi Deus o Criador,
na Criação do Mundo assim se diz,
vem na Bíblia descrito o Génesis
revelando esse aspecto sedutor.

A Terra estava um caos desolador,
vazia e informe, em trevas o cariz,
e a face do abismo era o matiz,
onde pairava o Génio Inspirador.

Faça-se luz! ELE disse. E de repente
rompeu a luz vertiginosamente,
se fez nas trevas noites de luar!...

E separou o árido (a Terra)
das águas todas que o abismo encerra:
foi mesmo assim que Deus criou o Mar!...

VILIANS LEAL

LISBOA ⁽¹⁾

Cidade dos nossos Amores

O nome da minha Terra
não tem nada que saber:
Castelos dos Mouros ao alto,
em baixo o Tejo a correr.

Não tem nada que saber
não tem nada de anormal:
ser bonita e graciosa
não é pecado mortal.

Vem o Sol: morre de inveja.
Vem a Lua: quer ficar.
Seja quem for que vier
jamais a pode deixar.

Jamais a pode deixar,
certa magia contém.
Bons amigos, adoremos
esta Terra nossa Mãe.

Jamais a pode deixar
nem mais se pode esquecer.
Quem tem Amor a Lisboa
tem Amor até morrer.

O Tejo banha Lisboa,
sua esposa idolatrada:
Ficou por isso Lisboa
à beira-mar plantada.

Lisboa, linda Lisboa,
ó minha Terra Natal!...
Eu sou teu e tu és minha,
e ambos de Portugal!...

VILIANS LEAL

⁽¹⁾ Lido no almoço (Romagem Camoniana em Lisboa), de 15 de Novembro de 1980.

Evocação das Origens da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa

pelo Professor FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA MARTINS

VIDA CULTURAL

DO GRUPO AMIGOS DE LISBOA

Seleções culturais e outras delicias por todo aqui, correspondentes ao espírito do Grupo.

Muito obrigado ao Senhor Professor Dr. Manuel Heitor Halpern e à Ex.^{ma} Senhora D. Maria Carlota dos Santos Guimarães e ainda que me deram, tornando-me possível as esclarecimentos para esta visita. Finalmente agradeço ao Sr. Director do Hospital Escolar Sr. Dr. Carlos Nunes, as informações que me prestou generosamente. Para mim, esta visita constitui uma viagem de saúde. Meu Pai, o médico-cirurgião Guilherme Augusto de Oliveira Martins, formou-se na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa e dela é funcionário largo tempo, tendo sido um dos fundadores da Associação Patológica e um dos apoiantes do seu desenvolvimento. Ganhei portanto esta casa no início do seu desenvolvimento. Tudo era novo, tudo revolucionário.

Passaram os anos e em 1954 a Faculdade de Medicina passa para o Hospital de Santa Maria, inserida na Cidade Universitária. Durante largo tempo, ficou o edifício da Escola Médica reduzido a condições de precariedade, esquecido de sua grandiosidade e a decrepitude dos seus valores artísticos, ficando dependente do Ministério do ensino de Educação Nacional.

Várias vezes sendo levado ao Instituto de Cultura Pestana por motivos de estudos (elaborados e publicados), das jantinas do

* Lido na sessão de estudo do GAL, em 27 de Novembro de 1986.

Evocação das Origens da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa^(*)

pelo Professor FRANCISCO D'ASSIS D'OLIVEIRA MARTINS

Saudações cordiais e muito obrigado por, vindo aqui, corresponderdes ao esforço e desejo que a direcção tem de valorizar a acção cultural do nosso Grupo.

Muito agradeço ao Senhor Professor Dr. Manuel Júdice Halpern e à Ex.^{ma} Senhora D. Maria Carlota dos Santos Guimarães o apoio que me deram, tornando-me possível os esclarecimentos, para esta visita. Igualmente agradeço ao Sr. Director do Hospital Escolar Sr. Dr. Carlos Nuno, as informações que me prestou generosamente. Para mim, esta visita constitui uma romagem de saudade. Meu Pai, o médico-cirurgião Guilherme Augusto de Oliveira Martins, forma-se na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa e dela é funcionário largos anos, tendo sido um dos fundadores da Anatomia Patológica e um dos apaixonados do seu Museu. Conheci portanto esta casa no início do seu desenvolvimento. Tudo era novo, tudo recém-chegado.

Passaram os anos e em 1954 a Faculdade de Medicina passa para o Hospital de Santa Maria, inserido na Cidade Universitária. Durante largo tempo, ficou o edifício da Escola Médica reduzido a condições de precaridade, esquecido da sua grandeza, assistindo à decrepitude dos seus valores artísticos, tornado dependência do Ministério ao tempo de Educação Nacional.

Várias vezes sendo levado ao Instituto de Câmara Pestana por motivos de estudos (elaborados e publicados), das janelas do

* Lido na visita de estudo do GAL, em 27 de Novembro de 1976.

Instituto, com tristeza olhava o edifício vasto e elegante que conhecera novo em folha na minha mocidade: sabia das tristezas e misérias por que passara. Todavia um dia houve em que comecei a ver que algo de novo se passava na antiga Escola que fora por tantos desejada. Soube depois que fora restituído à Faculdade de Medicina o edifício, em que nos encontramos. Foi com alegria que tive conhecimento das obras de aproveitamento e restauro, que aqui se estavam fazendo.

Desse conjunto de ideias resultou que seria de interesse, para os nossos consócios, lembrar aqui uma visita para revermos o antigo e dele falar, do seu passado e do carinho e grandeza com que foi arguido.

Esta visita é uma evocação do passado e uma manifestação de público apreço pela attitude assumida do aproveitar e resguardar de valores escondidos das vistas do público e o divulgar de sua origem ao serviço da Medicina em Portugal.

Ao occuparmo-nos da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, depois Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, e hoje de novo Faculdade — Instituto de Ciências Biomédicas de Lisboa, queremos:

- 1.º Fazer um resumidíssimo quadro do ensino de Cirurgia em Lisboa;
- 2.º Determinar a evolução local, aonde se ministrou tal ensino;
- 3.º Indicar os valores artísticos de que foi revestido este edifício e indicar os que nele se encontram.

Por alvará de 20 de Novembro de 1556 é instituída uma aula de anatomia e cirurgia no Hospital de Todos os Santos, hospital que o terramoto de 1755 faz ruir.

Em consequência da expulsão dos Jesuítas, o grande edifício, onde funcionava o Colégio de Santo Antão, que era da Companhia de Jesus, ficou devoluto, sendo adaptado a hospital que, sob a designação de Hospital Real de São José, substituiu o Hospital de Todos os Santos. Em Abril de 1770, começou a funcionar o novo Hospital.

Durante tão longo espaço de tempo, que vai de 1556 aos finais do século XVIII, não há notícia de progressos no ensino da Cirurgia, mas sim na Medicina, até por virtude do envio para o estrangeiro, a especializarem-se, de alunos da Casa Pia de Lisboa.

Quando em 1807 a Corte se estabelece no Brasil, naquele novo reino o Governo de D. João VI ordena a fundação de um curso de Cirurgia, no Hospital da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro. Isto na sequência dum plano de estudos médico-cirúrgicos, levado do Reino pelo médico, Director dos Estudos de Medicina e Cirurgia da Corte, Manuel Luís Álvares de Carvalho.

Os acontecimentos políticos sucedem-se e mercê da revolução de 1820 a Corte regressa ao Reino.

Estabelece-se o regime constitucional.

Em 1822, vinte e um médicos, cirurgiões e boticários da capital reúnem-se na livraria do convento de São Francisco da Cidade, onde hoje funciona a Escola Superior de Belas-Artes, e resolvem fundar a Sociedade das Ciências Médicas, cujo acto solene da abertura teve lugar no 1.º de Dezembro de 1822. Eleita uma Direcção foi esta apresentar os seus cumprimentos ao Rei D. João VI e às Cortes. São importantes as relações estabelecidas entre os componentes da Sociedade de Ciências Médicas e os deputados às Cortes em matéria de legislação, atinente aos progressos das ciências médico-cirúrgicas.

Entretanto a revolução da Vila-Francada fecha as Cortes, facto que não alterou os planos existentes no sentido de dar progresso ao ensino da Cirurgia.

Por 1824, a Universidade de Coimbra monopolizava todo o ensino médico e desmerecia a Cirurgia, situação que o alvará de 22 de Junho de 1825 da assinatura de D. João VI modificou, criando as Régias Escolas de Cirurgia, em Lisboa e Porto.

A Escola Cirúrgica de Lisboa foi instalada no Hospital de São José, sendo solenemente inaugurada pelo Rei D. João VI. Desta escola saíram médicos e cirurgiões distintos, cuja memória professores e alunos de hoje se ufanam de contemplar — *vultos rivais dos primeiros operadores do mundo*, escreveu-se.

Decorridas as lutas para o estabelecimento do Liberalismo, nos alvares do Governo de D. Maria II, agora reacendem-se entre caristas e vintistas.

Pelo mês de Setembro de 1836, surge a ditadura constitucionalista de Passos Manuel, e com ele a espantosa reforma geral do ensino, que no particular das ciências médico-cirúrgicas foi utilizar os projectos, que se haviam estabelecido entre os das Cortes e os da Sociedade de Ciências Médicas. Do circunstancial saiu o Decreto célebre de 29 de Dezembro de 1836, que torna as Escolas de Cirurgia em Médico-Cirúrgicas de Lisboa e Porto.

O cavallo de batalha dos progressistas de Medicina e de Cirurgia estava em ligar os estudos de Medicina com os de Cirurgia, tendo por elemento central os estudos anatómicos. Sem os conhecimentos anatómicos jamais poderia haver médicos ou cirurgiões de sábia competência. Todavia, as escolas de Cirurgia continuavam a ser, de *artes menores*, de âmbito circunscrito, para os que nela cursavam. Mas, por decreto de 20 de Junho de 1866, sob a assinatura de o Rei D. Luís e de Martens Ferrão, então ministro, torna-se livre no território Português o exercício de Medicina dos facultativos com o curso das escolas médico-cirúrgicas de Lisboa e Porto. Sousa Martins diria: «Não somos doutores mas basta nós sermos *verdadeiramente doutos*.» As matérias do curso foram alargadas, as exigências tornaram-se maiores.

É esta a hora em que modestamente se deitam os olhos sobre as ruínas dum pequeno convento de falecidos arrábidos capuchinhos, que se elevava na cerca do Hospital Real de São José. Vá de aproveitar mais estes derradeiros bens conventuais e nas ruínas fica instalada a Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, que El-Rei D. Luís inaugura no dia 5 de Outubro de 1872. Na sessão inaugural o orador foi Sousa Martins, lente. Do seu discurso — *Elogio Histórico de Caetano Maria Ferreira da Silva Beirão* —, que Sousa Martins substituíra, o Mestre referiu:

«Obedecendo por este modo à lei do indefinido aperfeiçoamento que uniu todas as instituições humanas, a nossa Escola vai editando uma autobiografia, a que na sucessão dos tempos a História terá de recorrer. Quando perante o imenso tribunal, que a História é, houver de pleitear-se no nosso País a causa da evolução das ciências, tenho por certo que Ela — Supremo Juiz — com os subsídios, que a nossa Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa fornecer, honroso lugar lhe dará na escala dos progressos das ciências médicas em Portugal.»

Mas o edifício dos frades envelheceu e, as recriminações de professores e alunos da Escola Médico-Cirúrgica contra as condições em que o ensino ali se praticava, multiplicavam-se e eram as mais cruas. Como ensinar num escuro antro que ao espectador mais se afigura mansão de corujas, que habitação de homens, em um casa-
rão em que por um lado desaba o tecto e por outro se vergam os frontais: num pardieiro arruinado está instalado um dos primeiros estabelecimentos do País — a Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa. O que vale é, lá dentro, triunfar a vontade de poucos, firme e amorosa pela ciência, lutando e vencendo. A vitória estava em o número de sumidades médicas que a Escola fora lançando na Sociedade Portuguesa, pelo decurso dos anos. Mas, não bastava. Os poderes públicos não foram indiferentes às longas queixas. O Governo da Presidência de José Luciano de Castro, sobraçando a pasta do Reino, cumulativamente, e tendo por Ministro das Obras Públicas Emídio Navarro, determinou que fosse elaborado um projecto e respectivo orçamento para a construção de um edifício destinado à Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa. Em Abril de 1889, estava concluído o projecto e o orçamento, que montava a 400 contos. O projecto foi elaborado pelos Eng. Cabral Couceiro e Architecto José Maria Nepomuceno, assistidos por uma comissão constituída por Arantes Pedroso, Nicolau Bettencourt, Curry Cabral e Miguel Bombarda. Em 9 de Dezembro de 1890, sendo Ministro das Obras Públicas Tomás Ribeiro, El-Rei D. Carlos aprovou o projecto e determinou pela mão do Ministro que o Director das Obras Públicas do Distrito de Lisboa procedesse à execução dos trabalhos, ficando autorizado a dispender naquele ano económico 20 contos, verba que lhe seria abonada pelas forças do cofre do Ministério de Instrução Pública. António Cândido, o grande orador, sobraçava a pasta do Reino e cumulativamente a de Instrução Pública. Do facto resultou ser a António Cândido que o ensino de Medicina em Portugal passou a dever a «primeira pedra do novo edifício» — este em que nos encontramos.

Fez-se coincidir o início da construção deste belo edifício, com a criação do «Anuário da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa», coordenado por Alfredo da Costa. O primeiro número publica o retrato de António Cândido. No anuário, a que se dava princípio,

teria o País o relatório periódico do momento de um dos seus primeiros institutos de ensino superior.

A Escola Médica continuou a funcionar no pardieiro plantado na cerca do Hospital de São José, durante mais de 20 anos. Tinha de valioso o *Horto Medicinal*, o *Museu de Anatomia*, normal e patológica, e a sala dos Actos, em cujas paredes refulgiam os retratos das sumidades médicas. O nosso confrade Sr. Dr. Montalvão Machado, ao recordar aquele tempo, diz:

«Foi na pobreza franciscana daquela escola e nas enfermarias bafientas que se afirmaram alguns génios e se instruíram centenas de médicos, salientando o nome de Sousa Martins e Manuel Bento de Sousa.»

A um e a outro, amigos e admiradores premiaram seus méritos: Por subscrição pública foi levantado um monumento a Sousa Martins, cuja presença registamos na praça fronteira deste edifício: foi inaugurado em 7 de Março de 1904.

Em 1906 realizou-se em Lisboa o XV Congresso Internacional de Medicina. A Imprensa noticiou o cenógrafo Augusto Pina, dirigindo os trabalhos de decoração do edifício da Escola Médica, cujas telas estavam quase concluídas, assim como os painéis de azulejo da autoria de Jorge Colaço. No dia 17 de Abril de 1906, foi inaugurado o edifício da Escola Médica, com a reunião na Sala dos Actos da Assembleia Geral da Imprensa Internacional de Medicina. A 18, dia imediato, foi inaugurado pelo Rei D. Carlos o busto da autoria de Teixeira Lopes: presente Hintze Ribeiro, Presidente do Conselho de Ministros; oradores os Professores Carlos Tavares e Silva Amado. O acto foi muito concorrido.

O Governo Provisório da República recém-implantada, no desejo de reformar e incrementar o ensino médico, por decreto de 2 de Fevereiro de 1911, reforma-o e por decreto de 22 de Março do mesmo ano decreta que no território da República, além da Universidade de Coimbra, sejam criadas mais duas universidades, com sede em Lisboa e Porto, decretando seguidamente o regulamento das Faculdades de Medicina das Universidades.

Dá-se começo entretanto à transferência de serviços do pardieiro da cerca de São José para o edifício, onde nos encontramos,

nele permanecendo a Faculdade de Medicina até 1954, data em que os Serviços Escolares foram transferidos para o imenso Hospital Escolar de Santa Maria.

Em Fevereiro de 1956, projecta-se instalar no Edifício vago o Instituto de Alta Cultura e a Direcção do Ensino Superior de Belas-Artes. Quando do Estabelecimento da Junta de Energia Nuclear, resolve-se que a ala nascente do edifício seja ocupada, provisoriamente, por aquela Junta e que a ala poente fosse ocupada no primeiro andar pela Secretaria do Instituto de Alta Cultura, e no rés-do-chão pela Direcção-Geral do Ensino. Em Janeiro de 1961, novos planos tornam-se realidade: a ala nascente do edifício é entregue à Direcção-Geral do Ensino Primário e a antigos serviços da Campanha de Educação de Adultos e ao Centro de Documentação Científica do Instituto de Alta Cultura.

A ruína!

Durante os longos meses em que o edifício ficou ocupado pelo empreiteiro das obras da ala nascente e completamente abandonado de pessoal, na ala poente e no anexo, que dá sobre o Hospital de S. José, o edifício foi saqueado, arrancadas canalizações de água, gás e electricidade, escaqueiradas as paredes, partidos os vidros das portas, quebradas as fechaduras, etc., etc.... Até gente de menos moral aqui **pernoitou**. Mesmo depois de a Direcção-Geral do Ensino Primário ter ocupado parte da ala nascente, os baixos do edifício eram visitados por indivíduos de poucos escrúpulos, que até levaram papéis do arquivo. Tomaram-se providências de segurança, intervindo a polícia. Mas... no andar nobre do edifício, a Sala Magna, a escadaria, o átrio e a saleta, conhecida por real, as infiltrações punham em perigo as decorações valiosíssimas, devidas à mão dos mais notáveis artistas portugueses. O Ministro da Educação chama para os factos a atenção do seu colega das Obras Públicas, que então manda proceder a uma vistoria, admirado do que lhe diziam.

Pela Primavera de 1967, os Serviços de Inspeção de Belas-Artes verificaram o estado de ruína a que estavam expostas as pinturas, que decoram paredes e tectos das salas do primeiro piso do edifício da antiga Faculdade de Medicina, particularmente para uma

tela de José Malhoa, que já está a desprender-se do tecto, reclama-se urgente vistoria e obras de consolidação dos tectos e o reparo dos telhados.

Nos finais de 1970, a situação agudiza-se, noticia-se. Houve um assentamento que provocou fendas nos tectos, especialmente do grande átrio de entrada e, ainda nas pedras dos fechos dos arcos; o claustro apresenta em vários pontos sintoma de ruína. Causa principal — a acumulação constante de documentos na sala dos Actos: sala de maior representação de todo o edifício! No Hospital Escolar, o multiplicar dos serviços e o crescendo da população escolar tornaram «Santa Maria» acanhado para o que dos serviços médico-escolares se exige. Em 1973-74, deitam-se os olhos para o velho edifício de Santana, que entra em obras de reparação e adaptação, funcionando nele, a título experimental, uma nova unidade de ensino básico, que tomou a designação de Faculdade de Medicina de Santana. Finalmente pela Lei Constitucional do Governo Provisório, datada de 14 de Maio de 1975, foi criado o Instituto de Ciências Bioquímicas de Lisboa, integrado na Universidade de Lisboa, Instituto que funciona neste edifício.

No fecho destas palavras, cabe-me lembrar quanto seria para desejar que fossem restituídos aos seus lugares, na fachada deste edifício, os medalhões esculpidos por Moreira Rato, representando figuras das mais notáveis de Medicina. Também de desejar seria que a maqueta da estátua de Sousa Martins, que se encontra no Arquivo dos Serviços Escolares em Santa Maria, fosse devolvida a este edifício, que tão ligado está à memória do Mestre, dialogador eminente.

As obras de restauro começaram neste edifício de Santana, em 15 de Setembro de 1973. Foram confiadas ao Instituto José de Figueiredo. A equipa de pintores foi dirigida pelo chefe de Secção de Pintura Senhor Manuel Reis Santos; é de mencionar também o nome de Mestre Baganha, que com grandes dificuldades, apoiado na sua gente, conseguiu salvar os preciosos estuques. Não concluídos ainda os acabamentos, animaram-nos no sentido de que se conseguirão verbas para a conclusão das obras. A parte monumental artística do edifício situa-se no primeiro andar. É servida pela escadaria nobre, que parte do lado esquerdo do vestíbulo, dando acesso à Sala dos Passos Perdidos; deste entra-se na Sala dos Actos, que foi

Gabinete Real. Ao cimo da Escada, encontra-se a estátua da Medicina, da autoria de Costa Mota. As paredes laterais estão decoradas por dois painéis — um representando uma operação cirúrgica; outro uma visita a uma enfermaria; nestes painéis figuram notáveis personalidades de operadores daquela recuada época; além destes painéis, temos que considerar retratos dos professores Abel Cunha Viana, Teotónio Barbosa, Serrano e Magalhães Coutinho, Arantes e Alvarenga. O grande executor desta magnífica galeria foi António Ramalho.

Na Sala dos Passos Perdidos, o tecto é da autoria de João Vaz e as paredes são revestidas de painéis de azulejo de António de Jorge Colaço. Estes painéis representam: A Rainha Santa visitando os leprosos; A Rainha D. Amélia no seu Dispensário de Alcântara; Ambroise Paré socorrendo feridos na guerra; A ciência confundindo e afugentando a superstição. Além dos referidos trabalhos existiu um, representando João Semana, tipo do médico de província, que desapareceu. Foi-me dito que o roubaram aquando da situação caótica, que o edifício sofreu. Conheci-o através de uma boa reprodução, que o *Diário de Notícias* fez em 1906, por alturas do Congresso de Medicina.

A Sala dos Actos, bem proporcionada, tem ao fundo entre duas colunas, no lugar de honra, o retrato de El-Rei D. Carlos, da autoria de Malhoa, na base do qual estão indicadas as seguintes datas: Aula de Anatomia e Cirurgia do Hospital de Todos os Santos, Alvará de 20 de Novembro de 1556; Régia Escola de Cirurgia Esculápia: A cirurgia grega e romana, com Hipócrates e Galeno; -Cirurgia de Lisboa, Decreto de 20 de Dezembro de 1836. A decoração desta sala é notabilíssima e pouco conhecida. É da autoria de Veloso Salgado. Num largo friso, que rodeia as paredes, é evocada a história da Medicina, desde os mais remotos tempos na Mitologia Esculápia: A cirurgia grega e romana, com Hipócrates e Galeno; A Escola de Alexandria, de Bizâncio, Córdova e Granada, pelos seus mais notáveis representantes; na parte relativa aos tempos modernos, com Pasteur, Koch e Rony, ombream os nossos Sousa Martins, Manuel Bento de Sousa e Câmara Pestana. O tecto da sala é de João Vaz. Precisaria esta sala de luz adequada para que pudessem ser criteriosamente ajuizados os valores destas obras.

No Antigo Gabinete Real temos de considerar o tecto de Malhoa. Era destinado a receber o Rei, quando este viesse presidir a algum acto.

Na construção deste majestoso monumento, houve a preocupação de aliar o cómodo e útil para as instalações escolares de Medicina e Cirurgia, à beleza artística, servindo a evocação das grandes personagens universais e nacionais das ciências médico-cirúrgicas. Para pintarem e esculpirem foram mobilizados os maiores valores das Belas-Artes, que lhe deram o seu cunho nobremente. Como dissemos atrás o projecto deste edifício, que do tempo da sua elaboração alguns alcunharam de excessivo, deve-se a Joaquim de Paiva Cabral Couceiro e ao architecto José Maria Nepomuceno.

A todos quantos aqui estão, muito obrigado pelas vossas presenças e por comigo recordarem o que os olhos da minha mocidade retêm. Bem hajam todos aqueles que contribuíram para a salvação de tão belo monumento: a glória os há-de coroar.

Ourivesaria Francesa do Século XVIII (*)

pela DR.^a FERNANDA PASSOS LEITE

O núcleo de peças de ourivesaria civil francesa do séc. XVIII, pertencente ao Estado e exposto nesta sala, encontra-se depositado no Museu Nacional de Arte Antiga, desde 1926, graças aos esforços do então Director do Museu o Dr. José de Figueiredo.

Neste conjunto de peças encontramos parte da baixela da antiga corte portuguesa encomendada por D. José I a François-Thomas Germain (1726-1791, mestre em 1748) e um importante grupo de obras que a ela se juntaram, provenientes não só da antiga casa real como de outras famílias nobres. As restantes peças da baixela que estão em Portugal encontram-se no Palácio Nacional da Ajuda.

Trata-se de um conjunto raro no mundo não só pela qualidade, beleza e variedade das suas peças como pela própria quantidade pois, dadas as vicissitudes por que passaram, as pratas francesas desta época, com as fundições a que foram sujeitas em auxílio dos cofres do Estado, hoje em dia muito pouco resta da grande quantidade de obras criadas em metal nobre pelos ourives franceses do séc. XVIII. Entre estes, não podemos deixar de salientar a importância dos «Germain», família de ourives cujos membros mais célebres foram, sem dúvida alguma, Thomas Germain (1675-1748, mestre em 1720) autor da 1.^a baixela encomendada por D. João V e desaparecida com o terramoto, e seu filho François-Thomas Germain.

A fama e as qualidades profissionais e morais do primeiro levaram a corte de Portugal a encomendar à França as suas pratas

* Folheto dactilografado distribuído durante a visita do GAL, em 2 de Abril de 1978, ao Museu Nacional de Arte Antiga.

mais ricas, quando antes de 1728 as mandava executar em Inglaterra. A consideração que D. João V tinha por T. Germain levou-o a mandar celebrar em Lisboa solenes exéquias na altura da morte do ourives.

François-Thomas Germain seguiu a profissão do pai, de quem herdou a técnica e a clientela, embora sem a mesma consciência e modéstia. Foi no entanto dos mais famosos e produtivos ourives da sua época pois a sua oficina ultrapassava em muito as demais daquele tempo. As grandes cortes europeias disputavam as suas obras e sucediam-se as encomendas.

Da França vinham os paradigmas da moda e assim como já todos os soberanos da Europa haviam pretendido copiar o fausto de Versalhes e o luxo de que se rodeara Luís XIV, também D. José I não queria ficar atrás de Luís XV.

A F. T. Germain foi assim encomendada a bela baixela de prata da corte portuguesa tendo o ourives começado a trabalhar nela em 1756. Em 1764 ainda executava peças para a casa real portuguesa e em 1765 dava-se a sua falência resultante da vida desregrada e faustosa que levava.

Não só os «Germain» se encontram representados nesta sala mas muitos dos mais famosos nomes da ourivesaria francesa do século XVIII como: R. J. Auguste, J. Ballin, A. N. Cousinet, A. S. Durand, D. Frankson, Pierre Germain, G. A. Jacob, François Joubert, L. Lenhendrick, Simon Leveque, etc.

No século XVIII, mais do que nunca, a importância de uma baixela de prata era enorme pois, destinando-se ao serviço e decoração da mesa do seu possuidor, pela sua riqueza e aparato se avaliavam as possibilidades financeiras deste que se reflectiam normalmente em influência social e política. Assim não admira que o rei se quisesse rodear, nos seus banquetes de gala, do melhor que na sua época se podia encontrar. Não era apenas o rei o possuidor de valiosas peças de prata; também as grandes famílias nobres não se poupavam a esforços para igualar a magnificência real até porque, seguindo velha tradição, a posse de belas e valiosas peças, para além do indicativo de alto nível social, representava uma reserva sempre certa para os momentos difíceis.

As encomendas do Duque de Aveiro, grande senhor da corte de D. José I, a A. N. Cousinet — conjunto das dezasseis figuras em

prata dourada representando oito pares de outros tantos países do mundo, destinadas a decorar o centro de uma mesa de banquete suportando nos braços levantados grinaldas de flores, (vitrine 2), são um bom exemplo do aparato e requinte de que se rodeava um grande senhor daquela época. Também o centro de mesa da baixela (vitrine 7), obra de Thomas Germain dos anos 1729-31 (provável encomenda igualmente do Duque de Aveiro) enviada para Portugal vinte seis anos mais tarde por seu filho François Thomas que a terminou e assinou, é o exemplo por excelência da finalidade pretendida com semelhantes peças de tão espectacular riqueza. Espectáculo, sem dúvida alguma, era pois a utilização de semelhante baixela como podemos aliás deduzir do «Auto do levantamento e juramento de D. Maria I e do Rei D. Pedro III»*, a 13 de Maio de 1777 onde, ao descrever-se o jantar de gala oferecido em honra destes príncipes, podemos ler: «... *via-se a nobilissima sala destinada para jantarem Suas Magestade, e Altezas, na qual se preparou huma mesa.....*
.....Além desta se prepararão mais duas mesas.....
.....Estas tres mesas estavam guarneçadas da riquissima, e copiosa baixela de prata, feita modernamente na Corte de Paris pelo célebre artifice Germain por especial ordem de El-Rey o Senhor D. José I (2), sendo a primeira vez que servio, e appareceo em público com a maior admiração, a applauso de todos os Nacionaes, e Estrangeiros, que tiverão a honra de gozar deste novo, agradável, e brilhante espectáculo nunca visto em semelhantes funções».

Ao longo de todo o século XVIII, em França, o gosto evoluiu por vezes até bastante rapidamente, tal era a necessidade de inovar que sentiam os artistas e intelectuais.

Ainda, no despertar do século, se faziam sentir o fausto e a pesada riqueza da época de Luís XIV, quando começa a surgir a pouco e pouco uma necessidade de atenuar um tanto aquelas criações majestosas que perdem simultaneamente um pouco da sua aus-

* «Auto/ do levantamento, e juramento,/ que os grandes, títulos seculares ecclesiásticos./ e mais pessoas, que se acharão presentes, fizeram à muito alta, muito poderosa/rainha fidelissima/ a Senhora/D. Maria I/ nossa senhora/na coroa destes reinos, e senhorios de Portugal,/ sendo exaltada, e coroada sobre o regio/throno juntamente com o Senhor Rei/D. Pedro III/na tarde do dia treze de Maio de 1777/ /Lisboa/Na Regia Officina Typografica,/Anno de MDCCLXXX». in: Luiz Xavier da Costa — «Notas sobre a Baixela Germain da Antiga Corte Portuguesa», 1928.

teridade; estamos no período da Regência de Filipe de Orleães cuja influência se fará sentir sensivelmente até c. 1730.

As linhas dos objectos apresentam uma harmonia já quase perfeita e essa harmonia clássica, podemos encontrá-la na cuspideira (vitrine 6) da autoria de Thomas Germain dos anos 1774/45, peça que pertenceu a um serviço de toucador e que ostenta as armas do Patriarca de Lisboa, D. Fernando de Sousa e Silva.

O reinado de Luís XV assiste ao florescimento do estilo «rocaille» cujo apogeu se verifica entre 1730 e 1760. Cria-se uma ourivesaria elegante e caprichosa cheia de fantasia, de formas exuberantes por vezes, mas plenas de vida e graciosidade onde a simetria dá lugar a um quase permanente movimento sinuoso. Os motivos ornamentais inspiram-se quase sempre no reino vegetal ou marítimo, abundam os assuntos de pesca e caça, os «amores» etc.. Elementos exóticos, a influência oriental encontram-se a cada passo também nas criações desta época.

Exemplos magníficos deste gosto têm-los em algumas obras de F. T. Germain, A. N. Cousinet e A. S. Durand.

Assim, para além da perfeita realização técnica das peças, é de admirar a fantasia e originalidade que caracterizam obras de F. T. Germain como os saleiros-pimenteiros com figuras de índios (vitrine 1 e 5), as chaleiras representando uma figura de chinês com corpo disforme rematando à frente num dragão (vitrine 1) ou os graciosos galheteiros em forma de navio (vitrine 5), para já não falar nas magníficas terrinas cheias de equilíbrio apesar da profusa decoração que as envolve (vitrine 1 e 4). Verdadeira jóia de requinte e bom gosto é também o pequeno saleiro de ouro, em forma de concha suportada por dois peixes sobre uma base «rocaille» repleta de algas e moluscos (vitrine 3), que F. T. Germain executou para um serviço de almoço de D. José I.

Ao gosto da época de Luís XV pertencem ainda as elegantes figuras de prata dourada de A. N. Cousinet (vitrine 2) que atrás referimos. Não menos representativos são, nesta mesma vitrine, o jarro e bacia de barba, em prata dourada, da autoria de A. S. Durand que ostentam, gravadas, as armas reais portuguesas. A decoração destas peças é rica em elementos vegetalistas e aquáticos trabalhados com extremo cuidado. Digno de nota é ainda o trabalho de cinzel e o equilíbrio das duas peças apesar da riqueza da sua decoração.

Como reacção aos exageros do «rocaille» começa a surgir, ainda em pleno reinado de Luís XV, uma necessidade de mudança que pretende de novo procurar o equilíbrio da antiguidade clássica; a este fenómeno não são de modo algum estranhas as descobertas de Herculano e Pompeia e a influência de uma das favoritas do rei, Mme. de Pompadour, que já em 1748 enviara a Itália uma missão que aí deveria estudar a «Verdadeira beleza». Sob a influência das ideias dos enciclopedistas e de Jean Jacques Rousseau começa a dar-se também uma importância enorme à vida simples e à Natureza. Tudo isto contribui para a criação de um novo gosto que se fará sentir em França, sobretudo ao longo do reinado de Luís XVI (1774-1792).

O serviço de toucador, em prata dourada (vitrine 3) da autoria de F. T. Germain com a colaboração de outros ourives, executado na década de 60, é um bom exemplo do equilíbrio e pureza de formas aliadas e uma decoração clássica, onde até aparecem medalhões de estilo romano.

Exceptuando as peças de ouro do serviço de almoço de D. José, cujo saleiro já atrás foi referido, todas as obras apresentadas nesta vitrine pertencem a serviços de toucador executados para membros da família real portuguesa.

Um dos ourives que sucedeu a F. T. Germain, com instalação nas Galerias do Louvre, foi Robert-Joseph Auguste (1725-1795, mestre em 1757). A ele ficámos a dever os baldes de gelo (vitrine IV), em forma de urna, executados em prata branca, nas mais puras linhas neo-clássicas e que ostentam gravados, nos fundos, as armas do conde de Povolide.

Como podemos verificar o núcleo de peças desta sala consegue dar-nos uma ideia bastante completa da ourivesaria civil francesa do século XVIII e através dela da evolução do gosto nessa época, em França, o qual teve uma nítida repercussão em toda a Europa e nomeadamente em Portugal.

O Grupo Amigos de Lisboa e os Meios de Comunicação

1. Em 19 de Fevereiro de 1979, o nosso consócio Dr. Paulo Caratão Soromenho gravou na RDP um apontamento sobre a Feira da Ladra — velha «pedra» lisboeta, que ainda provoca a curiosidade, muitas vezes interesseira, de muitos, e deles bastantes «farejando» ainda pechinchas (como se ela não caminhasse a passos largos para uma «feira de plásticos»...) ou procurando soluções para situações difíceis (e por vezes até encontram). Como se tratou de comunicação oral, não reconstituída agora, apenas aqui se pode relembrar o essencial de quanto foi dito, para servir de lembrete a um ou outro estudioso, a um ou outro bisbilhoteiro do Passado.

O Presidente da Assembleia Geral começou por falar da importância das feiras na vida social da Idade Média (comunicação dos povos, solução de necessidades, venda de excedentes, pacificação do território...) e passou à história da Feira da Ladra, que se estabeleceu no reinado de D. Afonso II (1211-1223), em Lisboa, junto ao Castelo de São Jorge (Largo do Chão da Feira), e aí se conservou até 1430. Até 1755, viveu no Rossio (da Feira, como se dizia, e aparece chamada *da Ladra*, nos princípios do século XVII). O terramoto obriga-a a desviar-se para Valverde (mais ou menos na actual Rua do Primeiro de Dezembro) até 1809, donde se desloca para o sítio da Alegria, até 1823, ocupando um vasto espaço.

Neste ano, cinde-se em feira de fato, no Campo de Santana, e em feira de gado, no Campo Pequeno; e não acabara o ano, já se nos depara na parte inferior da Calçada da Glória, e daí sai em 1835. Irá agora demorar-se até 1882, no Campo de Santana e tem novo período de indecisões: ainda em 1882 passa ao Campo de

Santa Clara, mas logo de Abril a Junho regressa ao Campo de Santana e em 1 de Julho fixa-se, até hoje, no Campo de Sanca Clara! Que andanças!

O informante esclareceu que, tendo uma bibliografia especial de cerca de quarenta obras e um número incalculável de artigos e pequenos estudos, em publicações periódicas, a Feira da Ladra (cuja designação continua de origem misteriosa, e para a qual existem explicações pitorescas ou pretensiosamente eruditas) encontrou o seu melhor e mais sério historiador no eminente olisipógrafo Eng. Augusto Vieira da Silva («Feira da Ladra», in vol. II dos *Dispersos*, pp. 295-306). O Dr. Caratão Soromenho encarou, pois, a Feira da Ladra nas feições histórica, económica, pitoresca, filológica e paremiológica — citando nesta última: «Ser (ou parecer) uma Feira da Ladra!»; «Pior que a Feira da Ladra»; «Oh! Que Feira da Ladra!»; «Estar alguém (ou alguma coisa) escondido entre os trapos da Feira da Ladra.»

2. Em 10 de Maio de 1979, pela pena do ilustre jornalista Senhor Fernando Tavares Rodrigues, o *Diário Popular* publicou o resultado de um encontro com o Dr. Paulo Caratão Soromenho, que em seguida se transcreve, sob o título «Grupo Amigos de Lisboa — que é feito deles?» Pelo teor deste documento, parece não ter sido necessária longa caminhada para saber deles...

«Eles são, e sempre foram, os Amigos de Lisboa. Nasceram em 1936 e foram seus fundadores, entre outros, Gustavo Matos Sequeira, Luís Pastor de Macedo, Augusto Vieira da Silva, Eduardo Neves, Levy Marques da Costa, Alberto McBride e Rocha Martins. Durante muitos anos organizaram periodicamente conferências e colóquios olisiponenses e a eles se ficaram também a dever importantes estudos sobre a cidade de Lisboa.

Ilustrando a história da nossa História eles eram, de certo modo, os cronistas da cidade...

Hoje, que é feito deles?

«Estudamos Lisboa para, conhecendo-a melhor, melhor a amarmos» — disse-nos o Dr. Paulo Caratão Soromenho, dirigente da associação. «Os Amigos de Lisboa» reúnem-se mensalmente no Palá-

cio da Mitra, onde actualmente têm a sede. A sua valiosíssima biblioteca é hoje diariamente visitada por estudantes, jornalistas e curiosos que vão ali desvendar o espólio de várias gerações.

Vivem de um subsídio camarário e das quotizações dos seus associados — cerca de 500 — com que pagam a impressão do seu boletim anualmente publicado.

E, apesar do esquecimento em que caíram, continuam a realizar as suas visitas a esta Lisboa, que amam...

Foi, aliás, precisamente com umas visitas à cidade, então sem preocupações de qualquer trabalho sistemático, que nasceram em Fevereiro de 1936 os Amigos de Lisboa.

E, em Julho do mesmo ano, eram aprovados os estatutos que regulavam a associação, da qual faziam parte alguns eminentes olisipólogos.

Rapidamente atingiu os mil associados, vindo mais tarde a ultrapassar largamente esse número.

A maioria dos monumentos e edifícios públicos era, então, periodicamente visitada com vista ao estudo das suas tradições, do seu valor artístico, bem como da vida das pessoas que, de algum modo, lhe estiveram ligadas.

Desde logo se procurou chamar a atenção para o respectivo estado de conservação, ao mesmo tempo que eram elaborados estudos de carácter social respeitantes às zonas em que estavam inseridos.

Foi assim possível realizar levantamentos urbanísticos e sanitários que **muito vieram a contribuir** para a melhoria das condições de vida das populações.

O resumo das visitas, acompanhado de diversos estudos, começou a ser publicado num boletim, cujo primeiro número veio a lume em 1938.

Primeiro na Rua Garrett e, depois, no Largo de S. Roque (hoje Largo Trindade Coelho), onde se manteve até 1974, funcionou a sede da associação, agora instalada no Palácio da Mitra, ao Poço do Bispo.

Em 1974 o Grupo perdeu, porém, um pouco o carácter elitista que até então mantinha, reflectindo, inclusivamente, o interesse de camadas mais jovens pelos «segredos dos deuses».

No entanto, o alargamento de interesses e a curiosidade suscitada por certos «frutos» até então «proibidos» conduziram tam-

bém a uma certa dispersão que, por sua vez, levaria, em certa medida, ao abandono das associações culturais.

Mas, se bem que tivesse então atravessado um período difícil o Grupo Amigos de Lisboa não morreu.

Ainda no ano passado foram efectuadas 27 visitas de estudo a diversos locais da cidade, desde o Museu Nacional de Arte Antiga ao Teatro Romano, passando pelo Museu dos C.T.T. e pela igreja de Santo António da Sé.

Eles são ainda os guardiões da cultura inerte, os confessores dos segredos das estátuas, dos edifícios, dos monumentos...

E quando o património da cidade está em perigo, são muitas vezes os Amigos de Lisboa, que zelam pela sua conservação...».

3. Em 21 de Junho de 1980, aquando da visita do GAL ao Jardim e Museu Agrícola do Ultramar e à Fábrica de Pastéis de Belém, o mensário *Ecos de Belém* publicou uma «Saudação aos Amigos de Lisboa»; e no número seguinte a notícia «O Grupo Amigos de Lisboa visitou Belém».

Aqui se transcrevem os dois textos:

a) «*Ecos de Belém*», aproveitando a feliz oportunidade da visita ao ocidente lisboeta do Grupo dos Amigos de Lisboa, saúda-o calorosamente manifestando a sua admiração pela obra ímpar que ele vem desenvolvendo há muitos anos pela divulgação e estudo desta cidade de «tantas e tão desvairadas gentes», cidade das mais belas do mundo, pelas características únicas, pela sua história multissecular, pelo papel que representou na história Mediterrâneo-Atlântica, e ainda notável pela bondade e lhaneza do seu povo.

Foi em Belém que nasceu a grandeza de Portugal, essa grandeza que, doa a quem doer, está gravada com letras de ouro na História Universal, marcas indeléveis de uma civilização.

Bem-vindos, pois, «Amigos de Lisboa». *Ecos de Belém* interpretando o sentir do povo ocidental desta Lisboa que vos é grata, saúda-vos.

b) No dia 21 de Junho — um belo sábado lisboeta, luminoso e bem estival — os Amigos de Lisboa vieram passar a manhã a Belém. Vieram cerca de duzentos: deles muitos pertenciam à camada jovem,

crianças e raparigas e rapazes; também adultos de diferentes grupos etários (para usarmos expressão ao gosto da linguagem actual), com que se documentou a renovação no quadro dos associados, e se provou que o Grupo não é agremiação do Passado para interesse dos saudosistas. Exemplo eloquente de como uma associação pode olhar os tempos que foram com os olhos do Presente e a consciência de quanto se poderá fazer no Futuro. Gente que num fim-de-semana não abandonou a Capital e quis visitar um dos sítios de Lisboa — que é velha e nova, rica e pobre, mas sempre atraente; e, desmentindo as más-línguas, apresenta-se perfumada com os encantos do Jardim Ultramarino, e doce com as gulodices da Fábrica dos Pastéis. Pois, tudo decorreu assim.

Cerca das 10 da manhã, já estavam quase todos à entrada do Jardim Ultramarino, onde o nosso Director mandou distribuir exemplares do número de Junho de Ecos de Belém, onde se liam a «História Sumária» do GAL, e uma saudação do Senhor Engenheiro Bugalho Semedo e naturalmente boas-vindas desejadas pelos Bele-nenses, expressas pela pena de Custódio Baptista Vieira. O Senhor Engenheiro Bugalho Semedo, Director do Jardim e do Museu do Ultramar, orientou o passeio e a visita, com saber e simplicidade, tendo oferecido um opúsculo da notícia histórica e da descrição das instalações e do Museu. Acompanhou-o a Senhora Dr.^a D. Rosalina dos Santos Vítor. Esteve presente o Senhor Engenheiro Rui de Figueiredo Ribeiro, (actual membro da Junta Directiva do GAL), que estagiara nesta notável instituição científica. Daqui com uma rapidíssima passagem pelo marco do Chão Salgado, os Amigos de Lisboa seguiram para a Fábrica dos Pastéis de Belém, onde receberam a amável hospitalidade do proprietário, Senhor Engenheiro Alves da Silva — agradecida pelo Prof. Doutor João Cândido de Oliveira, presidente da Junta Directiva.

A directora do Grupo Senhora D. Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita fez uma comunicação plena de interesse, em que se referiu à história local (Belém e Ajuda), a partir do século XVI, dando especial relevo ao desenvolvimento demográfico e ao progresso económico, que conseguiram, à formação da freguesia, do bairro e do concelho. Demorou-se, em seguida, na crónica da fábrica, com o seu pitoresco e os seus documentos e as suas especialidades.

Estas palavras foram largamente aplaudidas.

Dos Corpos Gerentes do Grupo Amigos de Lisboa, além dos já citados, estiveram os Senhores Dr. Xavier de Brito, Engenheiro Maia Ataíde, Vilians Leal, Architecto Luís Benavente, Dr. Pe. Francisco Santos Costa, Carlos Pereira Callisto e Dr. Paulo Caratão Soro-
menho.

NOTA — A Junta Directiva agradece à R.D.P., ao *Diário Popular* e a *Ecos de Belém*.

O PALÁCIO DE S. BENTO (ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)⁽¹⁾

I — O PALÁCIO

Foi este edifício, antigo mosteiro de S. Bento e residência dos frades beneditos de hábito negro, construído sob desenho e direcção do notável architecto Baltasar Álvares, pelos fins do século XVI e ocupando uma vasta área, que ia até à Estrela.

Morada religiosa até 1834, ano em que passou para a posse do Estado pela extinção das ordens monásticas, foi desde essa data destinado a sede do Parlamento com o nome de Palácio das Cortes. Escolhido para esse efeito, depois de se ter pensado nas Necessidades e em S. Vicente de Fora, fez-se a sua adaptação segundo obras, que se realizaram debaixo da direcção do architecto Possidónio da Silva.

À Câmara dos Pares destinou-se a sala do capítulo; à Câmara dos Deputados uma vasta sala do lado que deita para a Praça de S. Bento, antiga biblioteca dos frades. Mas, passados alguns anos, por não satisfazer, foi a primeira demolida e construída no mesmo lugar a que até 1974 foi a Câmara Corporativa. A dos deputados, um incêndio em 1895 destruiu-a, e em seu lugar, mas no local da capela do convento, fez-se a que é hoje a Assembleia da República. Esta sala como as outras em volta baseiam-se no projecto de Ven-

(1) Notas extraídas de um folheto organizado pela Direcção de Serviços de Divulgação e Relações Públicas, oferecido aos visitantes Amigos de Lisboa, em 7 de Julho de 1979.

tura Terra, cujo trabalho foi o preferido. O projecto, na parte extrema do edifício, procurou atender ao estilo do antigo convento, cujo andar nobre se filiava na ordem dórica, e o andar inferior na toscana (mais apurada). A varanda no estilo da ordem coríntia conserva, porém, a parede do fundo no dórico do primitivo convento.

O projecto de Ventura Terra, quanto ao estilo, pode classificar-se de neoclássico.

Foi em 1933, porém, que as obras entraram em maior actividade. Para esse efeito foi nomeada uma comissão constituída pelos engenheiros Teófilo Leal de Faria e Melo e Castro e architectos Marques da Silva e António Lino. Após a aposentação de Marques da Silva (funcionário muito antigo nestas obras, desde Ventura Terra) passaram a fazer parte da referida comissão o engenheiro Casal Ribeiro e o architecto Gabriel Constante. O peso do corpo central da frontaria originou um problema grave quanto às fundações, o qual foi resolvido pelo engenheiro especialista Teixeira Duarte.

Pode dizer-se que ao Mosteiro de S. Bento não houve mal que não lhe sucedesse. Foi prisão, foi hospedaria, foi sepultura de estranhos, foi refúgio, foi depósito de destroços regimentais, foi Academia Militar e até foi Patriarcal.

Em 1798, recebeu, como preso, por ordem do Santo Ofício, o poeta Barbosa du Bocage. Em 17 de Novembro de 1755, o Marquês de Pombal ordenou que, dados os reduzidos estragos infligidos pelo sismo ao Mosteiro de S. Bento, ali se instalasse a Patriarcal, que ruíra totalmente com o terramoto. Porém, por necessidade de algumas obras de consolidação, a instalação só se efectivou em 1769, tendo durado até 1772. Ainda por motivo do sismo, o Guarda-mor da Torre do Tombo propôs que o arquivo nacional se mudasse provisoriamente... para S. Bento, o que veio a suceder em 1757, tendo sido escolhido para o efeito o quarto alto, intitulado dos Bispos por estes ali se albergarem, e um ou outro que servia de hospedaria.

Ali se aninhou também a Academia Militar ou Aula de Fortificação e se aboletaram os destroços das tropas francesas e restos das forças de Gomes Freire, tendo na Igreja sido dada sepultura ao Embaixador de Espanha, vítima do grande terramoto, bem como a muitos sinistrados que morreram nessa ocasião.

2. — ASPECTO EXTERIOR ACTUAL

O Palácio de S. Bento é um vasto edifício com frentes para o Largo das Cortes, Rua de S. Bento, Calçada da Estrela e jardim da residência oficial do Primeiro-Ministro.

A fachada principal compõe-se de andar nobre, sobreloja e rés-do-chão e tem 71 janelas e 17 frestas. O corpo central tem uma escadaria que dá acesso ao Palácio por cinco arcos, junto aos quais se situam quatro estátuas: Prudência (esc. Raul Xavier); Justiça (esc. Maximiano Alves); Força (esc. Costa Mota, sobr.); e Temperança (esc. Barata Feio). Possui uma varanda saliente com doze colunas, que sustentam o frontão com 30 metros de comprimento e 6 metros de altura, o qual ao centro tem a figura da Pátria, ostentando a legenda «*Omnia pro patria*», entre as da Indústria, Ciência, Architectura, Poesia, Justiça, Independência, Lei, Escultura, Pintura e Comércio (esc. Simões de Almeida).

A fachada lateral da Rua de S. Bento tem 60 janelas, 22 frestas e 4 entradas.

A fachada lateral da Calçada da Estrela possui 41 janelas, 5 frestas e três entradas.

A fachada posterior compõe-se de andar nobre e rés-do-chão e tem 41 janelas e 5 entradas.

3. — ÁTRIO

O chão é de mármore branco e vermelho. Possui, à direita de quem entra, dois grandes nichos destinados a estátuas de homens públicos notáveis. Ao longo da parede, cinco bases para bustos de oradores ilustres, onde já se encontram os de António Cândido e Hintze Ribeiro, inaugurados somente em 1951. No fim do átrio, a estátua de José Estêvão (esc. Vítor Bastos).

4. — ESCADARIA NOBRE

Edificada no sítio onde existia a escada nobre da antiga Câmara dos Pares, dá acesso às salas da actual Assembleia da República e

da extinta Câmara Corporativa (antigo Senado). Esta escadaria, que deu ao Palácio verdadeira majestade, é de traçado muito difícil, dada a diferença de nível, tendo sido responsável pelo projecto e architecto Raul Lino.

Sobre as portas da entrada (em carvalho-flor) para as duas salas, podem ver-se grupos escultóricos, que simbolizam as províncias de Portugal (esc. Leopoldo de Almeida). Do lado da entrada para a Assembleia da República, e da esquerda para a direita do observador, três painéis (trípticos das Cortes de Leiria, de 1254), que representam o Clero, a Nobreza e os Procuradores (Martins Barata). Do lado oposto, e da esquerda para a direita, outros três painéis que simbolizam a Agricultura, a Indústria e o Comércio (igualmente de Martins Barata). No tecto um lustre de bronze, com 1191 quilogramas e 16 braços, cada um com 9 lâmpadas. Os trabalhos artísticos de ferro são todos da Serralharia Dargent. Na construção desta magnífica escadaria foram utilizadas cerca de sete mil pedras.

5. — SALA DOS PASSOS PERDIDOS

No topo da escadaria nobre, do lado da Assembleia da República, passando as duas portas, depara-se-nos a Sala dos Passos Perdidos, onde outra obra-prima nos espera: os painéis de Columbano. São seis e representam alguns dos homens mais ilustres da política, da diplomacia e da administração pública em Portugal. Vinte e duas figuras, agrupadas por séculos e distribuídas, em atitudes de perfeita naturalidade, pelos seis vãos da galeria; homens de Estado que desde o século XIV até meados do século XIX conduziram os destinos da Nação.

Em frente, quando se entra, e da esquerda para a direita, podemos observar: D. Dinis, João das Regras e D. João II; Febo Moniz, Padre António Vieira, D. Luís de Meneses (Conde da Ericeira) e João Pinto Ribeiro; Conde de Castelo Melhor, D. Luís da Cunha, Marquês de Pombal e José Seabra da Silva. Na parte oposta, a começar da esquerda para a direita do observador, vêem-se: Manuel Fernandes Tomás, Borges Carneiro e Joaquim António de Aguiar; Duque de Palmela, Mouzinho da Silveira, Duque de Saldanha e José da Silva Carvalho; Alexandre Herculano e José Estêvão de Magalhães.

Nesta sala, do risco de Ventura Terra e que se distingue pela sua harmonia, podem ainda observar-se, em frente à escadaria e do lado esquerdo, Viriato (pintor Benvindo Ceia); e do lado direito: Convenção de Évora Monte (pintor João Vaz). A sala, que tem 70 metros de comprimento, 9 metros de largura e 10 metros de altura, possui paredes de mármore branco e vermelho, tecto abobadado e clarabóias de vidros roxos. Nos extremos, duas colunas de mármore vermelho, com capitéis, mísulas e festões de bronze dourado. As bases são igualmente de bronze dourado. Sobre as portas de entrada para a sala das sessões, um leão (esc. José Neto). Os painéis do tecto representam: a Independência, a Soberania e a Pátria numa extremidade, a Lei, a Justiça e a Sapiência, na outra (pintor João Vaz).

Numa sala anexa (Sala da República) encontra-se um busto de bronze da República (esc. Francisco Santos).

6. — SALA DAS SESSÕES

A cor geral desta sala funde-se docemente em quatro tons — o acastanhado claro das madeiras, o oiro dos capitéis, o cor-de-rosa e o branco dos mármore portugueses, em que se acha primorosamente lavrada toda a sua arquitectura. O seu risco é de Ventura Terra e foi inaugurada em 3 de Janeiro de 1903.

As seis estátuas, que a meia altura do hemiciclo decoram a sala, são: a Constituição e a Justiça (esc. Simões de Almeida, sobr.); a Diplomacia (esc. Maximiano Alves); a Lei (esc. Francisco Santos); a Jurisprudência (esc. Costa Mota, tio) e a Eloquência (esc. Júlio Vaz Júnior). A luneta que encima a parede da entrada é do consagrado Mestre Veloso Salgado e representa as Constituintes de 1821, que funcionaram no Palácio das Necessidades, na sala da Livraria do Convento. As figuras são retratos de cinquenta constituintes, focando a tela uma sessão presidida pelo arcebispo da Baía, Fr. Vicente da Soledade, no momento em que usa da palavra o vibrante Fernandes Tomás.

A mesa da presidência é de carvalho, com onze degraus, tendo na frente a palavra «Lex». Até à última Assembleia Constituinte podiam ver-se ali instalados dois candelabros de 60 lumes cada, de grande beleza. A tribuna dos oradores foi substituída em 1930 pela

actual, muito mais ampla. Por cima da presidência, podem observar-se figuras simbólicas da Lei e da Justiça. Grupos escultóricos de simbolismo igual encontram-se sobre as tribunas do governo e da diplomacia (esc. José Moreira Rato e Teixeira Lopes). Atrás da tribuna, a estátua da República (esc. Anjos Teixeira).

As pilastras e lambrins são de mármore, tendo as colunas, também de mármore, 3,60 metros. Os frisos com cabeças de leões são do esc. Teixeira Lopes. Os brasões do tecto representam Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Portalegre, Santarém, Porto, Lisboa, Coimbra, Viana do Castelo, Vila Real, Viseu, Ponta Delgada, Funchal, Horta, Angra do Heroísmo, Angola, Cabo Verde, Moçambique e Índia (pintor Benvindo Ceia). As telas do tecto representam: a Ciência, as Artes e as Indústrias; a Pátria, a Paz e a Fortuna; e o Comércio e a Agricultura (pintor Artur Cardoso).

De estilo arquitectónico neoclássico, semicircular, tem três ordens de bancadas para os deputados. Nas extremidades, duas tribunas para os representantes dos órgãos da comunicação social. Duas ordens de galerias são destinadas ao público, nelas não havendo lugares reservados. Ao centro junto ao tecto, um relógio artístico.

7. — SALÃO NOBRE

Este salão tem 25 metros de comprimento e 9 metros de largura, tendo sido concebido pelo architecto Pardal Monteiro. As paredes são decoradas com frescos sugeridos pelo pintor Sousa Lopes, mas executados pelos pintores Rebocho e Domingos Rebelo, reproduzindo episódios da expansão portuguesa nas terras de além-mar e individualidades que nelas intervieram. No topo, à direita de quem entra, o Infante D. Henrique a entregar o plano dos descobrimentos ao capitão da armada (Rebocho); no topo, à esquerda, Vasco da Gama recebendo os emissários de Samorim (Rebelo). Na parede lateral e começando da esquerda do observador: Tomada de Ceuta (Rebelo); Diogo Cão na foz do Zaire, falando aos negros depois da colocação do padrão a atestar a descoberta (Rebocho); Bartolomeu Dias ao dobrar o Cabo das Tormentas ou Cabo da Boa Esperança, (Rebelo); Pedro Álvares Cabral desembarcando em terras de Santa

Cruz (Rebocho); Tomada de Malaca por Afonso de Albuquerque (Rebello). Nos vãos das paredes, motivos da flora de África, Brasil e Índia (Rebocho).

8. — BIBLIOTECA

Esta biblioteca teve o seu início, quando do Soberano Congresso Nacional de 1820, mercê dos bons ofícios do Deputado José Portelli, sendo aproveitada a do convento das Necessidades, onde a Câmara funcionava. Depois de 1826, no regime bicamaral, com uma câmara no Rossio e outra no Terreiro do Paço, ignora-se onde ela esteve. Em 22 de Outubro de 1836, foi criada por Passos Manuel a actual biblioteca, a qual só em 1936 ocupou as salas, onde actualmente se encontra.

Constituída por quatro salas, contém aproximadamente trinta e sete mil volumes em obras do fundo antigo do convento, em que avultam espécimes raros, enciclopédias, colecções parlamentares do país e do estrangeiro, revistas nacionais e estrangeiras e obras de cultura geral e especial. As estantes e galerias são de carvalho do Norte; as cadeiras e mesas de leitura são de igual madeira, inspiradas no estilo renascença. O busto de Passos Manuel, de mármore, é do escultor Calmels, tendo sido colocado na biblioteca por deliberação tomada na sessão de 20 de Janeiro de 1862 da Câmara dos Deputados, por proposta de Mendes Leal.

9. — SALA DAS SESSÕES DA EXTINTA CÂMARA CORPORATIVA (Antigo Senado e Câmara dos Pares do Reino)

Foi esta sala, construída no local onde existiu a sala do Capítulo do Antigo Convento de S. Bento, escolhida para reunião dos Pares do Reino. Porém, não satisfazendo aos fins em vista, a Câmara dos Pares nomeou em 26 de Junho de 1863 uma comissão para estudar o assunto. Deste estudo resultou a actual sala, a qual foi inaugurada em 13 de Janeiro de 1867.

O projecto foi do architecto Colson, tendo a construção sido feita sob a direcção do engenheiro francês C. Pezérat (que não se-

guiu o risco daquele), cabendo a fiscalização da obra ao engenheiro Jaime Larcher, das Obras Públicas; ainda na construção outros artistas nacionais, franceses e italianos.

Pelas suas decorações e bustos, pode considerar-se esta sala como que uma manifestação iconográfica do Constitucionalismo. Assim podem observar-se sobre as portas: D. Pedro IV, medalhão sobre a porta direita, entre a Liberdade (cuja mão direita está em cima da urna eleitoral e segura a Constituição com a legenda, «a lei será igual para todos»; na base da urna as palavras: «Deus — Direitos; Pátria — Deveres») e o Valor, personificado no Povo Português, de túnica e clâmide, tendo aos pés um escudo da infantaria grega; D. Maria II, medalhão sobre a porta da esquerda, entre a Sabedoria e a Maternidade. Circundam estes medalhões ramos de louro e de carvalho, encimados pela coroa real. Os grupos escultóricos, em mármore de Carrara, são de Calmels. Toda a parede é uma imitação do mármore de Siena.

A Calmels se devem também dois grandes medalhões de bronze, fundidos na Bélgica, com os bustos do Duque de Palmela e do Cardeal D. Guilherme, Patriarca de Lisboa, incrustados nos lados da mesa da Presidência.

Encostados ao fundo, contra as galerias e correndo o anfiteatro, vêem-se bustos de mármore do Duque de Palmela (D. Pedro de Sousa Holstein), de D. Guilherme, Patriarca de Lisboa, do Duque da Terceira, do Conde de Lavradio, do Duque de Loulé, do Duque de Saldanha, do Duque d'Ávila e Bolama e de Fontes Pereira de Melo. Os pedestais em que assentam os bustos são de desenho de Calmels.

A sala semicircular, com três ordens de bancadas para os parlamentares, tem nas extremidades tribunas, instaladas já na República: a da direita destinada aos antigos representantes das Câmaras; a da esquerda aos jornalistas. Duas ordens de galerais: a primeira reservada; a segunda pública. As tribunas superiores foram concebidas para o corpo diplomático e para a Presidência da República.

A mesa da Presidência é de nogueira e tem 8 metros por 3,025 metros, com a forma de estilóbato, com dez degraus (desenho do escultor Calmels). A respectiva cadeira tem no espaldar a legenda «in legibus salus» (desenho e execução do entalhador Leandro Braga).

Os candelabros artísticos de bronze de 33 lumes vieram da Bélgica. O busto da República atrás da Presidência deve-se ao esc. Tomás Costa. O dossel de cedro com 6,50 metros por 6,20 metros, sustentado pelos génios da Realeza e da Justiça, que outrora cobria os retratos dos monarcas reinantes, foi executado por Leandro Braga, segundo desenho de Calmels. Presentemente encontra-se ali colocada uma tela representando a Pátria, e num plano inferior, a Agricultura, a Indústria, as Ciências e as Artes (pintor Carlos Reis).

Vinte e duas colunas, monólitos, de pedra lioz polida, a parecer mármore, rodeiam a sala. Os capitéis são de símile-mármore. A sua altura é de 5,70 metros. As galerias têm corrimãos de carvalho e grades artísticas de zinco bronzeado, vindas da Bélgica. Os balaústres são de ferro fundido.

As tribunas presidencial e diplomática têm igualmente corrimãos, grades e balaústres com as mesmas características das galerias. Nos capitéis das colunas destas tribunas pode observar-se a coroa real.

O relógio é sustentado por um mocho, símbolo da sabedoria, e por um galo, símbolo da vigilância (desenho de Calmels).

O tecto, a claro-escuro, tem apainelados representativos da Administração Pública, da Guerra, da Marinha, da Fazenda, etc., separados por pequenos florões. A clarabóia é feita de cristais lapidados no país. O sobrado xadrezado é de madeira de carvalho, pau-santo e plátano.

10. — JARDIM POSTERIOR DO PALÁCIO E CLAUSTRO

Tornejando à direita a escadaria nobre, merece uma vista de olhos o claustro, sobriamente decorado por apaziguante jardim.

O jardim das traseiras termina numa parede de carácter monumental, que o separa da residência oficial do Primeiro-Ministro. Dezoito nichos são outras tantas fontes. No meio, uma escadaria de dois ramos que liga ao jardim superior, e no alto uma esfinge de cada lado. Traçado e decoração à maneira do estilo renascença (arquitecto Cristino da Silva).

A Propósito da Demolição do Chafariz de Dentro

Uma notícia, publicada no *Diário Popular*, sob o título «Escândalo em Alfama. Decisão Insólita do Município», provocou reacção popular e originou uma comunicação do Dr. Paulo Caratão Soromenho à Junta Directiva do Grupo Amigos de Lisboa. A comunicação, transformada em carta, por decisão da Junta, foi dirigida ao Senhor Presidente da Câmara, em 10 de Outubro de 1979. Resultado: O chafariz mantém-se e o fontanário ou bica (ainda que medonho...) matém-se. Eis o texto:

«Segundo informações do jornal lisboeta 'Diário Popular', de 27 de Setembro do ano de 1979, a Câmara Municipal de Lisboa decidiu demolir o Chafariz de Dentro.

A notícia impressionou a gente de Alfama (que se mostra inquieta com tal decisão, mas não vai além, a comprovar quanto o bom Povo português é mesmo bom), e decerto não menos impressionou todos quantos se interessam de facto pelo património tradicional e histórico. A resolução foi tomada a fim de facilitar o estabelecimento no local de barracas para venda.

Na dúvida da necessidade de tais resoluções (demolição do chafariz e fixação de um mercado ou local de vendas), a Junta Directiva do Grupo vem chamar a atenção para o seguinte:

1) — O topónimo Largo do Chafariz de Dentro — nas bocas do povo apenas *Largo do Chafariz* ou por antonomásia «o chafariz» — data de há cerca de quatro séculos, muito justificadamente em luta com a designação anterior de Chafariz dos Cavalos, já existente

em 1373, conforme se documenta na *Crónica de D. Fernando*, de Fernão Lopes: duas circunstâncias contribuíram para as denominações — dois cavalos de bronze de cujas bocas jorrava a água, e que foram causa de uma escaramuça entre lisboetas e castelhanos, no cerco da citada data, e a construção da muralha fernandina, que ali se fez em 1374, e provocou a nova situação do chafariz, agora «dentro da cerca». Se a decisão camarária for por diante (o que não cremos), temos que o nome do sítio ficará para além da sua razão de ser, e permitirá a paráfrase ao célebre título capitular, de Victor Hugo, *ceci tuera cela*, apenas que *ceci* já não será o *livro* mas a *tradição oral*.

2) — Diz o Eng.º Augusto Vieira da Silva (*Epigrafia de Ollisipo*, pág. 43) que «É fácil de admitir» que os Romanos tenham construído as primeiras fontes e chafarizes, onde estão actualmente os chafarizes de El-Rei e de Dentro. E, sendo assim, o velho Chafariz dos Cavalos dos tempos fernandinos é o representante medieval dum chafariz dos tempos clássicos.

3) — E a História continua. Deste modo recordamos certas circunstâncias relevantes no decorrer de seis séculos: *a*) em 1494, D. João II, ordenando arranjos e modificações no chafariz, assegura que o sítio não se prejudicará com os novos tanques projectados, pois ficará em condições de permitir a procissão da festa dos pescadores — conta-nos Júlio de Castilho (in *Ribeira de Lisboa*, 2.ª edição, 1.º vol., pág. 225); *b*) Damião de Góis, segundo Júlio de Castilho na mesma obra, pág. 126, falava, ainda dos cavalos de bronze; *c*) na gravura de Bráunio, feita na última década do século XVI, vêem-se claramente três tanques, o central muito maior do que os laterais; *d*) ainda hoje se lê no local uma lápida, referente à reforma do chafariz, em 1622, ordenada pelo Presidente João Furtado de Mendonça, lembrado desde há três séculos e meio pelo cuidado na conservação deste útil monumento; *e*) a célebre planta de João Nunes Tinoco, de 1650, lá indica o ponto exacto do chafariz; *f*) as gravuras de Mateus Seuter, muito provavelmente de 1756, também o indicam; *g*) e de igual modo o aponta a planta de 1761 de Pais de Meneses e de Sebastião Poppe; *h*) a gravura publicada pelo Doutor Amaro de Almeida na *Lisboa, Capital das Águas*, de meados do século passado, apresenta o chafariz com o aspecto actual, e que to-

mara na reconstrução pombalina, seguindo as linhas anteriores; l) em 1872, o restauro do chafariz não prejudicou o seu desenho, que veio até os nossos dias. Claro que muitos outros documentos poderiam ter sido citados, para comprovação de uma continuidade histórica e de certo modo monumental deste testemunho notável da vida cidadina.

4) — Em 1856 — e decerto antes e muito depois — houve no Largo um mercado diário (Luís Travassos Valdez, *Almanaque de Portugal para 1856*), que em nada foi prejudicado pela presença ali do chafariz.

5) — Em 1964 (*Diário de Notícias*, de 16 de Outubro), por contrato com a então Companhia das Águas, a Câmara Municipal de Lisboa recebeu as nascentes e instalações dos chafarizes de El-Rei e de Dentro, e desde esse ano o nosso Chafariz de Dentro entrou de degradar-se.

E agora, quinze anos passados, pensa-se na sua demolição — para ali se colocarem (quantas ?) seis ou oito barracas de vendas, para uso de alguns comerciantes, que dali sairão tão cedo como possam arranjar melhores condições de vida, muito de esperar com a melhoria económica geral do nosso Povo.

6) — De resto, o chafariz faz falta à gente de Alfama: por hábito e para frescor, por utilidade e para divertimento nos dias do Carnaval, nas noites de São João e para bons banhos do rapazio no Verão (enquanto a Câmara não fizer a piscina prometida em 1959 — vid. *Diário Popular*, de 26 de Outubro — no local do antigo Chafariz da Praia).

7) — Para *compensar* a inutilização do secular chafariz foi construído um fontanário, no meio do estreito e movimentado passeio, sem a menor elegância nem o mais leve vestígio ornamental.

Alfama é o nosso manuscrito; não o profanemos — palavras de Júlio de Castilho (*Ribeira de Lisboa*. 2.^a edição, 1.^o vol. pág. 223).»

História Sumária do Grupo Amigos de Lisboa (*)

Em Novembro de 1971, em resposta a um inquérito realizado pela equipa de Ruy Ferrão — reportagem destinada ao programa «Sabe o que é...?» da RTP — um dos directores entrevistados encerrava o seu depoimento com as seguintes palavras: «Disse alguma coisa do muito que se poderia dizer — e note-se que a história do Grupo *Amigos de Lisboa* ainda não foi feita. Mas no dia em que se escrever isto que eu estou aqui a dizer agora tão imperfeitamente, ver-se-á que a sua obra merece o respeito, a consideração, o louvor de todos os Lisboetas ou, melhor, de todos os Portugueses». Tais palavras continham um desejo e exprimem uma verdade: a verdade mantém-se, mas a intenção de historiar a vida do Grupo ainda não se verificou.

As páginas deste opúsculo pretendem resumidamente, mas com utilidade, fornecer ao leitor interessado quanto de essencial e profícuo os corpos gerentes em particular e os sócios em geral têm trabalhado para concretizar os objectivos previstos nos Estatutos: «a) Contribuir para o estudo e solução dos problemas de urbanismo e expansão de Lisboa; b) defender o património artístico, monumental e documental lisiponense; c) criar... opinião pública, que reforce a acção colectiva do Grupo...; d) dar o seu concurso... a instituições oficiais e particulares, que se ocupem da administração da defesa e do progresso expansivo de Lisboa».

(*) Em distribuição no Encontro das Associações para a Defesa do Património Cultural, em 25-26-27-I-80, em Santarém (da autoria do Dr. Paulo Caratão Soromenho).

Por ambicioso que parecesse este programa de acção criado por um conjunto de homens bem-intencionados, cultos, activos e amantes da Capital, em princípio contando consigo e aguardando a boa-vontade alheia — entidades oficiais, a Câmara Municipal, a população da Cidade — realmente os que o subscreveram confiaram no Futuro e, esperançados, iniciaram a grande tarefa. Decorria o ano de 1935 e em Fevereiro do seguinte, constituindo a Comissão Organizadora do Grupo «Amigos de Lisboa», apresentavam para discussão um projecto de Estatutos, que o Governo Civil do Distrito de Lisboa aprovou em 22 de Julho de 1936. Foram esses homens — alguns de alto relevo na vida social, cultural e política do País — : Alberto Mac-Bride, Álvaro Maia, Augusto Vieira da Silva, Eduardo Neves, Eugénio Mac-Bride, Gustavo de Matos Sequeira, João Pinto de Carvalho (Tinop), José M. S. Pereira Coelho, Leitão de Barros, Levy Marques da Costa, Luís Pastor de Macedo, Mário de Sampaio Ribeiro, Norberto de Araújo e Rocha Martins. Todos se distinguiram, circunstância que foi decerto benéfica para o destino da instituição — os primeiros duma longa e brilhante dinastia, que ensinaram a amar Lisboa em todas as feições dignas, proporcionáveis por uma cidade. Não se limitaram, apesar do seu cavalheirismo, a «namorá-la»: serviram-na, para que ela pudesse a cada momento conceder novo ar da sua graça. Em 44 anos, desde a fundação, cerca de 4000 sócios têm manifestado esse sentimento de afeição por Lisboa, e 600 (aproximadamente) continuam na disposição enérgica de conservar a cidade dignificada nas tradições e nos monumentos e de enriquecê-la nos aspectos sociais de higiene e de comodidade, ao nível económico e cultural... e no apuramento da linguagem — campo este em que muito há para fazer, a fim de que a nobre e bela Língua Portuguesa se liberte da triste e despreocupada indiferença das últimas décadas.

A Fundação do Grupo foi precedida de uma prospecção: Organizaram-se visitas a locais e a monumentos, dirigidas por especialistas, e para que foram convidados os Lisboetas. Procuraram conhecer a reacção e ela foi entusiástica. Quem redige estas linhas assistiu a algumas — e recorda o êxito da ida ao Castelo de São Jorge durante a qual os «fundadores» verificaram que o Grupo nascera com bons auspícios. Estabeleceram desde logo um convívio prometedor e fizeram-se logo aí projectos de restauração do glorioso conjunto de edi-

fícios, libertando-o das funções limitadas em que eram aplicados (o que foi conseguido alguns anos depois). A ideia foi frutificando e não mais deixou de produzir e bem.

Momentos notáveis teve, de princípio, a nossa associação: O emblema do Grupo, inspirado nas armas da Cidade, recebeu o sopro genial de Almada Negreiros; a instalação em pleno Chiado, para lá do aspecto utilitário, teve o intento simbólico de ligar a agremiação à rua mais representativa da intelectualidade lisboeta; o aparecimento do Boletim — intencionalmente designado «Olisipo», para recordar uma época extraordinária da biografia cidadina — marcou o começo de um repositório invulgar de estudo e de sentimento, de inteligência e de saber.

Deu-se o facto em Janeiro de 1938 e nestes 42 anos saíram 141 números, que representam a produção de 300 autores, dos quais citamos, sem preocupações de seleccionar ou hierarquizar: Eng.º Júlio Eduardo dos Santos, J. M. Cordeiro de Sousa, Sidónio Miguel, Dr. Leonel Ribeiro, Ernesto Soares, Doutor Eduardo Neves, Professor Francisco d'Assis Oliveira Martins, Prof. Dr. Fernando Freitas Simões, Dr. Manuel Hermenegildo Lourinho, Eng.º Augusto Vieira da Silva, Gustavo de Matos Sequeira, Mário de Sampaio Ribeiro, Luís Pastor de Macedo, Doutor Amaro de Almeida, Armando de Lucena, Joaquim Leitão, Prof. Dr. D. Fernando de Almeida, Dr. Alfredo Cunha, Luís Chaves, Prof. Dr. Raul de Carvalho, Dr. Mário Carmona, Francisco Cância.

À volta de 1000 estudos se devem aos colaboradores de «Olisipo»: institutos assistenciais, instituições culturais, templos e conventos, construções militares e edifícios de administração, paços, palácios e casas, associações recreativas e artísticas, teatros e outros locais de espectáculos, jardins, quintas e cemitérios, arcos, chafarizes, cruzeiros, estátuas e monumentos comemorativos, estabelecimentos de ensino e científicos, locais históricos e pitorescos, sítios, freguesias e arredores, arruamentos e pontes, hospitais, arquivos e bibliotecas, biografias e bibliografias, toponímia, lápides e documentos manuscritos, actividades comerciais e industriais, urbanização e transportes, personalidades e acontecimentos históricos, iconografia e recolha ou observação etnográfica. A relação será fastidiosa, mas faz-se por elucidativa e por igual motivo se regista que no boletim foram incluídas ilustrações num número, que ronda 850.

A acção cultural vai muito além do boletim — com valor presente e futuro de facto: mas o Grupo não pode esquecer que todos vivem muito os momentos em que vêem e ouvem, e para tanto são convenientes e oportunas as visitas, os passeios, as exposições e sessões, as conferências e reuniões (muitas das quais ao ar livre). Com tais objectivos se puseram em prática umas 1100 iniciativas. E para que a tentativa estatística se complete, mais um número: o Grupo e os seus colaboradores imprimiram quantidade superior a 150 livros e folhetos.

Os elementos informativos, acabados de referir, foram na sua maior parte obtidos nos índices (cuja consulta se aconselha) publicados em *Olisipo*, n.ºs 121/122 e 141.

Os encontros, que levaram à fundação do Grupo, tiveram lugar na Sociedade de Propaganda de Portugal; das instalações no Chiado passou ao 1.º andar do n.º 9 do Largo de Trindade Coelho, em 1953, onde se manteve vinte anos, e, por generosa compreensão da Câmara Municipal de Lisboa, ocupa agora uma parte do Palácio da Mitra.

A sede guarda e tem à disposição dos interessados uma biblioteca, cuja importância na olisipografia apenas é ultrapassada pela da Câmara. São milhares de volumes, em que Lisboa é tema: livros, opúsculos, revistas e jornais. Também nela se nos deparam documentos e peças museográficas, capazes de despertar a curiosidade (e até a emoção) dos visitantes.

Além do citado auxílio da Câmara Municipal, há anos que os «Amigos de Lisboa» recebem outro de não menor valor: o subsídio fixo de 100 contos anuais (em 1979, aumentado com um subsídio eventual de 50 contos).

Igualmente o Grupo deve gratidão à Secretaria de Estado da Cultura que subsidiou a publicação do último número de «Olisipo». Contudo, e apesar da cuidadosa e prudente administração — que sempre norteou os Corpos directivos —, a nossa associação tem vivido ainda horas difíceis.

A recuperação, todavia, vislumbra-se: em 1979, o número de sócios atingiu 583 — o que é animador, pois que de 1971 a 1976, havia perdido 600.

Recorde-se também que a instituição tem prestado — em cumprimento da alínea *d*) do artigo 1.º dos Estatutos — o seu concurso a entidades oficiais e particulares, sugerindo, informando, esclare-

cendo e auxiliando, quer a pedido quer por iniciativa sua. E neste âmbito contam-se serviços de inegável importância.

Eis por que, entre outros títulos, os «Amigos de Lisboa» foram justamente honrados com a homenagem pública das Casas Regionais da Capital, e com a Medalha de Ouro da Cidade, concedida pela Câmara Municipal de Lisboa. (**)

(**) Este trabalho, publicado em folheto de 4 pp. da autoria do Presidente da Assembleia Geral do GAL, foi reproduzido em *Ecos de Belém*, de Junho de 1980, e no *Boletim* da Academia Portuguesa de Ex-libris, de 1980.

Sumária História e Nascimento do Círculo Eça de Queirós (*)

pele ARQUITECTO JORGE SEGURADO

A génese da agremiação do Círculo Eça de Queirós surgiu inopinadamente em Nova Iorque em 1938, embora a ideia basilar de tomar como patrono o grande escritor não tenha ocorrido então.

Mas sim, unicamente à semelhança de um clube de campo existente nos arredores daquela cidade — por sinal só de senhoras — enorme, rodeado de relvados e de encantadora paisagem, em edifício próprio, **cómodo e eficiente**: um encanto de repouso e de convívio, até intelectual.

Foi o nosso amigo Dr. Albino Tavares de Almeida, médico, que amiudadas vezes visitava os Estados Unidos, quem apresentou, a António Ferro, Guilherme Pereira de Carvalho e a quem isto conta, uma muito simpática senhora Mrs. Rice, mulher do Director Presidente do Canadian Club de Nova Iorque.

Foi ela quem nos levou ao seu clube fora da cidade e nos ofereceu ali esplêndido almoço. Foi outro encanto de civilização. À volta, no automóvel, António Ferro com o seu inquieto e fértil espírito inventivo propôs-nos a criação em Lisboa de uma organização semelhante, para ponto de reuniões intelectuais e culturais e para **regalo de convívio**.

Curiosa foi tal ideia, inopinadamente surgida estrada fora e com entusiasmo por ele lançada. Discutiu-se logo vivamente, mas de nós quatro só António Ferro e eu não tivemos dúvida em acreditar firmemente numa tal realização.

* Comunicação lida no almoço queirosiano do GAL, em 15 de Março de 1980.

Já em Lisboa, passaram-se muitos meses, mas a ideia permaneceu **pura e firme em nós dois.**

Num serão no Hotel Palace do Estoril, após jantar de três amigos, António Ferro, José Júlio da Silva Bastos e quem isto escreve, discutindo Arte e Literatura, veio naturalmente ao de cima a ideia de um círculo, onde houvesse ambiente próprio para tratar em são convívio assuntos de espírito.

Voltou o entusiasmo e a vontade expressa de se actuar, de se entrar praticamente na realização.

Logo ali ficou assente que nós três arranjáramos listas de nomes para **o efeito da constituição.**

Assim foi e, dois dias depois, a ideia estava em marcha. Tomava forma.

Por escrito e pelo telefone fizeram-se convites para uma primeira reunião, que se efectuou no Tavares. Seguiram-se-lhe outras, não só naquele restaurante, mas também em casas de vários componentes: **na do Dr. Eduardo Pinto da Cunha** (Palácio do Conde de Vimioso, no Campo Grande); de Júlio Cayola, em Pedrouços, e do Dr. José de Alvellos, na Rua do Ataíde.

Entretanto procurou-se uma casa antiga, de campo, à volta da cidade, mas debalde, até que se resolveu procurá-la em Lisboa, mas nada capaz apareceu.

Um belo dia, porém, António Lopes Ribeiro descobre à maravilha a casa devoluta da antiga Fotografia Vasques, ao Chiado, a par mesmo do antigo «Casino». (Hoje loja da firma de Mobiliário Barbosa & Costa).

O seu proprietário, o nosso amigo Dr. Emílio Infante da Câmara, não só concordou alugar a casa, mas também, com todo o entusiasmo, **juntar-se à iniciativa** e como senhorio até contribuir na realização das obras de adaptação a fazer.

Recrudescer o entusiasmo e eu como architecto entrei em activa acção com a ajuda do também architecto Adelino Nunes.

De braço dado deitou-se mão à obra. Tracei o plano geral da distribuição numa primeira fase, provisoriamente.

Servia de acesso a entrada e a escada de serviço actuais.

A cobertura do imóvel foi a do grande terraço ao ar livre, onde no Verão se realizaram conferências e festivais de Teatro e de Mú-

sica. Depois, noutras obras, o terraço desapareceu e deu lugar ao grande salão, com seu pequenino palco.

Entretanto, já a agremiação tomara nome: «Círculo Eça de Queirós», felicíssimo achado também de quem para ali o levara, o António Lopes Ribeiro, título que foi logo unanimemente aprovado e com muito e bem justificado entusiasmo se abraçou.

Seguiu-se um jantar festa no Hotel Aviz, o primeiro, ao qual assistiu, como convidado de honra, o grande poeta Maurício Maeterlink e, naturalmente, todos os sócios.

Entretanto, as obras terminaram a sua primeira fase e, em 25 de Dezembro de 1940, fez-se solenemente a inauguração do «Círculo Eça de Queirós».

Jardim e Museu Agrícola do Ultramar ⁽¹⁾

pelo ENG. C. M. BUGALHO SEMEDO

I — BREVE NOTA HISTÓRICA

O Jardim do Ultramar foi criado em 1906.

Esteve provisoriamente instalado no Parque das Laranjeiras (em Palhavã) em 1912 e transitou para as instalações, que ainda hoje ocupa, em 1914.

Os terrenos foram pertença da antiga Cerca de Belém, da Quinta do Meio e parte dos Terraços e Jardins do arrasado Palácio dos Távoras.

Foi, o Jardim e Museu Agrícola do Ultramar, na sua constituição basilar, formado por dois Organismos distintos, embora estreitamente colaborantes — o «Jardim Colonial» e o «Museu Agrícola Colonial».

Já a carta de Lei de 7 de Abril de 1876, regulamentada pelo Decreto de 27 de Dezembro de 1877, e posteriormente a reorganização de 1899, insistia pela utilização de convenientes serviços agrícolas, mas os fundamentos do Departamento vieram finalmente a expressar-se na Base 2.^a das «Bases para a reorganização dos Serviços Agrícolas Coloniais», publicados no Diário do Governo n.º 21 de 27 de Janeiro de 1906.

No preâmbulo que antecede aquela Lei pode ler-se: — «O Jardim Colonial é a base indispensável do ensino. Não bastam as colec-

(¹) Folhas dactilografadas, oferecidas aos sócios do GAL, na visita de 21 de Junho de 1980.

ções de museu, os herbários ou os exemplares modelados; é indispensável o exemplar vivo para que a demonstração seja rigorosamente científica e educativa, para que o aluno não fique imaginando somente como são os animais e os vegetais, mas tenha noção viva da realidade. E depois, não basta conhecer uma planta em certa fase da vegetação; é preciso segui-la no desenvolvimento de toda a sua evolução, observar a cada momento o seu aspecto e as suas exigências em relação à temperatura, à humidade, ao estado do solo, etc.»

O Museu Agrícola Colonial, de sua designação primitiva, embora sonhado em 1783 e 1796, no reinado de D. Maria I, somente na Lei de 1906 que criou o Jardim Colonial veio a ser expressamente indicado com o objectivo de «Divulgar conhecimentos sobre a origem, valor, importância e aplicação dos produtos agrícolas e florestais do ultramar português; estudar técnica e cientificamente esses produtos; fornecer todas as informações sobre assuntos da sua especialidade e contribuir para o progresso dos estudos superiores de agronomia e silvicultura».

Ficou instalado definitivamente em 1916 no grande Palácio do Pátio das Vacas, edifício do século XVII, com salas guarnecidas de preciosos silhares de azulejos e que representam a evolução deste elemento decorativo dos séculos XVI (?) aos princípios do séc. XIX.

O JMAU evoluiu ao longo do seu tempo de existência, primeiramente adaptando-se e integrando-se sucessivamente no próprio desenvolvimento de cada uma das antigas colónias, às quais prestava apoio no domínio técnico-agrícola e, após a independência das mesmas, mantendo embora a sua vocação, compete-lhe em especial:

a) Manter e intensificar a investigação científica de desenvolvimento no domínio das ciências agrícolas ligadas à Horticultura e Floricultura.

b) Assegurar a manutenção de colecções de plantas vivas, das zonas tropicais e subtropicais, ao ar livre ou em ambiente confinado, com classificação e catalogação actualizadas que constituam material de estudo e ensino.

c) Assegurar e aumentar as colecções de materiais, artefactos e produtos agrícolas e florestais, que já possui, em especial

exóticos para, em exposição permanente, poderem exercer uma função educativa junto das populações e de ensino da população discente de qualquer grau.

Desde 1974 que o JMAU está integrado na Junta de Investigações Científicas do Ultramar (Laboratório Nacional de Investigação Científica Tropical), Departamento do Ministério da Educação e Ciência.

II — INSTALAÇÕES E FINS

A área total — rústica e urbana — que ocupa o JMAU é de cerca de 70 000 m².

Esta área está distribuída por:

Campos experimentais, estufas, parque público, xiloteca, herbário, biblioteca, museu agrícola, instalações administrativas e de Direcção, armazéns e arrecadação de materiais agrícolas.

II.1 — CAMPOS EXPERIMENTAIS

Estendendo-se por cerca de 6 000 m² neles se fazem a multiplicação de sementes de culturas não permanentes e que **constituem** parte da publicação anual «Index Seminum», se ensaiam novas culturas com vista a adaptação de novos métodos ou novos materiais para forçagem e semiforçagem em agricultura, com o uso de plásticos agrícolas ou ainda se aperfeiçoam e estudam técnicas de fitotecnia no domínio da hortofloricultura protegida.

II.2 — ESTUFAS

Possui o jardim uma área de cerca de 2 000 m² de estufas permanentes com estrutura de madeira, ferro, perfilado ou tubo, cobertas com vidro ou diversos tipos de materiais de síntese.

Nelas se conservam numerosas espécies vegetais tropicais e subtropicais não susceptíveis de se manterem ao ar livre no ambiente habitual do país, e lá se fazem multiplicações ou adaptação de pro-

págulos recebidos de qualquer origem e que necessitam de condições confinadas para o seu desenvolvimento.

Procede-se ainda neste sector a estudos de investigação de desenvolvimento no domínio da hortofloricultura protegida.

II.3 — PARQUE PÚBLICO

Ocupa cerca de 50 000 m².

Distribuídas por várias zonas arrelvadas, ladeando ruas, formando maciços ou dispersas pelos relvados, encontram-se diversas espécies arbustivas e arbóreas, em especial dos climas tropicais e subtropicais, com alguns exemplares de mérito citados em bibliografia internacional da especialidade.

É parcela de mérito visitada e apreciada para repouso e atrai a curiosidade do visitante estrangeiro pela diversidade e variedade de plantas de várias latitudes.

II.4 — MUSEU AGRÍCOLA

Instalado em todo o 1.º andar do antigo Palácio do Pátio das Vacas, construído no século XVII e que foi pertença dos Condes de S. Lourenço, consta de 12 salas dedicadas a mostrar ao visitante o que são as culturas mais em evidência em África, particularmente nos países de expressão portuguesa.

Tem ainda um completo mostruário de madeiras africanas e pequena exposição da fauna.

Bastante apreciado por nacionais e estrangeiros pelo conjunto e variedade de materiais expostos.

II.5 — XILOTECA

Após uma série de Missões organizadas e executadas pelos técnicos do JMAU, foi constituída uma xiloteca com amostragem de madeiras de todas as proveniências mundiais, preocupando-se, no entanto, em particular com as madeiras africanas.

Possui arquivadas e identificadas mais de 1 700 amostras.

Existem publicações, editadas pelo JMAU, sobre madeiras ultramarinas, após amostragem que ficou depositada neste sector.

II.6 — HERBÁRIO

Instalado em 2 salas do rés-do-chão do Palácio do Pátio das Vacas, possui 46 000 exemplares devidamente registados e catalogados da flora mundial, em particular da africana.

Possui colecções valiosas e bem conservadas, e diversos trabalhos da especialidade têm sido publicados pelos técnicos que nele trabalham ou trabalharam.

É frequentemente consultado por congéneres estrangeiros e nacionais que se dedicam a estudar a flora tropical.

II.7 — BIBLIOTECA

Instalada numa sala do rés-do-chão do Museu, é constituída por 4 500 volumes de assuntos vários, predominando os de botânica, agrícolas, florestais e de economia, em especial.

III — NOTA SOBRE A FLORA EXISTENTE

Embora seja difícil indicar em pormenor todas as espécies da flora que aqui se mantém, anotam-se alguns nomes de maior importância:

Agave sisalana Perr.

Aleurites molluccana Willd.

Broussonetia papyrifera (L.) L'Hert ex Vent.

Chorisia speciosa St. Hill.

Cinnamomum canfora (L.) Sieb.

Cinnamomum burmannii Blume

Coffea sp.

Colletia cruciata Gill. et Hook.

Cycadaceae (várias espécies)

Dombeya burgesiae Gerr. ex Harv.

Dracaena draco L.
Entherolobium contorsiliquum (Vell.) Morong.
Erythrina lysistemon Hutch.
Ficus macrophylla Desf.
Ficus religiosa L.
Ficus sycomorus L.
Ginkgo biloba L.
Koelreuteria paniculata Laxm.
Leucaena leucocephala (Lam.) De Wit.
Maytenus boaria Molina
Metrosiderus excelsa Sol. ex Gaertn.
Musa sp.
Palmaceae (Várias espécies)
Pinus tropicalis Morelet.
Podocarpus mannii Hook. f.
Psidium araca Raddi
Psidium guajava L.
Sapindus drummondii Hook. et Arn.
Syzygium cuminii Keels

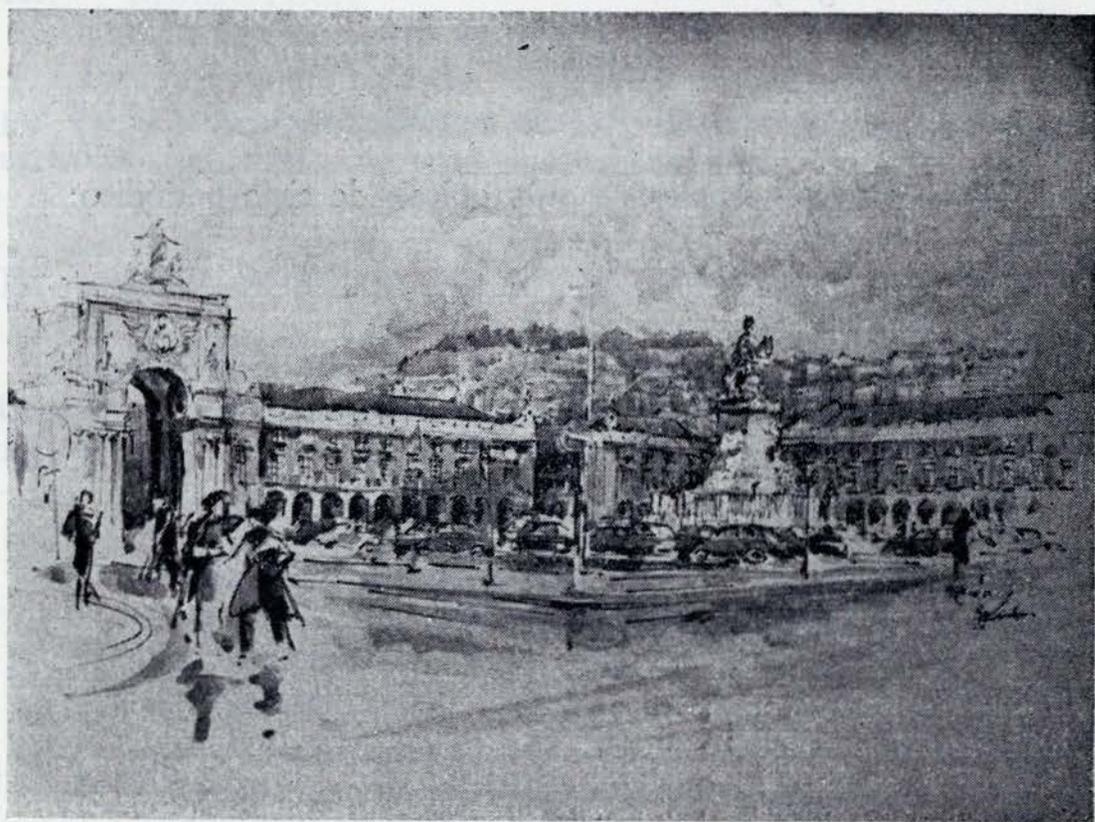
Outras espécies tropicais e subtropicais de ciclo periódico:

Arachis hypogaea L.
Gossypium sp.
Pennisetum villosum Fresen
Sacharum officinarum L.

LISBOA

EXPOSIÇÃO TEMÁTICA

Teve assinalável êxito a exposição de pintura, desenho e gravura sobre o tema Lisboa, realizada por iniciativa do Senhor Vice-Presidente da Junta Directiva, Dr. Luís Nandín de Carvalho, com o precioso auxílio do Pintor Senhor Martins Gomes, cuja actividade e conhecimentos destas especialidades foram fundamentais.



1.º Prémio de mérito olisiponense
Terreiro do Paço — José Carlos de Sousa Vieira Luz

O nosso Grupo teve o patrocínio da Câmara Municipal de Lisboa, aqui novamente expresso, com os agradecimentos dos Amigos de Lisboa. Igualmente se refere a gentileza da cedência de instalações no Palácio Foz pela Secretaria de Estado da Comunicação Social.

Concorreram 72 artistas, de que se apresentaram 139 obras. Entre eles estiveram muitos consagrados e outros que, desde já, evidenciaram notáveis dotes artísticos. Embora com predomínio de clássicos e impressionistas, não faltaram outras correntes estéticas, como surrealistas e abstractos.

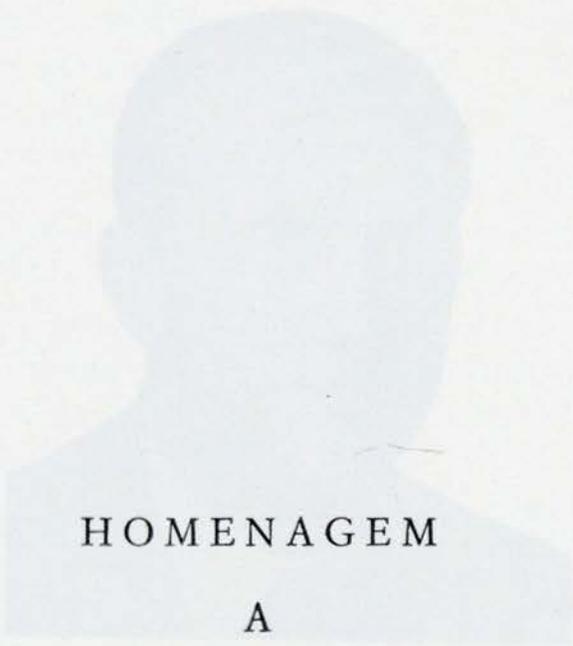
Distribuíram-se prémios de temática, prémios de mérito lisiponense e menções honrosas.

O catálogo constituiu uma dádiva de interesse, pois incluiu a reprodução de 19 trabalhos.

A exposição foi inaugurada em 3 de Julho de 1980 e encerrada em 15 do mesmo mês [P.C.S.].



1.º Prémio de temática
Rossio — Manuel Guimarães dos Reis Santos



HOMENAGEM

A

QUATRO ILUSTRES OLISIPÓGRAFOS

No dia 28 de Janeiro de 1979, faleceu em Lisboa um dos mais ilustres portugueses do nosso tempo — um dos poucos portugueses de celebridade internacional, que verdadeiramente o foi e continuará a ser, tão diferente de outros de glória efémera, de quem poderíamos ter o nome mais ou menos notável, mas cuja obra com eles partilha. Esta figura ilustre do Portugal do século XX estava, a todos os componentes do Grupo dos Amigos de Lisboa, ligada pela posição que nele ocupava, por ser Presidente da Assembleia Geral, cargo e função que ocupou com invulgar dignidade: frequentemente tal posição serve apenas para uma vez em cada ano se concretizar pela presença durante algumas horas do seu ocupante. Não se deu esta circunstância ocasional com o Prof. Doutor D. Fernando de Almeida, o qual sempre que solicitado esteve a trabalhar com a Junta Directiva, se dispôs a colaborar em Olisipo no dia de forma diferente do seu auxílio normalmente valioso.

Dias depois do seu desaparecimento (31 de Janeiro) foi convocada a Assembleia Geral, que havia convocado, e a reunião foi



Prof. Doutor D. Fernando de Almeida

No dia 28 de Janeiro de 1979, faleceu em Lisboa um dos mais ilustres portugueses do nosso tempo — um dos poucos portugueses de celebridade internacional, que verdadeiramente o foi e continuará a ser, tão diferente de outros de glória efémera, de quem poderá ficar o nome mais ou menos notável, mas cuja obra com eles partiu. Essa figura ilustre no Portugal do século XX estava-nos, a todos os componentes do Grupo dos Amigos de Lisboa, ligada pela posição que nele ocupava, pois era Presidente da Assembleia Geral, cargo e título que ocupou com invulgar dignidade: frequentemente tal posição serve apenas para uma vez em cada ano se concretizar pela presença durante algumas horas do seu ocupante. Não se deu essa circunstância ocasional com o Prof. Doutor D. Fernando de Almeida, o qual sempre que solicitado esteve a trabalhar com a Junta Directiva, se dispôs a colaborar em *Olisipo* ou deu de formas diferentes um auxílio normalmente valioso.

Dias depois do seu desaparecimento (31 de Janeiro), realizou-se a Assembleia Geral, que havia convocado, e a notícia pro-

vocou justa emoção numa reunião de muitas dezenas de associados, das maiores, ou talvez a maior, na existência do nosso Grupo. De facto, a instituição acabava de perder uma figura de prestígio social e científico, em quem todos reconheciam elevado nível raramente atingido na sociedade portuguesa.

D. Fernando António de Almeida e Silva Saldanha (nome simplificado por D. Fernando de Almeida) teve o valor pessoal, alcançado pelo estudo e pelo trabalho que o impôs, honrando sobremaneira apelidos herdados e ilustrando-os — prosápia recebida como estímulo, nunca conforto ameno e despreocupado.

Nascido no Fundão a 28 de Novembro de 1903, fez e completou os estudos secundários em Coimbra e aos 23 anos terminou o curso na Faculdade de Medicina de Lisboa. *Terminou o curso* (bom com distinção), mas não interrompeu a sua dedicação à Ciência. Obteve prémios, concluiu novos cursos (Medicina Sanitária, e Hidrologia e Climatologia), alargou a sua preparação com a frequência de outras matérias, enquanto se especializava em Ginecologia e Obstetrícia, e entretanto desempenhou funções e cargos relacionados com a sua actividade profissional — com brilho e entusiasmo, com o apreço alheio, a consideração de quantos conheciam o seu trabalho ou dele recebiam benefício.

Era pessoa distintíssima, que imediatamente criava simpatia, de convívio agradável e simples: certo rigorismo de modos e de polidez era antes, no seu caso, consequência normal de educação. Jactância era atitude que jamais tomava. A ascensão científica, que o conduziu à cátedra, representou para alunos e colegas um motivo de exemplo, a concretização de que os esforços persistentes e honestos são compensados. Parecia que o rendimento do seu trabalho só era possível pelo facto de cada dia ter a demora de «vinte e cinco» horas — tal a intensidade do que realizava, com aulas e conferências, doentes e congressos, leituras e estudos, reuniões e encontros, colaboração em publicações periódicas e organização e redacção de livros e folhetos, viagens no País e no estrangeiro, com objectivos científicos, experiências e explorações arqueológicas.

Explorações arqueológicas, pois que o Prof. D. Fernando de Almeida foi personalidade de primeiro plano na Arqueologia — em

bora se considerasse «homem da Medicina» (e como tal tem uma bibliografia superior — e bastante — a cem títulos).

Conta-se que, sempre interessado (como senhor de curiosidade universal) pela História, quando uma filha sua se matriculou na Faculdade de Letras de Lisboa, resolveu igualmente tirar o mesmo curso — o de Ciências Histórico-Filosóficas — que acabou em 1953.

O facto, lendário ou não [não queremos agora investigar], explica uma faceta quer do seu talento quer do seu carácter. Evitou o amadorismo e não temeu, catedrático que era, cursar em igualdade de circunstâncias com muitos outros, na maioria muito mais jovens (D. Fernando de Almeida andava pelos cinquenta anos): e de aluno passou a professor.

E data de 1954, cremos, o seu primeiro trabalho arqueológico: *Pedras Visigodas de Vera Cruz de Marmelar* — com que iniciou uma séria bibliográfica, rondando sessenta títulos (em rápida estimativa). Também neste campo científico, lidou com os mais famosos especialistas da actualidade, sempre ouvido e lido com atenção e lucro. Tudo explica ter sido agraciado e ter pertencido a algumas das mais importantes sociedades médicas e de estudos arqueológicos [P. C. S.]

Dr. Manuel
Hermenegildo
Lourinho



Este nosso prestigioso consócio faleceu em 25 de Maio de 1979, em Lisboa, após prolongada doença, que o havia afastado das actividades do Grupo, ao qual se ligara durante muitos anos, colaborando na vida cultural com a sua presença distinta e a sua afabilidade, proporcionando indicações durante as visitas, publicando estudos em *Olisipo* (de que avultam os dedicados ao templo de São Domingos), actuando como membro dos Corpos Gerentes.

A sua longa vida foi determinada sempre por um forte querer, uma firme honestidade, um elevado sentido do dever, um permanente interesse pelas Ciências e pelas Letras.

Com a devida vénia, transcreve-se a notícia necrológica, publicada no *Diário de Notícias*, de 30 de Maio de 1979, onde são fornecidos elementos biográficos muito valiosos [P. C. S.]:

«Nascido em Portalegre, freguesia de S. Lourenço, a 13 de Março de 1891, fez os primeiros estudos no liceu daquela cidade e, posteriormente, no de Coimbra, frequentando depois as Faculdades de Filosofia e de Medicina na Universidade de Coimbra, em que se licenciou nas duas ciências. Ainda em Coimbra frequentou

a Escola Normal Superior. Depois, em Lisboa, frequentou, também, o Curso de Orientação Profissional.

Com o posto de tenente, fez parte do Corpo Expedicionário Português em França, na Primeira Grande Guerra, tendo tomado parte na Batalha de La Lys, em 22 de Abril de 1918. Prisioneiro de guerra, conseguiu fugir para a Holanda. Regressado a Portugal foi condecorado com a Cruz de Guerra.

O dr. Manuel Hermenegildo Lourinho é então colocado como capitão-médico no Batalhão de Caçadores 1, aquartelado em Portalegre. Na cidade natal, foi professor da Escola Normal Superior e médico escolar.

Por concurso de provas públicas, foi colocado, em 1932, no Hospital Militar Principal em Lisboa como chefe dos Serviços de Fisioterapia, e, posteriormente, nomeado director do Hospital Militar de doenças infecto-contagiosas e director de saúde militar. Foi também director do dispensário da Assistência Nacional aos Tuberculosos. Durante a Segunda Guerra Mundial, montou e estruturou em Lisboa um hospital de emergência.

Presidiu à Câmara Municipal de Portalegre em 1927, tendo sido deputado à Assembleia Nacional, pelo círculo de Portalegre, na legislatura de 1945 a 1953, ano em que foi nomeado governador civil do distrito de Portalegre. Estava aposentado do Exército com o posto de coronel-médico.

Deixou escrito um livro que intitulou *Portugal na I Grande Guerra. Portugueses prisioneiros na Alemanha*, que vai ser editado em breve. Foi sepultado no Talhão dos Combatentes no Cemitério do Alto de S. João.»

NOTA — O livro do Dr. Manuel Hermenegildo Lourinho encontra-se já publicado.



Prof. Engenheiro Júlio Eduardo dos Santos

Com 89 anos, faleceu em Lisboa, cidade que fora seu berço em 20 de Novembro de 1889, um português ilustre da nossa centúria, cuja modéstia — decerto exagerada — jamais lhe permitiu as honras e as recompensas a que o seu talento, saber, capacidade de trabalho tinham direito.

De invulgar energia física e principalmente mental, trabalhou com entusiasmo e isenção até cerca de dois meses antes de passar, período este em que ainda planeava, crente numa recuperação pelos outros considerada impossível. Foi nestes momentos que pediu a um amigo que o auxiliasse na redacção da carta, na qual oferecia duas valiosas colecções à Câmara Municipal de Lisboa — documento muito simples, mas elucidativo, pelo nobre exemplo proporcionado a todos os coleccionadores (Quantos deles, hesitantes, deixam o tempo correr, e os sonhos e os sacrifícios de uma vida inteira desfazem-se na dispersão e na perda definitiva). O amigo, cujo auxílio solicitou,

escreveu uma carta longa e pormenorizada, dado o apreço em que tinha a importância da oferta. O Eng. Júlio Eduardo dos Santos, senhor de uma sensibilidade apurada, que facilmente se feria, pediu que esse demorado arrazoado fosse substituído por uma carta breve, não exaltante da valia da dádiva. Ei-la:

«Respeitosamente, venho expor a V. Ex.^a [Presidente da Câmara Municipal de Lisboa] o seguinte:

Durante a minha vida, dois Portugueses têm mantido o meu interesse, pelo que desde sempre colecciono os elementos a eles consagrados, de carácter bibliográfico — livros e folhetos, boletins e revistas, pagelas e manuscritos, verbetes, ilustrações e fotografias —: Santo António de Lisboa e o Dr. Afonso Lopes Vieira.

Penso que as duas colecções podem ser úteis aos estudiosos e deste modo tomo a resolução de dá-las à Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa, para o que aguardo boa hospitalidade.»

A organização das colecções constituiu um dos trabalhos e uma das alegrias da sua longa existência: compõem-se, tanto no caso do Santo e grande orador medieval como no do inspirado poeta do nosso século, de livros e folhetos, boletins, jornais e revistas, recortes, manuscritos, apontamentos, lembretes, planos de estudos, ilustrações, gravuras e fotografias. Certamente que os elementos constitutivos destes conjuntos, tendo na feição quantitativa algum significado, não são quanto à qualidade todos de igual valor: deles há os de pouca utilidade e fácil aquisição, há os de importância média. Contudo, outros, e inúmeros, são de indiscutível interesse bibliográfico e documental e, caso se dispersassem, a perda seria irreparável.

Mais preocupações teve nessas últimas semanas, mas distinguem-se agora as seguintes.

O Engenheiro, algum tempo antes de adoecer gravemente, em duas visitas na sua casa da Travessa do Olival, à Graça (n.º 11), falou a quem redige estas linhas no projecto de juntar papéis e lembranças de Mário de Sá-Carneiro. Fora seu colega de liceu e de turma, com ele folgara nos entusiasmos intelectuais e artísticos pelo Teatro e desejava (pensava... projectava...) apresentá-los em *Olisipo*. A idade era muita, o corpo já não aguentou o esforço dessa compila-

ção — contudo oralmente evocava essas memórias ainda na altura muito vivas, agora quase perdidas...

O seu último estudo completado e publicado apareceu em *Olisipo*, n.ºs 139-140, pp. 48 ss., que ele organizou com o cuidado habitual. A bibliografia, as opiniões e a informação foram totalmente de sua iniciativa e pesquisa. Receou, porém, que se admitisse, por desagradável hipótese, ter sido fundamentado no dicionário de Ernesto Vieira. Tendo mandado fazer uma separata, não a distribuiu, pois desejava acrescentar uma observação (dactilografada? impressa?), em que anotaria a impossibilidade de aproveitamento do musicólogo, pois este apenas se referiu a personalidades falecidas à data da publicação da obra. O mesmo amigo do Eng. Júlio Eduardo dos Santos manifestara o desejo de se encarregar dessa pequena tarefa — mas ele foi protelando — e, agora, aqui fica a observação, para conhecimento de leitores. (O estudo chama-se «Alfredo Gazul. Artista Lírico, Violinista e Notável Compositor»).

Noutro local do presente *Olisipo*, reproduzem-se dois trabalhos do Eng. Júlio Eduardo dos Santos, dedicados a Júlio de Castilho — pois a composição da bibliografia, preparada com intenção exaustiva, já não lhe foi possível, pelo que os elementos existentes se encontram informes e impublicáveis — com muita mágoa do seu amigo.

Estas notas soltas — relativas ao engenheiro agrónomo, geólogo, professor, jornalista, escritor, músico, coleccionador, técnico do frio, funcionário superior do Estado (tudo isto ele foi!) — pretendem apenas relevar algo do muito que o Eng. Júlio Eduardo dos Santos valia.

A quem queira melhor conhecer a sua vida e obra, recomendam-se os artigos da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (vols. XXVII e XL) e os índices de *Olisipo* (n.ºs 121-122, pp. 31 e 165; e n.º 141, pp. 136 e 137) [P. C. S.].

NOTA: No número do jornal lisboeta *O Dia*, de 21 de Maio de 1979, a distinta escritora Dr.^a Teresa Leitão de Barros publicou o seguinte artigo, que se transcreve, com a devida vénia:

«Está a completar-se um mês sobre o falecimento de alguém que, precisamente por ter sido alguém, como homem “de um só rosto, uma só fé”, pode ser apontado como cidadão exemplar, como personalidade de invulgar aprumo cívico

e mortal, merecedor de bem mais do que as três linhas que nem talvez três jornais agora dedicaram à sua simples e admirável maneira de ser um bom português e um bom cristão.

Engenheiro agrônomo cujos profundos conhecimentos o levaram a alto posto em quadros burocráticos — foi inspector-superior dos Serviços Industriais do Ministério da Economia, onde só deixou dedicados amigos — e representante do nosso país em agremiações estrangeiras da sua especialidade científica, possuía ampla e multiforme cultura, como testemunha a sua copiosa bibliografia, onde avultam valiosos trabalhos literários e de investigação fora do seu âmbito profissional. Serão sempre lidos com o maior proveito os seus eruditos estudos relacionados com a história da música em Portugal, ou com vultos de radioso e eterno esplendor, como S. Francisco de Assis, ou sobre compatriotas insignes injustamente pouco lembrados, como José Silvestre Ribeiro. Menção especial merece, sem dúvida, a substanciosa conferência “Santo António na Literatura e na Arte Portuguesa”, que proferiu a convite dos Serviços Culturais da Câmara M. de Lisboa, por ocasião de inolvidáveis festas da cidade, a qual, não obstante o condicionalismo de trabalho para ser lido, é muito apreciável achega para o conhecimento da projecção estética, em Portugal, do culto antoniano.

Fiel cumpridor dos deveres impostos por inabalável fé cristã não podia comodamente alhear-se de problemas sociais ainda por resolver e que afligiam a sua alma de homem bom, a quem jamais se estenderia em vão um gesto de súplica. A sua acção, durante muitos anos, como “protector da Protectora” dos Animais prova suficientemente o puro quilate do seu espírito franciscano. Embora a esse espírito repugnassem encómios, esperemos que, pelo menos o Grupo dos Amigos de Lisboa e a Sociedade Protectora dos Animais prestem oportunamente a Júlio Eduardo dos Santos a homenagem que mais grata lhe seria: apresentá-lo aos jovens de hoje como exemplo de cidadão sem mácula, patriota estreme e autêntico cristão.»

No Cinquentenário da Morte do Grande Olisipógrafo Júlio de Castilho ⁽¹⁾

pelo ENG. JÚLIO EDUARDO DOS SANTOS

Completam-se em 8 do corrente cinquenta anos sobre o falecimento de Júlio de Castilho, notável cultor das belas-letas e insigne impulsionador dos estudos olisiponenses.

Deve acentuar-se que a consagração do seu valor baseou-se sobretudo na importância dos seus trabalhos de olisipógrafo. Incompleta, conseqüentemente. É certo que essa actividade foi a mais original de todas em que empregou os recursos da sua inteligência e vasta cultura, aquela em que se mostrou fecundo inovador — afirmação que não invalida a importância que tem de ser outorgada a obras de variados autores, que antes tinham abordado idênticos temas, embora não enquadrados em plano definido.

Essa a sua verdadeira glória; mas a restante e vastíssima produção do escritor, que tantos géneros literários cultivou, sempre ou quase sempre com brilho, não foi ainda devidamente enaltecida. Poeta, cujas rimas Camilo admirou, historiador, romancista, dramaturgo, genealogista..., Júlio de Castilho, notável paladino da linguagem, ocupou muito honroso lugar entre os intelectuais da sua época, sem que, não obstante, sempre lhe tivessem sido tributados os louvores devidos ao seu mérito e acção.

A ocorrência do cinquentenário do seu passamento dará oportunidade certamente a comemorações, das quais — em nossa opinião — uma se impõe, conforme referimos recentemente em acto solene efectuado na sede do Grupo «Amigos de Lisboa» e que visaria

(1) Júlio de Castilho faleceu em 1919. Este estudo saiu em 3-2-1969.

a satisfação de um dos seus mais veementes desejos, além de contribuir para o enriquecimento do nosso património cultural: concluir-se a edição definitiva da sua grandiosa obra *Memórias de Castilho* (seu pai).

Ao lado da *Lisboa Antiga*, surge em posição de grande relevo essa vasta colecção, repositório não só de informes concernentes ao poeta de *A Noite do Castelo*, mas documento de alta valia para estudo do extenso e agitado ambiente político, social e literário em que decorreu a sua existência (1800 a 1875). Sobre a sua importância não podem surgir dúvidas; o autor dizia que *a velha Lisboa era e havia de ser o seu mundo de predilecção*, mas considerava as *Memórias de Castilho* a sua *maior obra*, que lhe saíra do coração de filho amantíssimo. Não olvidemos que raros exemplos poderão ser apontados de tão constante e alta veneração pelos progenitores como a de Júlio de Castilho, afeição definida, em frase lapidar, pelo Conde de Sabugosa: *uma piedade filial sem precedentes na História!*

Concebendo o plano das *Memórias* e ocupando-se largos anos do seu original definitivo, concretizou a obra perdurável essa constante e enternecedora atitude.

Foram as *Memórias*, na sua primeira redacção, insertas na revista *O Instituto*, repartido o texto por fascículos durante muitos anos, o que torna quase impossível a consulta de tão desenvolvida história. Por força do seu testamento, entrou o Instituto de Coimbra na posse do original definitivo, e, decorridos poucos anos, em 1924, o notável prof. doutor Joaquim de Carvalho propôs o que unânimeamente foi aprovado por essa douta academia, que ela tomasse a seu cargo a edição íntegra da obra. Decorridos dois anos, apareceu o primeiro volume; em 1934 concluiu-se o sétimo, em que a narrativa atinge o ano de 1854, mas tão louvável empreendimento editorial não prosseguiu, depois de extinta a Imprensa da Universidade de Coimbra, faltando consequentemente o período de 1855 a 1875. Os sete volumes publicados contam cerca de 2500 páginas.

Dada a oportunidade conferida pela passagem deste cinquentenário, renovamos o nosso alvitre que se conclua a edição definitiva desta vasta obra, prestando-se de tal modo condigna homenagem à memória do autor, ou seja, a realização do que tão ardentemente ambicionava, o que também seria um grande serviço prestado às letras nacionais.

BIBLIOGRAFIA DE JÚLIO DE CASTILHO

Relação das Obras Essenciais

pelo ENG. JÚLIO EDUARDO DOS SANTOS

I — ESTUDOS OLISIPONENSES

Lisboa Antiga: Bairro Alto — 3 edições: a primeira de 1879, num volume; a 2.^a, ampliada (5 vols.) de 1902-1904; a 3.^a, também em 5 vols., de 1954-1966.

Lisboa Antiga: Bairros Orientais — 2 edições: a primeira de 1884-1890, e a 2.^a, de 1934-1938 (12 volumes).

A Ribeira de Lisboa: Descrição Histórica da Margem do Tejo desde a Madre de Deus até Santos-o-Velho — 2 edições: a 1.^a de 1893; a 2.^a de 1940-1944. As últimas edições destas três obras devem-se à Câmara Municipal de Lisboa, que adquiriu a respectiva propriedade, iniciativa devida ao ilustre olisipógrafo sr. Luís Pastor de Macedo, antigo vice-presidente da Câmara. Foram estas edições revistas e anotadas por Gustavo de Matos Sequeira (*Bairro Alto*), Eng.^o Augusto Vieira da Silva (*Bairros Orientais*) e Luís Pastor de Macedo (*A Ribeira de Lisboa*).

Alguns outros trabalhos olisiponenses de Júlio de Castilho:

A Religião na Lisboa Antiga — 1896.

A Paróquia do Lumiar — 1913.

A Quinta de Sant'Ana, na Ameixoeira — edição póstuma, 1936.

II — ESTUDOS HISTÓRICOS E LITERÁRIOS E OBRAS DE FICÇÃO

Estudo Genealógico, Biográfico e Literário da Família Castilho [No tomo III, 2.^a edição, do drama *Camões*, de António Feliciano de Castilho].

O Senhor António Feliciano de Castilho e o Senhor Antero de Quental — 1.^a ed. 1865; 2.^a 1866.

Memórias de Castilho [Pai] — 1881; publicadas depois em *O Instituto*; reimpressos 7 volumes (1926-1932) em edição autónoma, aguardando-se a edição dos restantes.

Obras Completas de António Feliciano de Castilho — Revista e prefaciadas por um dos seus filhos — 80 vols. — 1903-1914.

Memórias dos Vinte Anos — 1866.

António Ferreira, Poeta Quinhentista — 1875.

O Paço de Sintra — 1886.

Elogio Histórico de Inácio de Vilhena Barbosa — 1891.

D. António da Costa: Quadro Biográfico — 1894.

Mocidade de Gil Vicente (O Poeta): Quadros da Vida Portuguesa nos Séculos XV e XVI — 1896.

Elogio Histórico do Arquitecto Joaquim Possidónio Narciso da Silva — 1897.

Amor de Mãe: Cenas da Vida Moderna de Lisboa — 1900.

Amores de Vieira Lusitano — 1901.

Os Dois Plínios: Estudo da Vida Romana — 1906.

José Rodrigues, Pintor Português — 1909.

Poesias de Paulino António Cabral, Abade de Jazente, revistas, anotadas e seguidas de um estudo biográfico literário — 1909.

O Amadis de Gaula, de Gil Vicente, parafrasticamente passado a português — 1910.

Camoniana da Biblioteca Nacional de Lisboa [De colaboração com António da Silva Túlío].

Índice Alfabético e Remissivo do Cancioneiro de Garcia de Resende e das Obras de Gil Vicente [De colaboração com Anselmo Braamcamp Freire].

III — POESIA

Leitura Repentina, sua primeira produção, recitada na inauguração da Escola pelo «Método Português», no Regimento de Lanceiros da Rainha, em Belém — 1854.

Primeiros Versos — 1867.

Dona Inês de Castro, drama — 1875.

O Ermitério — 1875.

Manuelinas: Cancioneiro — Poema em Seis Livros — 1918.

IV — VÁRIA

Requerimento a Sua Majestade El-Rei pedindo a Abolição das Touradas em Portugal [Editado pela Sociedade Protectora dos Animais, de Lisboa] — 1876.

O Distrito Administrativo da Horta — 1877.

O Arquipélago dos Açores — 1886.

Ilhas Ocidentais do Arquipélago Açoriano — 1886.

O Cristianismo e o Operariado — 1897.

Notas de Viagem [Prefácio do livro de Pereira Pinto Balsemão] — 1904.

Introdução ao «Céu Azul», de Hans Anderson — 1905.

Prefácio do «Tratado de Armaria», de Joaquim Augusto Correia Leite Ribeiro — 1908.

O Ordenamento e Simbolismo da Missa Rezada — 1910.

V — TRADUÇÕES

Os Últimos Trinta Anos, de César Cantu — 1880.

Jesus Cristo, de Luís Veuillot — 1883.

Foi muito vasta e variada a colaboração do 2.º Visconde de Castilho em publicações periódicas, edições de arte e outras.

NOTA — Dois meses antes do seu falecimento, o Engenheiro Júlio Eduardo dos Santos ainda preparava uma bibliografia exaustiva de Júlio Castilho, cuja organização definitiva não chegou a estabelecer.

Pensava oferecer esse seu trabalho ao nosso Boletim. Na impossibilidade de publicá-lo, tomámos a iniciativa de reproduzir os dois estudos, que antecedem a presente nota, e foram publicados em *Novidades. Letras e Artes*, ano XXVII, n.º 5, de 3 de Fevereiro de 1969.



Feira da Ladra



FICHEIRO

1. No estudo, que o Professor F. A. Oliveira Martins publicou em *Olisipo*, n.º 141, lê-se: «A Rainha [D. Maria I] tinha falecido no Ro de Janeiro em 20 de Março de 1816, e os seus restos mortais foram, em data que se não pode bem determinar, trazidos para o Convento de S. José de Ribamar, donde depois foram trasladados para esta Basílica [da Estrela.]» (p. 19).

A data indeterminada referida neste período conduziu a uma busca sem resultado, a não ser a hipótese de o corpo da Rainha, vindo quando do regresso de D. João VI a Portugal, ter sido depositado em data próxima da chegada da Família Real, a 3 de Junho de 1821, em S. José de Ribamar. Além desta hipótese, pode acrescentar-se a informação exacta, de que a trasladação da Rainha se iniciou, no Convento de S. José, às 8 horas da noite de 18 de Março de 1822, tendo o cadáver entrado, pela meia-noite, no Convento do Coração de Jesus (isto é, a Basílica da Estrela).

2. Do jornal lisboeta «o diário», de 18 de Março de 1980:

CRIADA EM LISBOA A ASSOCIAÇÃO DE ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL

Um grupo de pessoas, em que predominam professores e alunos da cadeira de Revolução Industrial e Problemas da Indústria em Portugal nos séculos XVIII e XIX, da Faculdade de Letras de Lisboa, constituiu, no dia 13 de Fevereiro último, no bairro de Alcântara (Lisboa), uma Associação de Arqueologia Industrial.

Limitando a sua área de acção à região industrial de Lisboa, tem esta associação como objectivo prioritário o levantamento das fábricas dos séculos XVIII e XIX, com seus envoltimentos característicos e sua arquitectura específica, para se poder preservar esse património industrial, de uma das fases mais interessantes do processo de industrialização português.

Também pretende fazer a recolha de velhas máquinas, objectos da civilização material, fotografias e imagens, para um futuro museu de Indústria, que permita reconstituir o nosso passado industrial, agora em vias de desaparecer pela delapidação constante desse mesmo património. Tem ainda como objectivos, proceder a uma investigação cautelosa no campo da História da Indústria e em especial da Indústria de Lisboa no século XVIII e XIX.

Idêntica a outras associações congêneres que desde a década de 50, surgiram um pouco por todo o lado, em especial em Inglaterra, França e Itália, a Associação

de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa aparece numa altura em que modernos projectos de urbanização, sobretudo na zona de Alcântara, põem em perigo de destruição velhas fábricas características, e reveladoras do nosso passado industrial e num momento em que restos de velhas máquinas são vendidos como sucata para o ferro-velho ou são compradas avidamente pelos museus industriais estrangeiros, conhecedores do seu valor histórico, científico e técnico.

A Associação aparece dentro dos princípios emanados durante o 1.º Encontro Nacional das Associações do Património Natural e Cultural, em Santarém, de completa independência política e autonomia, face aos poderes central e local. Funciona a sua sede provisória na Rua Bartolomeu Perestrelo, 279 — 2750 Cascais, para onde deverá ser enviada qualquer correspondência, pedidos de inscrição e informação sobre aspectos ligados ao programa de acção da Associação.

«Foram a incúria, o alheamento e o desconhecimento da arqueologia industrial por parte dos organismos públicos ligados à cultura» — dizem os fundadores da Associação — «que funcionaram como estímulo para a constituição desta Associação, desejosa, acima de tudo, de defender o nosso rico espólio industrial e ao mesmo tempo, procurar ser, na região de Lisboa, a interlocutora válida com esses mesmos organismos. Vai-se tornando necessário agir para a salvaguarda do nosso património e, simultaneamente, para ultrapassar o conceito gasto de património como o conjunto de monumentos nacionais».

3. A pronúncia de *Olisipo*:

«Permita-se-me notar que a palavra *Olisipo* deve pronunciar-se com acento no segundo *i*, e não no primeiro, como com frequência se ouve. O segundo *i* era já

assim em tempos antigos; se o não fosse, não podia justificar-se a citada grafia latina *Ulissippo*, etc., com dois *pp*, devidos como parece, a influência (cult) do grego *hippos*.» [In *Páginas Olisiponenses*, de José Leite de Vasconcelos, introdução, selecção e notas de Fernando Castelo-Branco, edição da Câmara Municipal de Lisboa, 1959, p. 217. Vid. também *Arqueólogo Português*, V., 286, «Antiguidades Romanas de Lisboa. 5. Moedas romanas de diferentes sítios de Lisboa».]

4. *Olisipo* agradece ao ilustre publicista Senhor Fausto Moreira Rato o apontamento que se segue, sobre a reprodução do ex-líbris do Grupo Amigos de Lisboa, primorosamente desenhado por Almada Negreiros: *Revista Ex-líbris (Portugal)*, vol. VI, p. 30 (colado); *Catálogo do Museu de Ovar* (ano de 1975); *A Capital* (Lisboa), de 12 de Maio de 1976; *Estampilha e Vintém* (Porto), n.º 9, p. 22; *A Arte do Ex-líbris*, boletim da Associação Portuguesa de Ex-líbris, vol. XI, extratexto, entre as pp. 246 e 247.

5. Em 28 de Junho de 1979, a Junta Directiva do nosso Grupo enviou ao *Diário de Notícias* a seguinte carta que não necessita de qualquer informação ou comentário, pois fala por si:

«No número de 10 de Maio, o «Diário de Notícias» publicou uma extensa informação sobre a nova casa do Museu da Cidade, a qual termina com uma sugestão em defesa do património. A sugestão, assinada por M. A., consiste em desalojar do Palácio da Mitra o Grupo Amigos de Lisboa (que ali ocupa apenas um andar) e instalar nele o Museu da Pintura Romântica. Discutível ou não, a sugestão é tão válida como propor outra que tivesse surgido na cabeça de M. A. A gravidade está nos insultos e no desconhecimento da actividade do Grupo Amigos de Lisboa.

Considerar modestas as iniciativas do Grupo prova não fazer, de facto, a menor ideia da intensa actividade realizada desde 1936. Ignora ainda a real acção do Grupo em favor do património cultural. E, para cúmulo, não refere o Boletim OLISIPO, já com 140 números publicados.

Deste modo, Senhor Director, junto lhe enviamos o último suplemento informativo do Boletim Olisipo e uma carta-circular endereçada aos sócios contendo referências sobre a nossa actividade. Acresce que sendo o «Diário de Notícias» sócio honorário do Grupo, presumo que V. Ex.^a e alguns outros trabalhadores desse jornal possam estar interessados em apoiar o Grupo Amigos de Lisboa, pelo que enviamos, em anexo, 6 propostas de sócio.»

6. Novo apontamento sobre o costume da mudança de residência lê-se no *Inquérito*, promovido pela Sociedade Portuguesa de Folklore, para o estudo das tradições populares do nosso país, «extintas e existentes» (Porto, 12 de Julho de 1905), a respeito do dia 25 de Maio: «Neste dia põem-se, em Lisboa, escritos nas casas».

Sobre este curioso costume, consulte-se *Olisipo*: n.ºs 117-118 (Jan.-Abril de 1967), pp. 45-46; n.º 119 (Jul. de 1967), pp. 137-138; n.ºs 123-124 (Jul.-Dez. de 1968), pp. 241-242; n.ºs 139-140 (Anos de 1977-1978), p. 122.

7. «A Ideia da Criação do Grupo ou Associação ou Liga dos Amigos de Lisboa, pelo Engenheiro João Emílio dos Santos Segurado, em 1927» — eis o título de uma comunicação, lida no Círculo Eça de Queirós, no dia 15 de Março de 1980, por seu filho Jorge Segurado, no almoço da visita do Grupo Amigos de Lisboa, integrada no Passeio Queirosiano.

Segue o texto da comunicação:

«Seria interessante criar a associação ou a liga dos amigos da cidade de Lisboa, onde se juntassem as pessoas, que muitas são afinal, que se interessam pelo progresso da Capital e que chegassem pelo seu número, importância, opinião e bom senso, a impor aos poderes públicos o desejo de se melhorar este e aquele Serviço, e se opusesse a qualquer acto menos feliz que fosse prejudicar a estética da Cidade ou as suas condições naturais.» (na *Revista da Associação dos Engenheiros, Antiga Revista de Obras Públicas e Minas*, Ano LVIII, Lisboa, Março a Junho de 1927. N.º 640).

*

* *

Esta interessante nota do Senhor Arquitecto Jorge Segurado informa-nos, pois, de um projecto que só veio a concretizar-se em Fevereiro de 1936.

Não foi, contudo, a primeira vez que surgiu a ideia da criação de um agrupamento destinado a defender ou melhorar as condições culturais, sociais e económicas de uma localidade. Comprova-se com as informações obtidas no livrinho do ilustre elvense Eurico Gama, jornalista e escritor, falecido há cerca de dois anos, *Jornalismo Campomaiorense*, Coimbra, 1956.

Seguem-se: Em 1921, existia em Campo Maior, Alentejo, o Grupo Pró Terra Nosttra, que em 24 de Junho desse ano funda o quinzenário *O Campomaiorense*. Sobre a ideia de organização de um Grupo dos Amigos de Campo Maior publicaram-se artigos nos n.ºs de 15 de Junho e 15 de Setembro de 1924 (n.ºs 70 a 76), desse periódico (vid. na mesma obra de Eurico Gama as pp. 28-29).

A esse Grupo Pró Terra Nostra, se deve também o *Notícias de Campo Maior*, aparecido em 1 de Junho de 1926 (vid. p. 39).

8 O Grupo Amigos de Lisboa participou no I Encontro Nacional de Associações de Defesa do Património Cultural, realizado em Santarém de 25 a 27 de Janeiro de 1980, representado pela Presidente da Comissão de Estudos Históricos e Defesa do Património, Senhora Dr.^a D. Matilde Pessoa de Figueiredo.

Na exposição, apresentada em Santarém a propósito do Encontro, a documentação relativa ao Grupo foi colocada num grande painel e ainda numa vitrine, tendo sido tiradas fotografias dos dois conjuntos.

O folheto intitulado «História Sumária do Grupo Amigos de Lisboa», propositadamente agora escrito pelo Dr. Paulo Caratão Soromenho, foi distribuído a cerca de centena e meia dos participantes no Encontro e aos vários representantes dos órgãos de comunicação social presentes.

A actividade do Grupo foi ainda demonstrada através dos últimos boletins *Olisipo*, os n.^{os} 139 a 141 e das circulares suplementos destes números.

Aproveitou-se a ocasião do Encontro para serem vendidas inúmeras publica-

ções do Grupo e da Câmara Municipal de Lisboa, tendo-se esgotado a quase totalidade dos exemplares levados para Santarém, apesar de ter sido a Associação que, de longe, maior quantidade pôs à venda.

A Dr.^a Matilde Pessoa de Figueiredo fez uma comunicação intitulada «Lisboa — Património a defender!».

O interesse demonstrado em Santarém pelos Amigos de Lisboa foi grande, tendo o Grupo recebido pedidos no sentido de colaborar com numerosas Associações de Defesa do Património, designadamente com as dos concelhos vizinhos de Lisboa e aparecendo candidatos a novos sócios.

Este primeiro encontro foi, na realidade, auspicioso pois que, no decorrer do ano, se fez uma propaganda intensa, com bons resultados, até que dez meses depois, num encontro realizado na cidade de Torres Vedras veio a fundar-se a Federação de Associações de Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural, com âmbito extensivo a todo o País. Embora nessa altura tivessem estado presentes em Assembleia Geral representantes de trinta associações, muitas outras, das cento e vinte e oito conhecidas, entre as quais o nosso Grupo, deram o seu apoio.

Ficou marcado o III Encontro para Braga em Abril de 1981.

[Compilação de P. C. S.]

RELATÓRIO DA JUNTA DIRECTIVA DO GRUPO AMIGOS DE LISBOA

(1979)

VIDA

ASSOCIATIVA

É com gosto que a Junta Directiva apresenta este seu relatório aos associados do Grupo Amigos de Lisboa reunidos em Assembleia Geral, pois a Junta Directiva apresenta-se com uma das mãos cheia de projectos e com a outra cheia de realizações.

Além do sentimento demonstrado de prestar contas e de receber orientações da Assembleia Geral, tem sido permanente nas reuniões da Junta Directiva, em que tem participado regularmente o próprio presidente da Assembleia Geral, Dr. Paulo Carvalhê Soromenho, que a personifica no intervalo das suas reuniões.

Não se estranhará que este relatório começa com uma referência ao futuro. É próprio das pessoas ou instituições ser futuro disposto em o presente a recordar o passado, contrariamente é sintoma de vitalidade e portanto de futuro avaliar e debater projectos para o horizonte do porvir.

A Junta Directiva começa pois por referir os seus projectos para o futuro próximo e que pelo seu estado de adiantamento e completude bem merecem maior cuidado e apreciação por esta Assembleia Geral.

a) *Obtenção de utilidade pública* — Acha-se para breve, pois o processo encontra-se neste momento já encaminhado para apreciação do Primeiro Ministro.

b) *Instalação de Sede* — A Câmara Municipal de Lisboa promoveu cedendo-nos novas instalações em local mais central, em Alfama.

RELATÓRIO DA JUNTA DIRECTIVA DO GRUPO AMIGOS DE LISBOA

(1979)

É com gosto que a Junta Directiva apresenta este seu relatório aos associados do Grupo Amigos de Lisboa reunidos em Assembleia Geral, pois a Junta Directiva apresenta-se com uma das mãos cheia de projectos e com a outra cheia de realizações.

Aliás o sentimento democrático de prestar contas e de receber orientações da Assembleia Geral tem sido permanente nas reuniões da Junta Directiva, em que tem participado regularmente o próprio presidente da Assembleia Geral, Dr. Paulo Caratão Soromenho, que a personifica no intervalo das suas reuniões.

Não se estranhará que este relatório comece com uma referência ao futuro. É próprio das pessoas ou instituições sem futuro dissiparem o presente a rememorar o passado; contrariamente é sintoma de vitalidade e portanto de futuro analisar e debater projectos para o horizonte do porvir.

A Junta Directiva começa pois por referir os seus projectos para o futuro próximo e que pelo seu estado de adiantamento e complexidade bem merecem mais cuidada apreciação por esta Assembleia Geral:

a) *Obtenção de utilidade pública* — Acha-se para breve, pois o processo encontra-se neste momento já encaminhado para apreciação do Primeiro Ministro.

b) *Mudança de Sede* — A Câmara Municipal de Lisboa prometeu ceder-nos novas instalações em local mais central, em Alfama.

Vai ser necessário introduzir na dinâmica do nosso Grupo uma Comissão Instaladora que promova a transferência para a nova sede.

c) *Novas iniciativas e visitas* — Acham-se já programadas para o 2.º Trimestre de 1980 uma grande exposição de pintura e gravura temática sobre Lisboa durante o mês de Junho no Palácio Foz; visitas ao Palácio da Ajuda (Presidência da República) e à residência e jardim de São Bento (Primeiro-Ministro), ao Farol do Bugio, à Fábrica Nacional de Cordoaria e a muitos mais locais de interesse histórico e cultural como o próprio edifício dos Paços do Concelho.

Relatando agora com um pouco mais de pormenor o que se passou na gerência da actual Junta Directiva, refere-se:

Reuniões da Junta Directiva em: 11-1-1979; 7-2-1979; 21-2-1979; 13-3-1979; 21-3-1979; 20-4-1979; 10-5-1979; 23-5-1979; 1-6-1979; 21-6-1979; 19-7-1979; 19-9-1979; 3-10-1979; 9-11-1979; 23-11-1979; 6-12-1979.

Quatro programas de Actividade Cultural com o total de 20 visitas de estudo, das quais destacamos: Inválidos do Comércio em 11/2; Museu do Traje em 17/2; Assembleia da República em 7/7; Jardim Zoológico em 21/7; Radiodifusão Portuguesa em 20/10; Torre do Bugio em 4/8; Secção Museológica de Santarém em 27/10; Supremo Tribunal Militar em 3/11; Arquivo Nacional da Torre do Tombo em 8/10; Instituto de José de Figueiredo em 15/11 e ainda 2 almoços de convívio, com bastante afluência de sócios.

Nos termos do artigo 33.º dos nossos Estatutos, apresentamos a V. Ex.^{as} o movimento de Sócios durante 1979, que foi o seguinte:

Existentes em 1 de Janeiro	451	
Admitidos em 1979	126	
Readmitidos em 1979	11	137
		588
Demitidos em 1979	33	
Falecidos em 1979	12	45
		543 (3 honorários)

Recordamas saudosamente os nossos Consócios falecidos:

- 65 — Dr. Manuel Hermenegildo Lourinho
- 173 — Joaquim Belford Correia da Silva (Paço d'Arcos)
- 359 — Heliodoro José Soares Lopes
- 1523 — Prof. Doutor D. Fernando de Almeida
- 1568 — Dr. Álvaro Ernesto Barros Rosa
- 2223 — José Luís Batalha Pereira
- 2345 — Luís Bivar Guerra
- 2625 — António da Fonseca Borges
- 3214 — Eng.º Júlio Eduardo dos Santos
- 3222 — Elísio P. Pereira do Vale
- 3381 — Visconde do Botelho
- 3413 — D. Clotilde da Conceição Filipe Bragança

Muito embora todos nos mereçam a melhor recordação na amizade e no convívio, desejamos, pelos serviços prestados ao Grupo, salientar aqueles que pela sua acção de modo especial contribuíram para o prestígio, a expansão e actividades da nossa agremiação: o Senhor Prof. Doutor D. Fernando de Almeida, falecido durante o exercício das funções de Presidente da Assembleia Geral, nome de primeiro plano da Cultura Portuguesa, médico e arqueólogo distintíssimo; o Senhor Dr. Manuel Hermenegildo Lourinho, membro dos Corpos Gerentes durante muitos anos, colaborador do nosso Boletim, ilustre médico e militar; e o Senhor Eng.º Júlio Eduardo dos Santos, professor, alto funcionário do Estado, musicólogo, biógrafo, historiógrafo, coleccionador esclarecido, que ao Grupo concedeu parte notável da sua actividade, colaborando em Olisipo, nas visitas de estudo, em sessões e conferências e na organização de exposições.

Livros vendidos em 1979: 206.524\$20 (ano anterior 158.325\$50).

Subsídio em 1979: 180.000\$00 (ano anterior 160.000\$00).

Encargos com o pessoal: 311.442\$00.

Edição do Olisipo n.º 141 e expedição do mesmo: 78.931\$30.

Receita de cotas de 1979: 187.590\$00 (ano anterior 147.750\$00).

Receita de jóias de 1979: 12.470\$00 (ano anterior 3.290\$00).

Anexo transcrevemos o Balancete de 1979.

Aos dirigentes das nossas visitas de estudo, aos que têm contribuído com trabalhos para o Boletim Olisipo e aos que a esta Casa trouxeram o interesse da sua palavra, muito reconhecidos agradecemos.

E em conclusão deste Relatório temos a honra de propor os seguintes votos:

- a) — um voto de sentimento pelos Sócios falecidos.
- b) — um voto de agradecimento à Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa pela valiosa protecção e colaboração que nos tem dispensado;
- c) — um voto de agradecimento à Ex.^{ma} Secretaria de Estado da Cultura;
- d) — um voto de agradecimento ao Presidente da Comissão de Contas pelo interesse com que seguiu os trabalhos da Junta Directiva;
- e) — um voto de louvor às funcionárias da Secretaria;
- f) — um voto de agradecimento à Imprensa, à Rádio e à Televisão, pelo apoio concedido às nossas actividades culturais.

Lisboa, 31 de Dezembro de 1979

A JUNTA DIRECTIVA

O PRESIDENTE

Prof. Dr. João Cândido de Oliveira

O VICE-PRESIDENTE

Dr. Luís Nandín de Carvalho

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO

Joaquim Ramos Baptista

O TESOUREIRO

Inocêncio Castelhana

OS VOGAIS DA JUNTA DIRECTIVA

Dr. José Garrido Mendes da Cruz

Dr.^a D. Anna-Maria Pereira da Gama

D. Maria Antónia O. Martins Mesquita

Eng.^o Agostinho Ferreira Gambetta

BALANÇO

CONTAS	ACTIVO	PASSIVO
Biblioteca	14.729\$22	
Emblemas	1.631\$70	
Edições	2.292\$85	
Móveis e Utensílios	2.749\$20	
Olisipo	32.758\$00	
Devedores e Credores	207.882\$10	287.054\$04
Devedores e Credores c/ Consignação	3.468\$00	136.992\$98
Valores à Cobrança		5.476\$90
Consignações de c/ Alheia	113.702\$60	
Caixa	7.204\$80	
Fundo Variável	63.203\$40	
Consignações de c/ Própria		3.277\$00
Resultado do Exercício		16.820\$95
	449.621\$87	449.621\$87

CONTA DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 1979

CONTAS	DÉBITO	CRÉDITO
Emblemas		360\$20
Edições		255\$70
Olisipo		20.426\$70
Consignações de c/ Alheia		44.538\$00
Cartões de Identidade		395\$00
Cotas		187.590\$00
Jóias		12.470\$00
Receitas Diversas		21.347\$50
Gastos Gerais	261.064\$15	
Realizações Culturais	9.498\$00	
Resultado do Exercício	16.820\$95	
	287.383\$10	287.383\$10

PARECER DA COMISSÃO DE CONTAS

referente ao exercício de 1979

Exmos. Consócios:

Tendo apreciado o relatório e contas da Junta Directiva, a Comissão de Contas constata que o resultado do exercício se firmou num saldo positivo de 16.820\$95, quando do ano anterior houve um prejuízo de 100.257\$10, resultado animador, atendendo a que se deve ao aumento apreciável do número de sócios, que se cifrou em 92. Assim:

Em 1 de Janeiro existiam451

Em 31 de Dezembro543

Para esse aumento muito contribuiu também a venda de livros, que foi muito apreciável.

Há que assinalar, ainda, o importante donativo de 100.000\$00, com que a Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa se dignou contribuir para a manutenção do Grupo..

Nestes termos, tendo verificado a exactidão das contas, temos a honra de propor que aproveis o seguinte:

a) — Relatório e contas do exercício, incluindo os votos consignados no mesmo;

b) — Um voto de louvor à Junta Directiva, pelo zelo com que geriu os actos administrativos.

Lisboa, 2 de Janeiro de 1980.

A COMISSÃO DE CONTAS

O PRESIDENTE

Dr. Francisco Gonçalves do Couto Santos

O RELATOR

Dr. Vasco Penha Coutinho

Actividade Cultural em 1979

A fim de fixarmos para o futuro toda a actividade cultural cumprida no ano de 1979, aqui enlistamos em pormenor todas as iniciativas da Junta Directiva, apresentadas mensalmente. Tiveram a presença global de mil visitantes, o que permite calcular em cerca de cinquenta por cada realização, circunstância digna de registar-se.

Em Janeiro: 27, à Ordem Terceira do Carmo e à Igreja do Sacramento, visitas dirigidas pelo Senhor Herman Leça da Veiga.

Em Fevereiro: 11, às instalações dos Inválidos do Comércio, dirigida pelo Presidente da Direcção dessa Instituição, Senhor Luís Santos e outros Directores; 17, ao Museu do Trajo e ao Parque do Monteiro-Mor, conduzida por funcionários apenas.

Em Abril: 21, passeio em Alfama, guiado pelo Senhor Arquitecto António Veloso Reis Camelo, com partida da Rua de São João da Praça, junto da Igreja do mesmo nome; 28, almoço no Ateneu Comercial de Lisboa, e conferência do Poeta Senhor Mário António, comentada pelo Senhor Dr. Caratão Soromenho.

Em Maio: 5, ao Aquário Vasco da Gama, no Dafundo, orientada por funcionários; 19, ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil, dirigida por funcionários.

Em Junho: 2, ao Instituto Nacional de Estatística; 3, desfile na Avenida da Liberdade de «donas elviras», conduzidas pelas crianças vencedoras do concurso sobre o Combate à Poluição Automóvel em Lisboa; 23, ao Ginásio Clube Português, guiada por Directores da Instituição.

Em Julho: 7, à Assembleia da República e Jardim do Palácio, orientada pelo Senhor Dr. Luís Nandín de Carvalho; 21, ao Jardim Zoológico.

Em Agosto: 4, à Torre do Bugio, orientada pelo Senhor Comandante Garrido Borges.

Em Outubro: 20, à Radiodifusão Portuguesa, conduzida por funcionários da Empresa; 25, à Fábrica de Contentores e demonstração do equipamento «Lisboa Cidade Limpa», da Câmara Municipal de Lisboa, orientada por um Director (Centro de Produção de Chelas); 27, à Secção Museológica de Santarém, da C. P.

Em Novembro: 3, às instalações do Supremo Tribunal Militar, aos Tribunais Territoriais e à Direcção da Arma de Engenharia; 8, ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo, dirigida pelo Senhor Director; 15, ao Instituto José de Figueiredo, no Museu de Arte Antiga; 24, almoço no Ateneu Comercial de Lisboa, presidido pelo Senhor Prof. Doutor João Cândido de Oliveira.

Em Dezembro: 13, à Junta de Investigações do Ultramar (Rua da Junqueira).

OLISIPO N.º 141

A publicação e a distribuição de *Olisipo*, n.º 141, ano de 1978 (160 páginas), apenas foram possíveis com o auxílio da

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

DIRECÇÃO-GERAL DA ACÇÃO CULTURAL

que concedeu ao Grupo Amigos de Lisboa o valioso subsídio de 80 000\$00.

Acção Futura do Grupo

Com o objectivo de permitir uma clara divisão de pelouros entre os membros da Junta Directiva, como condição de criação de um indispensável espírito de equipa, ficou decidido que as reuniões da Direcção deveriam ter a presença sempre que possível, além dos membros efectivos da Junta Directiva, das seguintes pessoas: presidente da mesa da AG; presidente da Comissão revisora de contas; presidentes de secções.

Acha-se igualmente projectado um ciclo de almoços regulares, abertos à participação de todos os sócios, com um conferencista convidado para expor teses sujeitas a trocas de impressões com os presentes.

Finalmente foi adoptada uma política de relação o mais estreita possível e de cooperação com prioridade para a Câmara Municipal, e com demais entidades oficiais, designadamente freguesias, governadores civil e militar, Comissão Regional de Planeamento de Lisboa, Junta Distrital e ainda com outras instituições similares: Casas Regionais, Clubes Recreativos, Centro Nacional de Cultura, Grémio Literário, Clube dos Lions e Rotários, Sociedade de Geografia.

Foi entretanto criada a Comissão do Boletim e Informação presidida pelo Dr. Paulo Soromenho e que ficará responsável em especial pelo relançamento e remodelação do Boletim Olisipo e, em geral, pela divulgação da informação sobre actividades do Grupo junto dos seus associados e terceiros.

Desde já convidam-se todos os sócios a preencherem o formulário anexo ou por outra via e darem instruções bancárias para as quotas serem pagas por transferência do Grupo: Conta n.º 17 590 — 9 Caixa Geral de Depósitos — Beato [Apontamento extraído do plano para 1979].



*D. MARIA RAQUEL
CARAPETO DE SOUSA
BELA FERREIRA*

Nascida em 1914, num dos locais mais antigos de Lisboa, na Rua da Saudade, freguesia de S. Tiago. Poucos anos depois, em 1925, teve ocasião de tomar parte na inauguração do monumento ao grande actor Augusto Rosa, retirando a bandeira que cobria o monumento, situado no Jardim Augusto Rosa, à Sé.

Viveu vários anos no Algarve, província de que toda a sua família era oriunda, e em Faro frequentou o antigo liceu. Em Lisboa, foi aluna da Escola Comercial de Veiga Beirão, nesse tempo instalada no Palácio do Marquês de Tancos.

Em 1946, entrou para o Grupo Amigos de Lisboa como 1.^a escriturária, categoria em que se manteve até à data da sua reforma em Julho último, tendo portanto servido os Amigos de Lisboa durante cerca de 35 anos.

Esta a biografia de uma Senhora conhecida de todos os Associados do Grupo Amigos de Lisboa, de que apenas se afastou, quando outras preocupações se impuseram na sua existência activíssima. E isso aconteceu em meados do ano corrente, com desgosto seu e nosso.

Durante o tempo, em que colaborou com o Grupo, tomou completo saber das dificuldades e dos problemas, tantas vezes surgidos, e dos trabalhos realizados normalmente com a sua intervenção. As direcções, junto das quais se encontrou, reconheceram-lhe sempre os méritos, postos ao serviço da instituição—por vezes com sacrifício da sua saúde e dos seus interesses.

A Assembleia Geral do Grupo Amigos de Lisboa, agradecida, presta à Senhora D. Raquel Bela Ferreira a merecida homenagem, louvando-a. [P. C. S.]

Instituição de Utilidade Pública

O *Diário da República*, II série, n.º 150, de 2 de Julho de 1980, publica a seguinte Declaração:

«Nos termos dos artigos 2.º e 3.º do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro, o Primeiro-Ministro, por despacho de 21 de Junho de 1980, declarou de utilidade pública o Grupo Amigos de Lisboa, com sede na Rua do Açúcar, Palácio da Mitra, Lisboa.

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 23 de Junho de 1980. — O Secretário-Geral França Martins.»

Para o processo de obtenção da declaração de utilidade pública, o Grupo Amigos de Lisboa pretendendo um parecer abonatório dirigiu-se, em 16 de Outubro de 1979, à Academia Portuguesa de Ex-Líbris, instituição que, muito amavelmente, satisfez a solicitação. Os agradecimentos, feitos na altura, renovam-se agora, para conhecimento dos sócios Amigos de Lisboa.

Dr. José Antunes Videira

A costumada colaboração artística do nosso ilustre Consócio, que há muitos anos valoriza sobremaneira a feição gráfica do nosso Boletim — vem enriquecida neste número com dois expressivos desenhos, além das interessantes vinhetas já conhecidas (e apreciadas por todos nós) e do empréstimo de um belo retrato de Camões. Os nossos agradecimentos mais uma vez.

RELATÓRIO DA JUNTA DIRECTIVA DO GRUPO AMIGOS DE LISBOA

Referente ao ano de 1980

Ex.^{mos} Consócios:

Nos termos do artigo 33.º dos Estatutos, apresentamos a V. Ex.^{as} o relatório do ano findo.

Durante o ano de 1980 houve o seguinte movimento associativo:

Existiam em 1-1-1980 Efectivos	540	
Honorários	3	
	543	
Faleceram	8	
Foram demitidos	44	52
	489	
Foram admitidos	258	
Foram readmitidos	6	
	753	

Segundo a nossa tradição, recordamos aqui saudosamente os sócios falecidos e que foram:

- 1474 — Tenente-Coronel Teodoro Alves Fernandes
- 2369 — Dr. Álvaro Themudo
- 2551 — Jaime Rodrigues
- 2674 — D. Maria Ignês Machado Rodrigues
- 2892 — Dr. Álvaro do Amaral Barata
- 3127 — Pedro Rocha de Araújo
- 3289 — José Cavique dos Santos
- 3913 — Dr. António Ferreira Gomes

Ainda que todos nos mereçam a melhor recordação, permitimo-nos distinguir agora o Dr. Álvaro do Amaral Barata, ilustre advogado, que prestou valiosos serviços ao nosso Grupo, a cujos Corpos Gerentes pertenceu durante anos.

Em 1980, a Junta Directiva reuniu-se, por convocatória, vinte vezes, número que revela uma actividade administrativa e cultural intensa, resultante do aumento extraordinário de sócios admitidos. De facto, raramente em mais de quarenta anos de existência, se atingiu um tão notável movimento associativo. E, no entanto, se não tivéramos os preciosos auxílios da Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa, a que devemos expressiva gratidão, dificilmente poderíamos ter assegurado a manutenção do nosso Grupo. Além das instalações no Palácio da Mitra, recebemos os seguintes subsídios: 50.000\$00 em Janeiro e 150.000\$00 em Abril; 74.000\$00 para a realização da Exposição Temática de Pintura no Palácio Foz (Julho) e a importância de 40.000\$00 para a exploração do Pavilhão Municipal na Feira do Livro (Maio-Junho). Igualmente, também nos foi amavelmente concedida uma sala, no Palácio Foz, para a Exposição. E a Secretaria de Estado da Cultura facilitou-nos, em parte, a publicação e a distribuição do Boletim *Olisipo*, concedendo-nos o subsídio de 80.000\$00. Como se vê a Cultura é exigente e insistimos chamando a atenção dos nossos Consócios para tal circunstância. E no entanto houve quem reagisse (de má vontade) ao pequeno aumento da quotização! E no entanto há quem diminua a nossa acção cultural — menosprezando-a ou censurando-a, sempre que as coisas não decorrem de acordo com os seus gostos pessoais ...

Contudo, temos o prazer de, em seguida, mostrar o quadro de quanto se fez em onze meses de tarefas e trabalhos dedicados a Lisboa. E sentimos certa consolação em recordar o que fizemos nestes 366 dias, apesar de dificuldades surgidas nos quadros gerentes, em que se notaram alterações, por vezes de certa gravidade. Este problema vai continuar no próximo ano de 1981, pois — circunstância que atinge todas as instituições congéneres — faltam elementos com tempo livre suficiente, que possam entregar-se às múltiplas funções directivas. A Assembleia Geral, realizada em 12 de Fevereiro, e que decorreu com a dignidade conveniente a um instituto como o nosso Grupo, revelou bem a faceta acabada de referir: houve que preen-

cher, em 1980, sete vagas nos corpos directivos, e já se anunciam mais algumas para os começos de 1981. Para o facto chamamos o interesse dos nossos Consócios. (Já agora informamos de um pequeno erro tipográfico: na convocatória da Assembleia Geral para 12 de Fevereiro, datada de 4 de Janeiro, indica-se o ano de 1979 em vez de 1980. Isto vai por amor da exactidão...).

E mais duas notícias importantes da nossa vida associativa: A declaração de utilidade pública concedida ao Grupo Amigos de Lisboa, em 23 de Junho de 1980 (DR, II série, n.º 150, de 2 de Julho de 1980) — pretensão nossa, que exigiu anos para se concretizar; e a aposentação da Ex.^{ma} Senhora D. Maria Raquel Carapeto de Sousa Bela Ferreira que durante cerca de 35 anos trabalhou na nossa Secretaria — com zelo e assiduidade, com difícil paralelo. A Assembleia Geral publica no número de 1980 do nosso Boletim a homenagem devida; a Junta Directiva exprime neste lugar o alto apreço pelos serviços prestados, quantas vezes com sacrifícios e sempre competentemente.

O nosso Boletim *Olisipo*, que não pôde ser publicado em 1979, apresenta-se agora com maior número de páginas e muito ilustrado, correspondendo ao biénio 79/80. Consideramos sem temer desmentidos, a colaboração contida como muito valiosa, dada a intenção com que foi organizado: Número dedicado a Camões, comemorativo do quarto centenário da morte do Poeta.

Temos de agradecer aos meios de comunicação social *certa* curiosidade pela nossa acção, maior do que era costume... Especializamos a Radiodifusão, o *Diário Popular* e *Ecos de Belém*, conforme se anota no nosso Boletim: quem nos dera a possibilidade de manifestarmos *inteira* gratidão à generalidade dos meios de comunicação social:

Janeiro, dia 16: Visita ao *Jornal do Comércio*, dirigida pelo seu Director Dr. Eduardo Trigo. Dia 19: Visita ao Liceu Nacional de Gil Vicente, dirigida por duas Professoras. Dias 25, 26 e 27: Representação do Grupo no I Encontro Nacional de Associações de Defesa do Património Cultural, realizado em Santarém, pela Senhora Dra. D. Matilde Pessoa de Figueiredo, tendo sido na altura distribuído um folheto da *História Sumária do Grupo*, e apresentada documentação sobre os seus actos e objectivos.

Fevereiro, dia 2: Visita à Radiotelevisão Portuguesa, orientada pelos Senhores Eng.º Franco Dias e Eng.º Rio Tinto. Dia 9: Visita ao Liceu Camões, orientada pelos Professores Dr.ª D. Maria de Jesus Gomes, que fez uma comunicação (publicada em *Olisipo*), e Dr. Francisco de Simas Alves de Azevedo. Dia 24: Não se realizou a visita ao Museu Nacional de Arte Moderna e Contemporânea, sem que a Junta Directiva do nosso Grupo tivesse qualquer responsabilidade na ocorrência.

Março, dia 1: Visita ao Museu de Telecomunicações Militares/Regimento de Transmissões, dirigida pelo Senhor Coronel Eng.º Guilherme Bastos Moura. Dia 15: Passeio Queirosiano «Do Largo Barão de Quintela a S. Pedro de Alcântara na Obra de Eça de Queirós», dirigido pelo Senhor Dr. Fernando Castelo Branco, e Almoço «Queirosiano», no Círculo Eça de Queirós, em que falou também o Senhor Arquitecto Jorge Segurado; o Círculo esteve representado pelos Senhores Dr. Luís Leite Pinto, Eng.º Mário da Fonseca Leitão e Arquitecto Rui Velho da Palma Carlos. Dia 22: Visita ao Ministério das Finanças, Palácio da Bolsa, Tribunal de Contas e Jardins, dirigida pelo Senhor Arquitecto J. Rebocho.

Abril, dia 16: Visita à Fábrica Nacional de Cordoaria, orientada pelo Senhor Comandante Manuel de Ataíde. Dia 19: Visita à Embaixada de Espanha, onde o Grupo foi recebido pelo Ex.º Senhor Embaixador D. F. Rodriguez-Porrero Y de Chávarri, orientada pelo Senhor Adido da Embaixada.

Maio, dia 3: Visita às Ruínas de Tróia (almoço no Restaurante da Galé; o transporte foi oferecido pelo Hotelcar), dirigida pelo Administrador da Torralta Senhor Amaral. Dia 10: Visita ao Aeroporto de Lisboa, dirigida pelo Senhor Dr. Carlos Santos Ferreira. Dia 17: Visita à Residência Oficial do Primeiro-Ministro e Jardins, dirigida pelo Senhor Dr. Luís Lobo, Sub-secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros. Dia 22 a (10-VI): Exploração do Pavilhão Municipal da Feira do Livro. Dia 24: Visitas ao Museu Antoniano e Igreja de Santo António, durante as quais falou o Senhor Professor António Montes Moreira. Dia 27: Pavilhão do GAL na FIL.

Junho, Dia 18: Serão Queirosiano, após o jantar no Grémio Literário, sobre a recente publicação de *A Tragédia da Rua das Flores*; foi orador o Senhor Prof. Doutor Borges Nunes. Dia 21: Visitas ao Museu e Jardim do Ultramar, dirigidas pelo Senhor Director Eng.º Cláudio Manuel Bugalho Semedo e Senhora Dr.ª D. Rosalina dos Santos Vítor; e à Fábrica dos Pastéis de Belém, dirigida pelo Senhor Eng.º Manuel Alves da Silva; a Senhora D. Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita fez uma palestra; e o Senhor Director de *Ecos de Belém* mandou distribuir pelos visitantes exemplares do mensário, que publicou uma separata da presença dos Amigos de Lisboa em Belém. Dia 25: Conferência do Senhor Architecto Formosinho Sanches sobre a urbanização da parte central da zona ribeirinha de Lisboa, no anfiteatro da União das Associações dos Comerciantes de Lisboa. Dia 28: Visitas ao Farol do Bugio, orientada pelo Senhor Comandante Teixeira Guerra; e à Fábrica dos Cachenés, orientada pela Senhora Architecta D. Isabel Maria Cotinelli Telmo Pardal Monteiro.

Julho, dia 3 a 15: Exposição Temática de Pintura e Gravura, no Palácio Foz, organizada pelos Senhores Dr. Nandín de Carvalho e Pintor Martins Gomes. Dia 12: Visita à Junta Autónoma das Estradas, Gabinete da Ponte, tendo proferido interessantes palavras introdutórias o Presidente da J.A.E. Brigadeiro Eng. Alexandre Freire. Dia 20: Visita ao Palácio de Belém, conduzida pelo Senhor Dr. Luís Pereira Coutinho.

Outubro, dia 11: Visita à Academia das Ciências, dirigida pelo Senhor Dr. Alberto Iria. Dia 25: Visita ao Círculo Eça de Queirós — Conferência do Senhor Dr. Fernando Castelo Branco sobre «O Padre Amaro: Do Rossio do Largo de Camões, passando por Leiria», seguida de um almoço conforme a ementa que o Abade de Cortegaça ofereceu ao Padre Amaro, nos arredores de Leiria.

Novembro, dias 8 e 15: Romagem Camoniana em Lisboa, organizada e dirigida pelo Senhor Dr. Paulo Caratão Soromenho, tendo os presentes almoçado no Ateneu Comercial de Lisboa. Dia 19: Conferência da Senhora Dr.ª D. Maria Clara Pereira da Costa sobre «O Enquadramento Social da Família Camões na Lisboa do Sé-

culo XVI», no salão da Academia Portuguesa de Ex-Libris, onde os visitantes foram cumprimentados pelo Presidente da Junta Directiva da Academia Dr. Paulo Caratão Soromenho.

Dezembro, dia 13: Visita à Biblioteca Nacional.

Terminamos o nosso Relatório com o balanço de 1980, e, em conclusão, temos a honra de propor os seguintes votos:

1. De sentimento pelos sócios falecidos;
2. De agradecimento à Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa pelas valiosas protecção e colaboração que nos tem dispensado;
3. De agradecimento à Secretaria de Estado da Cultura — Direcção-Geral da Acção Cultural pelo subsídio concedido para a publicação e distribuição do Boletim de 1978;
4. De agradecimento à Fundação Calouste Gulbenkian pelo subsídio concedido para a publicação e distribuição do nosso Boletim de 1979-1980;
5. De agradecimento à Secretaria de Estado da Comunicação Social pela cedência da sala do Palácio Foz para a Exposição Temática de Pintura;
6. De agradecimento ao Ateneu Comercial de Lisboa, à Sociedade de Língua Portuguesa e à Academia Portuguesa de Ex-Libris pela cedência das suas salas para a realização de algumas das nossas iniciativas culturais;
7. De agradecimento à Radiodifusão, ao *Diário Popular* e a *Ecos de Belém* pelo apoio que deram à nossa actividade cultural;
8. De agradecimento aos Senhores Presidentes da Assembleia Geral e da Comissão de Contas pelo interesse com que seguiram os trabalhos da Junta Directiva;
9. De agradecimento ao Senhor Dr. José Antunes Videira pela valiosa colaboração artística ao nosso Boletim;

10. De louvor à Senhora D. Maria Raquel Carapeto de Sousa Bela Ferreira pelo zelo, assiduidade e competência com que colaborou durante 35 anos nos serviços da Secretaria;
11. De louvor às Senhoras Funcionárias da Secretaria.

Lisboa, 31 de Dezembro de 1980

A JUNTA DIRECTIVA

O PRESIDENTE

Prof. Doutor João Cândido de Oliveira

A VICE-PRESIDENTE

Dr.^a D. Irisalva Nóbrega Nunes Moita

O SECRETÁRIO-GERAL

Dr. João Pedro Manso Xavier de Brito

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO

Joaquim Ramos Baptista

O TESOUREIRO

Inocêncio Castelhana

OS VOGAIS

Dr. José Garrido Mendes da Cruz

Dr.^a D. Anna-Maria Pereira da Gama

D. Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita

Eng.^o Rui de Figueiredo Ribeiro

BALANÇO

DESENVOLVIMENTO DA C/RESULTADOS

	DÉBITO	CRÉDITO
Gastos Gerais	558.229\$40	
Jóias Recebidas		16.850\$00
Cobrança de Cotas		313.560\$00
VENDAS		
Cartões de Identidade		1.175\$00
Emblemas		3.147\$05
Edições		333\$65
Olisipo	8.150\$35	
Livros		89.028\$10
Realizações Culturais	110.405\$20	
SUBSIDIOS		
Câmara Municipal de Lisboa		274.000\$00
Fundação C. Gulbenkian		100.000\$00
Outros		14.160\$00
Receita Financeiras		25.968\$70
Resultado do Exercício	161.437\$55	
TOTAIS	838.222\$50	838.222\$50

Lisboa, 6 de Março de 1981

BALANÇO

	ACTIVO	PASSIVO
<i>Disponibilidades</i>	288.684\$00	
Caixa	48.701\$20	
Depósitos na Caixa Geral de Depósitos	239.982\$80	
<i>Créditos/Débitos a Curto Prazo</i>	4.008\$00	366.964\$42
Valores à Cobrança		5.226\$90
Devedores	4.008\$00	
Credores C/ Consignação		361.737\$52
<i>Existências</i>	134.819\$10	
Livros à Consignação	117.370\$70	
Edições	2.192\$00	
Emblemas	603\$75	
Olisipo	14.652\$65	
<i>Imobilizações</i>	54.508\$42	
Móveis e Utensílios	39.779\$20	
Biblioteca	14.729\$22	
<i>Situação Líquida</i>		115.055\$10
Resultados Transitados		- 46.382\$45
Resultados Apurados no Exercício		161.437\$55
TOTAIS	482.019\$52	482.019\$52

Lisboa, 6 de Março de 1981

CORPOS GERENTES PARA 1979-1981

Em 31 de Janeiro de 1979, a Assembleia Geral elegeu os Corpos Gerentes para o triénio de 1979/1981, com a seguinte composição:

PARECER DA COMISSÃO DE CONTAS

LAZARUS ASSIMMO A PRESER

Presidente — Dr. Paulo Catarão Sacramento
Vice-Presidentes — Dr. Alvaro do Amaral Barros

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE GASTOS GERAIS

2.º Secretário — Luis Leite Faria

Material de Escritório	18.041\$20
Conservação e Limpeza (Inclui a Empregada/Limpeza)	15.653\$00
Telefones	12.963\$00
Despesas com o Correio	14.597\$50
CTT — Cobrança de Cotas	27.284\$00
Transportes	4.316\$00
Contencioso e Notariado	6.372\$00
Valores Selados	2.178\$00
Remunerações ao Pessoal	390.520\$50
Caixa de Previdência	55.578\$40
Fundo de Desemprego	8.084\$70
Despesas Financeiras (Despesas Bancárias)	200\$00
Quotização à Federação Portuguesa de Cultura e Recreio	1.516\$00
Outras Despesas (Ofertas)	925\$10
TOTAL	558.229\$40

Lisboa, 6 de Março de 1981

PARECER DA COMISSÃO DE CONTAS

referente ao exercício 1980

Exmos. Consócios:

Tendo apreciado o relatório e contas da Junta Directiva, a Comissão de Contas constata que a situação financeira do Grupo não sendo brilhante, se manteve equilibrada, mesmo com um pequeno saldo positivo.

Há que assinalar o importante donativo de 274.000\$00, com que a Exma. Câmara Municipal de Lisboa se dignou contribuir para a manutenção do Grupo, assim como os donativos de 100.000\$00 da Fundação Calouste Gulbenkian e de 14.160\$00 de diversos.

Nestes termos, tendo verificado a exactidão das Contas temos a honra de propôr que aproveis o seguinte:

- a) — Relatório e contas do exercício, incluindo os votos consignados no mesmo.
- b) — Um voto de louvor à Junta Directiva, pelo zelo com que geriu os actos administrativos.

Lisboa, 6 de Março de 1981.

A COMISSÃO DE CONTAS

O PRESIDENTE

Dr. Francisco Gonçalves do Couto Santos

O RELATOR

Dr. Vasco Penha Coutinho

CORPOS GERENTES PARA 1979 - 1981

Em 31 de Janeiro de 1979, a Assembleia Geral elegeu os Corpos Gerentes para o triénio de 1979/1981, com a seguinte constituição:

ASSEMBLEIA GERAL

- Presidente* — Dr. Paulo Caratão Soromenho
Vice-Presidente — Dr. Álvaro do Amaral Barata
1.º Secretário — Joaquim Pascoal Rodrigues
2.º Secretário — Luís Leite Faria

JUNTA DIRECTIVA

EFFECTIVOS

- Presidente* — Prof. Dr. João Cândido d'Oliveira
Vice-Presidente — Dr. Luís Nandín de Carvalho
Secretário-Geral — Dr. Sérgio Manuel da Palma e Brito
Sec. Geral Adjunto — Joaquim Ramos Baptista
Tesoureiro — Inocêncio Castelhana
Vogais — Dr. José Garrido Mendes da Cruz
Dr.^a D. Anna-Maria Pereira da Gama
D. Maria Antónia Oliveira Martins de
Mesquita
Eng. Agostinho Ferreira Gambetta

JUNTA DIRECTIVA

SUBSTITUTOS

- Presidente* — Dr. José Roberto Pinto
Vice-Presidente — Dr.^a D. Irisalva Nóbrega Moita
Secretário-Geral — Dr. José Gomes Caldas
Sec. Geral Adjunto — Vilians Leal
Tesoureiro — Dr. Artur Gouveia de Carvalho
Vogais — Eng. José Teixeira Ferreira da Costa
Eng. Rui de Figueiredo Ribeiro
D. Maria Madalena Pereira de Azevedo
João Américo de Oliveira Santos

COMISSÃO DE CONTAS
EFECTIVOS

Presidente — Dr. Francisco Gonçalves do Couto Santos

Secretário — Eng. Júlio Eduardo dos Santos

Relator — Dr. Vasco da Penha Coutinho

COMISSÃO DE CONTAS
SUBSTITUTOS

Presidente — José Pires Cardoso de Oliveira

Secretário — Eng. Diogo Sobral

Relator — Dr. Miguel António Horta e Costa

ESTUDOS HISTÓRICOS E DEFESA DO PATRIMÓNIO

Arq.º Jorge Segurado

Dr. Durval Pires de Lima

Eng.º José Manuel Maia Ataíde

Luís Bivar Guerra

Eng.º Luís Casanovas

Dr.ª D. Matilde Pessoa de Figueiredo

ESTUDOS ECONÓMICOS E SOCIAIS

Dr. João Xavier de Brito

Dr. José Cassiano Neves

Dr. António da Silva Ferreira Marques

Dr. Francisco Gonçalves do Couto Santos

Eng.º José Teixeira Ferreira da Costa

Dr. Gustavo Manuel Magalhães Coutinho

Mota

ESTUDOS DE ESTÉTICA E URBANIZAÇÃO

Arq.º Luís Benavente
Arq.º António M. Veloso Reis Camelo
Dr.ª D. Estela Basso
Eng.º Diogo Sobral
Eng.º Júlio Eduardo dos Santos
Dr. José António Caria Mendes

MOVIMENTO CULTURAL E PROPAGANDA

Dr.ª D. Irisalva Nóbrega Moita
Dr. Paulo Caratão Soromenho
Padre Francisco Santos Costa
Dr. José Fernandes Mascarenhas
Carlos Pereira Calixto
Francisco Godinho Pinto Fernandes

COMISSÃO DO BOLETIM

Presidente — Dr. Paulo Caratão Soromenho

ABSEMBLEIA GERAL DE 12-2-1980

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Vice-Presidente — Dr. José Pereira da Costa

JUNTA DIRECTIVA

Secretário-Geral — Dr. João Pedro Manso Xavier de Brito
Sec. Geral Subst. — Dr.ª D. Matilde Pessoa de Figueiredo
Vogal Substituto — Dr. Gustavo Coutinho Mota

COMISSÃO DE CONTAS

Secretário — Dr. Joaquim D. Flores e Silva

OBSERVAÇÕES

Em 1980, pediram a demissão: Dr. Luís Nandín de Carvalho e Eng.º Agostinho Ferreira Gambetta. Os seus lugares foram ocupados por: Dr.ª D. Irisalva Nóbrega Moita e Eng.º Rui de Figueiredo Ribeiro.

Alguns Camões pouco conhecidos

Diário de Notícias, 12 de Junho de 1981

MARIA CLARA PEREIRA DA COSTA

A inserção do poeta Luís de Camões na genealogia tradicional é cada vez menos digna de crédito. A forma mais aceitável de descobrir uma conclusão iniludível será, portanto, tentar um melhor conhecimento dos Camões já revelados e ir simultâneamente seguindo todas as pistas que os novos Camões que se vão encontrando possam abrir.

De facto, em trabalho recente ⁽¹⁾ demonstrei que grande parte do testemunho de Manuel Severim de Faria, o primeiro biógrafo de Camões que nos dá conta dos documentos que utilizou, é inexacto. Não penso, contudo, de modo nenhum, que os utilizasse com intenções especiais ou reservadas, mas, se estava contagiado pela visão exaltante que os eruditos do século a que pertenceu tanto cultivaram, julgo que mais determinante no facto que aponte terá sido a dificuldade que decerto já encontrou em documentar-se de modo conveniente.

Nestes apontamentos, necessariamente aligeirados e de certo modo complementares do estudo mencionado, lembrarei, por me parecer pertinente outros Camões que de igual modo poderão abrir perspectivas novas à investigação camoniana.

O documento mais antigo que até agora se me deparou, em que aparece um «Camoz», é de 1328 e trata-se de um aforamento que D. Afonso IV faz por 36 libras em cada ano a «Joham de Camoz Castellãao, marinheiro, e a Dona Peroyna sa molher» dum «sotam e sobrado» na «villa de Lixboa (...) à Rua de Morraz (...) com tal

⁽¹⁾ *O enquadramento social da família Camões na Lisboa do séc. XVI* por MARIA CLARA PEREIRA DA COSTA in *Olisipo* N.ºs 142 e 143, 1979-1980, *ibidem* págs. 5 a 57.

condiçom que eles ajam e logrem e morem e possuyam o dicto sotam e sobrado em todolos diaz das ssas vidas e outrossj en vida dũa pessoa qual eles quiserem», os quais entestam pelo oriente e poente com outras casas também do rei e pelo sul com «casas em que moram os judeos nas taracenas», que, como se sabe, eram os armazéns onde se abrigavam as galés reais. As casas tinham andado em pregão e não apparecera quem mais desse. Havia, contudo, ainda outra condiçãõ, isto é, que deviam ser feitas benfeitorias de modo que haja para os sucessores «milhor parado per o dicto foro» ⁽²⁾. De facto, em 1360 estas casas são dadas de foro a «Gonçallo Piriz castellão» e a uma pessoa que ele nomear mas já pelo foro de 54 libras ⁽³⁾.

Três anos antes do aforamento a João de «Camoz», isto é, em 1325, outro Piriz Castellão «Joham Pirez Castellão», casado com Joana Gonçalves, moradores em Lisboa, tomam de aforamento outros sôtão e sobrado que o rei tinha na Rua Nova à freguesia de «San Juyão de Lixboa» que confrontavam pelo sul com o «muro da ferraria», isto é a ferraria «a par do curral dos bois», «ao longo das tercenas», portanto junto à judiaria referida e direi, também com Vieira da Silva, que todo este sítio até ao fim do séc. XIV era conhecido por *Vila Franca*; o foro era feito em vida deles João Pires Castellão e sua mulher Joana Gonçalves e de um filho ou filha dambos ⁽⁴⁾.

Não andemos, contudo, depressa de mais. Nenhuma destas casas aforadas a estes Pirez Castellões ficam dentro da judiaria e nenhum destes é tratado por judeu nem a documentação que a seguir refiro aponta nesse sentido. Não é, contudo, impossível e é até provável que nos descendentes a ligação se tenha vindo a efectuar, mas documentalmente não tenho provas para afirmá-lo, nem por enquanto poderei dizer que o João Vaz de Vila Franca que habitou nos arredores de Coimbra é um destes.

Descendente deles será contudo um Mestre Mateus, piliteiro, cunhado de Pero Gonçalves mercador já casado em 1441 com Maria Anes de Camões. Mestre Mateus em 1392 e 1398, traz aforadas casas à «Rua Nova acerca de Santa Maria de Oliveira», que confrontam com Margarida Anes Copim, viúva de «Tomas Duram imgrês», as quais estavam «acostadas da parte do mar com o muro». Ora este muro

(2) A. N. T. T. Chanc. de D. Afonso IV, L.º 3 fl. 15. Vide doc. N.º 1,

(3) A. N. T. T. Chanc. de D. Pedro, L.º 1, fl. 47 v.º. Vide doc. N.º 2,

(4) A. N. T. T. Chanc. de D. Afonso IV, L.º 3, fl. 3 v.º e mapa II ibidem fl. 46.

ao qual se acostavam pelo sul as casas que ficavam a par de Santa Maria da Oliveira era o que estava unido «com as taracenas e com hua torre das dictas taracenas» e junto das quais, como vimos, ficava a judiaria, a «judiaria nova» que se tinha formado quando os judeus foram desalojados do campo da Pedreira. Era também conhecida por «judiaria pequena» e estendia-se por uma rua que ficava de por detrás da Rua do Morraz e de certo também por detrás de algumas casas da Rua Nova, as que ficavam a par da referida Santa Maria da Oliveira, uma pequena igreja junto do largo da Igreja de S. Julião (S. Gião).⁽⁵⁾

No estudo referido estão publicados ou referenciados os documentos de que me tenho vindo a servir e julgo que no mesmo deixei bem localizada, no meio económico e social da Lisboa de quatrocentos, a dita Maria Anes de Camões e seus descendentes. Era uma rica tendeira com loja na Rua de São Gião⁽⁶⁾ e tendas alugadas à «porta do mar» pelos meados do referido século.⁽⁷⁾ Traz também casas aforadas na Rua Nova, umas à «porta da Erva», junto ao Arco dos Pregos (não longe, portanto, das casas aforadas a Mestre Mateus) e outras, junto ao Arco dos Barretes.

O licenciado João de Camões, aposentado do cargo de desembargador da Casa do Cível em 1565, filho do feitor do arcebispo de Lisboa que por este foi nobilitado, possuiu estas últimas casas e é neto da mesma Maria Anes de Camões. Sua mãe, segundo o testemunho do desembargador, era prima co-irmã de Maria Anes (Severim), filha de Constança Pires de Camões. Sendo assim, esta seria irmã de Maria Anes de Camões e, se Mestre Mateus era cunhado do mercador Pero Gonçalves por ser irmão de sua esposa, aquele mestre piliteiro seria também irmão da dita Constança, presumível filha do fidalgo galego Vasco Pires de Camões. Este em 1370, teria vindo para Portugal ao serviço do nosso rei D. Fernando e a quem, por tomar o partido de D. Leonor, D. João I em 1384 retirou na totalidade os largos bens que D. Fernando lhe doara.

Vasco Pires de Camões casou com a filha do «capitom», o almirante Gonçalo Tenreiro, que afinal viria a entregar a alcaidaria de Alenquer, de que era alcaide seu genro, a D. João I.

(5) AUGUSTO VIEIRA DA SILVA, *As Murallas da Ribeira de Lisboa*, págs. 78 e 137.

(6) Tombo dos bens da capela do conde D. Pedro de Meneses. Arquivo da Casa de Abrantes.

(7) A. N. T. T. *Bens Próprios dos Reis*, N.º 317 (Ano de 1453 e 1454) fl. 3.

Será, de facto, Constança Pires de Camões, habitualmente considerada irmã do bisavô do poeta, neta de Gonçalo Tenreiro e filha de Vasco Pires de Camões? Encontrei o testamento da dita Constança; é datado de 1481 e nele se declara que seus pais estavam sepultados no Mosteiro da Trindade, em Lisboa. Vasco Pires, contudo, se morreu em Portugal, o que é muito pouco provável, tal teria de certo acontecido em Alenquer. Afirmarei, também, que as casas de Gonçalo Tenreiro, que D. Fernando lhe doou, também na Rua Nova mas no extremo oposto às terracenas, nunca foram de Constança Pires de Camões nem dos seus descendentes, como Severim de Faria afirmava. Será que havia a tradição de que naquelas casas tinham vivido Camões? De facto, as casas do «capitom», que pelo sul entestavam com as «casas dos pesos», isto é, o fim da dita Rua Nova, junto ao largo do Pelourinho, doadas em 1375 por D. Fernando, como disse, em 1396 são aforadas por outro Castelão, Fernão Sanches Castelão, marceiro. Será este Castelão parente dos Castelãos que referi?

Nada mais por agora, mas é necessário que pensemos que muitos Camões existem em Portugal mesmo já no século XIV. No século XV há inúmera documentação que deles fala. Julgo então, que ainda será preciso muito trabalho de investigação para que se possa dar passos seguros neste capítulo.

Não me queria referir aos Camões dos séculos seguintes, cujo estudo de certo levar-nos-á a grandes surpresas; contudo, direi ainda que em 1575 um frei João de Camões faz parte do capítulo do Convento de S. Domingos de Lisboa, talvez o mesmo que no dito convento é juiz em 1602 e que, em 1515 é referido como morador da Casa Real um Pero de Camões, sobrinho de Jorge Dias Cabral. Lembremos que os Cabrais estão ligados, pelo menos desde Gonçalo Velho Cabral, o Descobridor, freire da Ordem Militar de Cristo, comendador de Almourol, a Punhete (actual Constância) e que muitos dos desta família por ali viveram durante séculos.

DOCUMENTO N.º 1

1328 — Setembro — 7 — Lisboa

A. N. T. T. — Chancelaria de D. Afonso IV L.º 3 fl. 15

Carta de fforo dũu sotaão e sobrado na dictavila na Rua de Morraz (a vermelho)

Dom Afonso pela graça de Deus Rey de Portugal e do Algarve A quantos esta carta viirem faço saber que eu dou a foro a Joham de Camoz castellãao marinhheiro e a Dona Peroyna sa molher hũu meu sotam e sobrado que eu ei na villa de Lixboa na Rua de Morraz so tal preito e so tal condiçom que eles ajam e logrem morem e possuyam o dicto sotam e sobrado en todolos diaz daz ssaz vidas he outrossj en vida dũa pessoa qual eles quizerem aas ssas mercez e que dem en cada hũu ano a mjm e aos meuz suscessorez trinta e VI libras en dinheiros portuguezes aas terças do ano a ssalvo. E elez devem fazer benffeitorias nos dictos sotam e sobrado de sobrados e de paredes per que eles valham mais e porque eu aia melhor parado per o dicto foro ou os meus suscessores de guisa que essa fenffeitoria seja fecta e acabada des trinta dias d'Agosto que ora passou ataa hũu ano. Esse perventuiira esses sotam e sobrado caerem ou por algũa maneira parecerem eles los devem refazer e bem adubar E a ssas merces deles ficarem os dictos sotam e sobrado livremente e sen outro enpeço a mim ou aos meus suscessores com toda sa benfeitoria E eles non devem apartar nem vender nem alhear os dictos sotam e sobrado commo outra sa erança mais estar sempre enteiramente en ssa força. Os termos do qual sotam e sobrado som estes ao levante casas myas ao poente outrossi mhas casas a aguyom Rua pubryca e a vrego outrossi mhas casas en que moram os judeos nas taracenas, Os quaes sotam e sobrado andarom en pregom per Joham Escosso pregoeiro do concelho e nom veo quem per elas mais desse que os dictos Joham de Camoz e dona Peroyna sa molher como pareceu per alvara fecto per Fernão Paaez scrivam das mhas casas e tendas de Lixboa e seelado do sseu seelo e outrossi do seelo de Johaam Anes sacador doz dinheiro das dictas casas e tendas fecto trinta dias d'Agosto da Era de sassenta e bj Anoz En testemunho da qual cousa dei aos dictos Joham de Camoz e a ssa mulher esta carta. Dante em Lixboa VII diaz de Setembro. El Rei o mandou peloz contadorez Antonyo Perez a fez Era de M^oIII^oLX bj anos Joyãao Perez Joham Domingoz.

DOCUMENTO N.º 2

1360 — Dezembro — 16 — Lisboa

A. N. T. T. — Chancelaria de D. Pedro L.º 1 fl. 47 v.º

Carta per que o dicto senhor deu de foro a Gonçallo Piriz castellãao e a hũa pesoa que elle nomear ante de sua morte hũas casas que o dicto senhor ha na cidade de Lixboa na Rua do Morraz E partem ao levante e poente com casas do dicto senhor e a brego com a judiaria nova e a guiom Rua publica por cinquenta e quatro libras em cada hũu ano de foro e etc. em Lixboa Xbj dias de Dezembro de mjl III^oLRbIII.

DOCUMENTO N.º 3

1325 — Dezembro — 16 — Lisboa

A. N. T. T. D. Afonso IV L.º 3, fl. 3 vº.

Carta de foro d'hũu sotam e sobrado que e na Rua nova de Lixboa (a vermelho)

Dom Affonso pela graça de Deus Rey de Portugal e do Algarve a quantos esta carta virem faço saber que eu aforo a voz Joham Perez castellaão e a vossa molher Johanna Gonçalvez moradores em Lixboa hũu meu sotam e sobrado que eu ej na Rua Nova da diceta villa em vossas vidas e em vida dũu vosso filho ou filha danbos e a vossaz merces qual antam quizerdez so tal preito e so tal condiçom que vos redez ende a mjm ou aos meos suscessores em cada hũu ano assalvo sosscenta e oito libraz de Portugal. E outrossj o dicto vosso filho ou filha. E voos devedez fazer benfeictoria nos dictos sotam e sobrado per que elles valham mais assi como nos foram dadoz pelo diceto foro per Domingos Fernandez que foi sacador dessas mhas casaz e tendaz nodict o tempo del Rey Dom Diniz meu padre a que Deos perdoe e per Martim Fernandez seu scrivam pareceo per alvará facto per Fernam Paaz meu escrivam dessaz casaz e tendaz dado per esse e per Joham Anez que ora he sacador doz dinheiros dessaz meesmas casaz facto o dicto alvara XVII dias de Julho da Era M^aCCC^a e sassenta e III Anos da qual sotam e sobrado estes som oz termhoz ao levante Joham de Leixo ao poente Joham Perez de Vermeiz a avrego o mouro da ferraria ao aguyão rua publica porem aiadez voz possuyadez toz dictos sotam e sobrado com todaz suaz entradaz e saídaz e com todos os seus direitos, perteenças en elez como de nosso proprio possissom e outrossj o diceto nossofilho ou filha assi como per tempo de vossaz vidaz de ssusu a que he conteudo. E sse per ventuira o dicto sotam e sobrado per algũa maneira caer ou parecer voz o devedez arafazer e bem adubar e outrossi o dicto vosso filho ou filha e dardes en a mjm en salvo em cada hũu Ano az sobredictaz LXVIII libraz aas terças do ano. E outrossi aos meoz suscessorez e voz non devedez apartir os dictos sotam e sobrado assim como outra erança mais estarem enteiramente en ssa força he aa merce de voz anbos e outrossi a morte de vosso filho ou filha os dictos sotam e sobrado devem ficar a mjm ou aoz meos successorez livremente e sen outro empeço e todaz sas benfeitoriaz a qual sobredicta benfeitoria doz dooztoria doz dooz sotam e sobrado voz ja avedez fecta da paredez e de ssobradoz como polo dicto alvara do dicto Fernam Paaz escrivam pareceu facto no sobredicto dia e era E voz sobredictoz Joham Perez e Johana Gonçalvez sa molher louvamos e outorgamos por noz e por nosso filho ou filha totalaz cousaz dessuso dictas e cada hũa delaz E obrigados a compri las e guarda las assi como de ssusu dicto En testemunho da qual cousa dei a eles esta carta Dante en Lixboa XX dias de Julho el Rey o mandou pelos contadorez Antonyo Perez a ffees Era de mil CCC^a e sassenta e III Anos Juyão Perez Joham Domingoz Pero Gonçalves. Bartolomeu Perez. Carta de foro duũ sotam e sobrado que na ffreguesia de Lixboa de San Juyão de Lixboa.

